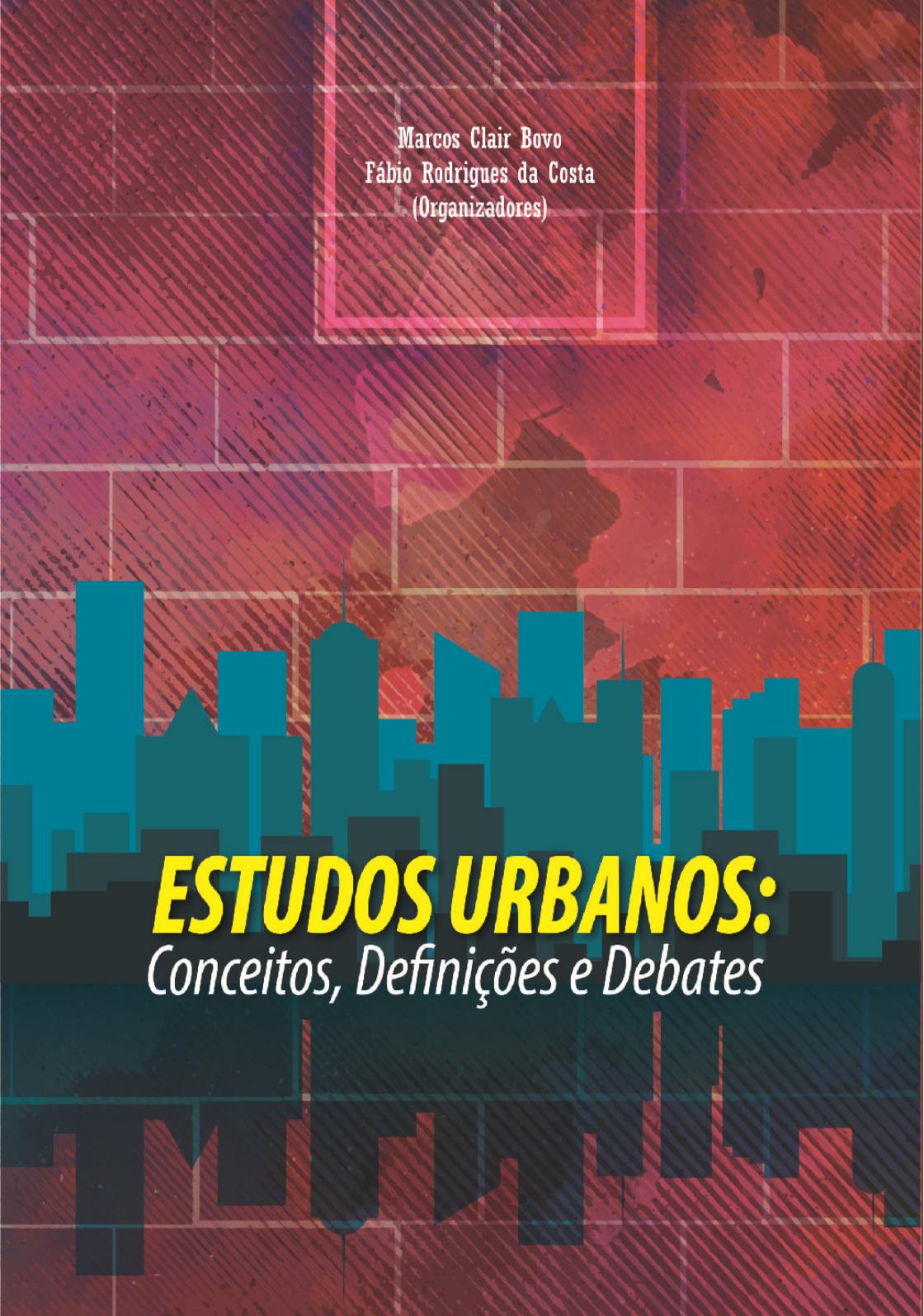


Marcos Clair Bovo
Fábio Rodrigues da Costa
(Organizadores)



ESTUDOS URBANOS:
Conceitos, Definições e Debates

ESTUDOS URBANOS:

Conceitos, Definições e
Debates

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão

Reitor Antonio Carlos Aleixo
Diretor do Campus Eder Rogério Stela

Editora da Fecilcam

Diretora Suzana Pinguello Morgado

Conselho Editorial

Dra. Mariana Moran Barroso
Dr. Willian André
Dr. Márcio José Pereira
Dr. Delton Aparecido Felipe

Capa

Cleverson de Lima

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

E24 Estudos urbanos: conceitos, definições e debates. / Marcos Clair Bovo;
Fábio Rodrigues da Costa (orgs.). Unespar/Campo Mourão: Fecilcam,
2017. 300 p.

Bibliografias.
ISBN 978-85-88753-44-0

1. Planejamento Urbano. 2. Cidades Brasileiras. 3. Violência Urbana.
I. BOVO, Marcos Clair. II. COSTA, Fábio Rodrigues da.
III. Universidade Estadual do Paraná. IV. Fecilcam. V. Título.

CDD 21.ed. 307.76
307.7681

Marcos Clair Bovo
Fábio Rodrigues da Costa
(Organizadores)

ESTUDOS URBANOS:
Conceitos, Definições e
Debates

Campo Mourão
2017

Sumário

Prefácio	09
Apresentação	13
Capítulo 1	
Oportunidades emergentes e negócios imobiliários: necessidades ou realização para a gestão da cidade?	15
Lisandro Pezzi Schmidt	
Capítulo 2	
Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades	33
Angela Maria Endlich	
Capítulo 3	
A cidade contemporânea e os circuitos da economia urbana: o que há de novo?	55
Valéria Barreiro Postali-Santana	
Capítulo 4	
Os espaços do capital vistos pelos lugares de resistência: as feiras dos produtores de Maringá (PR) e Leiria (Portugal)	85
Virgílio Manuel Pereira Bernardino	

Capítulo 5	
O comércio e o consumo na produção da cidade: estudo sobre o Aglomerado Urbano de Maringá (PR).....	117
Márcio Roberto Ghizzo	
Capítulo 6	
O espaço público, o lazer e o parque urbano: reflexões teóricas e conceituais.....	149
Marcos Clair Bovo; Pedro Henrique Bruno Martins	
Capítulo 7	
As relações entre o sagrado e o profano nos espaços públicos da cidade contemporânea.....	175
Carlos Roberto Loboda; Daniel de Araujo Silva	
Capítulo 8	
A mudança estrutural da esfera pública em Habermas.....	197
Dean Fábio Gomes Veiga	
Capítulo 9	
A violência no espaço urbano: mapeamento dos homicídios.....	231
Ezequiel de Oliveira Andrade; Fábio Rodrigues da Costa	
Capítulo 10	
Uma contribuição para o debate sobre o planejamento estratégico de cidades: o caso de Maringá (PR).....	255
Ricardo Luiz Töws; Cesar Miranda Mendes	
Sobre os autores.....	296

Prefácio

Todo livro representa um árduo esforço. Há o esforço intelectual dos autores dos textos que após um período de leituras, pesquisas e reflexões se aventuram a colocar no papel e representar em palavras e figuras seu trabalho com a finalidade de comunicar suas ideias aos potenciais leitores. Há o esforço intelectual de quem se encarrega da difícil missão de organizar o conjunto de capítulos. E há também um esforço material e financeiro para tornar a publicação uma realidade. Tudo isso já representa méritos suficientes para valorizar um novo livro publicado.

O presente livro constitui a materialização de esforços do Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (GEURF) e representa a continuação de reflexões iniciadas com a publicação de um primeiro livro em 2013 e consolida uma linha de análise e trabalho que já tem organizado, até 2016, três simpósios sobre estudos urbanos na cidade de Campo Mourão.

A temática geral que congrega os autores deste livro – os estudos urbanos – é de fundamental importância para compreender o Brasil atual. Para além das polêmicas sobre a definição de cidade e urbano, é inegável a importância que o urbano assume na vida contemporânea e a necessidade de abordar a diversidade de cidades que encontramos no país. Desse modo, estudos urbanos realizados ou organizados a partir de cidades menores, do interior e de realidades não metropolitanas auxiliam na intensa tarefa de desvendar o urbano num país de dimensões continentais e de contextos regionais diversos.

Os textos apresentados neste livro contribuem para o entendimento de diferentes dimensões do urbano com ênfase em reflexões de cunho teórico-bibliográfico e empírico que temos certeza auxiliaram a outros pesquisadores nas suas análises e inquietações.

Nos três primeiros capítulos o leitor encontrará abordagens mais gerais sobre a dinâmica urbana. No primeiro, Lisandro Pezzi Schmidt apresenta uma reflexão teórica sobre a cidade como negócio e potenciais oportunidades para o setor imobiliário, evidenciando a fragmentação do espaço e a perda do planejamento da cidade para a gestão, sempre atenta a responder às demandas das ações e dos projetos do setor imobiliário. No segundo capítulo, Ângela Maria Endlich expõe diversos elementos para refletir sobre as pequenas cidades, em termos da sua definição, dinamismo, especialização e centralidade, contribuindo para um profícuo debate ao elencar diversas interrogantes para continuar com as discussões. No capítulo três, Valéria Barreiro Postali-Santana tenta desvendar o que há de novo na cidade a partir do estudo dos circuitos da economia urbana.

Os seguintes capítulos do livro levam ao leitor para algumas dimensões ou temáticas mais específicas nos estudos urbanos. Como nos capítulos quatro e cinco em que se abordam questões relacionadas com consumo e comércio. No texto de Virgílio Manuel Pereira Bernardino são analisadas duas feiras em Maringá e Leiria (Portugal) como espaços de resistência às lógicas do capitalismo global. Por outro lado, no capítulo de Márcio Roberto Ghizzo aborda-se o comércio no aglomerado urbano de Maringá, destacando a primazia do comércio da cidade polo e um comércio mais local nas outras cidades.

A temática do espaço público e da esfera pública dá uma certa unidade aos capítulos seguintes do livro. No capítulo 6, Marcos Clair Bovo e Pedro Henrique Bruno Martins apresentam uma interessante discussão teórica sobre espaço público, lazer e parque urbano, com destaque para a complexidade que significa abordar os conceitos de espaço público e lazer, além das

mudanças nos significados e nas características dos parques urbanos. Carlos Roberto Loboda e Daniel de Araujo Silva analisam, no capítulo 7, o espaço público a partir da sua apropriação e uso para atividades consideradas sagradas ou profanas, com uma base empírica de diversos espaços nas cidades de Guarapuava (PR) e Ituiutaba (MG). Já no capítulo 8, Dean Fábio Gomes Veiga analisa o conceito de esfera pública em Habermas, tentando, a partir dessa conceituação, entender o espaço público.

Continuando no capítulo 9, de autoria de Ezequiel de Oliveira Andrade e Fábio Rodrigues da Costa, é abordado o tema da violência no espaço urbano, especificamente a análise sobre a violência em Campo Mourão, a partir da espacialização dos homicídios. Os autores concluem que há concentração desse tipo de violência em alguns bairros da cidade e forte concentração na população masculina e jovem, seguindo uma tendência geral do Brasil.

O fechamento do livro representa também um retorno ao ponto de partida. Com efeito, no capítulo 10, Ricardo Luiz Töws e Cesar Miranda Mendes retomam a dimensão do planejamento urbano com uma análise detalhada de um projeto imobiliário em Maringá, que representa um exemplo claro de planejamento estratégico e demonstra as relações próximas entre os grupos que representam interesses específicos do setor imobiliário e a administração pública.

Em síntese, o esforço que representa este livro oferece aos leitores interessados nas temáticas do espaço urbano uma ampla variedade de dimensões de análise e temos certeza que contribuirá com as reflexões tão necessárias para continuar desvendando o urbano no Brasil.

Oscar Sobarzo
Aracaju, dezembro de 2016

Apresentação

O livro “Estudos Urbanos: conceitos, definições e debates” é o resultado das atividades e pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam - GEURF, em parceria com outros grupos situados em diferentes lugares do país. A finalidade do livro é difundir os resultados das pesquisas para a comunidade acadêmica, bem como fortalecer o debate, o diálogo e as reflexões sobre o espaço urbano.

O GEURF foi formado no ano de 2010 e tem a sua trajetória direcionada para as seguintes temáticas: produção do espaço urbano e áreas verdes urbanas. No ano de 2013 lançou a coletânea intitulada “Estudos Urbanos em Perspectivas: reflexões, escalas e desafios” abordando o urbano a partir de um viés interdisciplinar. O grupo também organizou dois eventos: o I SEURB - Simpósio de Estudos Urbanos: desenvolvimento regional e dinâmica ambiental - no ano de 2011, e o II SEURB - Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço - em 2013, ambos na cidade de Campo Mourão, Paraná.

As discussões promovidas foram demasiadamente importantes para o fortalecimento do grupo, que agora promove uma obra com dez capítulos composta por pesquisas teóricas, conceituais e aplicadas elaboradas por pesquisadores oriundos das universidades paranaenses e de outros estados brasileiros. Os temas abordados tratam da gestão da cidade, do planejamento estratégico de cidades, da definição de pequenas cidades, dos circuitos da economia urbana, dos espaços do capital e os lugares de resistência, do comércio e o consumo no espaço urbano, do

espaço público, das praças públicas, da relação entre o sagrado e o profano no espaço público e da violência urbana.

As pesquisas apresentadas no livro são atuais e procuram oferecer contribuições críticas que possam colaborar para o enfrentamento dos grandes desafios existentes no espaço urbano brasileiro no início do século XXI, especialmente em um período no qual mais de 85% da população reside nas áreas urbanas. Esperamos que o livro possa efetivamente promover uma análise crítica e fecunda do espaço urbano, oferecendo ao público reflexões teóricas e conceituais qualificadas.

Agradecemos aos autores dos capítulos pela confiança depositada no grupo e pelo compromisso com a pesquisa acadêmica. Desejamos aos leitores interessados nas temáticas uma boa leitura.

Os organizadores

Capítulo 1

Oportunidades emergentes e negócios imobiliários: necessidade ou realização para a gestão da cidade?

Lisandro Pezzi Schmidt

Introdução

Crescimento e acumulação, expansão e produção imobiliária, competitividade empresarial e inovações nas modalidades de financiamentos são temas recentes no que se refere às oportunidades e ultrapassados quando analisados sob a ótica da lógica das forças locais que atuam numa cidade.

Tornar a cidade como espaço de excelência e de negócios com garantia de desenvolvimento econômico e social é o discurso imediato de qualquer governo local, mesmo quando este discurso, na prática, destoa das perspectivas de integração de projetos e programas municipais. A vida urbana e o movimento de produção mostram constantemente a permanência de contínuas necessidades em relação à segurança, infraestrutura, educação e saúde, pelo fato de tais necessidades estarem distantes de

intervenções que ampliem de forma eficiente a qualidade dos serviços em diferentes níveis.

Governos locais têm como necessidade a manutenção de um diálogo constante sobre crescimento econômico e social, nem sempre alcançado por grande parcela da população urbana, que possa, efetivamente, elevar a solução das questões vivenciadas para níveis desejados e compreendidos como ideais pela sociedade.

É comum, no espaço urbano e num contexto que considera questões contemporâneas necessárias e pontuais, a abertura mais do que desejada para o empreendedorismo urbano na gestão da cidade. Fato amplamente tratado por Harvey (2005), pode-se afirmar que a transição do modernismo de base urbana para o pós-modernismo, com relação ao *design*, às formas culturais e ao estilo de vida, também está conectada à ascensão do empreendedorismo urbano e muito próxima das ações recentes dos governos locais, na medida em que acompanhamos forças que buscam garantir oportunidades e novos negócios com a promoção imobiliária.

Seja como destino, seja como sonho, a cidade assume, em essência, aquilo que se realiza e se efetiva de diferentes formas e conexões, recriando oportunidades e direcionamentos em diferentes escalas.

O texto reúne reflexões e observações de matrizes produzidas em algumas cidades e a polarização dos agentes envolvidos na promoção imobiliária para renovações e criação de áreas para circulação do capital. Observamos o surgimento de negócios em meio às oportunidades, as quais aqui denominamos como negócios flutuantes e empreendedores, com o intuito de reunir o interesse individual e/ou associado a um ou mais grupos com vistas a garantir a produção de negócios imobiliários inovadores e reforçar a fragmentação do espaço.

Os negócios flutuantes, além de permitirem a realização de amplos negócios, associam-se aos planos dos governos locais e às grandes empresas, para ofertarem a cidade desejada por parte da população, que será atendida por produções habitacionais

elitizadas e diferenciadas. Nesse aspecto, o desejo de produção concilia estratégias, redirecionamentos e relações pontuais para definir regulamentações, cujas posições passam pela tomada de decisões em projetos urbanos que tentam repassar ideias e objetivos de promoção de bem estar à população.

O objetivo do texto é apresentar pontos-chave na promoção imobiliária e que sintetizam o que vem ocorrendo em algumas cidades. Embora reconheçamos padrões diferenciados na produção das cidades, os caminhos permanecem na esteira no que tange ao que se reforça como um planejamento e gestão urbanos eficientes, amplamente voltados para a reconstrução de espaços para novos negócios.

Percebemos, também, além das motivações para ocupação de áreas nobres onde possa existir a aplicação de algum instrumento para a garantia da função social da propriedade em Lei municipal, uma ampliada produção de empreendimentos imobiliários associados na realização de grandes obras nas cidades e na manutenção do *status* e da aparência.

O texto está dividido em duas partes. A primeira discorre sobre a gestão da cidade e suas oportunidades. A segunda traz a reflexão sobre as oportunidades emergentes e os negócios imobiliários, a partir de alguns exemplos em cidades de diferentes portes.

A gestão da cidade e as oportunidades

As diversas e inesgotáveis formas de produção e consumo apontam a necessária compreensão dos motivos por que a gestão da cidade está atrasada, principalmente quando se percebem problemas intensos e que demandam muitos esforços para a tomada de decisão e, ao mesmo tempo, apontam para a necessidade de manutenção da parceria do público com o privado, de forma radiante e imediata.

Ribeiro e Santos Junior (2011) sintetizam o que vivemos na cidade brasileira contemporânea. Para os autores, a cidade resulta da combinação de dois mecanismos complementares: a livre

mercantilização e a perversa política de tolerância com todas as formas de apropriação do solo urbano. No primeiro caso, a livre mercantilização permite a aliança entre as forças que comandam o projeto de desenvolvimento capitalista, os interesses das firmas internacionais e as frações locais da burguesia mercantil inseridas no complexo conformado pela tríade produção imobiliária – obras públicas – concessão de serviços públicos. Por sua vez, o clientelismo urbano é alimentado por práticas perversas de acobertar uma série de ilegalidades urbanas que atendem a interesses dos circuitos da economia subterrânea das nossas cidades (comércio ambulante, vans, etc.) e a necessidade de acessibilidade da população às condições urbanas de vida, dando nascimento às entidades filantrópicas que, muitas vezes travestidas de ONGs, usam recursos públicos para prestar, privada e seletivamente, serviços coletivos que deveriam ser providos pela Prefeitura.

Assim, para as gestões municipais não se trata apenas de tentar transformar as cidades em meros espaços de recepção para investimentos, mas de garantir que, numa época em que vivemos intensas e repentinas mudanças nos padrões de vida da população, as definições para as cidades também possam apresentar alternativas para marcar novas orientações para suas transformações econômicas e sociais.

Ao acompanharmos as negociações entre agentes e representantes de outras localidades, identificamos que a facilidade para chegada e implementação das ideias inovadoras promove a aproximação de destinação de recursos aplicáveis à indústria imobiliária e de tentativas de resolver numa única ação a reestruturação de setores de cidades ainda pouco valorizados.

O setor produtivo participa ativamente das estratégias adotadas junto aos governos locais e parece crescer e estender ideais que possam esboçar tudo que faz de uma cidade o ponto atrativo de investimento e representação como, há tempos, acompanhamos nos apelos feitos para Curitiba, em território paranaense. Os pontos de sucesso de um projeto que fez saltar investimentos imobiliários e atratividade populacional

permanecem, permitindo a existência de discursos e representações de números e percentuais como redução da pobreza, mecanismos de transparência das contas públicas e forte capacidade de investimentos.

Botelho (2012) ressalta que, paralelamente à crescente união do capital financeiro com o imobiliário, que afeta, em grande medida, tanto a estrutura quanto o tecido urbano das grandes metrópoles, observa-se o aprofundamento do processo de segregação socioespacial nas metrópoles, o que se estende também para outras cidades. O capital flexível e livre de regulamentações materializa-se, segundo Botelho (2012), em um espaço urbano marcado por grandes empreendimentos de uso misto, cercados e isolados das áreas de residência e circulação dos mais pobres.

Nesses casos, o foco passa ser a atratividade nas produções para uma população que também é motivada para novas economias, geradas em novos espaços e conseqüentemente, uma mobilidade de investimentos identificados em bares, restaurantes, lojas de material de construção, posto de combustível, farmácia.

A produção da cidade e o crescimento a qualquer custo trazem como conseqüências variadas formas que permitem acompanhar a trajetória de transformações vividas nas cidades. Em tempos em que se observam várias e intensas iniciativas para recomposição de espaços que visam ao surgimento de empreendimentos imobiliários considerados de elevados *status*, aceleram-se as parcerias e o tratamento das gestões para que se ofereçam projetos que também representem mudanças e transformações proporcionadas pela gestão municipal.

A lógica para o entendimento das estratégias dos agentes locais, neste caso, as construtoras e incorporadoras, passa pela interpretação da intencionalidade com que se realizam as ações e como são construídas pelas relações sociais que irão determinar a dinâmica urbana e o comportamento diferenciado do Estado (SCHMIDT, MENDES, TOWS, 2013). Não obstante, placas de financiamento de obras de infraestrutura com recursos

financiados colaboram para o redirecionamento que é dado e incentivado pelo governo local.

O Planejamento e a Gestão urbanos sempre estiveram associados à ideia de desenvolvimento econômico e também como desenvolvimento urbano, sendo o desenvolvimento uma mudança social positiva com base em uma Autonomia Individual e também Coletiva. Essa perspectiva Autonomista foi defendida por Souza (2000) e, novamente retomada em 2002, com base na filosofia de Cornelius Castoriadis, considerada como princípio e parâmetro central para a avaliação de processos e estratégias de mudança socioespacial. A Autonomia Individual e Coletiva, rica em valores instrumentais e intrínsecos, relaciona-se à esfera pública (quando discute questões urbanas que envolvam a sociedade como um todo) e também se relaciona à esfera privada (quando se discute, por exemplo, a satisfação que cada um tem no que tange à educação, moradia, saúde, entre outros aspectos). É a defesa da Autonomia um princípio básico de Planejamento e Gestão.

O contexto neoliberal no país, sobretudo, a partir dos anos de 1990, parece ainda desconsiderar razões promovidas para um planejamento urbano mais conciliador no conjunto das ações e em busca de maior distribuição dos recursos financeiros destinados à melhoria das condições de vida da população nas cidades.

As reformas econômicas estruturais de caráter neoliberal começaram a ser implementadas com a adoção de políticas de liberalização econômica e com a privatização de empresas estatais. Assim, os problemas sociais nas cidades indicam a existência de uma crise urbana, como acentua Santos Junior (2008), onde a dinâmica de produção e gestão das cidades, fundada na desigualdade e na segregação socioespacial, é produtora de graves problemas sociais.

Nos anos de 1990, as mudanças políticas, econômicas enfraqueceram o sistema de Planejamento do tipo tecnocrático, fortalecendo, assim, ainda mais a Gestão de cunho mais democrático e flexível, tomando forma, em muitos casos, nas

administrações municipais que têm real preocupação com as causas sociais. As correntes com pretensões reformistas que deslançaram nos anos de 1990, o “planejamento politizado” ou “alternativo” brasileiro, derivado do ideário da Reforma Urbana, parece ser o que mais avançou, apesar dos pesares (SOUZA, 2000, p. 71). Por essa razão, o Planejamento, que não deixou de ser burocrático e tecnocrático ao mesmo tempo, mostrou-se com incapacidade para ultrapassar o exercício entre o plano e a ação, desconsiderando a ação participativa do cidadão. Essas e outras questões levaram o espaço urbano para um determinado rumo em que prevaleceu a lei da competitividade, resultado do enfraquecimento da intervenção do Estado e do fortalecimento da ideologia neoliberal. Souza (2000, p.31) aponta para um “enfraquecimento do Planejamento e a consequente popularização do termo Gestão que ‘representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do 'mercado livre'”. Sob esse aspecto, Souza (2002) ainda percebe a substituição de um Planejamento considerado forte, típico da era fordista, por um Planejamento fraco, em que se direciona a muita Gestão e pouco Planejamento.

Maricato (2006) ressalta a reestruturação do espaço urbano a partir do início do ano 2000, com a implantação do Estatuto e do Ministério das Cidades, com transformações da trajetória da política habitacional no país, marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da habitação para a população de baixa renda. Questões como o acesso à terra urbana e à igualdade social foram colocadas no topo da lista das agendas política e de desenvolvimento.

O ano de 2015 marcou o início da revisão dos planos diretores em várias cidades do país. Momento em que muito se discute o que será das cidades com poucos e escassos financiamentos. Mais uma vez, observamos que as gestões locais estão mais preocupadas em garantir a demanda e o movimento imobiliário que acompanhou o país na última década e principalmente a partir de 2009, com o Programa Minha Casa

Minha Vida, do que a possibilidade para repensar os equívocos provocados nas diretrizes dos Planos Diretores e no conjunto de leis municipais que pouco ou nada corrigiram e ainda permitiram a forte especulação imobiliária. Portanto, uma nova direção para a produção imobiliária é necessária, não só no sentido de promover diretrizes em Planos Diretores, mas também de estimular a captação de recursos para planos municipais como para Habitação Social, oriundos da implementação de instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, desde 2001.

A intervenção do poder público no espaço urbano espelha um conjunto de ideias e de representações que são evidenciadas pela articulação e interesses que orientam a estrutura urbana. Torna-se, então, fundamental interpretar como se estabelece o exercício do poder e como são determinadas as decisões políticas. As práticas políticas são também ações sociais que amparadas na lei ou no consenso de um grupo social estabelecem relações de poder.

Desta forma, o planejamento e o conjunto de leis com caráter normativo e regulatório são constituídos pela ação considerada de caráter tradicional, na medida em que pouco se observam avanços democráticos, debates mais amplos e construídos em parceria com instituições públicas. O adensamento da produção imobiliária e o fracasso de apostas dos lançamentos imobiliários, que até pouco tempo no país, contavam com fortes linhas e modalidades de financiamento público, com reduzidas taxas de juros e maiores prazos, motivaram gestões locais a permitirem maior intervenção dos agentes privados para a definição dos rumos da produção imobiliária.

As oportunidades emergentes e os negócios imobiliários

Para avançar na reflexão, é necessário entender que as relações entre o uso das terras urbana e rural estão intensamente envolvidos em novos projetos. Os novos projetos nem sempre correspondem às demandas locais, como aquelas para produção

de habitação para grupos de baixa renda, mas intensificados e espalhados em locais que possam abrir novas oportunidades para a atividade imobiliária.

A produção é identificada na área urbana em condomínios residenciais fechados que atendem a uma pequena parcela da população local, Shopping Center e conjuntos residenciais próximos aos sofisticados estádios de futebol. Na área rural ocorre a construção de conjuntos residenciais próximos à instalação de Campi Universitários, a transformação das áreas e um intenso uso em grandes áreas, transformando-as em objetos de uso das atividades urbanas.

No caso das instalações de novos *Campi* Universitários, eleva-se a autoestima de gestores que procuram signos de uma nova geração que sequer irá conviver nesses espaços, a não ser aqueles para sua qualificação. Incorporadores, construtores, empreiteiros individuais, direcionam seus esforços para acompanhar os produtos do urbano com vistas ao novo grupo e, não se trata de um grupo de estudantes, mas do grupo de investidores para novos setores da cidade que estão sendo construídos.

Os discursos e a divulgação dos negócios em torno do novo projeto são construídos e mantidos por quem apostou rapidamente que seria o melhor a ser feito em áreas desvalorizadas. Nessas áreas, mesmo que exista, em parte, alguma atividade rural, esta passa a ser envolvida no projeto que produz riqueza para um ou mais proprietários. Daí, surge, e quase que imediatamente, o desejo de tornar-se urbano a qualquer custo, sendo aplicáveis todos os instrumentos possíveis para a implementação da regularização de terras, esquecendo diretrizes em Lei que reforçam a não expansão do perímetro urbano.

Tows (2015), ao tratar da cidade de Maringá, argumenta que as pessoas que participaram das gestões e se locupletaram com a iniciativa privada, sempre tiveram em mente fazer do ente público a extensão do quintal de suas casas, não entendendo-o como bem público para todos os cidadãos, antes, entendendo-o como possibilidades de realização de seus interesses. Partiram do

princípio generalizante, em que o convencimento das ações e estratégias para a população, poderia ser a grande saída para a manutenção da paz social e da formação de uma alienação social. Essa alienação social só foi possível porque a sociedade, como os agentes gostam de chamar, foi convencida, no decorrer de diversas gestões, de que o planejamento que era feito para a cidade era para todos os cidadãos, quando, na verdade, sempre foi apenas a manutenção do modelo socioeconômico oriundo da própria formação do Estado Nacional reproduzida no local, que é a manutenção de uma hegemonia.

Na Figura 1, é possível observar área em expansão imobiliária em Guarapuava - PR, intitulada Cidade dos Lagos, no Bairro Industrial e, na Figura 2, observa-se recente construção de apartamentos residenciais no entorno da Arena do Grêmio em Porto Alegre - RS.

Figura 1: Vista parcial de área em expansão imobiliária em Guarapuava



Fonte: Schmidt, dezembro (2015).

O empreendimento Cidade dos Lagos surgiu concomitantemente a doação de área para Instalação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em Guarapuava. Compreende a venda para lotes comerciais e residenciais, instalação do Hospital Regional, *Shopping Center*, Edifício de Clínicas, Edifício Residencial, instalação de Faculdade para curso de Medicina e instalação de prédios públicos.

Junto à divulgação do empreendimento, que tem como foco a existência de um novo conceito, diferente de tudo que já realizou na cidade, a gestão local participa direta e indiretamente mediante investimentos em melhoria e ampliação da infraestrutura para o empreendimento Cidade dos Lagos.

Figura 2: Vista parcial de empreendimento imobiliário e área vizinha em Porto Alegre



Fonte: Schmidt, novembro (2015).

É possível observar os valores concebidos à obra da Arena do Grêmio, com a ideia de reproduzir um estilo de vida que valoriza “o morar moderno” ao lado de uma grande obra. Corresponde a um processo de Gentrificação acelerado pela produção imobiliária. Ao mesmo tempo em que na propaganda do empreendimento observamos como o “melhor sucesso imobiliário”, logo somos induzidos a pensar que as obras de infraestrutura já estão garantidas, bem como a mobilidade urbana. Esses e demais rótulos produzidos pelos agentes imobiliários estão cada vez mais presentes nas cidades, como podemos observar na Figura 3, que apresenta uma placa para divulgação de um novo empreendimento em Balneário Camboriú - SC, cuja divulgação reforça a qualidade para futuras gerações.

Figura 3: Vista de um painel de vendas de empreendimento em Balneário Camboriú



Fonte: Schmidt, novembro (2015).

Nesses casos, como acentuou Souza (2000), o planejamento regulatório que ainda existe em muitos países do mundo e em nosso país, vem sendo substituído por um

planejamento empresarialista que nada mais é do que uma negação do planejamento regulatório clássico. Esse planejamento empresarialista trata em não disciplinar e muito menos “domesticar” o capital em nome do “bem comum”, mas atender às necessidades dos grupos dominantes. Sua preocupação central é de colaborar, mediante uma parceria público/privado, para o florescimento de uma governança urbana orientada para o desenvolvimento econômico local e a competição interurbana pela atração de novos investimentos.

Do exposto, nota-se que os objetivos determinados pelos agentes é manter ativos os espaços de produção associados a um mercado influenciado por aquilo que represente inovação e proporcione vida útil de espaços pouco valorizados. Conseqüentemente, os espaços ociosos representam atraso em relação ao sentido dados às novas áreas produzidas, pois elas permitem realocações e novas formas e conteúdos que inovam a realização do morar numa mesma cidade, com outros meios de convivência, seja perto de palcos de atração de pessoas, seja perto da beleza dos novos e luxuosos prédios edificadas. Para Botelho (2012):

Grandes operações de rearranjo urbanístico são levadas a cabo pelo Estado, atendendo a interesses privados ligados ao capital monopolista, com a finalidade de criar novos espaços que sirvam à lógica da reprodução capitalista. A desregulamentação crescente do mercado, um dos pilares do credo neoliberal hegemônico nas políticas econômicas das últimas décadas, tem, por sua vez, sua contraparte espacial: a dispersão do espaço construído, a proliferação de áreas cercadas e de acesso restrito, a segregação dos mais pobres em áreas distantes dos centros de produção, consumo e lazer (BOTELHO, 2012, p. 298).

Assim, a maneira de promover o desenvolvimento urbano pelos governos locais é ainda percebida pelas intervenções em espaços que já foram revitalizados, fazendo existir na cidade um desequilíbrio desenfreado de decisões que tentam passar, na

prática, algum tipo de inovação repetida e mantida por agentes locais em espaços recriados.

A ideia central da gestão local é, então, promover uma maior cooperação entre os agentes locais, garantir uma diversidade de estruturas e forças que atuam numa mesma direção, ou seja, permitir a manutenção de projetos imediatos, externando sua necessidade imediata, fazendo companhia aos discursos de obras de forte impacto local e regional como a construção de um Hospital ou de um Centro Universitário; em alguns casos, de uma Arena ou reforma de um estádio. A alocação dessas obras torna-se o motivo para uma nova cidade, na condição de que, ao criar relações de produção associadas às obras, é possível imaginar projetos de uso intenso para moradia elitizada em harmonia com o novo e abandonar as conotações depreciativas de áreas que permaneceram pouco exploradas pelo mercado imobiliário.

Nesse conjunto, a existência dos espaços de circulação do capital correspondem ao aparecimento de alguns pontos observados nas cidades investigadas: a propriedade da terra está concentrada nas áreas melhores dotadas de infraestrutura que permitem algum tipo e eventual mudança de uso, como de área residencial para área comercial e/ou mista; as novas áreas só assim passam a existir por que há, acima de tudo, a garantia de outros novos empreendimentos; o aproveitamento das áreas rurais e com elevado potencial construtivo é assegurado pelos mecanismos legais, criados e estendidos para bolsões que asseguram a rentabilidade do investimento do negócio imobiliário, bem como a extensão da representatividade política e partidária. A realização, então, para um novo negócio, torna evidente aos futuros empreendedores que o melhor a fazer é produzir para um público específico, com poderes de reais investimentos e de mudança na paisagem esquecida durante bastante tempo pelas gestões e pelos investidores imobiliários.

Em outros casos, como em Balneário Camboriú - SC, recentes iniciativas previstas na revisão do Plano Diretor (2015) buscam mecanismos legais para diminuir a produção da indústria

imobiliária em locais onde a produção é concentrada, associando diretrizes para garantir a identidade de uma cidade turística. Somam-se mudanças nos parâmetros de uso e ocupação do solo, com vistas a permitir intervenções pontuais com foco em projetos de mobilidade urbana.

Decorrente da intensa dinâmica imobiliária observada em diferentes cidades e de diferentes portes, a produção imobiliária está no centro das preocupações das gestões locais. A necessidade de reformulações pontuais das gestões locais passa pelas ações para garantir a identidade dos lugares, transformadas pelas direções e rumos definidos pela iniciativa privada e em parceria com o poder público.

Considerações finais

A realização das ações na cidade e da política pública em tempo de livre circulação e flutuação do investimento imobiliário para áreas consideradas novas acompanha a atual conjuntura de que prevalece a junção de forças locais de agentes com o intuito de ofertar e recriar espaços renovados e ampliados, contrapondo a execução de mecanismos que forcem a ocupação de áreas ainda não produzidas, mesmo que a demanda seja parcialmente atendida ou financiada pelas organizações públicas.

É comum a observação de obras inacabadas e abandonadas em cidades. Trata-se de uma ilusão da produção de que a cidade necessita de revitalização e de novos espaços amplos e que redirecionem tudo o que não se concretizou, como projetos possíveis para mobilidade urbana. Em contrapartida, projetos e programas voltados para o bem-estar e atendimento das demandas necessárias são deixados para intervenções futuras.

Os agentes aprimoram suas estratégias, negligenciando os limites impostos pelo que se convencionou chamar de um planejamento participativo. Nesse planejamento, tão aprimorado nos Planos Diretores e nos meios de divulgação dos governos locais, não aparecem possíveis consequências de todo o processo e sequer meios que apontem correções das decisões tomadas, sem

que exista a contínua avaliação e monitoramento quanto à expansão das áreas e ao custo de manutenção pelo poder público dessas áreas.

Observamos que o compromisso da gestão urbana está cada vez mais alicerçado a um compromisso com o mercado, capaz de garantir funções e mediar a competitividade orientada para obras de impactos. São obras que redesenham vias, aglomeram negócios, impactam pela beleza e aceleram o foco das intervenções em áreas não ocupadas pela população empobrecida. No prisma em que são idealizados os investimentos e necessidades como em planos para mobilidade urbana, o não abandono das práticas clientelistas é motivo que tenta mascarar a presença de um governo forte e eficiente.

O tratamento das novas áreas, onde estão sendo instalados as grandes obras e os novos empreendimentos, denota o sentido dado à tentativa de aliar interesses privados com enfoque na valorização da gestão da cidade. São intervenções não executadas em outras oportunidades, que agora procuram apresentar à população local intervenções que representem uma gestão comprometida com grandes obras e distante na resolução de questões envolvendo espaços onde é baixo o investimento de capital.

Tais motivos levam aos planejadores do uso do solo a um discurso viciado de cidade para todos, quando, na verdade, a intenção é que todos estejam motivados em ampliar seus negócios, sem que exista de fato, ações que garantam às cidades a situação de melhores espaços de vida.

A consequência é a repetição de processos passados de que não existe uma cidade para todos, não há uma integração simultânea para todas as partes de uma cidade. A sincronização somente é observada se houver algum tipo de interesse para facilitar uma agenda de negócios que torne a ação e posição dos construtores/incorporadores mais flexível e ativa no contexto urbano.

Enquanto não houver mecanismos aplicáveis para uma discussão mais acabada, que tenha como rumo o que se quer com

o crescimento e o que é reservado como desenvolvimento urbano, a cidade, muito mais que um espaço destinado a vida, é o espaço ainda pouco entendido pela população em suas diferentes dimensões. A realização dos espaços de diálogos devem então ser garantidos.

Diante das questões observadas, a pergunta é: seriam então os horizontes para novos olhares da gestão para o urbano ou seria a gestão congelada no tempo pelos administradores que se julgam modernos os responsáveis pelo urbano?

Em busca de respostas à questão, retomamos algumas ideias: a gestão da cidade deve garantir áreas de domínio público e retomar a aquisição de novas áreas para assentamento da população empobrecida, assim como promover a regularização fundiária; não flexibilizar a expansão do perímetro urbano sem pensar na totalidade da cidade e da produção e investir em políticas setoriais que considerem as novas produções imobiliárias e não ao contrário.

Esperamos vivenciar experiências de diretrizes para o planejamento e gestão urbanos que possam perceber a cidade como espaço de todas realizações possíveis para atividades humanas e, assim, que o slogan “nós podemos” seja o desejo e a segurança da convivência, assegurada para quem vive a cidade e suas riquezas.

Para finalizar, deixamos duas questões para reflexão: o que restará para as cidades que ainda não alcançaram o desejo esperado por quem ainda hoje realiza os negócios? O que será da gestão que ainda está longe de começar na prática uma gestão democrática e participativa?

Referências

BOTELHO, A. B. Capital volátil, cidade dispersa, espaço segregado: algumas notas sobre a dinâmica do urbano contemporâneo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 297-315, jul./dez., 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. **Políticas Sociais**. Acompanhamento e Análise. Brasília: Ipea, nº 12, fev., 2006.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. **Desafios da questão urbana**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=906>>. Acesso em: 01 de dez. de 2015.

SANTOS JUNIOR, O. A. Cidade, cidadania e planejamento urbano: desafios na perspectiva da reforma urbana. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, Anpur, 2007. p. 293-313.

SCHMIDT, L. P.; MENDES, C. M.; TOWS, R. L. Urbanização e dinâmica socioespacial em centros urbanos paranaenses. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 12, p. 55-66, 2013.

SOUZA, M. L. de. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p. 67-100, 2000.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TÖWS, R. L. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015, 359 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

Capítulo 2

Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades

Angela Maria Endlich

Le solite cose,
Le solitefacce,
I solitidiscorsi
Di una piccolacittà.(...)
Piccolacittà
Dove non succedeniente.(...)
Maci vivo volentieri
Perchèsisti tu
E se un giorno tu partissi
Partirei con te.
(PiccolaCittà/GigliolaCinquetti)¹

A vida acadêmica é marcada pelo ir e vir quanto aos temas de pesquisa, a forma como os compreendemos e abordamos. Após quase duas décadas estudando pequenas localidades,

¹Tradução: “As coisas habituais, os mesmos rostos, os discursos habituais de uma pequena cidade (...) Pequena cidade, onde nada acontece. (...) Mas eu vivo feliz porque você existe. E se um dia você se for, partiria contigo”.

compreendemos que devem ser constantes as retomadas. Nesse texto, pretendemos retomar questões conceituais a respeito das pequenas cidades e termos afins. Muito provavelmente não se trata de dizer algo novo, mas quiçá de modo mais preciso ou apenas uma nova tentativa na maneira de expressar nossa compreensão. De qualquer modo, a pretensão é de avançar no entendimento do tema.

Portanto, retornamos a questão da conceituação acerca das pequenas cidades e apresentamos pontos de reflexão, sem intenção de fazer um mapa conceitual completo, mas de apresentar ponderações que nos ocorreram e que podem contribuir na compreensão dessas localidades. Trata-se de sistematizar e compartilhar um pouco mais de parte da trilha percorrida e algo do discernimento que ela permitiu alcançar até então.

Ainda que a produção acadêmica acerca das pequenas localidades esteja aquém da necessária, tem aparecido contribuições diversas tornando a realidade delas um pouco mais estudada. Por isso, o debate conceitual igualmente apresenta novos registros, como o de Sposito e Jurado (2013) que optam por falar em cidade pequena considerando que comumente no Brasil o adjetivo acompanha o substantivo. Eles consideram a riqueza empírica, pois elas são muitas e bastante diversas compondo um complexo objeto de estudo. Fresca (2010) propõe diferenciação entre o uso do conceito de cidade local e de pequena cidade. Outros referenciais são expressivos e serão considerados ao longo do texto.

Optamos em estruturar esse texto em pequenos tópicos, ao invés de partes mais longas. Esta estrutura proporciona maior clareza, mas para ser mais objetiva, prescinde de argumentações e problematizações longas. Os itens a seguir apresentados sinalizam o debate conceitual proposto e seus desdobramentos. Compreendemos que este texto deve ser somado a outros com o mesmo intento, no sentido de fomentar o debate, portanto não tem nenhuma pretensão de contrapor-se a contribuições já publicadas.

✓ **Conceituar e definir pequena cidade é conceituar e definir cidade**

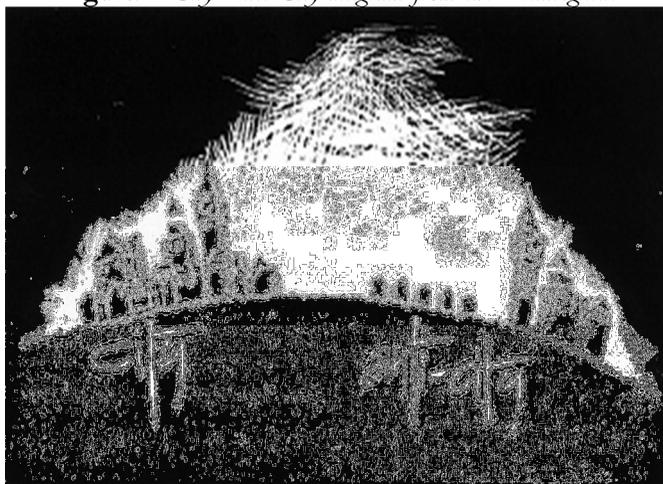
A tarefa de conceituar e definir pequena cidade consiste em buscar justamente elementos, processos ou atributos que permitam compreender o limiar de uma cidade. Textos decorrentes de reflexões originadas em análises de cidades maiores e que buscam contribuir com a mesma conceituação não se apegam a esse limiar, fazendo referência a sociabilidade, a cultura e vida urbana cotidiana. Alguns remetem a ideia de cidade como aglomeração ou expressão material do processo de urbanização. Rolnik (1995) em “O que é cidade”, por exemplo, fala da cidade como um imã, como escrita, como espaço político, como mercado e, por fim, cidade do capital. Parece não haver nestas concepções preocupações sobre ser ou não cidade, já que os espaços analisados pela sua dimensão não deixam essa dúvida. Portanto, parece que essa é uma inquietação de pesquisadores que se voltam aos espaços neste sentido questionáveis: as pequenas cidades. Não existem dúvidas quanto a ser ou não cidade para uma localidade de porte médio ou grande. A dúvida está exatamente no referido limiar. Talvez, trate-se então de estabelecer uma definição. Convergimos com Sposito e Jurado (2013, p.30) quando afirmam que a definição é uma delimitação mais exata com base em limites precisos. É certo, ainda, que a busca por esses limites deve estar pautada por elementos extraídos da conceituação. Pequena cidade é a localidade onde os elementos, processos ou atributos mínimos devem estar presentes e onde pode ser reconhecida a existência de uma cidade, embora com patamares elementares.

✓ **Cidade e anti-cidade ou Cidade e quase cidade?**

A reflexão desse item foi gerada quando nos deparamos com a imagem a seguir (Figura1). Ela não foi elaborada com o propósito do raciocínio que nos provocou, conquanto há nela referência a escala de desenvolvimento urbano. O que são as localidades que não alcançam o patamar de cidade? São a negação

dela ou dela se aproximam? Olhar para a referida figura nos ajuda perceber, em que pese o *city* e *anti-city*, que não se trata de uma negação, mas de uma aproximação. Então, as localidades que não alcançam os níveis mínimos não correspondem a uma negação ou contraposição das cidades, mas tanto na paisagem quanto nos significados e papéis delas se avizinham. Se a imagem mostra proximidade por meio dos desenhos, os termos *city* e *anti-city* apresenta a segunda como negação da primeira. Defendemos que ela não constitui uma negação, mas uma aproximação. Se não é uma cidade, é uma quase cidade onde circulam processos, valores e dinâmicas similares.

Figura 1: *City Anti-City diagram from the HulmeGuide*



Fonte: David Rudlin.

✓ **A cidade não surge historicamente grande**

Jericó que aparece como a cidade mais antiga ainda existente, com aproximadamente 10 mil anos, tinha quantos habitantes? Sua população atual é de 20.400 habitantes². A sua

² Existem muitas divergências quanto a sua idade, mas sinalizamos o que o site oficial dela apresenta. Do mesmo modo utilizamos dele o número de habitantes atual: <<http://www.jericho-city.org/english.php>.> Acesso em: 19 nov. 2015.

população no passado não é facilmente encontrada, mas o território que aparece nas imagens da Jericó antiga nos indica que ela não poderia abrigar muitos habitantes, ainda que tivesse uma alta densidade demográfica, como era costumeiro a algumas cidades muradas.

Se as primeiras cidades não eram grandes, em população muito parecidas a pequenas localidades atuais, o que faz com que as pequenas sejam atualmente questionadas enquanto tal? Em estudo anterior já sinalizamos e indagamos sobre essa questão (ENDLICH, 2009). Parece que as dimensões alcançadas pelas grandes cidades contemporâneas fazem parecer irrelevantes e questionáveis as pequenas cidades, enquanto tal. Contudo, a cidade como fenômeno universal não surge grande, embora fosse preciso diferenciá-la da aldeia. Para tanto, sabemos que é preciso considerar que para a existência da cidade era preciso que a produção alimentar fosse viabilizada e pudesse dispensar parte da população das atividades primárias; divisão espacial do trabalho (campo-cidade) e uma estrutura de controle que procurava manter a drenagem de excedentes (SINGER, 1998). Com a produção de uma rede urbana cada vez mais articulada e uma divisão espacial do trabalho mais aprofundada, esses atributos não podem ser buscados no entorno próximo, como no campo e na aglomeração próxima. Eles continuam sendo fundamentais para a existência das cidades, mas encontram-se diluídos na escala da rede.

✓ **Pequena demográfica, territorial ou funcionalmente?**

Quando nos referimos a uma cidade como pequena estamos nos referindo a sua população, ao seu território ou a seus aspectos funcionais e seus papéis na rede urbana? É preciso considerar que existem essas três possibilidades quanto a essa atividade comparativa que é classificar e enquadrar uma localidade quanto ao seu tamanho: demográfico, territorial e funcional. É certo que costumeiramente eles estejam relacionados. Ou seja, uma pequena cidade na perspectiva demográfica, possivelmente assim será quanto ao seu território e

quanto aos seus papéis. Entretanto, algumas dinâmicas verificadas como tendências atuais podem alterar essa correspondência entre esses aspectos. Por exemplo, o processo cada vez mais difundido de produção de segunda residência em espaços considerados ambientalmente agradáveis (áreas de montanha, próximas de rios ou litoral) provoca um crescimento territorial em termos de edificações, todavia a população está presente apenas em finais de semana ou nas férias. Do mesmo modo, a tendência de especialização produtiva em pequenas localidades pode trazer a cidade uma expressão funcional com amplos alcances espaciais que superam o que, em geral, se espera do que se considera como uma localidade pequena. Em geral, é o aspecto demográfico que está por trás do nosso referencial mais corriqueiro de comparação. Portanto, é preciso esclarecer que se trata do demograficamente pequeno. Igualmente, quando nos referimos a municípios pequenos é preciso especificar, pois muitas vezes do ponto de vista territorial são municípios extensos e apenas demograficamente pequenos.

✓ **Município não é cidade**

Embora possa parecer evidente para alguns leitores, é preciso fazer essa ponderação, pois existe uma confusão frequente. Talvez porque no Brasil toda sede de município seja considerada oficialmente como cidade. Na análise acadêmica isso não é algo que possa ser automaticamente aceito. Tampouco queremos dizer que cidade e município não tem nada a ver. Estão relacionados, pois no passado o município era uma forma de governo urbano. A parte do município que corresponde ao campo, era apenas o território extra a partir das localidades urbanas. Contudo, ao observarmos na história da instituição do município que com a formação dos Estados nacionais ele foi generalizado por todo o território e estendido como forma de administração, obviamente não havia concretamente uma cidade em todas as áreas. Assim, existe uma localidade que é sua sede, mas não exatamente uma cidade. Devemos considerar que a formalização de um município reforça os papéis de uma

localidade, em especial na perspectiva administrativa e de prestação de serviços. Ainda assim, é preciso diferenciar cidade e município. O município pode ser considerado como a institucionalização formal da escala local no Brasil. Em outros países podem existir outras instituições, mas sempre haverá alguma similar ou equivalente, como por exemplo o caso das comunas na França. Quanto à cidade é preciso que existam algumas características que nem sempre estão em todas as sedes municipais ou pequenas aglomerações. Podemos assinalar que, concretamente, existem mais municípios do que cidades, já que muitas sedes não poderão ser consideradas como tal. Contudo, também pode ocorrer em um município que exista mais que uma localidade ou aglomeração com determinada complexidade e que poderiam ser consideradas como cidades. Neste caso, dentro de um município poderíamos ter mais que uma cidade.

✓ **Conceituar cidade é uma tarefa, urbano e rural é outra**

As pequenas cidades são constantemente questionadas enquanto espaços urbanos. Por isso, é pertinente que o debate que acompanha os estudos dessas localidades contemple reflexões acerca do rural e do urbano. Retomando estudos anteriores (ENDLICH, 2006 e ENDLICH, 2015) assinalamos que compreendemos o rural e o urbano como condições diferenciadas de vida, atualmente imbricadas. São conceitos que surgiram quando o rural era o modo de vida do campo, com determinada condição material que trazia consigo seus valores e cultura. O urbano, então, era o que se contrapunha a esse modo de vida e difundia-se a partir da cidade, igualmente com condição material, valores e cultura diferenciada. Com as profundas transformações vivenciadas pela sociedade e tomando por referência especialmente o Brasil, observamos cada vez mais que o campo não é mais um espaço de moradia, mas de produção e negócios. Ele deixa de ser o *habitat* que correspondia ao rural. A condição econômica e a cultura que a ele condizia não é algo que se vincula ao espaço, mas as pessoas nele inseridas. Tais condições acompanharam os sujeitos e foram reproduzidas ou

recriadas nos espaços onde elas se instalaram, em especial nas periferias urbanas. Quanto ao urbano há muito já se constatou que ele se dissemina a partir da cidade, mas a extrapola. Portanto, o rural e o urbano não possuem mais correspondentes espaciais exatos, mas encontram-se imbricados na espacialidade produzida com a inversão do local de moradia da sociedade brasileira. Por isso, ainda que pequenas localidades não alcancem atributos suficientes para serem consideradas como cidades, a condição de vida tende a ser urbana, pois a apropriação do campo pela grande produção não deixou a possibilidade da reprodução da vida na condição rural para grande parte da sociedade. Ademais, as grandes extensões de cultivos agrícolas e pecuárias só podem ser compreendidas por meio da lógica industrial e urbana. Consideramos que a condição de vida existente tende a ser e não que seja completamente urbana. A condição de vida é a que se realiza na cidade, mas é certo que os sujeitos trazem suas estratégias de sobrevivência, sociabilidade e cultura que são reproduzidas nos novos espaços de vida. São heranças da condição rural que são recriadas principalmente nas periferias urbanas. E a condição urbana é a que, ainda que de modo contraditório, tem sido a predominante. Para Lefebvre (2001 e 2002) ela ainda está por se realizar de modo completo e adequado.

✓ **Pequenas cidades como localidades centrais**

As pequenas cidades possuem historicamente o papel de localidades centrais de acordo com a clássica teoria de Christaller. De acordo com ela, os menores núcleos da rede urbana possuem a função de suprir as necessidades básicas da população. Essa teoria foi retomada por Berry (1971, p.142) que afirmou: “[...] los centros de mercado son una de las causas principales de la aparición de las ciudades [...]”. A maioria das localidades planejadas pela CMNP no Norte do Paraná tinham esse papel, em especial aquelas situadas a aproximadamente cada 15 km (ENDLICH, 2007). Pode-se dizer que elas ainda possuem esse papel, mas ele tem entrado em declínio. Tal mudança explica-se

por dois processos: O primeiro está relacionado a migração da população que deixa a densidade demográfica mais baixa, e, por conseguinte, a demanda de consumo menos significativa leva ao fechamento de muitos estabelecimentos comerciais e de serviços. O segundo deve-se a facilidade de deslocamento atual com rodovias e veículos que diminuem a distância horária dos percursos e articulam de modo mais intenso as localidades, fazendo com que moradores de cidades menores consumam de modo mais efetivo em cidades de porte médio e com papéis regionais na região. A esses dois, podemos adicionar um terceiro processo contemporâneo que afeta a lógica das localidades centrais bem como do comércio tradicional: o comércio pela Internet. Ele tem crescido inclusive em período de crise. Portanto, as pequenas cidades, especialmente as não metropolitanas, tendem a perder centralidade no atual período. O processo de perda de centralidade afeta o potencial explicativo da teoria das localidades centrais, ainda que não o elimine completamente.

✓ **A complexidade mínima e a definição de uma cidade**

Como constatar a complexidade mínima para que se possa constatar a existência de uma cidade? Tendo por referência Sorre, Santos (1979) afirma que existe uma cidade quando há coalescência de funções em uma aglomeração, isto é, quando há uma divisão do trabalho que garanta o mínimo de complexidade econômica e social. Ele propõe o conceito de cidades locais, que ao invés da dimensão demográfica está relacionado ao aspecto funcional das localidades. A cidade local corresponde à dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir aos imperativos da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população. Sem essa complexidade mínima, elas podem ser consideradas, conforme Santos (1979) como pseudocidades ou cidades de sobrevivência. Contudo, como pode ser mensurada essa complexidade mínima? Realizamos uma análise nesse sentido (ENDLICH, 2011), sinalizando para duas contribuições:

1) A primeira é que a complexidade mínima necessária, pode ser apreendida por um critério demográfico, como o proposto por Desmarais (1984, p. 359). Ele assinala que uma cidade deve atender às demandas básicas de pelo menos o dobro da população residente na área intra-urbana. Ela deixaria de ser considerada pequena se esta relação fosse de quatro ou cinco vezes superior a tal população. Por isso, uma cidade definida como pequena pelos seus dados demográficos pode não ser funcionalmente pequena, ou apenas local. A definição desta área de influência depende da densidade demográfica de núcleos urbanos na região de comparação, e do desenvolvimento terciário, como a composição comercial e a *animação* da cidade. Desta maneira, a área de influência de uma localidade é a medida de sua importância. Portanto, a centralidade define-se não apenas pela extensão desta área de influência como pela densidade demográfica existente no entorno das localidades.

2) A segunda forma de avaliar a complexidade mínima ou um nível básico de centralidade, consiste em verificar o número e a variabilidade de estabelecimentos terciários (comerciais e de prestação de serviços) existentes em cada localidade. Ainda que se trate de um critério numérico, são números que só podem ser mantidos mediante uma dinâmica local razoavelmente expressiva. Por isso, pareceu-nos conveniente nesta reflexão. Esta contribuição encontra-se em proposta de Cote (1986), ao estudar a realidade argeliana bem como na obra clássica de Berry (1971). Cote (1986) afirma que pequenas cidades seriam localidades com número de estabelecimentos comerciais entre cem e oitocentos, além de perfazer um total de vinte a quarenta tipos de equipamentos. Além da dimensão e complexidade mínima, este critério pode ser útil na definição do limite superior no agrupamento das pequenas cidades numa tipologia urbana, nesse caso como parâmetros distintivos entre este tipo de cidade e as de porte médio. De acordo com o mesmo referencial, podem ser assim consideradas aquelas que possuem mais de oitocentos estabelecimentos. Ao aplicarmos essa proposta para a região que estudamos, observamos que 103 sedes municipais não alcançaram

o limite de cem estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Na realidade, 58 delas não atingem nem a metade desse número. Em algumas sedes municipais, o número total de estabelecimentos não chega a uma dezena. Pode-se dizer que, de acordo com este critério, significativa parte das sedes municipais, oficialmente cidades no Brasil, não alcançam a mencionada complexidade mínima sinalizada teoricamente. Ainda que não se considere estes dados como definitivos para negar a existência real de um amplo conjunto de cidades pode-se apreender que são núcleos incipientes como localidades centrais. A redução da centralidade da maioria das pequenas cidades está relacionada às mudanças anteriormente mencionadas, mas também, como já assinalamos em outro item, às facilidades atuais de locomoção para os centros regionais onde tendem a se instalar as superfícies comerciais maiores (supermercados e shoppings). Esta é uma tendência não apenas dessa região, pois o processo parece ser universal envolvendo outras áreas do Brasil e do mundo, ampliando o espaço cotidiano de relações. Embora não seja uma regra, parece que os municípios com menos de cinco mil habitantes não alcançam a soma total de cinquenta estabelecimentos terciários. Adequando os critérios para a região estudada poderiam ser reunidos os critérios demográficos (mínimo de 5 mil habitantes) e o número de estabelecimentos terciários existentes em cada município (igual ou maior que cinquenta estabelecimentos) para se considerar a existência de uma cidade no seu limiar mínimo. O limiar máximo seria de 50 mil habitantes e até oitocentos estabelecimentos terciários. Esta poderia ser a definição de patamares para o reconhecimento de uma pequena cidade para a região estudada no setentrião paranaense. Em estudo que adota esse referencial para a microrregião de Cascavel, Tiz e Nóbrega (2014) alcançaram resultados similares. Caso fossem considerados cem estabelecimentos 12 dos 18 municípios não poderiam ser considerados como cidades. No patamar de cinquenta estabelecimentos onze alcançam a complexidade mínima e sete não. Portanto, trata-se de um referencial de análise que ainda que

não seja completo, pode nos ajudar a compreender e delimitar as pequenas localidades.

Advertimos que não eliminamos ênfases qualitativas que vamos contemplar adiante, apenas sistematizamos neste tópico o que conseguimos compreender por este viés mais objetivo. Por outro lado, lembramos que tal complexidade mínima está vinculada ao papel de localidades centrais que conforme assinalamos perdem peso já que as pequenas cidades estão perdendo centralidade. Essas ressalvas precisam ser consideradas na tarefa da definição e conceituação de pequenas cidades e/ou cidades locais. Como última ponderação, tal como lembram vários autores sinalizamos que os patamares indicados não se aplicam diretamente a outras áreas e tempos. Por isso, é preciso pensar em áreas de comparabilidade, conforme vem a seguir.

✓ **Áreas de comparabilidade**

É constante em debates afins a esse lembrar que as cidades, suas dimensões e papéis são bastante variáveis no tempo e no espaço. Por isso, não se recomenda adotar patamares fixos de delimitação aplicáveis a qualquer área e período. Em exercício tentando avançar neste sentido, questionamos o que deveria ser considerado, então, para delimitar áreas de comparabilidade como propõe Desmarais (1984)? Seria preciso considerar pontos fundamentais para a formação de uma rede urbana para estabelecer áreas comparáveis. O referido autor, fala da necessidade delas mas parece haver uma lacuna sobre o que se deve tomar como parâmetro para delimitar, ainda que de forma aproximada tais áreas. Procuramos tentar avançar um pouco em estudos anteriores, com base no seguinte questionamento: Quais processos ou variáveis são importantes considerar para o entendimento dos assentamentos urbanos? Constatamos em estudos anteriores que áreas com formações socioespaciais similares, com dados de densidade demográfica e estrutura fundiária sem grandes oscilações são expressivos e devem ser considerados para esta tarefa (ENDLICH, 2007). Corrêa (2000) em estudo que articula a rede urbana e a formação espacial

igualmente toma como elemento relevante a estrutura fundiária e os desdobramentos sociais dela decorrentes para compreender as localidades e respectivas inserções no território como um todo. A densidade de localidades está relacionada a densidade de população que, por sua vez tende a ser maior onde há predomínio de pequenos e médios estabelecimentos agropecuários e uso intensivo de trabalho. Isso reforça os papéis dos pequenos núcleos como pontos de acesso ao comércio e atendimento básico de serviços. Portanto, são elementos significativos para se considerar a comparabilidade de áreas.

✓ **Como conceituar e definir as cidades locais em tempos de subtração da centralidade das localidades menores?**

O debate conceitual acerca das pequenas cidades e definir essas localidades precisa considerar o contexto já assinalado de perda de centralidade das pequenas localidades. A dinâmica econômica e demográfica concentradora e a política centralizadora vão redefinindo a rede urbana e a expressividade de suas localidades. Os pequenos núcleos urbanos parecem inexpressivos, na perspectiva da racionalidade econômica e demográfica, frente aos processos que reforçam os papéis das cidades regionais ou cidades médias, além das áreas metropolitanas.

Lembramos que a perda de centralidade está relacionada ao processo de declínio demográfico de áreas não metropolitanas, mas também pela instalação e concentração de grandes superfícies comerciais nas metrópoles e cidades regionais/médias. A este fato associa-se a histórica melhoria na possibilidade de percorrer mais facilmente as distâncias, tornando os espaços de vida social mais amplos e abarcando a escala regional. Portanto, não apenas nas áreas metropolitanas as pessoas têm se deslocado mais para trabalhar, estudar, consumir e recrear-se. Esta tem sido cada vez mais uma realidade para áreas não metropolitanas.

Se por um lado, os pequenos núcleos urbanos perdem centralidade, outras dinâmicas precisam ser lembradas para constatar os seus papéis:

✓ O processo de especialização produtiva que tornam municípios referências de produção em determinadas áreas. Tal processo foi marcadamente industrial, mas existem municípios com especializações primárias e terciárias. Mencionamos a seguir um exemplo cada um existente na região em que estudamos no Paraná: a especialização industrial em metais sanitários em Loanda; a especialização primária na produção de uvas em Marialva e, a especialização em serviços fotográficos em Santa Fé. Portanto, há uma tendência de uma participação singular na área produtiva das pequenas localidades, ainda que esse processo não esteja presente em todas, é bastante expressivo.

✓ O papel das pequenas localidades para o funcionamento logístico do território para as atividades cuja acumulação apresentam uma feição mais de desconcentração do que de concentração territorial, em especial o complexo agroindustrial (tanto nos extensos cultivos quanto nas amplas plantas industriais que por sua natureza não teriam como ser metropolitanas). Os pequenos núcleos urbanos são sedes de cooperativas ou empresas que organizam regionalmente a produção; pontos de comercialização e de prestação de serviços do consumo produtivo voltado ao agroindustrial; além de garantir uma infraestrutura básica de circulação e de moradia para a parte da sociedade que representa a oferta de mão-de-obra necessária.

Além dos pontos assinalados, dedicaremos a seguir um tópico específico aos papéis não centrais das pequenas cidades. A apreensão destes precisa contar com critérios menos objetivos e quantitativos e mais subjetivos e qualitativos, incluindo captar a dimensão emocional e os laços de sociabilidade em cada localidade.

✓ **Papeis não centrais e pequenas cidades**

Se, por um lado, as pequenas cidades perdem centralidade e adquirem outros significados relevantes na perspectiva econômica, como anteriormente assinalado; por outro lado, elas precisam ter sua relevância avaliada com base em outros significados. Elas são expressivas enquanto espaços residenciais por diversas razões. Para alguns devido ao custo mais baixo de viver nestas localidades, para outros pelos laços afetivos, o sentimento de tranquilidade, amenidade ambiental ou outras características que levam pessoas que mesmo trabalhando em outros espaços preferem viver em pequenas localidades. Corrêa (1999) tratou deste tema expondo os papéis não centrais das pequenas cidades. A realidade do Noroeste do Paraná que registra intensa perda de população dos municípios polarizados por pequenas localidades reitera a perda de centralidade delas, ao passo que a manifestação das pessoas em querer continuar vivendo nelas, mostra os laços afetivos e os papéis não centrais que não podem ser ignorados. Portanto, os papéis não centrais são os vinculados ao espaço de moradia e os vínculos afetivos decorrentes. Neste sentido, ainda que sem relevância econômica expressiva ou demograficamente ínfima essas localidades são únicas para seus moradores. Se um dia foram incontestavelmente cidades com os papéis expressivos que tinham como localidades centrais, talvez atualmente seja difícil manter a definição de cidade, mas ainda assim seguem como núcleos qualitativamente relevantes.

Considerações finais

Temos como resultado da sistematização anterior uma contribuição mais certa quanto aos termos a seguir sintetizamos, que conforme argumentamos são fundamentais para quem trabalha com as pequenas localidades.

Município – Institucionalização territorial da escala local no Brasil³. Refere-se a território que abrange o campo, o núcleo considerado como sede e em alguns casos outras localidades, algumas formalizadas como distritos, cujas sedes são vilas.

Rural – Condição de vida cada vez mais pretérita e, outrora, vinculada ao campo. Marcada pela precariedade material, disciplina coletiva rígida, pautada pela religiosidade e relações de compadrio e cooperação mútua. Sociedade pouco escolarizada, mas com educação rígida e moralmente exigente.

Urbano: Condição de vida difundida pelo território a partir da cidade capitalista e que alterou as relações anteriores. Ela é marcada pelo consumo, relações monetarizadas e com predomínio de vínculos sociais secundários – a partir da vida econômica e profissional. Assim, mesmo que não seja possível com critérios acadêmicos se considerar como cidade uma localidade, não significa que a condição de vida existente não seja urbana, ainda que imbricadas com práticas da condição rural recriadas como estratégia de sobrevivência.

Campo: Áreas onde predominam atividades primárias, embora se encontrem atualmente uma pluralidade de iniciativas secundárias e terciárias. Como demais espaços não metropolitanos inseridos na lógica de acumulação baseada na dispersão, de modo geral, abrangem economicamente atividades demandadoras de áreas extensas tanto em plantas industriais, como em extensões de cultivos a elas vinculadas como matéria prima.

Cidades locais: definição das localidades como cidades, a partir da complexidade mínima que pode ser apreendida pelos critérios apresentados e adaptados para a região Noroeste do Paraná, considerada como uma área de comparabilidade. Mais do que números, tais critérios captam e expressam a dinâmica

³ Existem municípios no Brasil com territórios muito extensos e que remetem a escala regional. Contudo, não é a tendência geral. Por isso essa nossa afirmação.

socioespacial existente, que ao alcançar os patamares sinalizados confirmam a centralidade suficiente de algumas pequenas localidades, mesmo em meio ao processo de perda de centralidade de núcleos urbanos menores.

Contudo, compreendemos que ainda há lacunas e debates a serem realizados. Por isso, apresentamos como complemento das considerações finais algumas inquietações. Enfatizamos que as formas concretas do processo de urbanização são permeadas por contradições. Se por um lado, no cenário do debate conceitual as pequenas cidades são questionadas enquanto cidades e sobre ser ou não urbana, por outro ao estudar outras áreas, como médias ou grandes cidades, vários questionamentos também podem ser assinalados. Por exemplo, a essência da cidade encontra-se diluída nos loteamentos fechados e condomínios, já que evita a convivência e os encontros. Igualmente, as favelas extensas e carentes de tudo, também são extremamente contraditórias. Não vamos desenvolver esse debate aqui, mas apenas sinalizamos a necessidade do constante repensar que o tema exige e que será preciso constantemente lembrar da afirmação de Lefebvre (2001) que na medida em que a cidade explode, ela igualmente implode na sua essência.

Quanto especificamente as cidades menores da rede urbana, além das ponderações que já apresentamos é preciso considerar que a divisão do trabalho se realiza no território de modo a abranger espaços bem mais amplos que os do passado. Retomamos aqui a argumentação do tópico “A cidade não surge historicamente grande”. Se antes foi possível distinguir a divisão do trabalho entre campo e cidade, é preciso considerar que ela foi aprofundada e se realiza na escala da rede e do território como um todo. Por isso, o acúmulo de excedentes e o comando político que se vinculava a cidade próxima e que se impunha sobre o campo, agora se expressa em escalas geográficas ampliadas. Portanto, com o aprofundamento do processo de urbanização, estas condições foram generalizadas e ampliadas. Segundo Singer (1998, p.15), o limite territorial da divisão do trabalho é o tamanho do mercado. E o tamanho do mercado é

redefinido pela acessibilidade promovida pelo transporte motorizado, articulando a rede urbana e estabelecendo uma divisão do trabalho no interior da mesma. Além de falar de ampliação de mercado, podemos considerar que vivenciamos contextos espaciais de vida alargados. Não só em áreas metropolitanas, mas também em espaços dispersos e polarizados por cidades pequenas e médias, a vida se realiza com deslocamentos pendulares voltados ao trabalho, estudo, consumo e com fins lúdicos. Parece que esse é um ponto a ser considerado em debates acerca de papéis pontuais que as localidades possam representar.

Se por um lado as pequenas localidades perdem centralidade, por outro elas tendem a processos de especializações produtivas secundárias e terciárias, que precisam ser consideradas. Além, desta tendência precisamos recordar da relevância dos seus papéis não centrais como já assinalamos. Propomos anteriormente que cidades locais seja o conceito adotado para captar esse papel tradicional das pequenas localidades. Já o termo pequenas cidades pode ser utilizado com significado diferente e quem sabe abrangendo novas dinâmicas e significados.

Nesse sentido, é desafiador Mumford (1965, p. 11): “Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas [...]”. Não basta pensarmos as pequenas localidades com parâmetros do passado. Para tanto, é preciso considerar a totalidade e as muitas dinâmicas que vêm ocorrendo e que desafiam os referenciais do passado. Assim, não seria possível compreender como pequenas cidades, núcleos que perderam centralidade como localidade central, mas que mantém a sua relevância por sua especialização produtiva? E como decorrência de uma avaliação qualitativa pelos seus papéis não centrais e como resistência a um processo concentrador e centralizador que diminuem os papéis desses espaços geográficos, especialmente como espaços sociais?

Como já percebeu o leitor, temos algumas conclusões ao passo que também temos algumas incertezas e desconfianças, tal como tão sabiamente afirmou Guimarães Rosa: “Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa” (ROSA, 1958, p.16). Pois, terminamos com nossas desconfianças e indagações com o propósito de criar novas desconfianças de modo que o debate possa avançar.

Referências

BERRY, B. **Geografía de los centros de mercado y distribución al por menor**. Barcelona, Espanha: Vicens-Vives, 1971, 185 p.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**. Rio de Janeiro v.4, n.6, p.43-53, jan-jun. 1999.

_____. Rede urbana e formação espacial uma reflexão considerando o Brasil. **Território**. v.8, p.121-129, 2000.

COTE, M. La petiteville et sa place dans le developpementalgerien. In: Centre d’etudes et de Recherches Urbama, **PetitesVilles et Villes Moyennesdans le Monde Árabe**, Tours, 1986. 2t. (Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p. 699-716.

DESMARAIS, R. Considération sur les notions de petiteville et de villemoyenne. **Cahiers de Géographiedu Québec**, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n.75, p. 355-364, dez.1984.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. v. 1. 357 p.

_____. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais. **Revista Huellas**, v. 15, p. 149-165, 2011.

_____. Formação socioespacial da região Noroeste do Paraná e as pequenas cidades. **Boletim de Geografia**, v. 25, p. 37-58, 2007.

____. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arthur M. Whitacker. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11-31.

____. Dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo. In: Patrícia Chame Dias, Brandão; Paulo Roberto Barqueiro. (Org.). **Cidades médias e pequenas: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo**. Salvador: SEI, 2015, p. 19-30.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**. Número especial, p.75-81, 2010.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 178p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, 145 p. Título original: Le droit à la ville.

MUMFORD, L. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965, v.1, 408 p. Título original: The city in history.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 86 p.

ROSA, G. **Grandes sertões veredas**. São Paulo: José Olympio, 1958, p.16.

RUDLIN, D. **City Anti-City diagram from the Hulme guide**. Disponível em: <<http://www.rudi.net/books/11780>>. Acesso em: 18 de nov. de 2015, 11 h.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998, 155 p.

SPOSITO, E. S.; JURADO, P. F. da S. **Cidades pequenas: Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013. 148p.

TIZ, G. J.; NÓBREGA, M. T. Classificação das cidades da microrregião geográfica de Cascavel/Paraná quanto ao nível de complexidade mínima. In: I Encontro Regional de Geografia XXII e Semana de Geografia Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2014, p. 625-638.

Capítulo 3

A cidade contemporânea e os circuitos da economia urbana: o que há de novo?

Valéria Barreiro Postali-Santana

Introdução

As cidades brasileiras comportam-se como abrigos das crescentes atividades imbricadas ao mundo das técnicas, das ciências e das informações. A integração destas diferentes variáveis manifesta-se particularmente sob o modo de vida urbano contemporâneo através das profundas mutações no mercado de trabalho vinculadas às esferas da produção, da circulação e do consumo. O período atual, denominado por Santos (2006) de período técnico-científico-informacional traduz-se, portanto na crescente aproximação entre ciência, técnica e informação, manifestando-se nas mais distintas formas de sociabilidade e de articulação entre os lugares.

Conforme assevera Santos (1979), são nestas mesmas cidades que multiplicam-se as mais variadas formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos e dependentes dos próprios

conteúdos dos lugares onde as mesmas encontram-se inseridas. Montenegro (2009) considera que, desse modo, as cidades passam a abrigar diferentes divisões do trabalho, divisões estas que coexistem e estabelecem distintas relações com seu meio construído. A coexistência entre estas divisões do trabalho refletem-se, na concepção de Santos (1979), na criação e manutenção de dois subsistemas econômicos urbanos, compreendidos pelo autor como circuito superior e circuito inferior. Elucida-se, portanto que tais circuitos constituam-se como expressões da superposição das divisões do trabalho nos lugares (OLIVEIRA, 2011).

Essa complexa justaposição de divisões territoriais do trabalho conforme destaca Silveira (2011), carece de um atento olhar às contradições, haja vista que atualmente a pobreza parece resultar não apenas da exclusão da modernidade contemporânea, mas, sobretudo da presença desta.

No entendimento de Santos (1979), os circuitos econômicos têm a mesma origem, ainda que compreendam resultados diretos e indiretos das modernizações. Enquanto expressões das clivagens presentes nas cidades, os circuitos econômicos constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho. O autor assevera que os circuitos econômicos não constituem sistemas fechados em si mesmos, mas estabelecem entre eles relações de complementaridade e de concorrência.

Silveira (2009) considera que apesar do território brasileiro transformar-se cada vez mais em uma arena de produções modernas e globalizadas abrigando um denso circuito superior, o território não deixa de estar acompanhado de um profuso circuito inferior em plena expansão, em outros termos, a cidade é composta por áreas de mercado distintas para os diferentes circuitos de produção e circulação que nela coexistem. “Como a expansão do seu meio construído se acelera, as valorizações e desvalorizações dos pedaços da cidade são frenéticas, ensejando a possibilidade de instalação, aqui ou ali, de atividades menos capazes de dar valor aos seus produtos. É o reino do circuito inferior [...]” (SILVEIRA, 2004, p. 63).

Para Montenegro (2006), enquanto o circuito superior afirma crescentemente seu caráter poupador de mão de obra, o circuito inferior, nas suas mais distintas formas de organização, vem se consolidando como o abrigo e o fornecedor de ocupação e renda para grande parcela da população pobre que habita as cidades. Estaria ocorrendo, portanto um processo de transformação e renovação de uma divisão do trabalho endógena à cidade, na medida em que o circuito inferior aumenta sua capacidade de abrigar cada vez mais pessoas (SILVEIRA, 2013). A situação de precariedade na qual vive parcela considerável da população urbana brasileira leva à criação e à reprodução constante dessa divisão do trabalho composta por “[...] uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico [...]” (SANTOS, 2006, p. 260).

No discernimento de Montenegro (2011), a reflexão sobre o circuito inferior, em particular, aproxima-se de certo modo, de uma análise sobre o processo de precarização do trabalho que nos dias atuais aumenta a vulnerabilidade social e produz diversas formas de trabalho que terminam por envolver ainda que indiretamente a totalidade do espaço urbano (MONTENEGRO, 2006). Segundo Pereira (2013, p. 09):

O espaço urbano das grandes cidades, pela sua própria organização, denuncia as carências e a situação crítica em que se encontra a sociedade brasileira atual. Também nesse sentido, o circuito inferior da economia urbana nas grandes cidades é ainda um tema de extrema importância e atualidade para a compreensão do espaço e da economia urbana no Brasil contemporâneo, visto que garante a existência do emprego e promove oportunidades para a população pobre. (PEREIRA, 2013, p. 09).

Enquanto teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial, Santos (1979) defende que a teoria dos dois circuitos econômicos compreende um caminho em direção à

reflexão acerca das transformações espaciais produzidas direta ou indiretamente pelas modernizações que atingem o território no período atual. A teoria dos dois circuitos permite, então, avançar na compreensão do espaço geográfico enquanto território usado onde cada ator possui diferentes forças.

Para Santos (2006), se os atores do circuito superior têm no território um recurso para a realização de seus interesses corporativos enquanto os agentes do circuito inferior utilizam o território enquanto um abrigo. O autor acrescenta ainda que embora cada ação realize-se segundo tempos distintos, diversas ações ocorrem simultaneamente revelando que o espaço concretiza a reunião de todos os atores com suas múltiplas e desiguais possibilidades de uso do território e do tempo.

A partir da análise realizada por Santos (1979) sobre os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, torna-se possível compreender-se a relevância do circuito inferior para a manutenção e sobrevivência das famílias de baixo poder aquisitivo nas cidades brasileiras mediante o fato de que parcela considerável destas famílias encontra-se inseridas nas atividades e serviços vinculados ao circuito inferior da economia. Portanto, compreender, analisar e utilizar a teoria dos circuitos econômicos consiste em uma questão fundamental em virtude do circuito inferior constituir-se em uma das únicas possibilidades ao alcance do trabalhador urbano para dar continuidade à sua reprodução social e material.

Elementos e características dos dois circuitos da economia urbana

É incontestável que o espaço urbano dos países periféricos, como o caso do Brasil, encontra-se marcado pelas enormes disparidades de renda na sociedade. Santos (1979, p. 15) aponta que, em nível regional, essas diferenças exprimem-se na tendência à hierarquização das atividades, enquanto na escala do lugar, essas disparidades encontram-se expostas através da coexistência de atividades da mesma natureza, porém de níveis diferentes.

Destarte, “o comportamento do espaço acha-se assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual.”.

A seletividade espacial provocada pelas modernizações desiguais é correlata à seletividade social; essa seletividade socioeconômica, conforme assevera o autor supracitado, constitui-se, portanto, no cerne da teoria dos dois circuitos econômicos. Enquanto a produção moderna tende a concentrar-se em alguns pontos do território, o consumo apresenta-se qualitativa e quantitativamente desigual. Cria-se então, dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço urbano (SANTOS, 1979).

Este dois circuitos econômicos, denominados pelo autor como circuito superior e circuito inferior, são constituídos pela mesma origem e pelo mesmo conjunto de causas, resultando assim, das condições históricas das modernizações tecnológicas.

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. **O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto,** que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. (SANTOS, 1979, p. 29, grifo nosso).

Quanto à origem, os dois circuitos econômicos podem ser entendidos como subsistemas do sistema urbano, onde todas as formas de trabalho encontram-se integradas. Montenegro (2006, p. 11) interpreta os dois circuitos como “[...] expressões das clivagens presentes nas cidades dos países mais pobres, os circuitos constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho.” A autora defende ainda que “os dois circuitos não constituem sistemas fechados em si mesmos, mas estabelecem relações de complementaridade e de concorrência.”

Santos (1979) lembra que tanto o circuito superior quanto o inferior, vão encontrar seus canais de desenvolvimento ou recriando a conjuntura ou conformando-se a ela, considerando que ambos resultam da modernização que atingem o território e a sociedade. O autor menciona ainda que embora as transformações ocorram de maneira mais acelerada no circuito superior, é necessário atentar também às formas mais sutis de renovação e transformação, assim como às resistências do circuito inferior.

De forma simplificada, o circuito superior constitui-se como resultado direto da modernização tecnológica e organizacional, sendo que seus elementos mais representativos são os monopólios. Para Santos (1979), o circuito superior abarca as atividades modernas como os bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadoras e atualmente o setor quaternário – marketing e consultoria. O circuito inferior, por sua vez, constitui-se por formas de fabricação de capital não intensivo, pelos serviços não modernos de varejo e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão.

Neste sentido, entende-se que o circuito superior comporta as atividades vinculadas à expansão do meio técnico-científico-informacional, com vistas a uma acumulação ampliada de capital, enquanto o circuito inferior comporta as atividades menos capitalizadas e de expressão local ou mesmo regional, fruto de uma divisão territorial do trabalho presidida pelo próprio lugar (SANTOS, 2003).

Santos (1979, p. 32) admite a existência de formas mistas no interior de ambos os circuitos, embora estas não interfiram “[...] em nada a definição dos circuitos, visto que o comportamento de cada uma dessas atividades é em qualquer caso correlativo do conjunto das características de cada circuito.”

Para o precursor da teoria dos dois circuitos econômicos, a definição de cada circuito não se satisfaz somente com base na enumeração de seus elementos. “Cada circuito se define por: 1) o conjunto das atividades realizadas em certo contexto; 2) o setor

da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo.” (SANTOS, 1979, p. 33). Complementando a análise, o autor assevera que a definição dos circuitos econômicos não é rígida no que tange à população ligada a cada um dos circuitos, ou seja, a população que consome frequentemente no circuito superior tem acesso com facilidade às mercadorias e serviços produzidos no circuito inferior, entretanto o mesmo não ocorre à população que atrelada ao circuito inferior em relação a produtos e serviços prestados neste circuito.

Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem. [...] Quanto às atividades, algumas delas embora apresentem um predomínio de características de um dos circuitos, podem também apresentar algumas dos outros. Isso é mais frequente no circuito superior, e para certas categorias de fabricação em que ainda é possível a coexistência de empresas utilizando tecnologias diferentes e diversamente organizadas. Poder-se-ia mesmo falar da existência de um circuito superior ‘marginal’, ao lado de um circuito superior propriamente dito. (SANTOS, 1979, p. 33).

Sobre a existência deste circuito superior marginal, Santos (1979) explicou ainda que este:

[...] pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente. (SANTOS, 1979, p. 80).

Em outras palavras, no cerne do circuito superior acontece uma subdivisão. “De um lado, o nível do superior propriamente dito [...]. De outro lado, um nível híbrido, o superior marginal.” (BICUDO JUNIOR, 2006, p. 14). O autor acrescenta que, na

realidade, trata-se de uma coexistência de duas racionalidades espaciais, a dos atores hegemônicos e a dos atores marginais, sendo que este caráter híbrido do circuito superior marginal se deve às renovações normativas que no período atual permeiam o território.

Sobre essa complexidade a respeito da própria teoria, Santos (1979, p. 33) assevera que ao se considerar “[...] os aspectos quantitativos e qualitativos entre as diferentes atividades, poder-se-ia considerar que há tantos casos quantas forem as cidades.” Contudo, o autor afirma que esta condição não deve constituir-se um empecilho na tentativa de análise das características gerais de cada um dos dois circuitos econômicos.

Antes de iniciar-se a análise de algumas das características dos dois circuitos da economia urbana, convém considerar que as variáveis de cada circuito não devem ser estudadas isoladamente, ou seja, é necessário considerar o conjunto dessas atividades. Contudo, Santos (1979, p. 33) afirma que “[...] a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseado nas diferenças de tecnologia e de organização”.

Em relação à questão tecnológica, o autor citado lembra que enquanto o circuito superior utiliza-se de tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia capital intensivo, no circuito inferior a tecnologia constitui-se como trabalho intensivo e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O circuito superior é imitativo, enquanto o circuito inferior dispõe de um potencial de criação considerável, até mesmo para manutenção de sua sobrevivência.

Dissertando sobre o funcionamento do crédito nos dois circuitos, Montenegro (2006) declarou que as atividades do circuito superior dispõem de crédito bancário, sendo que geralmente as grandes empresas criam e controlam esses bancos, o que se torna uma forma de controle sobre outras atividades e eventualmente um meio de absorvê-las. Parte considerável dessas manipulações é realizada através do “crédito burocrático”, que para Santos (1979), diz respeito ao crédito bancário. Em relação

às atividades do circuito inferior, estas manipulações baseiam-se simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido, sendo que o crédito é pessoal, direto e indispensável ao trabalho destas pessoas, pois as mesmas não têm condições de acumular capital. Entretanto, nos últimos anos as instituições financeiras têm enxergado a população de baixa renda como clientes potenciais, disponibilizando cartões de crédito e débito à classe trabalhadora (POSTALI, 2008).

As atividades vinculadas ao circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, com algumas exceções, como por exemplo, as lojas especializadas; por outro lado, o circuito inferior trabalha com pequenas quantidades. No circuito superior, os capitais são comumente volumosos em relação à tecnologia utilizada, enquanto no circuito inferior as atividades encontram-se baseadas fundamentalmente no trabalho intensivo, utilizando-se de capitais reduzidos e, dispensando, geralmente, uma organização burocrática (SANTOS, 1979).

Sobre a questão do emprego, Santos (1979, p. 35) coloca que em ambos os circuitos, este constitui-se como “[...] resultado da combinação dessas variáveis”, pois a existência do emprego no circuito inferior [...] raramente é permanente e sua remuneração situa-se frequentemente no limite ou abaixo do salário mínimo”. O contrato de trabalho, por sua vez, baseia-se sob a forma de acordo pessoal entre patrão e empregado, contudo a importância do trabalho familiar e do trabalho autônomo é praticamente indispensável neste circuito econômico.

Analisando a geração de empregos pelo circuito inferior, Santos (1979) menciona que a média de ocupação por unidade é baixa, contudo o número global de pessoas ocupadas é significativo. Segundo o autor, o circuito inferior

[...] é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e suas relações com o conjunto da economia urbana. (SANTOS, 1979, p. 35).

Analisando a questão dos preços, Santos (1979) coloca que no circuito superior estes geralmente são fixos, mesmo em situação de competição oligopólica, enquanto no circuito inferior “pechinchar” é uma regra, sendo que as margens de oscilação dos preços são extremamente importantes. No circuito superior as manipulações dos preços supõem uma margem de lucro contabilizável por longos prazos, ao contrário do circuito inferior onde prevalece o curto prazo.

No circuito superior trata-se de acumular capitais indispensáveis à continuidade das atividades e a sua renovação em função dos progressos técnicos. No circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna. (SANTOS, 1979, p. 35-36).

É importante frisar que o circuito inferior não deve ser analisado somente como tradicional ou mesmo informal. Muitos fornecimentos ao circuito inferior são originados no circuito moderno, não podendo, portanto ser chamado de tradicional. O circuito inferior possui suas próprias leis operacionais e de evolução e sua própria organização, entretanto nem sempre encontra-se vinculado à informalidade.

Um aspecto muito importante em relação aos dois circuitos exprime-se através da variável reutilização de bens; enquanto no circuito superior a reutilização dos bens de consumo duráveis é quase nula, no circuito inferior uma das bases da atividade constitui-se justamente na reutilização desses bens. Santos (1979, p. 36) lembra que “[...] isso é facilmente verificável tanto no ramo de concerto de roupas e de aparelhos, como no de veículos ou na construção de casas.”.

A respeito da ajuda governamental, Santos (1979) assevera que as atividades do circuito superior usufruem direta ou indiretamente deste tipo de ajuda, enquanto as atividades

referentes ao circuito inferior não dispõem deste apoio não raramente são perseguidas pelo próprio governo nas mais diferentes esferas, como o caso dos vendedores ambulantes.

O funcionamento do circuito superior baseia-se nas necessidades de uma produção de capital intensivo local ou exógena; o circuito superior apoia-se no consumo, resultando da demanda mesmo que esteja deformada pelo efeito-demonstração, enquanto no circuito inferior este funcionamento tende a ser controlado, subordinado e dependente.

Santos (1979) abordou ainda a questão escalar em relação aos dois circuitos econômicos. Para o autor, o circuito inferior geralmente estabelece suas relações em escala local, entretanto Silveira (2009) lembra que no atual período da globalização, muitas destas integrações têm sido realizadas em nível regional e em alguns casos até mesmo internacional. No circuito superior, as atividades realizadas localmente vão se integrar numa outra cidade de nível superior do país ou do exterior.

Entretanto, com a crescente internacionalização da economia brasileira, uma das características marcantes do período atual, vem ocorrendo uma ampla transformação na dinâmica dos dois circuitos da economia urbana. Santos (2006) aponta para a chegada do acontecer hierárquico através da presença de agentes de um circuito superior crescentemente internacionalizado, condição esta que implica na alteração da dinâmica dos atores não hegemônicos nas cidades.

Conforme explica Silveira (2009), os agentes do circuito inferior devem adaptar-se à presença de um circuito superior que lhes impõe uma série de normatizações, além de uma concorrência fortemente desigual que, por sua vez, os obriga ou a terceirizar suas atividades ou a abandoná-las. Para Montenegro (2006), esta condição traduz o crescimento de um circuito inferior forâneo, distante, externo às dinâmicas do lugar e o aumento do desemprego local.

Nesse processo, as cidades e regiões são crescentemente “[...] envolvidas num processo de criação de valor pela incorporação de objetos e ações modernos, as regiões

especializam-se em atividades exógenas e tornam-se compartimentos territoriais de um mundo globalizado” (SILVEIRA, 2003, p. 415). No entanto, o número de atividades e de empregos ligados ao circuito superior da economia também diminui. Não obstante, a população deve encontrar, ao mesmo tempo, uma atividade e um lugar na cidade, multiplicando-se assim, o circuito inferior da economia, ou seja, tem-se a expansão das pequenas atividades realizadas com capital reduzido.

A multiplicação do circuito inferior resulta, assim, da pobreza que advém das contradições do circuito superior, ou seja, um circuito inferior ligado à parcela técnica da produção do circuito superior tende a se desenvolver. Na concepção de Santos (1979), esse movimento resulta na ampliação da distância entre os dois circuitos econômicos. Seguindo esta lógica, Silveira (2003) e Montenegro (2006) asseveram que a reflexão sobre o circuito inferior, em particular, aproxima-se de certo modo, de uma análise sobre o processo de precarização do universo trabalhista que, nos dias atuais, aumenta a vulnerabilidade social e produz diversas formas de trabalho que terminam por envolver, ainda que indiretamente, a totalidade do espaço urbano.

Enquanto teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial, Santos (1979) coloca que a teoria dos circuitos econômicos compreende um caminho em direção à reflexão acerca das transformações espaciais produzidas direta ou indiretamente pelas modernizações que atingem o território no período atual. Os dois circuitos possuem contradições em suas características, sendo que cada um destes circuitos têm suas próprias variáveis de tecnologia, organização, importância das atividades, relações de trabalho, e número de empregos. Todavia, estes circuitos econômicos complementam-se, apesar da dominação do circuito superior. O estudo da cidade enquanto totalidade não é possível sem o exame da dialética entre os dois circuitos.

A teoria dos dois circuitos permite, então, avançar na compreensão do espaço geográfico enquanto território usado, onde cada ator possui força diferente (SANTOS; SILVEIRA,

2001). Montenegro (2006, p. 53) acrescenta a essa reflexão que “[...] a teoria dos circuitos da economia urbana nos permite igualmente avançar na construção de uma geografia da produção, assim como de uma geografia da circulação e do consumo”.

Santos (1979) completa este raciocínio afirmando que se os agentes do circuito superior têm no território um recurso para a realização de seus interesses corporativos, enquanto os agentes do circuito inferior utilizam o território enquanto um abrigo. Esses usos territoriais realizam-se dialeticamente, envolvendo relações de complementariedade e concorrência, conformando aquilo que Santos (2006) designou de espaço banal, ou seja, o espaço de todos.

As cidades no período técnico-científico-informacional

As características da sociedade e do espaço geográfico encontram-se vinculados a uma determinada conjuntura das técnicas. Nesse sentido, Santos (2006, p. 115) assevera que o conhecimento dos sistemas técnicos é imprescindível para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios. No entendimento do autor, os períodos distinguem-se pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. “Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução.”

Neste sentido, o autor diferencia três grandes períodos no que tange a produção do espaço geográfico: o primeiro período, o meio natural; o segundo período, o meio técnico e o terceiro período, o meio técnico-científico-informacional.

O período do meio natural foi marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas. Conforme o autor, o homem escolhia na natureza os aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando as condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.

“Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações.” (SANTOS, 2006, p. 157).

O segundo período constitui-se nos diversos meios técnicos que gradualmente buscaram atenuar a preponderância da natureza, sendo a Primeira Revolução Industrial um dos grandes marcos deste período. O período técnico revela a emergência do espaço mecanizado. Nas palavras de Santos (2006, p. 159), “a razão do comércio, e não a razão da natureza, é que preside à sua instalação.”

O terceiro período, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, foi acentuado a partir dos anos de 1970; este período encontra-se associado, sobretudo, à Terceira Revolução Industrial. Para delinear a relação entre ciência e produção neste período, Santos (2006) designa o termo tecnociência, na qual situa-se a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização.

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de **meio técnico-científico-informacional**. (SANTOS, 2006, p. 159, grifo nosso).

Contribuindo com a referente análise, Silveira (2008) afirma que a difusão da informação, a estreita relação entre ciência e técnica, as finanças, a diversificação e intensificação do consumo, as novas formas de competição e cooperação entre as empresas, a complexidade das relações entre empresas/mercado e Estado e o empobrecimento relativo da população constituem-se nas variáveis determinantes do período técnico-científico-informacional. Inseridas no cerne deste processo, as cidades

passam a abrigar paralelamente atividades modernas e globalizadas vinculadas diretamente ao controle da parcela técnica da produção, bem como atividades menos modernas e/ou atrasadas do ponto de vista tecnocientífico.

Nesse sentido, questão do trabalho constitui-se relevante para a análise urbana, uma vez que o trabalho, bem como as condições de realização do mesmo, expressam a existência de um grupo de pessoas que precisa viabilizar diferentes maneiras de inserir-se no mercado de trabalho para garantir sua sobrevivência na cidade. A partir desta lógica, manifesta-se na cidade áreas que abrigam atividades e serviços inseridas no contexto do que Santos (1979) designou de circuito inferior da economia. Para o autor, estas áreas relacionadas à sobrevivência encontram-se vinculadas à complexidade do urbano, realizando-se de maneiras e intensidades diferentes e com lógicas espaciais particulares.

Na concepção de Tozi (2012, p. 193), a constituição de um meio técnico-científico-informacional exige uma nova etapa de renovação do meio construído. “Às flexíveis técnicas atuais combina-se uma flexibilidade tropical dos países pobres e uma rigidez técnico-normativa comandada pelos Estados, pelas corporações e pelas instituições multinacionais.”

O território urbano, mesmo que densamente controlado, tecnificado e normatizado, constitui-se em uma produção humana, ou seja, ainda se cobre de interstícios por onde perpassam diferentes racionalidades; trata-se de uma modernidade urbana que leva a distintas formas de exclusões. Para Bicudo Junior (2006), as normas reforçam este processo, pois no mesmo instante em que elas exigem a subordinação a certos procedimentos e padrões modernos, induzem a uma desenfreada busca de alternativas. Ainda que desigual, a cidade abriga distintas formas de (re) produção e de sobrevivência. É a necessidade do uso do território, contraponto existencial à rigidez normativa.

As variáveis determinantes do período contemporâneo, entendidas aqui como a tecnociência, a informação e a finança, passam a constituírem-se como suporte dos processos de

produção, comercialização e consumo. Entretanto, Silveira (2011, p. 03) assegura que as formas e os nexos destas variáveis são contraditórios e inexoráveis. Para a autora, tais formas e nexos estão presentes nas divisões do trabalho, nas formas de consumo e nas relações de dependência entre a população pobre com os atores hegemônicos, ou seja, aqueles que encontram-se no comando da economia, da política e da cultura. “Por isso, hoje mais do que nunca, analisar a cidade significa enfrentar o debate sobre a riqueza e a pobreza que advém desse rendilhado de divisões territoriais do trabalho.”

Novos conteúdos do período técnico-científico-informacional e a reconfiguração dos circuitos econômicos

Cada vez mais, as cidades brasileiras comportam-se como abrigos das crescentes atividades imbricadas ao mundo das técnicas, das ciências e das informações. A integração destas diferentes variáveis manifesta-se particularmente sob o modo de vida urbano contemporâneo através das profundas mutações no mercado de trabalho vinculadas às esferas da produção, da circulação e do consumo. Conforme assevera Santos (1979), são nestas mesmas cidades que multiplicam-se as mais variadas formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos e dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde as mesmas encontram-se inseridas.

Montenegro (2009) considera que, desse modo, as cidades passam a abrigar diferentes divisões do trabalho, divisões estas que coexistem e estabelecem distintas relações com seu meio construído. A coexistência entre estas divisões do trabalho refletem-se, na concepção de Santos (1979), na criação e manutenção de dois subsistemas econômicos urbanos, compreendidos pelo autor como circuito superior e circuito inferior. Elucida-se, portanto que tais circuitos constituam-se como expressões da superposição das divisões do trabalho nos lugares (OLIVEIRA, 2011).

Na proposição de Pereira (2013), além do reconhecimento da existência dos dois circuitos econômicos na cidade, a contribuição maior deve-se à “[...] compreensão de que os pobres, ainda que dependentes do circuito superior da economia, vivem à custa de uma economia que envolve basicamente os próprios pobres” (PEREIRA, 2013, p. 07), ou seja, o que Santos (1979) classificou como circuito inferior da economia urbana.

Em um contexto pretérito, Santos (1979) elencou as características mais relevantes em relação à organização do circuito inferior e, embora muitas das particularidades deste circuito permaneçam condizentes com a realidade – como as variáveis organização, emprego, assalariado, margem de lucro, dentre outras –, algumas das características arroladas pelo autor têm sido modificadas diante às novas variáveis do período técnico-científico-informacional – informação, publicidade, finança e consumo (SILVEIRA, 2009) – determinantes e dominantes no período atual da globalização, as quais cada vez mais vêm se fazendo presente em atividades do circuito inferior.

Fundamentando-se nas concepções de Silveira (2004), é pertinente afirmar que as técnicas contemporâneas são flexíveis e divisíveis tornando-se, portanto, acessíveis ao uso pelos diferentes atores sociais, sejam eles hegemônicos ou não hegemônicos. Dessa maneira, técnicas modernas vêm sendo reutilizadas crescentemente no circuito inferior, fazendo com que novos serviços sejam oferecidos aos clientes, como os de publicidade, de informática, de telefonia móvel, dentre outros. Convergindo com esta análise, Montenegro (2009) ressalta que as técnicas de informação vêm sendo integradas às atividades do circuito inferior ora como instrumento de trabalho, ora como objeto de consumo ou de comercialização.

Várias destas técnicas constituem-se também em técnicas de circulação, como os veículos ou motocicletas com alto-falantes que realizam serviços de publicidade, condição esta que propiciou ao circuito inferior certa mobilidade, haja vista que o mesmo tende a permanecer enraizado à escala do lugar. Encontra-se ainda outras formas de utilização das técnicas de informação

pelos atores do circuito inferior, como propagandas em rádios locais, *banners*, *blogs* e *sites* na internet, entre outros.

Outrossim, Montenegro (2009) assevera que verificam-se atividades do circuito inferior que negociam a realização de publicidade adequando seus preços à realidade financeira dos agentes do referido circuito, conduzindo à contratação de seus serviços para a propagação de pequenos comércios e/ou prestadores de serviços. Deste modo, observa-se que no período atual a publicidade faz-se presente nas mais distintas atividades do circuito inferior, inclusive como serviço a ser prestado.

A intensificação do uso da publicidade em atividades do circuito inferior integra um processo de expansão do consumo no período atual inclusive no tocante às classes mais pobres (SILVEIRA, 2004; 2009). Esta condição fora ainda intensificada mediante o processo de financeirização propagado na economia urbana pelos agentes do circuito superior à população dos mais distintos estratos econômicos.

Segundo Silveira (2009), a recente expansão do consumo no período atual abrange cada vez mais a população pobre, condição esta que tem desencadeado uma reconfiguração das relações entre os circuitos econômicos urbanos. Apesar do consumo aos serviços e bens duráveis vir apresentando considerável expansão, conforme menciona a autora, admite-se que este consumo apresenta-se profundamente marcado pela desigualdade em relação às formas e condições com a qual a população pobre tem acesso a ela.

Convergingo com o pensamento da autora supracitada, Oliveira (2011) discorre que:

No Brasil a forte concentração da renda e a difusão limitada do consumo às classes médias são aspectos característicos da modernização incompleta por meio da qual se implantaram no país certos elementos de uma sociedade de consumo de massa nos anos 1970. (OLIVEIRA, 2011, p. 117).

O processo de globalização intensificado no país nos anos de 1980 constituiu-se no carro-chefe da significativa mudança desencadeada nos padrões de consumo ocorrida em todas as classes sociais. A centralidade do consumo atingiu tal magnitude que Bauman (2008) chegou a declarar que a atual sociedade constitui-se em uma “sociedade de consumidores”. O autor acrescenta que a característica mais proeminente desta “nova” sociedade refere-se na capacidade da mesma em transformar seus sujeitos em produtos consumíveis.

Convergindo com as proposições de Bauman (2008), Ballesteros e Carreras (2006) declaram que outrora a grande distinção entre as classes sociais era apreendida através da detenção ou não dos meios de produção, entretanto para os autores, a perspectiva de maior relevância atualmente encontra-se atrelada ao consumo, ou seja, a aquisição material revela a classe social na qual pertence determinada pessoa.

Nesse sentido, Maricato (1996) declara que os institutos de pesquisas socioeconômicas também procuraram adaptar-se, pelo menos terminologicamente, em relação à expansão do consumo popular, haja vista que as atuais classificações designadas aos “novos” pobres referem-se às classes C, D e E, sendo as duas últimas referentes à população de mais baixa renda.

Scrié (2011) assegura que embora tenha ocorrido uma ampliação dos níveis de consumo dos serviços e bens duráveis, particularmente entre as camadas mais populares, o endividamento das famílias elevou-se drasticamente. Desta forma, a ampliação do acesso ao consumo tem gerado um forte comprometimento da renda familiar. Para a autora, ainda que a população esteja aparentemente vivendo melhor, tal condição não representa necessariamente uma ascensão social.

Torres, Birchir e Carpim (2006) reforçam a concepção de Scrié (2011) ao afirmarem que nos primeiros anos do século XXI, mais especificamente durante os anos que compreenderam os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010), verificou-se um considerável avanço em relação aos indicadores sociais e econômicos brasileiros. Segundo os autores, a ampliação

ao acesso da população pobre a determinados bens de consumo, particularmente os duráveis, como telefone, fogão, geladeira, rádio, máquina de lavar roupas, televisão, entre outros, coincide, de certa forma, com o avanço da creditização da população brasileira. Os autores reuniram dados de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo⁴ com o intuito de confirmarem esta conjectura e concluíram que em algumas regiões metropolitanas brasileiras a aquisição de geladeiras saltou de 69% em 1995 para 88% em 2004, já o acesso às máquinas de lavar roupas aumentou de 8% para 18% neste mesmo período (TORRES, BIRCHIR e CARPIM, 2006).

A expansão do consumo entre a população pobre pode ser analisada à luz das transformações econômicas e sociais.

Ao longo dos últimos dez anos, tem se verificado uma significativa mudança nos preços relativos, ainda despercebida para muitos analistas. Por um lado, existe uma queda importante dos preços médios dos alimentos em relação à inflação observada no período, implicando [...] maior acesso a bens não-alimentícios e serviços de diferentes naturezas. Por exemplo, enquanto a inflação medida pelo INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor] cresceu 147% [...], os alimentos consumidos no domicílio tinham avançado apenas 92% entre janeiro de 1995 e agosto de 2005. Observa-se também uma significativa queda no preço do vestuário e dos bens duráveis, implicando a possibilidade de domicílios mais bem aparelhados, mesmo sem crescimento da renda. [...] Além disso, está em curso um processo de aumento de participação feminina no mercado de trabalho, implicando mudanças do papel da mulher na tomada de decisão sobre o consumo doméstico, antes fortemente condicionada pelas escolhas do marido. (TORRES, BIRCHIR e CARPIM, 2006, p. 21).

⁴ Em 2006, ano da realização da pesquisa, o valor do salário mínimo era de R\$ 350,00, portanto a renda per capita mensal na qual o autor refere-se, ou seja, meio salário mínimo, consistia em R\$ 175,00.

De acordo com Torres, Birchir e Carpim (2006), o entendimento da recente expansão do consumo em meio aos estratos inferiores de renda no Brasil pode ser analisado à luz da combinação entre os fatores políticos, sociais e institucionais sob a sociedade atual.

Dentre os aspectos políticos, os autores supracitados elencam a menor variação na estrutura de preços, situação esta proporcionada pelo controle inflacionário e o papel das políticas públicas federais de transferência de renda, dentre elas, o Programa Bolsa Família que atualmente abarca uma população de cerca de 12,5 milhões de famílias. Para Rocha (2008), o Programa Bolsa Família representa, inegavelmente, um elemento novo no orçamento de uma importante parcela da população pobre do país e, conseqüentemente, em suas possibilidades de consumo. Os valores distribuídos pelo Governo Federal através do programa variam entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00 mensais, sendo definidos em função da renda familiar mensal per capita e do número de crianças e adolescentes, desde que estes estejam frequentando a escola regularmente.

Neste sentido, Montenegro (2009) assevera que:

O Programa Bolsa Família simboliza uma das principais relações que se estabelecem, no território brasileiro hoje, entre o Estado e o circuito inferior, enquanto o estrato da população que se liga a este circuito pela realização da atividade e pelo consumo. (MONTENEGRO, 2009, p. 13).

Relacionando-se aos fatores sociais, Torres, Birchir e Carpim (2006) mencionam a redução do núcleo familiar e a crescente participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Acredita-se que dentre os aspectos sociais, é possível considerar concomitante a estes, a manifestação de uma nova situação demográfica, ou seja, a própria expansão do processo de urbanização brasileira conduziu a uma maior concentração populacional sendo que esta condição expõe a população a uma

crescente gama de tipos de consumos catalisados pela força que a publicidade e o crédito assumem nas cidades.

Dentre o amplo conjunto de fatores elencados acima, seguramente aquele de maior impacto em relação ao alargamento do consumo encontra-se no âmbito dos fatores institucionais tendo em vista a expansão do mercado de crédito. Zerrenner (2007) aponta a redução das taxas de inflação como uma das coadjuvantes no processo de expansão da creditização, pois conforme enfatiza a autora, em decorrência da redução dos juros os bancos tiveram que desenvolver outras estratégias a fim de manter e mesmo ampliar seus rendimentos; neste sentido, encontrou-se no mercado de crédito o eixo norteador para a mudança.

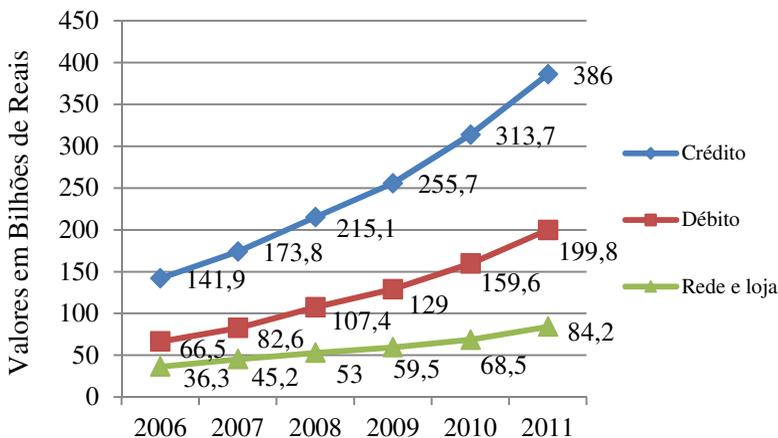
Destarte, a partir de meados da década de 1990 assistiu-se a um aumento da oferta de serviços financeiros à população menos abastada, como contas poupança e contas simplificadas. Tal movimento gerou novas formas de concessão de crédito, como prazos de pagamento mais extensos, bem como a estabilização e a redução das taxas de juros quando comparadas aos períodos de elevada inflação. As administradoras de cartão de crédito também ampliaram sua clientela, não só devido ao aumento de contas bancárias, mas também às estratégias acionadas para incorporar certas faixas da população como forma de expansão de suas bandeiras. Estas estratégias financeiras, conforme afirma Zerrenner (2007), culminaram na expansão dos empréstimos e, conseqüentemente do consumo.

Na concepção de Ribeiro (2011), foi na primeira década do século XXI que esse processo intensificou-se e passou a contemplar as parcelas mais pobres da população através dos financiamentos concedidos por financeiras ligadas ou não a grandes conglomerados bancários. Na percepção da autora, a criação do plano Real e o controle inflacionário constituíram-se no pano de fundo necessário para que este evento ocorresse. Torres, Birchir e Carpim (2006) consideram que além destes aspectos, a abertura comercial do país possibilitou o barateamento de determinados bens, que por sua vez, foram

consumidos em proporções inéditas em virtude do incremento da renda da população.

Apesar dos inúmeros condicionantes que corroboraram para a expansão do consumo, concluiu-se que os autores são unânimes em considerar que o acesso facilitado aos cartões de crédito, débito e de lojas constitui-se no motivo basilar desencadeante do exposto (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução do número de cartões entre 2006 e 2011 no Brasil



Fonte: ABECS, 2012

Segundo o Banco Central (2012), no período correspondente entre os anos de 1997 e 2007 o volume da concessão de crédito pessoal no país passou de R\$ 50 bilhões para mais de R\$ 222 bilhões. Em relação ao aumento no número de cartões de crédito, débito e de lojas, a ABECS (2012) explicita um dado impressionante, ou seja, entre o período de 2000 e 2010 o número de cartões expandiu-se mais de 520%, passando de 119 milhões para 628 milhões de unidades.

Neste sentido, Silveira (2009, p. 69) assevera que o processo de creditização da população de baixa renda evidencia que “[...] o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito para estender suas oportunidades de lucro e, assim, os requisitos exigidos são mínimos”. Para a autora:

A complexa organização financeira do circuito superior, apoiada nos atuais sistemas técnicos e na propaganda, permite a expansão social e territorial dos seus mercados, evitando capacidades ociosas e invadindo os mercados tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior. (SILVEIRA, 2009, p. 65).

Entretanto, a autora conclui que o custo desse crédito apresenta-se extremamente alto, com taxas de juros que oscilam entre 5% e 13% ao mês.

Entra-se numa dívida para sair de outra e, desse modo, não se rompe o círculo vicioso do empobrecimento. Tecem-se novos nexos entre empresas do circuito superior e trabalhadores do circuito inferior, cuja manifestação mais visível é o consumo de bens, serviços e dinheiro, sob forte relação de dependência com tais firmas. Em consequência, aumenta a distância entre o circuito superior, portador de mais lucros e menos capacidades ociosas, e o circuito inferior, cada dia mais pobre e endividado. (SILVEIRA, 2009, p. 72).

Infere-se, portanto que está em marcha uma reconfiguração do circuito inferior da economia em decorrência da penetração de novos conteúdos – sejam estes vinculados à produção ou ao consumo – manifestados pela pobreza urbana. Entretanto, convém admoestar que o aumento da demanda pelo crédito desburocratizado é diretamente proporcional à redução da oferta de bens e serviços universais. Segundo Silveira (2009), quanto menos assistidos pelo Estado, maiores e menos satisfeitas revelam-se as necessidades dos pobres, obrigando os mesmos a demandarem mais dinheiro para sobreviver. “Todos esses eventos contribuem para o endividamento, a inadimplência e, frequentemente, a insolvência” (SILVEIRA, 2009, p. 65).

Considerações finais

Nos últimos anos do século XX sucederam-se significativas mudanças quantitativas e qualitativas no que tange o processo de urbanização brasileira. Esse movimento é contemporâneo do processo de mundialização pela qual passa o mundo submergindo os aspectos sociais e econômicos. Na concepção de Ianni (1997), tais transformações constituem-se resultados da modernização contemporânea que o processo de globalização tornou inevitável. Entrementes, esta modernização é seletiva, pois privilegia apenas uma parcela da população ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento simultâneo de novas classes médias e de uma multiplicação de pobres, isto é, aquela parcela muito maior da população para quem essa modernização é perversa (SANTOS, 2000).

Nas cidades dos países subdesenvolvidos, conforme explica Santos (1979), este processo cristaliza-se em pontos determinados do território, revelando uma lógica simultaneamente econômica, política e social correspondente a cada momento histórico.

É para esses pontos que confluem os resultados contraditórios de um processo de modernização que impõe formas de atraso surpreendentes, fazendo dessas cidades, simultaneamente, repositórios dos elementos da modernidade e de uma grande massa de deserdados, gerados, em boa parte, como função dessa mesma modernização que, assim, vê acentuado seu caráter perverso. (LEITE, 2011, p. 79).

Para Santos (1979), concomitante às modernizações das atividades no território no transcorrer do processo de urbanização, desenvolve-se uma expansão da pobreza, corolário da precarização das condições do mercado laboral brasileiro. Destarte, a modernização do território é simultânea à expansão de formas econômicas menos modernas que abrigam parcela desmesurável da pobreza urbana, concebendo a existência de um sistema econômico diferenciado do grande capital, em outros

termos, os dois circuitos da economia urbana definidos por Santos (1979) como circuito inferior e circuito superior.

Esta segmentação econômica é passível de ser apreendida através das variáveis produção, distribuição e consumo, sendo esta segmentação determinada pelo nível tecnológico das atividades urbanas, pela renda e pela localização geográfica.

A inserção do país às modernidades contemporâneas exige, conforme assevera Leite (2011), uma diligência mais extensa e intensa do que as modernizações precedentes, sendo que tal reclama uma infinidade de recursos utilizados na construção das infraestruturas econômicas, de tal maneira que o processo de incorporação do país à globalização dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes. Todavia, somente poucas empresas podem realmente utilizar, em escala nacional, as infraestruturas assim instaladas, a modernização consequente é seletiva, excluindo dos benefícios, mas não das cidades, uma parcela importante das atividades urbanas e de sua população. “Cidade abastada e cidade pobre formam, assim, uma só cidade” (LEITE, 2011, p. 80).

A despeito de o Brasil vir apresentando nos últimos dez anos redução em relação aos índices de pobreza e igualmente uma expansão no consumo da população de baixa renda, conforme elucida Rocha (2008), faz-se mister destacar que no bojo desta recente conjuntura, tem-se manifestado a criação de novas demandas ensejadas pelo circuito superior da economia, fazendo com que concomitante ao aumento da renda ampliem-se as despesas mensais para suprir estas novas demandas, ou como assevera Bauman (2008), o consumismo exacerbado imposto pelas tendências contemporâneas.

Destarte, os dinamismos assumidos pela economia pobre urbana assumem crescentemente um alto nível de complexidade mediante a conformação deste cenário paradoxal em que a expansão do consumo entre as camadas de baixa renda conjugam-se ao aumento da pobreza.

Para Silveira (2004), diante das articulações produtoras da globalização, a junção entre as técnicas, a informação e o dinheiro, testemunha-se um rearranjo nas dinâmicas laborais nas cidades brasileiras. Assim, concomitante ao enxugamento do número de empregos manifesto no circuito superior decorrente das modernizações técnicas e organizacionais, o circuito inferior reafirma sua relevância no que tange ao provimento de ocupação e renda à população excluída do circuito superior. Em outros termos, ao mesmo tempo em que o circuito inferior constitui-se corolário da pobreza, representa igualmente uma forma de solução a esta.

Referências

ABECS. Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. **Evolução do número de cartões no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abecs.org.br>>. Acesso em: 13 de mai. de 2013.

BALLESTEROS, A. G.; CARRERAS, C. Geografía y consumo. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. (Orgs). **Tratado de geografia humana**. México: Antrophos Editorial, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil: relatório anual**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/boletim>>. Acesso em: 24 de out. de 2011.

BAUMAN, Z. **La globalización: consecuencias humanas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BICUDO JUNIOR, E. C. **O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro**. 2006. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP, São Paulo, 2006.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LEITE, M. A. F. P. O espaço dividido nas cidades do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 26, n. 51, p 75-88, jan./jun. de 2011.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização e pobreza no Brasil metropolitano**: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2011.

_____. Novos conteúdos da pobreza urbana no Brasil: o circuito inferior no período da globalização. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, 12, 2009, Montevideo. **Anais...**, Montevideo: EGAL, 2009, p. 1-12.

_____. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, E. L. **Divisões do trabalho e circuitos da economia**. Londrina: Eduel, 2011.

PEREIRA, M. F. V. A pobreza urbana no Brasil: considerações a partir das análises geográficas. In: **IV Semana do Servidor e V Semana Acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia**: UFU 30 anos; 2008, Uberlândia, Minas Gerais. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/SA08-20629.PDF>>. Acesso em 11 de set. de 2013.

POSTALI, V. B. **Autoconstrução e circuito inferior da economia**: uma análise da produção habitacional em Londrina/PR – estudo de caso dos jardins São Jorge e San Rafael. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEL, Londrina, 2008.

RIBEIRO, A. S. M. Discussões sobre a financeirização da parcela mais pobre da população do município de São Paulo a partir da crítica à teoria dos dois circuitos da economia urbana: um projeto de pesquisa. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 12, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: XII SIMPURB, 2011, p. 1-20.

ROCHA, S. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, jan./abr. 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo. Edusp, 2003.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCIRÉ, C. DI. de O. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 65-78, 2011.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. de. (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

_____. Globalización y finanzas: circuitos de la economía urbana en la ciudad de San Pablo. In: X Seminario de la Red Iberoamericana de Investigadores en Globalización y Territorio, 2008, Santiago de Querétaro, Mexico. **Anais...** Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território, 2008, p. 1473-1490.

_____. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI – a história de um livro. **ACTH Geográfica – Edição Especial Cidades na Amazônia Brasileira**. Boa Vista: UFRR, 2011.

_____. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

TORRES, H. da G.; BICHR, R. M.; CARPIM, T. P. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos Estudos/CEBRAP**, São Paulo, v. 74, p. 17-24, 2006.

TOZI, F. **Rigidez normativa e flexibilidade tropical**: investigando os objetos técnicos no período da globalização. 277 f. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 2012.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento das pessoas de baixa renda**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – USP, São Paulo.

Capítulo 4

Os espaços do capital vistos pelos lugares de resistência: as feiras do produtor de Maringá (PR) e Leiria (Portugal)

Virgílio Manuel Pereira Bernardino

Introdução

O tema deste trabalho é parte integrante da pesquisa de tese de doutorado desenvolvida em Maringá, Paraná, Brasil na Universidade Estadual de Maringá e em Leiria, Portugal na Universidade de Lisboa. Neste estudo entendemos que os novos e acelerados fluxos de informação e de mercadorias oriundos da globalização, característica do capitalismo contemporâneo, em sua fase financeira, permitem ao capital se mover com grande celeridade em busca por ampliação. Segundo Costa (2013), tal processo necessita eminentemente de espaço, ou, mais especificamente, de produzir e reproduzir o espaço do capital. Porém, paradoxalmente, o espaço também se produz e reproduz como resistência aos anseios deste modo de produção. Neste sentido, o novo espaço urbano oriundo da mundialização é

dotado de dinamicidade, haja vista que o capitalismo em sua própria dinâmica proporcionada por suas atividades econômicas procura novas tipologias no espaço, se reinventando e, neste processo, também promove mudanças no comportamento da sociedade e no próprio espaço (re)produzido. Para a compreensão dos lugares de resistência “ilhados” pelos espaços do capital, no funcionamento do espaço urbano é de fundamental importância o entendimento das atividades econômicas, políticas e culturais presentes nele. Os lugares de resistência e os espaços do capital não podem ser separados um do outro, por se encontrarem imbricados. Porém, abordaremos separadamente as grandes superfícies de comércio e de consumo, que representam “espaços do capital” e as feiras tradicionais que, neste estudo, compõem os lugares de resistência e espaços de sobrevivência. Pois, é o lugar, e não o espaço, que as pessoas vivenciam. É essencial compreendermos que lugar, espaço, tempo e escala, fazem parte destas articulações sócio-espaciais. Assim, o processo, a totalidade e a contradição se encontram no argumento teórico dos textos a seguir, estabelecendo as bases para o conceito de produção dos lugares de resistência.

A rede de supermercados como espaço do capital

Diferente do feudalismo, o capitalismo se apossou e se desenvolveu nos espaços urbanos. Este sistema se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural (SINGER, 1979, p. 7). Para Marx (1985), o capitalismo se identifica com as seguintes características: mais-valia como o objetivo, produção com trabalhadores assalariados, generalização de mercadorias e competição entre indivíduos, o que exigem um contínuo investimento de capitais em meios de produção para expandir o lucro. “Debaixo da bandeira de um colonialismo benevolente, o capitalismo destrói todos os outros modos de produção, forçando a subordinação à sua própria lógica” (SMITH, 1988, p. 88). Ressalta-se que a recomposição do capital em escala global também leva à recomposição do trabalho e a

uma reconfiguração dos espaços econômicos de trabalho intensivo absorvidos pelos de capital intensivo. Deste modo,

A mobilidade desempenhou funções diferentes em diversos modos de produção. Nas sociedades primitivas a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para seus cultivos comunitários. Na sociedade capitalista, a mobilidade representa uma força de trabalho 'livre' e 'móvel' torna-se essencial para o processo de acumulação [...]. Nesse sentido, uma massa de trabalhadores 'latentes' ou 'estagnados', seguindo o movimento do capital, representa um indicador de desenvolvimento capitalista (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1997, p. 341).

O capitalismo busca espaços estratégicos para os seus interesses, promovendo articulações sociais e transformando tudo em mercadoria. O espaço é um produto social e não deve ser concebido como lócus passivo de relações sociais (LEFEBVRE, 2001, p. 26). Como ressalta Baudrillard (2005, p. 84), “o sistema precisa dos homens como trabalhadores (trabalho assalariado), como economizadores (impostos, empréstimos, etc.) e, cada vez mais, como consumidores”. Neste sentido, “a acumulação depende e pressupõe da força de trabalho, do modo de produção e do mercado consumidor” (GHIZZO, 2012, p. 47)

Conforme já sinalizado, a dinamicidade é própria do modo de produção capitalista. O capital promove, por meio de maciços investimentos em uma melhor tecnificação do processo produtivo, verdadeiras revoluções em busca da mais valia. Esta logística se apóia em sistemas poupadores de mão de obra: entram os investimentos em máquinas, novas técnicas, etc., sai o homem. Deste modo, o espaço geográfico e a condição social (principalmente dos trabalhadores) são moldados de acordo com as necessidades do capital (HARVEY, 2005). Com isso, o setor de serviços tem apresentado desde sua origem desempenho de extrema representatividade.

As formas contemporâneas dos grandes conglomerados, supermercados e shopping centers, representam o aprimoramento da funcionalidade dos espaços comerciais. A alta tecnificação dos processos de produção, qualifica os supermercados como agentes diferenciados na comercialização. Deve-se lembrar que no passado, não muito distante, os produtos das mercearias eram dispostos atrás de balcões e os consumidores quase não tinham contato com as mercadorias no momento da compra. Eram os antigos “armazéns” ou “vendas” com espaço limitado para as mercadorias, onde as compras eram intermediadas pelo atendente e, muitas vezes, ficavam marcadas em “caderneta”, como forma de crédito. Com o tempo os produtos passaram a ficar dispostos em prateleiras, reduzindo a necessidade de atendentes e exigindo um consumidor mais participante. O distanciamento entre comerciante e consumidor contribuiu para o fim da caderneta, da pechincha e tornou o consumidor mais vulnerável às seduções do comércio moderno.

Na segunda metade do século XIX, o comércio mundial cresceu em ritmo acelerado, criando condições para o surgimento da “sociedade de consumo” em países nos quais o capitalismo ainda era incipiente (RODRIGUES, 1993, p. 11).

Surgida nos Estados Unidos, a expressão *self-service* parece ter sido usada pela primeira vez em 1912 por alguns comerciantes da Califórnia, para caracterizar a forma de operação de seus estabelecimentos. Poucos anos depois, foi aberta no Tennessee a primeira loja “Piggly-Wiggly”, que, adotando o auto-serviço, catracas para controlar a entrada de clientes e *check-outs* (caixas de supermercados), vendia apenas à vista.

Os primeiros supermercados surgiram há mais de 80 anos nos Estados Unidos. O empresário americano Michael Cullen, inaugurou o primeiro supermercado nos anos de 1930, denominado King Cullen. Comprou um galpão industrial, adequou o lugar para vender comida e deixou que as pessoas se servissem sozinhas. Os preços eram bem mais acessíveis que nos antigos armazéns, onde os funcionários entregavam a mercadoria nas mãos dos clientes: era o auto-atendimento. Esta passou a ser

a característica que diferencia um supermercado dos outros tipos de loja que comercializam alimentos. Em seis anos, Cullen acumulou fortuna e conseguiu abrir mais 16 filiais pelo estado de Nova York.

Rousseau (2008), assinala que “o FMI (Food Market Institute) define supermercado como a loja alimentar em livre-serviço com secções de produtos alimentares, de limpeza e higiene que vende anualmente o mínimo de dois milhões de dólares” (ROUSSEAU, 2008, p. 90). No entanto, consideraremos supermercados os que assim se definirem nesta atividade econômica. Para Cachinho (2002):

Os supermercados conscientes da importância que as compras assumem nos custos globais da empresa voltam-se para os fornecedores. Fazendo-se valer da elevada quantidade de mercadorias que transaccionam, na qualidade de bons compradores, conseguem obter dos seus fornecedores condições especiais de venda, nomeadamente, importantes descontos no preço das mercadorias e prazos de pagamento alargados, que embora respeitem a legislação da concorrência em vigor, acabam na prática por se mostrar senão discriminatórias pelo menos selectivas, uma vez que os pequenos comerciantes, pelo simples facto de serem compradores mais modestos, não lhes são facultadas as mesmas facilidades. [...] inicia-se a luta entre as grandes superfícies e os pequenos retalhistas [...] (CACHINHO, 2002, p. 97).

A proposta dos grandes supermercados se espalhou pelo mundo. Nos anos 50, os supermercados chegaram à Europa e ao Brasil. No Brasil, o primeiro supermercado foi o “Sirva-se”, surgido em 1953 em São Paulo. Já os hipermercados, são maiores que os supermercados e chegaram ao Brasil nos anos 80. Segundo a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), de São Paulo, “o supermercado comercializa cerca de 8 mil itens, enquanto o hipermercado oferece de 20 mil a 50 mil itens”. Com o crescimento da sofisticação das grandes superfícies de venda a

retalho, o preço baixo deixou de ser a única estratégia para aumentar as vendas. Neste sentido, Harvey (1980) ressalta que

O supermercado é em si mesmo um bem público impuro (ainda que esteja vendendo inteiramente bens privados), e sua localização é, presumivelmente, uma função do balanço da necessidade de economias de escala que operam contra os efeitos dos custos altos de transporte para o consumidor, à medida que aumenta a área de mercado (HARVEY, 1980, p. 73).

Atualmente, o município de Maringá possui mais de cem supermercados, que adotam poderosas estratégias de *marketing* em seus espaços internos: existem até mesmo *softwares* específicos para organizar melhor as mercadorias.

Estudos dos consumidores, em países como os Estados Unidos e Inglaterra, mostram que cheiros, cores, altura em que o produto se encontra na prateleira do supermercado, entre outros, resultam da chamada ciência do consumo. Conforme Gramsci (1971, p. 30-33), também as formas arquitetônicas influenciam a opinião dos frequentadores dos espaços do capital. Lefebvre (2001, p. 26) explica que estes espaços, além de serem meios de produção, são também uma forma de controle e, portanto, de dominação e de poder. Deste modo, surge o consumo compulsivo, desmedido e sem preocupações ambientais, com o único propósito de desconhecer as consequências do consumo pernicioso. Neste sentido, Baudrillard (2005) enfatiza que

A relação do consumidor ao mundo real, à política, à história, à cultura, não é a do interesse, do investimento, da responsabilidade empunhada, também não é a da indiferença total, mas sim a da curiosidade. Segundo o mesmo esquema, pode afirmar-se que a dimensão do consumo até aqui por nós definida, não é a do conhecimento do mundo, nem igualmente a da ignorância completa: é a do desconhecimento (BAUDRILLARD, 2005, p. 25).

Alguns estudiosos da temática sugerem uma educação para o consumo e, possivelmente uma legislação que limite os instrumentos de sedução e concentração de poder econômico e político das grandes superfícies capitalistas. O poder desses grupos capitalistas mostra-se, muitas vezes, superior ao poder do próprio Estado.

Os espaços do capital e os lugares de resistência não podem ser separados um do outro. Estes espaços e lugares são produtos das inter-relações humanas e, portanto, são interdependentes. A constituição do espaço global do capital pressupõe o fim da identidade e poder dos lugares. No entanto, ocorrem contraracionalidades, com a existência de lugares de resistência como, por exemplo, as feiras. Os arranjos espaciais entre os interesses do capitalismo local e do global, colocam mais tensões sobre as imensas capacidades de organização do capitalismo, como ocorre entre os lugares de resistência e os espaços do capital. Neste sentido, Harvey (1982), analisa que:

The tensions between fixity and motion in the circulation of capital, between concentration and dispersal, between local commitment and global concerns, put immense strains upon the organization capacities of capitalism. The history of capitalism has, as a consequence, been marked by continuous exploration and modification of organizational arrangements that can assuage and contain such tensions. The result has been the creation of nested hierarchical structures of organization which can link the local and particular with the achievement of abstract labour on the world stage (HARVEY, 1982, p. 422).

Com a globalização ocorreram transformações quantitativas e qualitativas surpreendentes, a mais relevante para o setor foi o crescimento das redes de supermercados e o aumento das “exigências” sanitárias e do consumo moderno, que ameaçam a existência das feiras de Maringá e Leiria.

As grandes transformações socioespaciais, no âmbito do consumo de massa podem ser compreendidas com o aumento de

seus rendimentos do trabalhador e da capacidade de consumo das famílias, pela expansão das periferias urbanas e da casa própria e pelo aumento da capacidade de armazenamento, representado pelo *freezer* ou arca congeladora (BARATA SALGUEIRO; CACHINHO, 2009). Os mesmos autores completam que

Assistiram-se também a importantes transformações na mobilidade das famílias. O aumento da posse de automóveis e alterações na organização familiar, designadamente como a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho assalariado, aumento da capacidade de consumo e de armazenamento, contribuíram também para o desenvolvimento de grandes superfícies destinadas a compras concentradas e espaçadas no tempo, localizadas em pontos estratégicos da rede rodoviária. A instalação de grandes superfícies comerciais contribuiu, por sua vez, para alterações nos hábitos de compras e uma outra organização urbana, marcada por novos equilíbrios entre o abastecimento no centro e na periferia, áreas que ora são concorrentes ora complementares (BARATA SALGUEIRO; CACHINHO, 2009, p. 15).

A acumulação nos espaço do capital tem ocorrido sempre com grande rapidez (considerando a história das inovações tecnológicas nos processos de produção, circulação, comércio e consumo) pela revolução nos transportes e comunicações, que têm o efeito da redução das barreiras espaciais (HARVEY, 2005, p. 123).

Por um lado, os supermercados comercializam em escala oferecendo uma variedade maior de produtos num ambiente sofisticado e dentro de padrões de qualidade exigidos pela vigilância sanitária. Por outro, a feira é uma atividade econômica de natureza familiar e não sedentária constituída por pontos de venda móveis que se deslocam entre vários locais de uma cidade ou região, desenvolvendo neles a sua atividade com certo grau de periodicidade.

Na economia de mercado as relações econômicas são estabelecidas em favor dos atores hegemônicos, tal situação

reflete-se nas múltiplas formas de exclusão das pequenas economias. Neste sentido, os espaços sociais se interpenetram e/ou se sobrepõem uns sobre os outros. Os conflitos decorrem dos movimentos populares de resistência e das de limitações impostas pelos interesses dos capitalistas que colidem mutuamente por causa dos seus contornos ou como um resultado da inércia (LEFEBVRE, 2001, p. 86).

Ao observar o quadro 1, a seguir, avaliamos, no modelo de organização da estrutura que compõe os lugares de resistência e os espaços do capital, onde suas características se opõem e se complementam. No interior dessa contradição econômica, considerando os elementos dos seus atributos (organização econômica, emprego de tecnologia, estoques, tempos, preços, emprego de mão de obra, formas de pagamento, margem de lucro, etc.), notamos as suas racionalidades e contraracionalidades, dotadas respectivamente, de uma lógica de obtenção de lucro e de sobrevivência. Verifica-se também que os lugares de resistência (feiras, comércio ambulante, camelódromos, entre outras) se apoiam em articulações locais, enquanto atividades que compõem o espaço do capital (supermercados, hipermercados, shopping centers, etc.), se articulam por meio de redes hierarquizadas, para fora da cidade e de sua região, atendendo aos interesses do capitalismo global.

Quadro 1: Caracterização dos lugares de resistência e dos espaços do capital

Dimensões de Análise (Atributos)	A dialética dos espaços	
	Espaços do capital	Lugares de resistência
Objetivo	defesa dos valores econômicos	defesa dos valores humanos
Organização econômica	burocrática	primitiva
Investimentos de capitais	relevantes	reduzidos
Emprego de tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo

Tempo	rápido	lento
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade e qualidade inferior
Relações entre comerciante e consumidor	distante	próxima
Preços	fixos	permite regatear (<i>haggling</i>)
Emprego de mão de obra	assalariado dominante	familiar dominante
Formas de pagamento	cartão (dominante)	dinheiro (dominante)
Margem de lucro	com exceção aos produtos de luxo, é reduzida por unidade, mas relevante pelo volume de negócios.	elevada por unidade, mas reduzida em relação ao volume de negócios.
Crédito	bancário institucional	pessoal não-institucional
Relações com a clientela	impessoais e/ou burocráticas	humanizadas, personalizadas e diretas
Custos fixos	relevantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	mínima ou nula
Custos administrativos (<i>Overhead</i>)	importantes	dispensáveis
Reutilização dos bens	mínima ou nula	frequente
Ajuda governamental	importante	mínima ou nula
Influência do capitalismo global	acolhem os interesses do capitalismo global	contrariam os interesses do capitalismo global

Fonte: Harvey (2005), Soja (1993) e Santos (1979)

Org. por: BERNARDINO, V. M. P.

Os espaços do capital são (re)produzido por atores reais com interesses e estratégias definidas. Os interesses dos produtores destes espaços entram muitas vezes em conflito com os espaços da existência, da sobrevivência, produzindo lugares de

resistência. Estas “ilhas” de resistência surgem das classes sociais historicamente construídas e que possuem objetivos divergentes.

As contradições estabelecidas pelo capitalismo (sociedade dividida em classes contraditórias e a valorização como finalidade) influenciam na (re)produção dos espaços do capital em constante transformação e contínuo movimento dialético (COSTA, 2013, p. 9). Assim, o espaço do capital é mais do que condição para a (re)produção do capital, é condição para a (re)produção de uma sociedade do consumo para além das suas necessidades de sobrevivência. Além disso, as crises mundiais, as guerras, os movimentos sociais, as mobilizações e as revoluções também são produtos inevitáveis desse processo.

As conflitualidades nos lugares de resistência

A partir do pensamento crítico sobre a erosão das leis, da autoridade pública e dos preceitos capitalistas nos lugares de resistência, nos deparamos com conflitualidades nesses espaços de sobrevivência. Assim, apresentamos a lógica capitalista que permeia o processo de produção das feiras como espaços de sobrevivência, procurando desconstruir a imagem de apatia e conformismo, aparentemente geradas pela simpatia e gentilezas dos feirantes no trato com os consumidores.

Sob o discurso da sobrevivência muitos feirantes assumem comportamentos conflituosos com as autoridades públicas e com os interesses dos capitalistas, que sugerem falta de ética e de honestidade (venda de produtos roubados, de armas, de contrafações, contrabando, etc.), incidindo sobre o modo de assujeitamento destes trabalhadores. Apesar das evidências dessas contradições serem mais gritantes nas feiras de Leiria não exime, de modo algum, as feiras de Maringá: a questão é igualmente global. Neste sentido, as autoridades enfrentam o desafio de conter essas práticas evitando criminalizar e/ou impedir a sobrevivência do trabalhador feirante e sua família, o que pode determinar inúmeros conflitos e choques.

Em Leiria, alguns feirantes estavam incomodados com a presença de um observador e pesquisador. Confundido como agente da ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica em Portugal), feirantes fizeram ameaças à integridade física do pesquisador. Conforme o site oficial do Estado Português (<http://www.asae.pt>), a ASAE é a autoridade administrativa nacional especializada no âmbito da segurança alimentar e da fiscalização econômica. Deste modo, é responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, bem como pela disciplina do exercício das atividades econômicas nos setores alimentar e não alimentar, mediante a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora das mesmas.

Tratava-se de um grupo de feirantes que podia estar comercializando produtos de contrafação ou de procedência duvidosa e, também estavam temerosos de terem que fornecer dados relativos à renda (figura 1). Apesar da repressão do poder público, a presença de produtos com marcas globais (Adidas, NIKE, Timberland, Levis, entre outras) é comum nas feiras portuguesas e a feira de Leiria é célula desta totalidade. Empiricamente, se comprovou a feira como lugar de resistência ao Estado e ao paradigma dos espaços do capital. A existência de um posto de controle da prefeitura ao lado da feira de Leiria é, portanto, uma forma de fazer do Estado presença sentida. Conforme Lênin (1980, p. 12), “o Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados”. Seriam esses produtos consentidos pelo Estado e pelos grupos capitalistas hegemônicos com o propósito de tornar o consumidor trabalhador, de pequeno poder de compra, consumidor de marcas?

Figura 1: Produtos de contrafação ou de procedência duvidosa na Feira de Leiria (2012)



Fotos: Sandra (consumidora da feira de Leiria)

Os inquéritos aos feirantes da Feira dos Produtores de Maringá contrariaram as expectativas de só encontrar produtores. Os resultados, conforme tabela 1, indicam a existência de pelo menos 17% de feirantes revendedores (em estudo realizado em 2005, por BERNARDINO, eram 3,3%). Portanto, 83% dos feirantes entrevistados na Feira do Produtor, responderam que são produtores da mercadoria que comercializam e deram a localização de sua propriedade.

Tabela 1: Atividade principal dos feirantes de Maringá e Leiria - 2012

	Feirantes da Feira do Produtor de Maringá		Feirantes da Feira de Leiria	
	Número	%	Número	%
Feirante produtor	39	83%	13	24,5%
Feirantes revendedor	8	17%	40	75,5%
TOTAL	47	100%	53	100%

Org. por: BERNARDINO, V. M. P.

Fonte: trabalho de campo

Os feirantes produtores que compram para revender, o fazem principalmente em determinadas épocas do ano em que suas propriedades apresentam baixa produtividade, obrigando-os a adquirirem esses produtos para atender ao consumidor. Em observação ao regulamento interno da Feira do Produtor de Maringá temos que

Art. 2º - O objetivo precípua da Feira de Produtor é fomentar o aumento da produção municipal de produtos hortifrutigranjeiros, além de outros relacionados com o meio agrícola, com vendas de produtor diretamente ao consumidor, visando também o abastecimento do mercado, para que haja assim, equilíbrio entre oferta e a procura dos bens desenvolvidos no Município (AFPRM, Lei n º 3 061/92).

Ainda de acordo com o mesmo regulamento, o “Art. 11º - Às pessoas pretendentes em comercializar na Feira do Produtor, caberá provar a sua condição de produtor, declarando o lugar de suas culturas e tipos de produtos a vender” (AFPRM, Lei n º 3 061/92).

Neste sentido, o Estatuto Social da Associação da Feira do Produtor Rural de Maringá, Capítulo I, Art. 1º, § 1º, considera que “são associados os produtores, assim considerados aqueles que se dedicam ao ramo de hortifrutigranjeiro como proprietário, arrendatário ou parceiros”. O Capítulo III (Dos Associados), Art. 4º, coloca que “poderá associar-se, exclusivamente, produtores que tenham produção própria devidamente comprovada, produzida em imóvel de sua propriedade ou ocupada por processo legítimo, dentro da área de ação da sociedade”.

Em Leiria, como em outras feiras do Distrito, o número de feirantes produtores é reduzido, constituindo 24% dos entrevistados e apenas 5% do universo dos feirantes cadastrados. A falta de políticas públicas para atrair produtores para a feira reflete a falta de feirantes produtores e as feiras portuguesas foram inundadas por feirantes revendedores.

Atualmente, as feiras de Leiria (e de Portugal) foram dominadas por feirantes ciganos que constituem um grupo de resistência no enfrentamento do Estado e dão uma dinâmica diferenciada à economia do setor, contribuindo para a manutenção desta economia. A fama dos ciganos de possuírem mercadorias de origem duvidosa é grande, o que causa revolta nos demais feirantes incomodados com os preços mais competitivos. Estes feirantes (concorrentes) acusam os ciganos de comercializarem produtos roubados e praticarem todos os tipos de ilegalidades, desta forma suas mercadorias possuiriam preços imbatíveis. O receio de confrontos violentos com os feirantes ciganos acautela os que reclamam deste grupo. Nas palavras do geógrafo H. P. C. (2012), “as feiras [portuguesas] só existem por causa dos ciganos”.

O rito da feira tem, portanto, uma relação dialógica que não existe nos espaços do capital. A preocupação primordial do trabalhador feirante consiste na própria sobrevivência e não necessariamente à obtenção de mais-valia. No entanto, existe uma contradição interna no âmbito desta categoria, devendo-se considerar a possibilidade transitória de ocupação, pois para alguns trabalhadores a condição de feirante é uma contingência, não sendo um projeto de vida para todos. Neste sentido, temos feirantes que acumulam e desenvolvem empreendimentos capitalistas com a apropriação da mais valia de outros trabalhadores. Existem ainda empresários que possuem suas lojas mas aproveitam-se dos benefícios tributários das feiras, do perfil diferenciado dos consumidores e o modo de comércio arrojado (característico das feiras), para apresentar nestes espaços públicos suas mercadorias, como em uma vitrine. Estas realidades existem, mas não representam a totalidade. De um modo geral, trata-se de uma economia de sobrevivência que consiste em pequenas produções, isto é, nas quais os produtos não adquirem exclusivamente o caráter de mercadorias, sendo consumidos também pelo feirante produtor. Estes espaços de re(ex)istência caracterizam-se ainda pela grande flexibilidade ocupacional, uma vez que muitos feirantes também possuem outras atividades ou

trabalhos paralelos (pintores, agricultores, artesãos, etc.). Ocorrem portanto, grandes transformações, adaptações e resistências nas mais diversas atividades econômicas, inclusive não relacionadas entre si e com poucos recursos. As feiras são atividades econômicas marcadas pela rigidez de seu espaço-tempo de realização e seus atores pouco capitalizados dependem profundamente dos conteúdos dos espaços públicos onde estão inseridos. Cada espaço do capital teve a cada tempo, um papel específico no processo produtivo.

As feiras como lugares de re(ex)istência e espaços de sobrevivência

Os lugares de re(ex)istência, que apresentamos, atendem à interação dialética entre resistir para existir e existir para resistir, pressupondo conflito. O desenvolvimento desigual dos espaços geográficos continua sendo importante para a continuidade do capitalismo e, do mesmo modo, é por meio destas diferenças que os espaços do capital se expandem de forma mais vigorosa. A desigualdade geográfica é uma condição para a sua existência. Se ela não existir, então deve ser criada, afirma Harvey (2010). Neste caso, a resistência é uma força que pressupõem a desigualdade de desenvolvimento dos espaços geográficos. A resistência para a existência é predicado das classes menos favorecidas. Lefebvre (2009), considera esta resistência como autogestão. É uma luta coletiva contra a hegemonia dos espaços do capital, para garantir a sobrevivência de classes menos favorecidas. Este processo de resistência, ao contrário de ser o fim, serve como início de reflexão e aprendizado para os oprimidos. Assim, argumenta Lefebvre (2009), cada vez que um grupo social se recusa a aceitar as suas condições de existência, de vida, ou de sobrevivência, não só o grupo passa a compreender sua própria força, como também passa a dominar a sua própria existência, ocorrendo a autogestão. A autogestão cria espaços diferenciais, que representam uma tendência antagônica ao capitalismo que se apresenta. Estes lugares indicam que os espaços do capital ainda não tiveram

triufo global completo e que a resistência envolve (re)ação política e defesa dos espaços de sobrevivência. Neste sentido, a luta é contra um sistema, que molda a vida econômica e social, “escravizando” os trabalhadores às suas necessidades.

O mundo não é somente produto das necessidades capitalistas. Lastimavelmente, tem sido resultado da imposição de uma lógica social onde impera o trabalho excedente e o controle dos recursos que formam os espaços do capital. Portanto, os lugares de re(ex)sistência, são formados por lutas das classes menos favorecidas que se recusam à dominação desta alienante espacialidade que transforma as condições sociais. Embora as feiras se insiram no modo de produção capitalista e dependam deste sistema, contrariam os interesses do capitalismo global, pois absorvem parte da mão de obra desempregada (principalmente o trabalho familiar), abastecem a cidade com alimentos da pequena propriedade periurbana e rural, e contribuem para o desenvolvimento local. Para Costa (2013)

[...] as iniciativas de desenvolvimento também devem estar atentas para a necessidade de integração entre o rural e o urbano, estimulando a agricultura familiar a partir da diversidade na produção e melhoria na qualidade, bem como na viabilização de uma ação agroecológica que não descarta a criação de valor agregado a partir do uso de tecnologia na própria propriedade ou em cooperativas de produtores. Integrado a esse processo tem que estar a comercialização, estimulando-se o preço justo (COSTA, 2013, p. 192).

O comércio itinerante, praticado em feiras, é muito antigo. Vivenciar a feira, em pleno terceiro milênio é empiricizar a sobreposição desigual dos tempos e, deste modo também a sobreposição dos espaços geográficos ao longo da história econômica da humanidade. Este espaço de sobrevivência não é produto do acaso, mas produto da história de lutas de trabalhadores urbanos e rurais com autoridades do poder público e com os interesses dos espaços do capital, concorrentes no

ocupar, organizar e administrar o espaço público. Sobre o comércio tradicional de rua na Europa, Barata Salgueiro (1996) explica que:

É um método em que o vendedor se desloca fazendo no geral uma volta que o leva a parar nos mesmos locais a intervalos regulares (uma ou várias vezes por semana, mas também existem referências a ciclos de cinco a nove dias). Características de áreas rurais com povoamento pouco concentrado ou com baixo nível de poder aquisitivo, onde o comércio fixo tinha dificuldade em subsistir, admitia-se que o comerciante itinerante tenderia a perder importância à medida que as sociedades fossem evoluindo. Embora seja difícil de medir o seu valor real, o comércio ambulante não representa uma quota muito expressiva do comércio a retalho na Europa, mas não se pode dizer que tenda para a extinção. Antes pelo contrário, terá recebido novo fôlego nos últimos anos em relação com a crise econômica e o aumento do desemprego que estimulam a actividade por conta própria (BARATA SALGUEIRO, 1996, p. 8).

A recomposição e renovação das pequenas economias no período da globalização assume papéis particulares em cada espaço urbano. Com a globalização, a complexidade dos lugares de resistência se manifesta por meio da incorporação de certos objetos técnicos modernos nas pequenas economias, envolvendo o acesso à informação entre os atores não-hegemônicos. As novas tecnologias, principalmente as de comunicação e informação, abrangem muito mais áreas e esferas de vida, pois intensificam a articulação em torno do repasse de serviços e contatos de trabalho entre estes agentes. O emprego do trabalho familiar é uma das características principais dos lugares de resistência, abrangendo o comércio e a indústria; ocorre principalmente em pequenas atividades econômicas que não possuem capacidade para atender a todas as exigências de regularização cobradas pelas instituições de regulamentação de empresas e do trabalho.

Nos lugares de resistência se encontram conflitos de poderes por espaço, onde a feira é “espaço efetivo da existência” (SARTRE, 1987) dos feirantes, principalmente dos feirantes produtores. No que tange à cultura, à vida social e ao domínio do espaço, Paul Claval (2007) mostra que a cultura é uma criação coletiva e renovada dos homens, ou seja, “é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte” (p. 63). Portanto, para este autor, a cultura é uma criação coletiva e reconstruída dos homens, que se define nos contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organizar e de dominar o espaço.

As identidades culturais daí provenientes, limitam as marcas exteriores do capitalismo global nas feiras e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir num mesmo espaço-tempo. Deste modo, o capitalista busca outros argumentos para estreitar os efeitos da identidade cultural local, se apropriando também do poder político para “limpar” dos lugares de resistência os valores tradicionais, os costumes e hábitos populares, implantando novas identidades voltadas para o consumo. Para isso, se apóia na legislação, nos preceitos sanitários, nos modos de produção e se apropria do trabalho do produtor, que se torna dependente. Como assegura Claval (2007, p. 64), a transmissão das experiências coletivas e origem das identidades culturais, não é um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos, pois a cultura se modifica constantemente, sob efeito das iniciativas ou das inovações dos espaços do capital. Coutinho *et al.* (2006) mostra que:

Como numa sala de espelhos, a feira livre pode refletir uma imagem positiva ou negativa, dependendo do ângulo que é observada. Do ponto de vista cultural, a feira livre é uma importante instituição que resguarda tradições, indiferente ao processo de modernização. No entanto, se este processo de resistência transforma a feira num autêntico museu a céu aberto, também coloca em risco a

sua continuidade, uma vez que a manipulação dos alimentos comercializados reproduz práticas ultrapassadas e apresenta graves problemas higiênico-sanitários, que podem, inclusive, prejudicar a saúde do consumidor (COUTINHO *et al.*, 2006, p. 5).

A reprodução da vida sofre com as contradições do espaço, que se molda pelos interesses e necessidades da reprodução do capital, sob influência do poder do Estado. Neste processo, geram-se novas relações sociais que se (re)produzem do cotidiano. Como afirma Gonçalves (2007),

Como decorrência da reprodução do capital (e do poder), um novo espaço tende a se criar em uma escala que transcende aquela do lugar, ligando os lugares à rede mundial como consequência da extensão do capitalismo, da ampliação do mundo da mercadoria e do aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho na busca de uma nova racionalidade de acumulação, baseada no emprego maciço do saber e da técnica no processo de produção material, bem como da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço e os usos do espaço através do controle, da vigilância (GONÇALVES, 2007, p. 42).

Trata-se da imposição das condições promovidas pelas novas tecnologias nas grandes superfícies dos espaços do capital sobre os lugares de resistência (nas feiras), projetando um futuro ideal para continuarem realizando acumulação. Deste modo, os espaços de sobrevivência entram em conflito com os interesses dos espaços do capital como os supermercados, que se encontram por toda a parte. Donos de suas próprias condições de trabalho, os feirantes empregam o seu trabalho para o sustento e dignidade de suas famílias, em vez promover o enriquecimento do capitalista. A diferença entre a feira e o supermercado também está no contato humano que se faz presente com as sugestões dos feirantes para que o consumidor/amigo leve o melhor produto; nas trocas de receitas; na amizade que faz muito antes da

fidelização do consumidor, entre outros. A contradição destes dois espaços (a feira e o supermercado), diametralmente opostos no desenvolvimento temporal do modo de produção capitalista, se manifesta no espaço urbano numa luta de forças desiguais.

As feiras e os supermercados apresentam dinâmicas econômicas particulares, porém estão interligados. Apesar de existirem conflitos entre os interesses das grandes superfícies e das feiras, em alguns casos as feiras até lhe são úteis para o escoamento de certos artigos. Como no caso dos capitalistas que desejam conquistar os consumidores de menor poder de compra, com artigos de qualidade inferior ou porque desejam reduzir os estoques de produtos fora de estação, em espaços de consumo mais democráticos.

Os lugares de resistência surgem das experiências que constroem e reconstroem a identidade dos sujeitos. Os efeitos da resistência sobre a identidade dos sujeitos pode ser profundamente transformadora. Mas pode igualmente resultar na confirmação ou fortalecimento de identidades existentes, contribuindo, ironicamente, para a manutenção do *status quo* (GUPTA; FERGUSON, 1997, p. 19). Featherstone (1996, p. 16) afirma que existe uma resistência à onda modernizante, abalizada nos signos culturais capazes que envolvem os indivíduos em rituais ou cerimônias que constroem identidades e pertencimento à uma determinada comunidade.

As feiras, como se sabe, também participam da produção propriamente dita: produção, circulação, distribuição e consumo. Quanto à escala econômica, pode ser que sua participação não seja tão relevante, mas sua importância humana é indiscutível. São atividades que conseguiram sobreviver aos tempos modernos sem mudar significativamente, sofreram apenas pequenas adaptações. De fato não existem diferenças gritantes entre uma feira de Maringá e uma feira de Leiria, conforme pode ser observado na figura 2.

Figura 2: As feiras de Maringá e Leiria como resistência aos tempos modernos

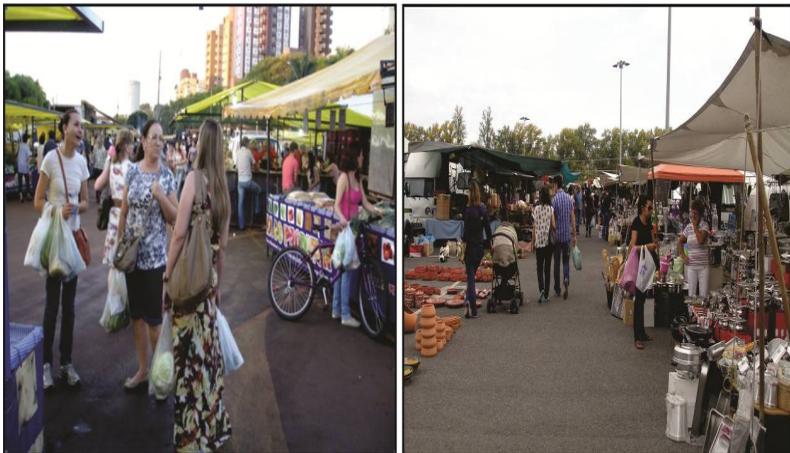


Foto A: feira de Maringá (2013)

Foto B: feira de Leiria (2012)

Fotos: Bernardino (2013).

O movimento, nestes espaços do acontecer solidário é constante, a imobilidade está presente apenas nas fotos. Como assinala Heine (1988, p. 77), “el hombre moderno de la edad urbana es, por lo tanto, el mayor nómada de todos los tiempos”.

As feiras podem ser entendidas como uma oportunidade de trabalho utilizadas predominantemente pela população desempregada ou desprovida de capitais para investir em sua atividade econômica. Atividade econômica que resiste às exigências da legislação local e do capitalismo global. A grande diversidade de feiras e outras pequenas economias (vendedores ambulantes, camelôs) e sua constante transformação revela que a criatividade é o principal elemento dos lugares de resistência. Neste sentido, Braudel (1998) coloca que “[...] seu papel é romper o círculo demasiado estreito de trocas normais. Sob sua forma elementar, as feiras ainda hoje existem”. Prossegue Braudel expondo que, pelo menos, estas instituições tidas como arcaicas continuam sobrevivendo e resistindo aos processos modernizadores, de maneira imbatível e, “[...] em dias fixos, ante nossos olhos, reconstituem-se nos locais habituais de nossas

idades, com suas desordens, sua afluência, seus pregões, seus odores violentos e o frescor de seus gêneros” (BRAUDEL, 1998, p. 14).

Ao mesmo tempo em que os espaços do capital, graças às modernizações técnicas e aos grandes investimentos, vem se consolidando cada vez mais como poupadores de mão-de-obra, os lugares de resistência se destacam como os relevantes provedores de ocupação e renda às populações mais pobres. Afinal, “no sentido de fazer o trabalhador coletivo, e por meio dele o capital, valioso como força produtiva social, cada trabalhador precisa ser mantido pobre em forças produtivas individuais” (SMITH, 1988, p. 90). Portanto, no modo de produção capitalista as relações econômicas são estabelecidas em favor dos agentes mais fortes, capazes de criar condições excludentes para a força de trabalho menos qualificada. Neste sentido, em entrevista aos principais trabalhadores envolvidos no processo de manutenção das feiras em Maringá e Leiria, estes fizeram os seguintes comentários:

Penso que as feiras tem futuro sim. Chegou-se a pensar aqui há alguns anos atrás que os centros comerciais [supermercados] iriam acabar com as feiras mas, ... nota-se que as feiras tem alguma quebra mas ..., penso que tem futuro sim (Informação verbal). (Feirante e representante dos feirantes da Feira de Leiria. Novembro de 2012).

A nossa [feira] tem [futuro] porque tem produto diferenciado, que é a mercadoria de melhor qualidade, que você não vai encontrar em supermercado nenhum e com um fator essencial, que é a mercadoria fresquinha, direto do produtor (Informação verbal). (Feirante e presidente da Feira do Produtor de Maringá. Maio de 2012).

[...] no Brasil, eu acredito que sim [as feiras tem futuro], porque a população tem vontade de frequentar uma feira. Não é o caso de alguns países que [os consumidores] preferem um ambiente fechado. Com a entrada dos supermercados, tivemos

concorrência forte uns anos atrás, mas ela [a feira] sobreviveu bem [...] (Informação verbal). (Engenheiro agrônomo da Emater-PR e Coordenador da feira do Produtor de Maringá. Maio de 2012).

Acreditamos que [as feiras tem futuro] sim. Com o tempo elas vão se adaptando. A feira do produtor ela tem fila de espera até hoje e o produtor rural, por mais que esteja existindo o êxodo rural, porque nem todos os filhos ou a grande maioria dos filhos não tem condições de [ou não querem] continuar na terra como os pais. Hoje em dia o governo tem tantos projetos e tantas formas de incentivo à agricultura familiar, então eles estão se adaptando também. Havia produtores que vendiam exclusivamente legumes e hortaliças, aí as feiras começaram a trabalhar com o minimamente processado, e o público começou a pedir [...]. Hoje tem feirantes que só trabalham com o minimamente processado, tudo cortadinho, embaladinho, pronto para o consumo (Informação verbal). (Gerente de controle de feiras livres da Prefeitura de Maringá. Maio de 2012).

A tendência, é sim para ter futuro. Se calhar,... felizmente ou infelizmente, isso já não sabemos. [...] Felizmente por um lado, mas se calhar as razões que levam a isso, não são as mais felizes, não é? Que é o fato da atual crise econômica. É bom que as feiras tenham futuro. Acaba por ser também uma questão cultural, essencialmente. Não só comercial, mas também cultural. [...] São comercializados os produtos da época e os produtos dos locais, o que não acontece nos grandes centros comerciais. Infelizmente, as razões que levam a manutenção e viver essas feiras se compreendem essencialmente com a crise econômica (Informação verbal). (Chefe de Divisão de feiras da Prefeitura de Leiria. Novembro de 2012).

Para continuarem existindo as feiras necessitam ser mais dinâmicas, inovadoras e prestativas, devendo possuir serviços personalizados aos consumidores, motivação relativa ao

gerenciamento do negócio familiar, competência (investindo na formação) e profissionalismo. A resistência das feiras se apóia na mobilização de feirantes em associações de feirantes, nos atos jurídicos, principalmente contra a ditadura do controle sanitário e tributário. Como alerta Harvey (2004),

Isso requer como reação que se organize um projeto de classe igualmente forte de prevenção e redução do risco, de recuperação e controle de recursos, em que a classe trabalhadora, os destituídos e os marginalizados assumam um papel de liderança. No momento em que eles estiverem desempenhando esse papel, vai ser possível trazer à baila toda a questão de construir um modo alternativo de produção, de troca e de consumo que não apenas reduza os riscos, como também seja ambiental e socialmente justo e sensível (HARVEY, 2004, p. 292).

Segundo Harvey (1980), “a menos que essa tendência atual possa ser modificada, sinto que, quase certamente, estaremos, também, sendo levados a um período de intenso conflito (que pode ser violento) dentro do sistema urbano” (HARVEY, 1980, p. 79). Assim, poderá resistir às dificuldades da comercialização que o feirante desenvolve que elencamos como: isolamento, falta de recursos, deficiências estruturais e ausência de qualificação técnica adequada.

Considerações finais

Considerando a lógica do capital, tal como foi descrita anteriormente, o que se fez foi tornar os lugares de resistência, as feiras, como espaços de sobrevivência sob o signo da economia de sobrevivência. Não se trata de contrariar a "modernidade imediata" e a sua fluidez, e sim de se opor ao seu uso como instrumento perverso de produção e agravamento das desigualdades socioeconômicas.

Os movimentos de resistência, acudidos neste trabalho, não constituem defesa e manutenção das economias tradicionais em

espaços de perpetuação do atraso e da pobreza. Ao contrário, buscamos a transformação de seus ambientes em lugares que até agora não são realidades, ou seja, "utopias vivas do processo", conforme Harvey (2005). Somos levados a acreditar, no estudo comparativo das feiras de Maringá e Leiria, que os conflitos entre os lugares de resistência e espaços do capital, sobre a égide da sobrevivência, ocorrem no mundo como um todo.

É evidente que os espaços de sobrevivência, aqui representados pelas feiras, enfrentam muitos desafios, mas não deixaram de existir, pelo menos no Brasil e em Portugal. Porém, prever o futuro das feiras em todos os países do globo, é improvável, pois requer uma perfeita compreensão dos processos globais do modo de produção capitalista, movidos por atores políticos, econômicos e sociais, que se manifestam de modo particular nos diferentes lugares do mundo. Compreender estas mudanças, requer uma avaliação realista da direção para o qual o sistema social e econômico como um todo está se movendo, frente a todos esses processos. Seguramente, o impedimento de atividades econômicas de sobrevivência, nos espaços urbanos, acentuam as tensões sociais e sugerem uma condição de maior desigualdade e injustiça.

Os resultados deste estudo sinalizam que este setor econômico encontra-se ameaçado pelas grandes superfícies de consumo que promovem mudanças culturais e também no comportamento do consumidor, comprometendo o consumo consciencioso e a sua sensibilidade ambiental. Além disso, os custos muito elevados com os deslocamentos, as restrições do poder público à entrada de novos feirantes e a não renovação dos feirantes idosos por mais jovens também sinalizam dificuldades de garantir a expansão desta atividade no futuro. Sabe-se que o poder público permite o aumento do número e/ou áreas dos supermercados e shoppings, sem muitas limitações, mas para as feiras os espaços são cada vez mais restringidos, não permitindo em muitos casos o ingresso de novos feirantes (pelo menos em Maringá). Que as feiras brasileiras e portuguesas continuaram existindo é certo, pois as crises cíclicas no capitalismo produzem

e reproduzem estagnação, desemprego e desigualdades, enquanto as feiras, oportunidade de sobrevivência.

O principal desafio dos trabalhadores do setor é ampliar a sua mobilização/ativismo, evitando o controle do Estado e sua neutralização pelos meios reacionários dos atores capitalistas. Não é tarefa fácil assegurar o futuro dos espaços de sobrevivência como das feiras, que estudamos. Por agora, reafirmamos que as feiras são lugares de resistência às imposições do capitalismo global, compondo espaços banais e pontos de redes pois estão enraizadas na cultura popular de brasileiros e portugueses. Portanto, as feiras são estruturas sociais que refletem os valores da sociedade num dado lugar e momento; são espaços de sobrevivência que tendem a ocupar “pequenos” nichos de mercado, favorecidos pelos laços de confiança conquistados junto aos seus fregueses. Sendo assim, as feiras tradicionais de rua, integram parte do conjunto compartilhado de ideias, memórias e sentimentos que unem uma população, fortalecendo sua identidade cultural e mantendo um vínculo com o rural. Particularmente, as feiras do Produtor de Maringá e de Leiria cumprem, de um lado, o papel de encontro de classes e, de outro, o de viabilizar a circulação de capital. Além disso, com a existência de supermercados e novas tecnologias que permitem o *e-commerce*, fazer a feira é uma questão de resistência.

Neste sentido, as feiras são verdadeiros museus culturais a céu aberto, pois o que nelas emerge é a própria cultura do lugar/região que alimenta este ciclo e delas recebe informações necessárias para suas mudanças e adaptações às novas realidades do tempo e do espaço. Sabe-se que a feira não é uma economia discricionária e que os elementos do passado convivem com os do presente, adaptados às necessidades da lógica de um capitalismo de sobrevivência. Isso também resulta do estreitamento das relações do local com o global, uma vez que a nova lógica de produção acaba por formatar o consumidor, seus costumes e o consumo, além do próprio espaço e tempo.

É sabida a relevância das feiras no papel de estruturação e reestruturação da cidade, no passado, e também as suas presentes

resistências às modernidades e às alterações de ordem econômica e política. As feiras conseguiram resistir à modernidade dos shopping centers e dos hipermercados com seus espaços planejados, abrigados das intempéries, com ar condicionado e vitrines sedutoras, das propagandas sofisticadas em mídias de longo alcance, encurtando as distâncias entre o tradicional e o moderno, o trabalho familiar e a dignidade, o campo e a cidade.

Tal como o campo e a cidade, as feiras são resultantes do desenvolvimento desigual. Lugares diferenciados nos espaços do capital, pois apesar de também possuírem conflitos e contradições próprias do capitalismo, se revelam como espaços de sobrevivência. Tratam-se de apropriações do espaço público (uma possessão) e não de dominação (propriedade), mesmo porque são efêmeras. De outro modo, são formas coletivas de uso desses espaços, que se contrapõem ao paradigma dos modernos espaços de consumo das grandes superfícies, à segregação do espaço urbano, tornando a cidade mais viva. Assim, a possessão é um processo simbólico carregado de marcas do "vivido"; um tempo diverso e complexo como afirma Lefevre (2005). Por isso, é um lugar múltiplo, complexo, diferente dos outros espaços do capital, que se apresentam como unifuncionais e que atendem à lógica capitalista hegemônica. Assim, as feiras reciclam os espaços geográficos, lhes dão múltipla funcionalidade, possibilitando a sobrevivência dos produtores familiares, comerciantes e prestadores de serviços; oportunizam também a concentração e circulação de clientes no comércio circunvizinho ao *locus* de trocas.

Referências

BARATA SALGUEIRO, T.; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (orgs.) **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

BRAUDEL F. **Civilização material, economia e capitalismo (Séculos XV-XVIII)**. Vol. O Jogo das Trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CACHINHO, H. P. **O comércio retalhista português: pós-modernidade, consumidores e espaço**. GEPE, Lisboa, 2002 (versão da Tese de doutorado apresentada à Universidade de Lisboa, em 1999).

CASTRO, E. I.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**.. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

COSTA, F. R. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. 2013. Disponível em: <<http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000208710>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

COU TINHO, E. P; NEVES, H. C. N.; NEVES, H. C. N.; SILVA, E. M. G. **Feiras livres do brejo paraibano: crise e perspectivas**. XLIV CONGRESSO DA SOBE (Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural). Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento. Realizado em Fortaleza, de 23 a 27 de Julho de 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/663.pdf>>. Acesso: 11 out. 2012.

FEATHERSTONE, M. Localismo, globalismo e identidade cultural. **Revista Sociedade e Estado**. V. 11, n. 1. p. 9-42, jan./jun. 1996.

GHIZZO, M. R. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá**. Maringá: UEM, 2012. Tese (Doutorado de Pós-Graduação em Geografia) da Universidade Estadual de Maringá. Disponível em:

<[http://sites.uem.br/pge/documentos-para-publicacao/teses/teses-2012-pdfs/ MarcioRobertoGhizzo.pdf](http://sites.uem.br/pge/documentos-para-publicacao/teses/teses-2012-pdfs/MarcioRobertoGhizzo.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2013.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. **Culture, power, place: explorations in critical anthropology**. London: Duke University Press, 1997.

GRAMSCI, A. **Selections from prison notebooks**. Ed. and trans. Q. Hoare and G. Nowell-Smith London: Lawrence and Wishart, 1971. Disponível em: <<http://www.walkingbutterfly.com/wp-content/uploads/2010/12/gramsci-prison-notebooks-vol1.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **The limits to capital**. Oxford: British Library, 1982.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo. 2010.

HEINE, E. W. **El nuevo nómada**. Barcelona: Circe. 1988.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **The State and Society**. In: N. Brenner and S. Elden, eds., *State Space World: Selected Essays*, p. 51-68, London: University of Minnesota Press, 2009.

LEGISLAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. Maringá. Paraná.

LENIN, V. I. U. **O estado e a revolução**. Obras Escolhidas, vol. II, São Paulo: Alfa Omega, 1980.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

RODRIGUES, M. **Supermercados**: 40 anos de Brasil. Coordenação APRAS – Associação Brasileira dos Supermercados. São Paulo: APRAS, 1993.

ROUSSEAU, J. A. **Manual de distribuição**. 2. ed. Estoril: Principia, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. A imaginação: Questão de método. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SINGER, P. À guisa de introdução: urbanização e classes sociais. *In*: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FONTES ORAIS CITADAS

A. P. A. M. C. (2012) Gerente de controle de feiras livres da Prefeitura de Maringá. Maringá, 15 de maio de 2012.

A. R. (2012) Engenheiro agrônomo, feirante e criador da feira do Produtor de Maringá. Maringá, 21 de setembro de 2012.

E. C. (2012) Feirante e presidente da Feira do Produtor de Maringá. Maringá, 21 de maio de 2012.

H. P. C. (2012) Professor Doutor da Universidade de Lisboa. Lisboa, 14 dezembro de 2012.

I. F. S. (2012) Feirante e representante dos feirantes da Feira de Leiria. Leiria, 13 de novembro de 2012.

J. J. S. M. S. (2012) Encarregado operacional de feiras. Leiria, 6 de novembro de 2012.

J. O. (2012) Engenheiro agrônomo da Emater e Coordenador da feira do Produtor de Maringá. Maringá, 15 de maio de 2012.

M. M. (2012) Chefe de Divisão da Prefeitura de Leiria. Leiria, 04 de novembro de 2012.

Capítulo 5

O comércio e o consumo na produção da cidade: estudo sobre o Aglomerado Urbano de Maringá (PR)⁵

Márcio Roberto Ghizzo

Introdução

A ciência geográfica possui como uma de suas características os estudos interdisciplinares. Abarcar temas específicos e correlacioná-los com a produção do espaço geográfico é tarefa que exige uma relativa habilidade. Assim, o presente texto intenta relacionar o comércio e o consumo com a produção do espaço urbano, perpassando por, além da geografia, outras ciências que corroboram esta compreensão.

⁵ O presente texto integra a tese de doutoramento intitulada “A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR”, defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

Neste sentido, o intuito principal é apresentar a produção de espaços de consumo que representam centralidades comerciais figuradas, entre outros, em lojas de departamentos, comércios de rua, galerias e shopping centers nas cidades pertencentes ao Aglomerado Urbano de Maringá (AUM), a saber, Maringá, Marialva, Paçandu e Sarandi.

Para Lefebvre (2000, p.22), a revolução urbana enfatiza que o mercado, o comércio e o consumo são vitais para a cidade e para o homem. Afinal, “o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada, que parece a liberdade”. Por esta perspectiva, ele pressupõe estudar a cidade pelo seu valor simbólico, vinculando ícones do comércio e do consumo como lugares de encontros e de relações que se estabelecem na sociedade.

Para tanto, faz-se necessário a compreensão das formas de comércio e de consumo de varejo, ênfase desta pesquisa, e sua influência na mobilidade do consumo e a consequente produção do espaço urbano. De uma forma geral, o comércio varejista procurou, ao longo do século XIX, atender à massa de assalariados, sendo uma forma de garantir o consumo da produção industrial e, ao mesmo tempo, a reprodução social. Porém, ao longo daquele século e, mais especificamente no século seguinte, após a II Guerra Mundial, conheceu-se uma descentralização do comércio varejista em novas formas e espaços de consumo, decorrendo a terciarização das cidades.

No caso brasileiro os anos 1950 são um marco para o comércio varejista nacional, principalmente pelo início dos supermercados, seguidos pelos hipermercados nos anos 1970. Porém, são os anos 1990 que representam a disseminação destas formas comerciais pelas metrópoles e cidades médias brasileiras.

Consequentemente, estas transformações trouxeram inovações na produção dos espaços urbanos. Centralidades para atrair consumidores têm sido constantemente produzidas e a busca pelo lazer, pelo narcisismo e pela satisfação dos desejos presentes no comércio e no consumo traz consigo o embrião da

vida cotidiana moderna. Assim, passa a ocorrer uma refuncionalização de determinadas áreas e espaços, influenciada pelas mudanças da sociedade, metamorfoseando a estrutura das cidades.

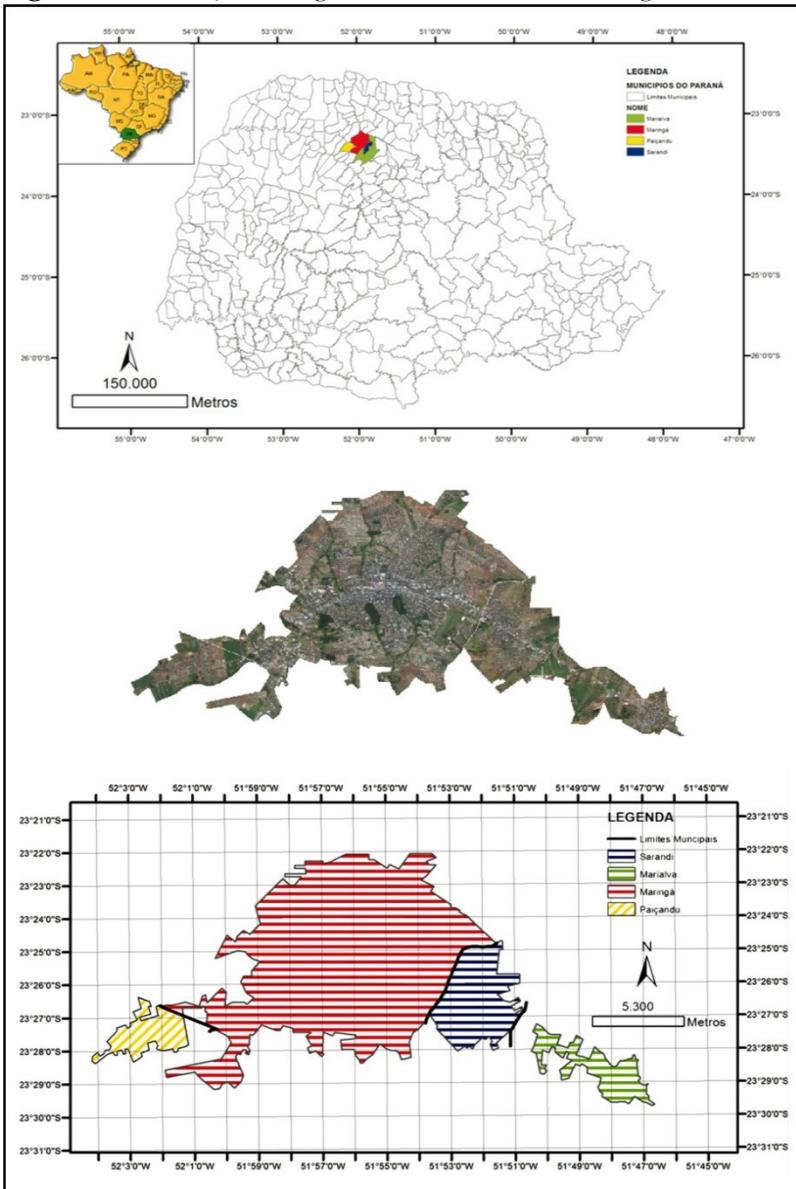
Durante muito tempo, salienta Carreras (2009), a geografia do comércio e do consumo derivou da teoria de Walter Christaller (1933). No entanto, observa-se uma mudança deste escopo, marcada pela complexidade do consumo e da produção das cidades e das redes urbanas. Neste sentido,

Y claro se há ampliado el concepto de consumo a los procesos socioculturales que incluyen la transformación del deseo através de la contemplación, del paseo, de la apropiación simbólica de los lugares, de los objetos y de los propios consumidores. Se trata de concretar lo que se há definido como la sociedad del espectáculo (CARRERAS, 2009, p. 47).

Assim, o comércio e o consumo demandam reflexões e estudos que perpassam por questões culturais, urbanas, políticas e sociais. A cidade é, neste sentido, produção, condição e meio para as relações sociais; um espaço de realização do ser social que, movido por emoção, desejo e cotidianidade, acelera a produção e a acumulação de capital.

Localizado na mesorregião norte-central paranaense, o AUM teve sua colonização pautada na cultura cafeeira, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, quando recebeu um grande fluxo de migrantes paulistas e mineiros. Porém, a década de 1970 foi marcada, no estado, pela modernização da agricultura, que refletiu em profundas transformações nos espaços rural e urbano, quando eclodiram cidades interioranas como Maringá que, juntamente com as demais cidades do AUM, formam uma mancha urbana praticamente linear e ininterrupta (Figura 01).

Figura 1: Localização do Aglomerado Urbano de Maringá: área urbana



Fonte: Ghizzo (2012).

Para a produção deste trabalho, realizou-se pesquisa de campo *in loco* nas respectivas cidades do AUM, principalmente junto a pessoas-chaves, como empresários, representantes de associações comerciais e consumidores, o que proporcionou conhecer aspectos da produção urbana relacionados com o comércio e o consumo.

O comércio e o consumo na produção da cidade

O sistema urbano, ou a sociedade urbana, como Lefebvre a define, é a própria sociedade de consumo guiada por valores que tomaram conta do modo de vida das pessoas, pautado no comércio de bens e serviços que integram, agora, o cotidiano social. Esta transformação é acompanhada de novos valores estéticos e culturais, novas formas espaciais e, conseqüentemente, novos estilos de vida.

A respeito da importância do urbano no processo do consumo e no modo de vida, Pierre George, já nos anos 1960, mencionava o poder exercido pelas cidades e seus espaços, o que refletia, conseqüentemente, na mobilidade do consumo⁶. Para ele, a população da periferia urbana sentia-se instigada a visitar áreas de consumo em função do lúdico. Afinal, a vida cidadina é consumista, pois “[...] o próprio fato de morar na cidade é fonte de formas de consumo e de procura específica de serviços” (1971, p. 92).

A vida urbana, portanto, implica novo estilo de vida e novos padrões de consumo, numa preocupação de inserção social, na qual a comodificação torna-se objetivo de vida. Afinal, nas cidades estabelecem-se as mais intensas relações sociais, num contato entre as mais diversas classes, produzindo um mundo de sujeitos que se interagem e se tocam, se percebem, se olham, mas

⁶ Mobilidade do consumo refere-se ao movimento executado pelo consumidor de seu local de residência até um espaço de consumo, normalmente entre cidades periféricas e cidades polos. Esta noção foi apresentada por Ghizzo (2006) e ratificada na tese de doutoramento defendida em 2012.

que, concomitantemente, vivem realidades distintas, com situações por vezes antagônicas. Porém, muitas vezes, no cotidiano urbano estas diferenças são veladas, principalmente nas áreas centrais e/ou de centralidades de consumo, pois, ali, todos se aproximam e possuem os mesmos valores enquanto consumidores.

A cidade atual com seus signos de poder figurados, entre outros, nas formas comerciais, possui vários significados, assim como funções. Mas cada forma materializada tem também sentido que expressa essência e conteúdo. Assim, a sociedade urbana é o local socialmente privilegiado para funções produtivas e de consumo, lugar de encontro do produtor, da mercadoria e do consumidor.

O fenômeno urbano é complexo e, no que concerne ao consumo, engloba muitas particularidades que se transformam, para Carreras (2008), em vários problemas subdivididos em quatro grandes campos. Para ele, o primeiro campo é a mudança no setor produtivo, marcada pela deslocalização industrial (globalização) que, com a instantaneidade, rompe com a clássica lógica espaço-tempo. Como consequência, vê-se uma fragmentação do processo produtivo, uma maior terceirização e personalização da demanda típica da acumulação flexível. O segundo campo refere-se às mudanças na sociedade, ou seja, a fragmentação da família e a proliferação de unidades unipessoais que individualizam o consumo urbano⁷. Isto gera uma nova divisão da sociedade, mas não com uma base exclusivamente econômica, mas que infere em novos ritmos e tipos de consumo. O terceiro campo de mudanças é em relação à concepção do tempo: trata-se de mudanças no tempo da cidade, com flexibilização dos horários e maior comunicação de todos os tipos. Exemplo são os horários de consumo diferenciados, como os shoppings, os hipermercados e as lojas 24 horas que atendem às novas demandas de mercado, somado à diferenciação do

⁷ O autor menciona como exemplo os apartamentos de um quarto, os restaurantes *self-services*, os *fast-foods*, o uso e consumo de produtos congelados, etc.

horário de trabalho que intenta ter estabelecimentos comerciais em funcionamento quando a maioria das pessoas está ociosa. Por fim, as mudanças no campo do espaço geográfico, marcadas pela densificação urbana e pela paisagem das cidades com renovação de áreas e processo de gentrificação, o que tende a coincidir com as tendências da cidade pós-moderna que sugere novas, diferentes e exclusivas paisagens.

Estas questões mencionadas por Carreras (2008) podem ser relativamente percebidas no AUM. Que o modo de consumo tem recebido fortes influências da globalização é fato, alterando os modos de vida e as formas de consumo da população. Exemplo disso é a quantidade de marcas de produtos e franquias globalizadas que se fazem presentes na preferência do público consumidor e que ocupam espaços principalmente no centro tradicional e nos shopping-centers da cidade polo. Assim, cada vez mais a população consumidora do AUM cede ao modelo imposto pela sociedade de consumo e demanda, por exemplo, pelo consumo individualizado, personalizado e exclusivo, inserindo um grande peso social neste processo.

Quanto à fragmentação da família e à formação de unidades unipessoais, estas implicam alterações nas formas de consumo e na produção da cidade. Com o novo padrão de vida há também a produção de uma nova paisagem urbana, marcada por estabelecimentos como restaurantes, *deliverys* e lavanderias, além de uma nova forma de produtos que contemplam novas necessidades, como refeições semiprontas e enlatadas. Estas alterações afetam, além dos estabelecimentos comerciais, também a organização daqueles tradicionais, como os supermercados e os shopping-centers.

No que se refere às alterações no tempo da cidade, estas vêm se tornando uma constante. Maringá possui vários tipos de estabelecimentos comerciais que aderem à horários mais flexíveis. Os mais representativos são os hipermercados e os shopping centers, exatamente aqueles que exercem maior poder de atração para os consumidores que realizam a mobilidade do consumo. Oferecer à população a possibilidade de realizar compras no

horário em que está ociosa torna-se uma estratégia do capital. Afinal, o que antes poderia ser, por exemplo, uma ação individual, poderá se realizar como uma forma de passeio em família. Esta questão é ratificada pelos empresários do setor de shoppings, os quais atestam que o horário diferenciado permite a visita da família que finda por concentrar as compras da semana numa atividade lúdica.

Quanto ao AUM, esta situação é legitimada devido o poder que a organização comercial de Maringá tem no que concerne ao horário de funcionamento do comércio das demais cidades. Estas possuem seus respectivos comércios funcionando conforme o horário estabelecido pelo sindicato regional sediado em Maringá – Sindicato dos Lojistas do Comércio e Comércio Varejista de Maringá e Região (SIVAMAR). Ou seja, de uma forma geral, todo o comércio de rua das cidades sindicalizadas funciona no mesmo horário da cidade polo e, conseqüentemente, caso a população consumidora queira realizar algum tipo de compra em seu horário de descanso, praticamente se torna refém deste tipo de estabelecimento localizado privilegiadamente em Maringá. Isso denota uma relação de hegemonia desta cidade em relação às demais, pois fomenta o desenvolvimento desigual e concentra capitais provindos do comércio de sua hinterlândia. Segundo A. D. L.⁸, ao todo são dezenove municípios vinculados à esta regulação do horário de trabalho, englobando doze mil empresas de comércio da região e mais seis mil de Maringá, com um total de oitenta e oito mil funcionários formais do comércio divididos em cinquenta e cinco mil pertencentes aos municípios fora da sede e trinta e três mil à Maringá.

Antes desta regulação, era comum os estabelecimentos das cidades vizinhas de Maringá funcionarem em horários diferenciados. Como muitos destes comércios são familiares, nos quais parentes ou funcionários *free lances* eram contratados

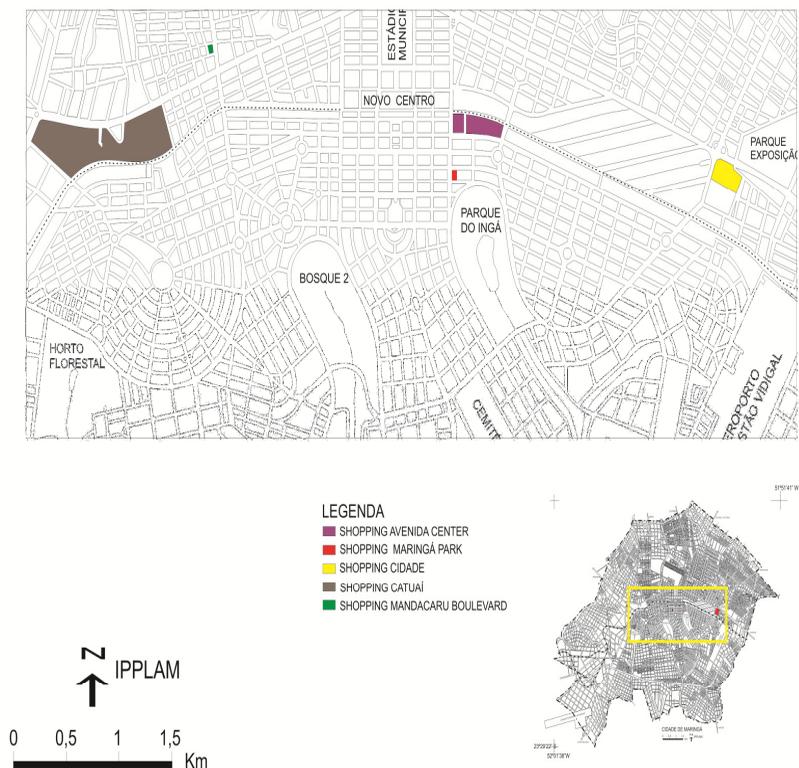
⁸ No intuito de garantir o anonimato das pessoas entrevistadas dos estabelecimentos comerciais, associações comerciais e/ou sindicato do comércio, as referências utilizarão apenas as letras iniciais do nome completo do entrevistado.

esporadicamente, o comércio funcionava além do horário normal, aos sábados à tarde e aos domingos e feriados pela manhã, o que fomentava as vendas e garantia condições da força de trabalho destes municípios prestigiar o comércio de suas próprias cidades após o seu labor. Porém, com esta normatização, os trabalhadores que não conseguem realizar compras em horário comercial se sujeitam à realizá-las nos estabelecimentos de Maringá que assim o permitem, como é o caso dos shopping centers e hipermercados, favorecendo a concentração de capitais na cidade polo e a hegemonia do setor.

Por fim, no quesito abordado por Carreras referente às mudanças no espaço urbano, Maringá também vem se desenvolvendo. Importa mencionar a produção dos espaços comerciais e a requalificação de áreas com vistas à se aproximar das tendências da cidade pós-moderna. Assim, nos últimos anos, a cidade conheceu um salto no desenvolvimento de formas urbanas como os hipermercados e os shoppings centers. Exemplo foi a chegada de hipermercados, como as redes Walmart, Muffato, Assaí e Angeloni. Quanto aos shoppings, Maringá conta hoje com cinco empreendimentos (Figura 02), sendo o Avenida Center o mais antigo, seguido pelo Maringá Park⁹ que, como o primeiro, localiza-se no centro da cidade. Na porção leste há o Shopping Cidade e no outro extremo o Catuaí, que funciona como um shopping regional. De menor expressão há o Lar Center Mandacarú, que é um shopping de vizinhança.

⁹ No início este shopping foi denominado Aspen Park. Porém, mudanças do grupo gestor alteraram o nome do empreendimento.

Figura 2: Localização dos shoppings centers de Maringá



Além destes exemplos sobre as mudanças no espaço urbano, é preciso também destacar a renovação de áreas, conforme salientado por Carreras (2008). Neste caso, a produção do Novo Centro da cidade de Maringá ilustra bem este processo. Trata-se de uma área pujante da cidade, onde edifícios residenciais e comerciais ocupam um espaço que antes era destinado ao pátio de manobras da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA. Diante de um jogo de interesses políticos e econômicos, a Prefeitura Municipal de Maringá iniciou, no início dos anos 1990, as obras do atual “Novo Centro”, que se constituíram na retirada da estação ferroviária e do pátio de

manobras da RFFSA do centro tradicional da cidade. A obra previu o rebaixamento dos trilhos da linha férrea e a construção de três grandes quadras que privilegiariam, além de moradias, comércio e serviços, também espaços para esporte, lazer e cultura. Porém, o projeto inicial foi profundamente alterado e os espaços que seriam destinados ao consumo coletivo foram privatizados e, atualmente, são objeto de investimento de pessoas das classes mais abastadas. No que tange ao comércio e ao consumo, o Novo Centro trouxe uma nova concepção de equipamentos para esta região da cidade, com a construção de edifícios e a instalação de muitas lojas, hipermercados e afins.

A atual forma de organização e produção das cidades aproxima fisicamente as pessoas, instigando o desejo pelo que pode ser oferecido e, ao mesmo tempo, proporcionando uma experiência de hiper-realidade, incitando novos comportamentos sociais e novas formas de uso e apropriação do espaço.

Barata Salgueiro; Cachinho (2009) também compartilha deste pensamento, afirmando que tudo isso se torna exacerbado pelas vias rápidas que favorecem à mobilidade de fluxos, imbricando entretenimento e consumo nas/das formas urbanas. Para os autores, “é também aqui, em ambientes profundamente artificiais e simulados, verdadeiras réplicas da cidade nostálgica e desejada, que um grande número de indivíduos-consumidores encontra refúgio para satisfazer as suas necessidades de abastecimento, consumo e distração” (p. 10).

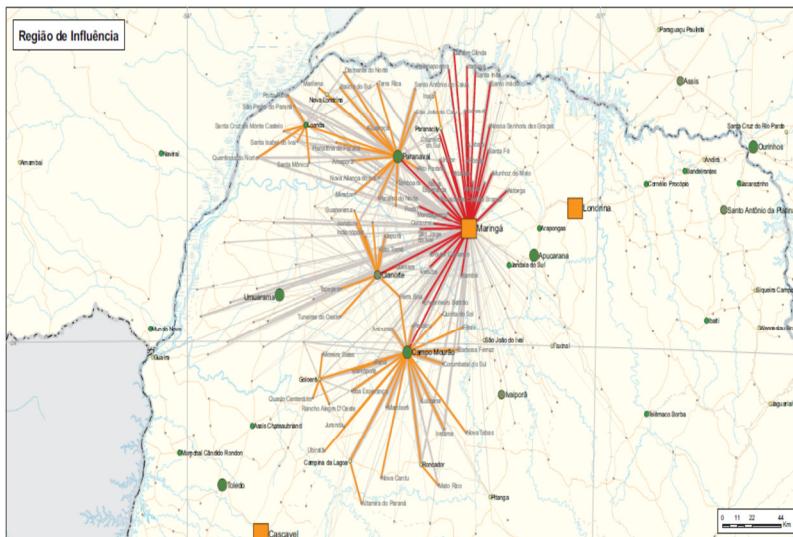
Estas mudanças nas estruturas e nas formas urbanas produzem uma nova paisagem e acontecem nas cidades onde a dinâmica é maior e as alterações nas relações de consumo mais facilmente absorvidas, ratificando o papel da terciarização. Assim é a cidade de Maringá que, desde sua gênese, foi planejada a se tornar um centro distribuidor para toda a população de sua área de influência. Em entrevistas realizadas com empresários do setor, estes demonstraram esta importância, como relatado por D. B., J. L. P. e R.C.N. Nas palavras do primeiro, destaca-se que

[...] pra falar do dinamismo do comércio de Maringá é preciso retroceder até antes de quando nós iniciamos. Por quê? Porque o comércio de Maringá era a chamada “ponta de linha”, ou seja, nós éramos o último ponto avançado do interior do estado que abastecia o Mato Grosso e algumas regiões próximas no setor atacadista. Então o primeiro setor forte de Maringá foi o comércio atacadista. Porque nós éramos um centro distribuidor, então havia grandes empresas, a J. Alves Esteves Veríssimo, Casas Moreira, Atacadão... que foram se formando nesse setor de atacado. Evidentemente o comércio varejista da cidade foi crescendo, por ser um polo e pela própria cidade crescer também. Por isso digo que Maringá nasceu para o comércio. Então, hoje estamos numa área de desenvolvimento do comércio que estamos quase na posição anterior, mas talvez ainda melhor, mas numa relação diferente... O comércio da cidade está bem significativo, está bem acima da média do Paraná, e bem acima da média do Brasil [...].

Atualmente, esta territorialidade da área de influência de Maringá é mais complexa, pois rompe com limites físicos. Porém, no que condiz à sua espacialidade, a cidade possui considerável importância no fornecimento de bens e serviços, principalmente para a população paranaense. Segundo REGIC (2008)¹⁰, seu raio de ação age de forma mais intensa no sentido norte, onde a cidade encontra menor concorrência com outros polos, seguido do oeste e sul, onde os municípios de Paranavaí e Campo Mourão também agem como cidades relativamente importantes. Já no sentido leste seu poder de influência é menor devido à concorrência com a cidade de Londrina e, em menor proporção, Apucarana.

¹⁰ Estudos desenvolvidos pelo IBGE para a identificação das Regiões de Influência das Cidades.

Figura 3: Área de influência da cidade de Maringá



Fonte: REGIC (2008)

Mas esta influência que as cidades terciárias exercem sobre aquelas polarizadas vai para além de fornecedoras de bens e serviços, proporcionando também experiências. Assim, cidades polos são centros de consumo e, relativamente, de experiências simbólicas, onde o espetáculo e o signo são passíveis de consumo. A cidade atual é, neste contexto, forma de consumo do espaço.

Até o século XVIII o comércio varejista tinha como função social abastecer a população sob o princípio da necessidade; já no século XIX ele se caracterizou pela especialização e fortalecimento comercial à serviço da indústria e, no século XX, se tornou atividade cotidiana devido, entre outros, aos novos tipos de estabelecimentos comerciais e ao comércio como forma de lazer. Assim, o comércio ganhou espaços fechados e cobertos, e foram criadas centralidades pelo capital privado visando atender às demandas de um novo perfil do público consumidor.

A geografia do comércio e do consumo é uma realidade em praticamente todas as cidades, mas é mais exacerbada naquelas de

maior concentração humana e de capital, principalmente as que possuem características de centros metropolitanos terciários. Afinal, é aí que se encontram diversas forças que impelem esta geografia, como o poder público que estabelece regras, o setor privado que organiza a (re)produção dos lugares e as pessoas que lutam na tentativa de se apropriarem destes espaços onde os primeiros mantêm hegemonia. É da relação entre estes agentes sociais que a ideologia do consumo se realiza, produzindo e dominando o cotidiano. Esse pensamento induz à construção do espaço urbano como resultado das relações das pessoas e dos grupos sociais, fazendo da cidade a própria humanidade do homem (CARLOS, 2001).

Nestas condições, o lugar torna-se tão importante quanto a mercadoria e proporciona, também, o consumo do espaço. As pessoas não consomem apenas mercadorias, mas as compras significam novas experiências, movidas por sentimentos e prazeres. Isso leva as pessoas a se identificarem com a cidade e com os espaços de consumo, com lugares surreais, que funcionam como significantes e que parecem ser um tipo de prolongamento de suas casas.

Considerando que a nossa sociedade, fundada na produção de mercadorias, passou do *ser* para o *ter* e para o *parecer*, ou seja, degenerou, pode estar construindo espaços que, cada vez mais, tendem para a encenação, para o parecer, para o espetacular, palavra que, aliás, vem sendo utilizada por alguns autores para adjetivar esta sociedade em sua forma mais desenvolvida, uma vez que nela “a economia submeteu às suas próprias leis a vida humana”, conforme Guy Debord, e é através da cultura “de massa” que os novos valores são difundidos (PINTAUDI, 2002, p. 101).

Neste contexto, as pessoas desejam mais que mercadorias, mas um modo de vida, e o consumo passa a significar um elemento do seu dia a dia. Como alerta Cachinho; Barata Salgueiro (2010, p. 05) “Um café, uma praça, uma boutique, a cidade em si, tem de se dirigir cada vez mais às pessoas não como

simples lugares, mas como experiências activas.” Isso é retratado no depoimento de um consumidor, o qual relatou:

Normalmente, aos sábados almoço fora com minha esposa e meus filhos. De lá vamos ao shopping, pois sempre temos que comprar alguma coisa. Ficamos a tarde toda e voltamos somente à noite. Lá mesmo comemos alguma coisa. No domingo, vamos à igreja e de lá vamos almoçar fora. Daí, passamos novamente no shopping e só saio pra algum compromisso ou no final da tarde, pra voltar pra casa. Por que no shopping? Tem de tudo: gente bonita, coisas da moda, mercadorias de todos os tipos, ambiente limpo e agradável. Não troco por outros lugares, e eu acho que não pago mais caro por isso. Tem segurança, prazer, cultura. O preço é o mesmo de outras lojas, mas as condições de compra são muito melhores. Quase tudo que compro é no shopping. Depois que comecei a comprar lá, cada vez compro mais.

(Homem, 45 anos, comentando porque frequenta o shopping toda a semana)

Nota-se no discurso que, tomando o shopping como exemplo de espaço de consumo, ele proporciona uma experiência que contagia significativa parcela de seu público, passando a fazer parte de seus cotidianos. Afinal, é perceptível que o motivo da ida ao shopping, neste caso, não se restringe à mercadoria ou ao produto à ser adquirido, mas principalmente ao espaço à ser frequentado e à experiência proporcionada. Ou seja, é o espaço que conduz o consumidor à mercadoria.

O setor terciário e mais especificamente o comércio, também favorece à manutenção do sistema hegemônico e, no que tange ao AUM, o mesmo corrobora esta assertiva. Neste sentido, a cidade de Maringá possui espaços que concentram maior quantidade de capital investido, perpassando por condições que permitem a “experienciação” que Cachinho; Barata Salgueiro (2010) retrata, a exemplo dos shoppings centers, dos hipermercados e das lojas de departamentos, além das próprias ruas comerciais que tentam proporcionar sentimentos similares à

seus frequentadores. Mas, mesmo que em condições desprivilegiadas, as demais cidades do AUM resistem e tentam se organizar também neste sentido, produzindo espaços, segundo suas condições e limitações, cada vez mais próximos deste intuito, como é o caso de Paiçandu e Marialva e, em menor proporção, Sarandi.

A produção do espaço do comércio e do consumo no AUM

O Aglomerado Urbano de Maringá (AUM) é uma espacialidade que ratifica a produção do espaço desigual e combinado de Smith (1988). Afinal, as cidades que o compõe são marcadas por discrepâncias socioespaciais que produzem um espaço heterogêneo e, por vezes, antagônico.

No que tange à produção de seus espaços de consumo, esta pauta-se, principalmente, na produção de centralidades, lojas e ruas. Enquanto a cidade polo mantém hegemonia na produção das centralidades, a exemplo dos shoppings, hipermercados e galerias, as demais cidades concentram suas forças principalmente na produção de lojas, ruas, vitrines, calçadas e venda de mercadorias, buscando oferecer à sua população condições satisfatórias para suprirem os sentimentos que almejam e que muitas vezes são sanados nos maiores centros.

Pintaudi (2009) afirma que é preciso correlacionar à estas transformações espaciais também a questão do tempo. Afinal, é nesta relação que o comércio e o consumo podem ser entendidos em sua dimensão material, perpassando o caminho do lucro e da acumulação. Isto produz espaços específicos, verdadeiras centralidades que se transformam ao longo do tempo e formam espaços desiguais.

A figura 04 representa uma destas centralidades comerciais da cidade de Maringá. Embora seja um shopping-center, uma de suas lojas âncora é a grande responsável pela identidade do estabelecimento. Destino de considerável parcela da população do AUM, Ghizzo; Rocha (2005) constataram que aproximadamente 22% de seu público pertence às cidades da área

de influência de Maringá. Esta centralidade nasceu com o Mercadorama (atual Hipermercado Big), inaugurado no final da década de 1990 e, logo depois, com a construção do Shopping Cidade¹¹. A marca Big marca a identidade do lugar, tanto que a maioria das pessoas se refere ao shopping com o nome do hipermercado. Em entrevistas realizadas com consumidores é comum constatar similaridades nas respostas, como “costumo ir ao Big”, ou “eu vou ao Big”, ou ainda “no shopping do Big”. Embora o Shopping Cidade venha realizando intensas campanhas para difundir sua identidade, esta forma de referência ainda permanece na memória das pessoas. Para M.L., “ainda falam muito ‘estou no Big’, quando estão no shopping. O Big ainda é a principal referência, e muitos aplicam o nome do Big ao shopping como um todo [...]”

No que tange ao comércio das demais cidades do AUM e a produção de centralidades, Marialva, Paiçandu e Sarandi são desprovidas de grandes investimentos do setor e possuem seus comércios caracterizados, de uma forma geral, por lojas menores e com menor grau de capacidade de investimentos, se comparado a estabelecimentos similares da cidade polo, o que não deslegitima a importâncias destes espaços de consumo. Trata-se de estabelecimentos que atendem às necessidades de sua população, mas que ainda não conseguem oferecer o lúdico e o hedonismo plenamente, pois não propiciam o consumo do espaço e a experiência em totalidade.

¹¹ Primeiramente foi inaugurado o hipermercado, na época Mercadorama. Logo após o shopping iniciou suas atividades como um shopping de descontos. Sua primeira configuração era de lojas populares, mas, depois de reformas, passou a ser Shopping Cidade e atualmente conta com praça de alimentação, praça de diversão e cinemas. Entre as lojas âncoras, destaca-se o Big, as Lojas Americanas e o McDonald's.

Figura 4: Shopping Cidade, região Leste de Maringá



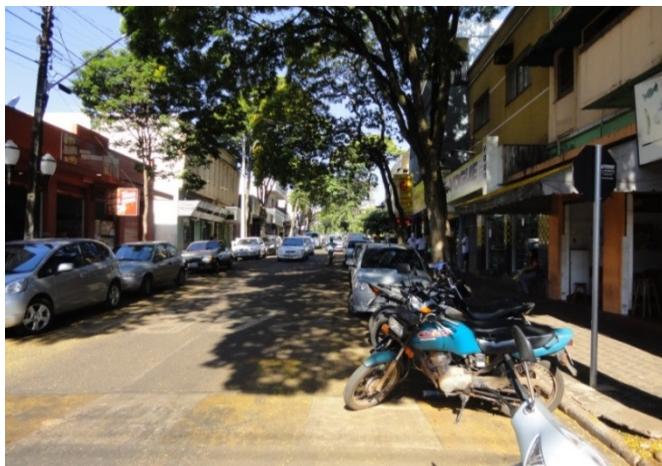
Fonte: Ghizzo (2012).

A maioria das iniciativas que o setor tem realizado nestas cidades parte, normalmente, dos próprios comerciantes com o apoio das associações comerciais. De uma forma geral o poder público não despense recursos para este fim, deixando a iniciativa privada na ponta da organização do espaço do comércio e do consumo. Trata-se de iniciativas autóctones que visam minimizar alguns possíveis motivos que instigam a população a realizar a mobilidade do consumo.

A figura 05 retrata aspectos do comércio de Marialva, demonstrando que esta cidade possui um espaço de consumo relativamente diferenciado se comparado à Paçandu e Sarandi. Representada por pequenos estabelecimentos e alguns poucos magazines de rede nacional, esta cidade se mostra relativamente “atrativa”, instigando a população a visitar o centro e a caminhar pelas ruas e calçadas, colaborando para que o consumo integre o seu cotidiano. Afinal, as calçadas são limpas e regulares, as ruas arborizadas e o trânsito tranquilo, o que possibilita a circulação das pessoas e o olhar as vitrines. O diferencial permanece na condição da estrutura da cidade, garantindo o aspecto lúdico, o qual passa a se desenvolver de forma agradável e hedônica. A

principal centralidade comercial da cidade é formada nesta região, pelas ruas Washington Luiz, Atílio Ferri, Nereu Ramos, Formosa e Cristóvão Colombo.

Figura 5: Paisagem do comércio de Marialva (R. Washington Luiz)



Fonte: Ghizzo (2012).

Quanto à Paiçandu, a figura 06 apresenta aspectos do seu comércio varejista, ratificando o predomínio dos pequenos comerciantes. A cidade possui duas centralidades comerciais: a Avenida Ivaí, no centro da cidade, e a Avenida Vereador Silvio Alves, no Jardim Pioneiro. Embora esta segunda centralidade seja mais recente, a mesma possui maior dinamismo e importância, pois se desenvolveu concomitantemente à cidade, principalmente no que se refere ao Jardim Pioneiro. Ali os comerciantes locais vêm investindo em melhorias no intuito de reter os consumidores que ainda se dirigem à Maringá, oferecendo-lhes melhores condições e ambientes de consumo. Com poucos magazines de rede nacional, Paiçandu possui comerciantes que vêm abrindo filiais na própria cidade, percebendo o setor como um nicho de possibilidades. Fato é, por exemplo, a Lojas Vida que possui quatro filiais na cidade, a Lojas Lucilene e Lincoln Modas com três, e a Uzza Modas com duas, além de outras. Para L.O. abrir

filiais em Paçandu é um bom negócio, tanto que, segundo dados da associação comercial, atualmente doze lojistas aderiram a este tipo de investimento.

Figura 6: Paisagem do comércio de Paçandu (Av. Ivaí)



Fonte: Ghizzo (2012).

Por fim, a principal centralidade comercial de Sarandi é a Avenida Londrina, que corta a cidade no sentido norte-sul, mas há ainda outras centralidades, como as avenidas Maringá, Barcelona e Rio de Janeiro. A figura 07 apresenta um trecho da Avenida Londrina com alguns aspectos de seu comércio varejista. Percebe-se, de forma geral e em consonância com o depoimento de consumidores, a falta de estrutura da cidade, com ruas e calçadas estreitas e mal conservadas. Exemplo é o comerciante autônomo que precisa caminhar pela pista de rolamento, o que também é sentido pelos consumidores quando vão às compras nesta centralidade. Além disso, as lojas geralmente são de pequeno porte e locais, com poucos magazines de rede.

O AUM é uma espacialidade onde se expressam importantes relações sociais nas esferas econômica, social, política e cultural. Por isso, intenta-se construir um entendimento deste comportamento humano e das estruturas ideológicas e dialéticas que corroboram este processo sócio-espacial.

Figura 07: Paisagem do comércio de Sarandí (Av. Londrina)



Fonte: Ghizzo (2012).

Este processo leva à uma nova organização do espaço urbano pautada na globalização. Se antes a cidade possuía uma dinâmica baseada no setor industrial, no período mais recente vem se apoiando na terciarização como uma das condições da economia mundial que infunde novos valores e ritmos ao cotidiano social. Embora a relação cidade-comércio não seja algo novo, é na atualidade que este processo tem ganhado mais importância na vida das pessoas e no desenvolvimento do capitalismo.

A reprodução do capital e o setor terciário maringaense

A cidade é o *locus* principal de reprodução do capital. Na contemporaneidade, a terciarização se tornou objeto desta reprodução por permitir que a mais valia presente na força de trabalho, tanto na produção quanto na comercialização de produtos, ou mesmo na produção dos espaços de consumo, se reproduza de maneira exacerbada na atual sociedade de consumo.

Neste sentido, a relação espaço-tempo e o cotidiano tornam-se elementos constitutivos do urbano. O tempo se acelera

pela técnica, requerendo novos espaços e fomentando novas formas de reprodução de capital. Este, por sua vez, migra entre lugares e setores, mas normalmente entre os mesmos grupos hegemônicos, legitimando formas de reprodução. Neste contexto, o próprio comércio é continuidade do processo produtivo, reproduzindo formas urbanas, e o espaço é cada vez mais controlado em sua produção e uso, onde o consumo ocupa lugar essencial.

Esta é a atual sociedade, instituída por um ritmo de vida condicionado por elementos as vezes distantes dos próprios indivíduos. Ou seja, as informações chegam ao cotidiano impondo e renovando necessidades. Parafraseando Lefebvre, o consumo é mais que consumir, é a satisfação e/ou insatisfação de necessidades que manipula desejos: é a vida humana.

É no bojo desta discussão que se intenta inserir a produção dos espaços de consumo do AUM, numa relação entre produção do espaço e mobilidade do consumo como um processo dúbio no qual, em um momento, a mobilidade do consumo leva à produção do espaço e, num segundo momento, é a produção destes espaços que leva à mobilidade do consumo.

Os municípios pertencentes ao AUM possuem especificidades marcadas pelo desenvolvimento desigual: de forma geral, uma cidade polo (Maringá) e duas cidades dormitórios (Sarandi e Paiçandu), além de uma cidade local (Marialva), que possuem intenso grau de integração de pessoas, capitais, mercadorias e serviços. No que se refere à cidade polo, desde sua gênese recebeu importantes estabelecimentos comerciais, como Casas Pernambucanas e Casas Moreira, além de outras que vieram em períodos posteriores. Atualmente, seus espaços de consumo mais representativos são marcados por grandes investimentos de capital, como os shoppings centers e os hipermercados, além das lojas de rua do centro tradicional e de alguns subcentros, como é o caso das Avenidas Pedro Taques, dos Palmares e Mandacaru, entre outros.

Vocacionada para ser uma cidade terciária, Maringá desde sempre investiu neste setor, encontrando empresários dispostos a

multiplicarem seu capital na cidade que foi sendo produzida por agentes e promotores imobiliários que viram, neste ramo, uma grande possibilidade de auferirem lucros. Exemplo são as construções de espaços de consumo que a cidade vem recebendo nos últimos anos, como é o caso do Shopping Catuaí, inaugurado no final de 2010, a expansão do Lar Center Mandacarú e o Grupo Angeloni, de Santa Catarina, em 2012.

Por outro lado, as demais cidades do AUM possuem uma história do comércio um pouco diferente. Enquanto Sarandi e Paiçandu foram se tornando cidades dormitórios da força de trabalho que diariamente executa mobilidade em direção à cidade polo, alguns comerciantes arriscavam suas economias na abertura de comércios. Ou seja, são, na maioria das vezes, comerciantes pequenos, cujos estabelecimentos foram acompanhando ou não o desenvolvimento destas cidades. Embora fique evidente que alguns obtiveram sucesso, mesmo assim é incomparável se usarmos como parâmetro os grupos que investem em Maringá. Contudo, Marialva possui um perfil um pouco diferente, pois, marcada pela interiorização e com idade cronológica maior que Maringá, cresceu pouco, privilegiando outro setor de desenvolvimento, a viticultura, mas garantindo uma excelente qualidade de vida à maioria de sua população.

Estes aspectos corroboram o fato de que o AUM integra o cotidiano de sua população. Ou seja, a cidade polo faz parte do dia a dia dos maringaenses e também de muitas pessoas dos demais municípios e, para a população que trabalha ou estuda em Maringá, a cidade já se faz presente em seu dia a dia. Para aqueles que assim não o fazem, normalmente a cidade também possui relativa importância devido à outros laços de pertencimento, de diversas ordens, como é o caso do consumo.

Entender porque a cidade se desenvolveu e continua se desenvolvendo e recebendo investimentos que assim a produzem é de suma importância. Em Maringá o comércio ocupa posição relevante e, diante desta complexidade, pretende-se apresentar alguns aspectos que fazem a cidade ser atraente para receber estes investimentos e, conseqüentemente, demonstrar como a

mobilidade do consumo corrobora com a produção do espaço urbano.

A cidade é um importante centro de investimentos do comércio devido a dinamicidade e o poder de compra de sua população. Segundo Guerra *et al* (2006), em 2005 Maringá era a 52^a cidade do Brasil com maior número de habitantes pertencentes à classe média, com um total de 42.700 famílias e um dos maiores índices estaduais. Os pesquisadores utilizaram, naquele momento, para caracterizar este estrato, os consumidores mais abastados que consideram o consumo como um “valor suplementar” de relacionamento e aparência, marcado por status e ascensão social. Isto denota que considerável parcela da população maringaense (aproximadamente 50% do mercado consumidor local) compromete parte de sua renda com o consumo conspícuo de roupas, habitação e educação, entre outros, no intuito da ostentação. Portanto, o consumo tem uma feição simbólica de status, movida pela comodificação e com um intenso peso social. Embora estes dados sejam da cidade polo, legitimam o recebimento de investimentos, fomentando condições de desenvolvimento da cidade que influencia outros municípios, entre eles, o AUM.

Em outro momento, os mesmos autores (GUERRA *et al*, 2007) constataram que a cidade de Maringá era a 58^a colocada no ranking de trabalhadores urbanos do Brasil (com um total de 91.182 no ano 2000). Para os autores, esta população sofreu avanço no quesito consumo, impondo contínuas necessidades capazes de diferenciar segmentos sociais locais e regionais. Porém, aconteceu que o perfil desta população mudou, assumindo valores que se baseiam na típica sociedade de consumo globalizada.

Balizado nestes estudos de Guerra *et al* (2006 e 2007), pode-se constatar que a população maringaense tem sido provida de condições satisfatórias de consumo, com uma relativa mobilidade social ascendente marcada pela melhor condição de compra. Afinal, o meio urbano proporcionou, além do real aumento de renda verificado nos últimos anos, também crédito e

emprego, gerando maior capacidade de endividamento e compra, além da própria instigação ao consumo, típico da vida nas cidades.

Segundo o IPC Maps¹² (2011), no que tange à cidade polo, esta ocupou, em 2010, a 3ª posição no Índice de Potencial de Consumo do Paraná e a 49ª no ranking nacional, demonstrando a potencialidade dos consumidores locais e instigando o empresariado para novos investimentos. Estes estudos demonstraram que a cidade teve, em 2011, uma previsão de potencial de consumo da ordem de R\$ 6.460 bilhões, auferindo um índice de consumo de 0,26350 o que significa que, a cada cem reais consumidos no Brasil, 0,26 seriam de Maringá. Estes estudos ratificam a relação entre consumo e mobilidade social, afirmando que a eclosão da classe média é uma das causas do crescimento do consumo, principalmente porque significativa parcela da população nacional teve uma transposição ascendente na estrutura de classes.

No caso específico de Maringá, cabe ainda ressaltar que, em 2010, a renda per capita do maringaense foi a segunda maior do estado do Paraná, atrás apenas da capital. Com uma média de R\$ 1.033,00 mensais, os cidadãos alcançaram uma posição acima da média paranaense e nacional, R\$ 747,00 e R\$ 668,00, respectivamente. Esta renda reflete a preferência não apenas dos investimentos lojistas, mas também daqueles de capital fixo, como a construção civil que produz estabelecimentos comerciais para abrigar os novos empreendimentos (IBGE, 2010).

¹² IPC Maps é um banco de dados secundários elaborado com base em informações de instituições oficiais, utilizado atualmente por mais de 700 empresas. O produto contempla o perfil de consumo das populações urbanas e rurais dos 5.565 municípios brasileiros. Os dados e as informações são organizados por regiões, unidades da federação, mesorregiões, microrregiões e municípios como unidades referenciadas. Disponível em:

http://www.ipcbr.com/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=27

Estes resultados configuram um importante instrumento de pesquisa do empresariado, principalmente aqueles que buscam oportunidades de investimentos. Segundo a reportagem “Entre os 50 maiores...” (2011), os comerciantes analisam estes dados para conhecerem o potencial de consumo da população, analisando a probabilidade de o investimento dar certo ou não. Nesta matéria, menciona-se, por exemplo, o caso de investidores do Grupo Morena Rosa que fizeram exceção para abrir uma loja fora de capital brasileira, pois enxergaram Maringá de forma diferenciada, e viram nela uma grande oportunidade para investir os setecentos mil reais iniciais.

Na mesma linha de raciocínio, em entrevistas realizadas com empresários que investem no ramo imobiliário, os mesmos confirmam a importância da renda da população e o potencial de consumo para o desenvolvimento do setor terciário. D.B., sócio proprietário de dois shoppings centers em Maringá, relata que,

quando vai se fazer um shopping há a necessidade de se fazer um estudo de mercado com pesquisas, e aí você verifica o potencial da cidade, hoje nós dispomos e o próprio IBGE dispõe de muitas informações que a gente precisa, porque basicamente, o tamanho de um shopping ele é definido por três fatores importantes: primeiro é a renda per capita da cidade, segundo é a renda da região e a terceira, que eu julgo até mais importante que as outras é a distribuição de renda, porque as vezes você tem uma cidade que tem um ótimo perfil de renda média, [...] mas que tem um perfil de distribuição de renda que não é bom, [...]pois não é o fato de alguém possuir um salário muito maior que ele vai consumir muito mais, [...] por isso esse perfil de renda é muito importante, mas aí vem uma coisa interessante: Maringá tem uma das melhores distribuições de renda, pois nós temos poucos ricos e poucos pobres, então, embora a predominância das classes D e E se mantenha, essas classes hoje já começam a consumir, principalmente em função de arrumar um melhor nível de emprego. Um setor que mantém o maior número de emprego hoje é o setor de confecções, que é

feito pela mulher, de forma geral e predominante, e quando se tem emprego pra mulher, significa dois salários pra família [...], então com os dois salários, conseguem mais que o básico, e com o básico tendo em casa, o que sobra é para o consumo [...] e Maringá, temos o orgulho de dizer, é uma das melhores performances do país (D. B. 2011).

Percebe-se, portanto, que a renda e o potencial de consumo são grandes responsáveis por investimentos que as cidades recebem no setor terciário. Por isso a inovação e a evolução espaço-temporal do setor na cidade de Maringá são muito fortes. Neste sentido, estudo realizado por Vieira; Maia; Silva (2010) atesta que na região norte paranaense, onde se encontra o AUM, a dinâmica do setor varejista tem tido volume ascendente, inclusive com inovações que tendem ao *e-commerce* e que vem ganhando espaço, o que tem preocupado o varejista local. Inclusive a pesquisa revelou que o consumidor regional possui similaridades com as abordagens teóricas mencionadas, onde questões socioculturais (cultura, costumes, classes e grupos sociais) influenciam incisivamente o ato da compra e o processo do consumo, além daquelas de ordem psicológica (motivação, atitude, hedonismo e pertencimento).

Para os autores, o perfil dos consumidores é evidenciado por três variáveis universais: gênero, idade e renda. No caso da região norte do Paraná, foi constatado que, assim como o restante do estado, 52% é formado por mulheres e 48% por homens. No que condiz à faixa etária, as cidades maiores tem consumidores mais jovens (moradores ou em trânsito, como é o caso dos estudantes) e, por fim, no que concerne à renda, o município de Maringá é altamente atrativo.

Na região, os autores constataram que os principais motivos que levam as pessoas a comprarem mercadorias no varejo são, em ordem, o preço, a variedade, a qualidade e o atendimento, de modo que a primeira variável encontra maior relevância para aqueles com menor poder aquisitivo, enquanto qualidade e atendimento são mais representativos para os mais exacerbados.

Enfim, o papel do comércio desenvolvido em Maringá denota, na atualidade, reconhecê-la como uma das principais cidades do Paraná. Importa salientar que de toda a região metropolitana a que o AUM pertence, a cidade de Maringá possui o maior PIB per capita e Sarandi e Paçandu os menores índices, respaldando a assertiva de que o AUM é um espaço produzido de forma desigual, com diferenças marcantes no cotidiano da população, principalmente no que tange à oportunidades, qualidade de vida, trabalho e consumo (RODRIGUES; COSTA; FERRARI, 2009).

Considerações finais

A produção do espaço geográfico e, em específico, das cidades, sempre foi tema primaz nos estudos de Geografia. Esta produção normalmente se encontra atrelada aos agentes urbanos e/ou à mobilidade da força de trabalho. Contudo, este estudo procurou evidenciar que, na contemporaneidade, também o comércio e o consumo ocupam posição estratégica neste tipo de produção.

A sociedade de consumo, que rege a vida cotidiana moderna, conforme atesta Lefebvre, se faz presente em todos os lugares e na vida da sociedade como um todo. Assim, é preciso relativizá-la com este escopo da ciência geográfica.

Neste sentido, a produção dos espaços urbanos, a partir da segunda metade do século passado, influenciaram sobremaneira as novas formas das cidades, incorporando novas centralidades comerciais, a exemplo dos supermercados, hipermercados e shopping centers, além de outros. Estas novas formas urbanas são entendidas como signos, que agem no cotidiano das pessoas transmitindo significados que findam por traduzir em novos estilos de vida, perpassando por questões culturais, psicológicas, políticas e sociais. Assim, as cidades e seus espaços de consumo se tornam, também, objetos de consumo do espaço.

No que tange à população das cidades, assim como aquela das áreas de influência dos maiores centros, como é o caso do

AUM, esta passa a desejar estar e pertencer a estes lugares simbólicos que expressam modernidade e inovação. Trata-se de uma forma de pertencimento que se desenvolve fazendo com que as pessoas se sintam integradas espacialmente quando, na realidade, vivem em mundos segregados.

Por fim, há de se relevar o fato de que este tipo de produção urbana não ocorre de forma ingênua, mas segundo interesses do capital que, constantemente, busca meios de reprodução. Exemplo disso são os investimentos que acontecem, seja nos maiores centros pelos grandes investidores do setor, seja nas menores cidades pelos comerciantes que buscam garantir a vitalidade de seus negócios. No entanto, seja em uma ou outra situação, importa enfatizar que a produção do espaço se dá mediante mecanismos de reprodução do sistema capitalista, corroborando a sua manutenção que atinge, além da materialidade, também o ritmo e o estilo de vida das pessoas. Neste contexto, imbricado por uma complexidade de fatores, as cidades são produzidas, ratificando que a contemporaneidade é marcada pela produção de espaços articulados e desiguais, formando mundos que se tocam, mas que não se pertencem.

Referências

CACHINHO, H.; BARATA SALGUEIRO, T. **O comércio retalhista português: pós-modernidade, consumidores e espaço**. Lisboa (Portugal): Artecomposta, 2002.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARRERAS, C. Teorizando sobre La ciudad y El comercio, a propósito de unas reflexiones sobre La calle comercial. p. 41-54. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (org.) **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

ENTRE OS 50 MAIORES MUNICÍPIOS EM POTENCIAL DE CONSUMO. **Revista Digital ACIM**. Maringá: Agosto de 2011, p. 42-60.

GUERRA, A.; *et. al.* **Classe média: desenvolvimento e crise**. São Paulo: Cortez, 2006. Atlas da nova estratificação social no Brasil, v. 01.

Trabalhadores urbanos: ocupação e queda na renda. São Paulo: Cortez, 2007. Atlas da nova estratificação social no Brasil, v. 02.

GHIZZO, M. R. **A mobilidade do consumo na cidade de Maringá: o ensaio de uma noção**. 2006. 199p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

A mobilidade do consumo e a produção do espaço no Aglomerado Urbano de Maringá-PR. 2012. 200p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

GHIZZO, M. R.; ROCHA, M. M. A cidade para o consumo: mobilidade e centralidade em Maringá-PR-Brasil. O caso do hipermercado Big. **Revista Geográfica**. Instituto Panamericano de Geografia e História. OEA, México, N. 138, Julio-Diciembre, 2005.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

La Production de l'espace. 4ª ed. Paris: Anthropos, 2000.

ORTIGOZA, S. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista**. 2001. 208 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2001.

PINTAUDI, S. A Cidade e as Formas do Comércio. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

PINTAUDI, S. Anotações sobre o espaço do comércio e do consumo. p. 55-61. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (org.) **Cidade e**

comercio: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

REGIC, **Região de influência das cidades**. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, A. L.; COSTA, S. P. da; FERRARI, L. C. C. O contexto histórico e a institucionalização da região metropolitana de Maringá. In: MOURA, R.; RODRIGUES, A. L. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009;

SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. p. 9-39. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (org.) **Cidade e comercio:** a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009;

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual:** Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1988;

VIEIRA, F. G. D.; MAIA, G. L.; SILVA, L. C. da; **Comportamento do consumidor no varejo:** características, desafios e perspectivas para o comércio da região noroeste do Paraná. Curitiba: SEBRAE-PR, 2010;

Fontes orais citadas (Instituições)

A. D. L. Presidente do **Sindicato dos Lojistas do Comércio e Comércio Varejista de Maringá e Região** - SIVAMAR;

J. L. P. **Representante da Associação Comercial e Empresarial de Sarandi** – ACIS;

L. O. Presidente da **Associação Comercial e Empresarial de Paíçandu**. ACIP;

M. L. Gerente de Marketing do **Shopping Cidade**. Maringá, 29/07/2011.

Capítulo 6

O espaço público, o lazer e o parque urbano: reflexões teóricas e conceituais

Marcos Clair Bovo
Pedro Henrique Bruno Martins

Introdução

O capítulo a seguir encontra-se organizado em três sessões sendo estes de cunho teórico e com o objetivo de estimular o leitor a criticidade e que a partir desse ensaio, possamos despertar no leitor a busca por um maior aprofundamento teórico sobre *o espaço público, o lazer e o parque urbano*.

O conceito de espaço público urbano está vinculado às diversas áreas do conhecimento científico que vem sendo abordado tanto pela sua estrutura e forma, quanto pelo seu caráter social, produzindo diferentes perspectivas de análise sobre o seu significado e dimensão. Nesse sentido, Gomes (2006) destaca o espaço público como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. Para o autor, essa ideia deve permear o olhar geográfico sobre o espaço público. Já Serpa

(2011) considera o espaço público como o espaço da ação política na contemporaneidade e ainda como espaço simbólico, na qual se manifestam diferentes ideias de cultura e de sujeitos. Sob essa perspectiva, Serpa (2011) evidencia a transformação destes espaços em mercadoria e sua consequente apropriação desigual.

Castro (2002, p. 54) ao abordar o conceito, avalia que para além de uma determinação político-jurídica, o espaço público é um produto do uso social. Segundo a autora “existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso colectivo intenso”.

A ideia de público determina-se pelo oposto à noção de privado não havendo, portanto, restrições no critério da acessibilidade destes espaços. “O critério de acessibilidade repousa sobre a ideia implícita de que é a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que espaços acessíveis pressupõem” (CASTRO, 2002, p. 55).

Outro aspecto sobre o espaço público que propomos apresentar neste capítulo, é a reflexão das discussões em torno do conceito de lazer, levando-se em consideração as ideias de Mascarenhas (2000); Ansarah (1990); Camargo (2003); Dumazedier (1976); Marcellino (1996); Pimentel (2010). Esses autores consideram o lazer como parte do tempo livre dos indivíduos, no entanto, como avalia Mascarenhas (2000), deve-se examinar essas práticas à luz de uma sociedade desigual na qual o capital, muitas vezes vem transformando o lazer em mercadoria. Neste contexto, “o resíduo de tempo em que ocorre o lazer e a maneira como dele as pessoas se apropriam, caracteriza-se pelo modo ou posição que o sujeito ou determinado grupo ocupa na sociedade de classes” (MASCARENHAS, 2000, p. 13). Na visão do autor, o poder de compra e consumo configura-se na sociedade contemporânea como uma forma de emprego do lazer.

Dentre os espaços públicos destinados ao lazer, o parque urbano tem se tornado objeto de investigação por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científico. Dentre eles destacamos Macedo e Sakata (2010); Serpa (2005); Bovo (2009),

entre outros. Para Macedo e Sakata (2010, p. 14) a definição de parque nem sempre é clara, alguns consideram o parque qualquer espaço público de lazer ou de conservação com presença de vegetação. Para os autores, o parque é caracterizado pela disponibilidade de estruturas de lazer.

O espaço público: apontamentos teóricos e conceituais

O espaço público apresentando neste item traz à tona um dos temas mais relevantes na sociedade contemporânea. Tema este que vem sendo debatido por diferentes áreas do conhecimento, dentre elas, destacamos a filosofia, sociologia, geografia, história, ciência política, entre outras que procuram pelo diferente viés entenderem o espaço público, seja ele, na sua especificidade ou na sua totalidade.

Diante disso, a conceituação de espaços públicos pode envolver diferentes sentidos, consequência da complexidade que abrange o termo, além disso, alguns autores como Gomes (2006) apontam para uma deformação em relação ao conceito. Castro (2002) menciona também a banalização de seu uso, que faz com que seu significado fique incerto. Esta definição não pode ser entendida simplesmente pela sua natureza jurídica, representada pelos estatutos dos diferentes espaços urbanos e amparada na dicotomia público/privado.

Para Ferreira (2000), seguindo as premissas trazidas por Lefebvre (1968), deve-se interpretar o espaço a partir da dimensão cultural, entendida como “[...] uma reivindicação política e cultural em relação à vida urbana, entendida, sobretudo, ao nível dos processos de sociabilidade urbana e de fruição plena da cidade [...]” (FERREIRA, 2000, p. 15), o que remete para os processos de apropriação pública do espaço urbano, independentemente da natureza jurídica, pública ou privada.

Segundo Gomes (2006), a característica que define o espaço público é a relação direta com a vida pública. Para Habermas (1992, *apud* GOMES, 2006, p. 160) “o espaço público é o lugar do discurso político. Para que esse lugar opere uma atividade

pública é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma co-presença de indivíduos”. O autor apresenta o espaço público como local onde os problemas se apresentam, são debatidos de forma horizontal e confrontados à opinião pública, sendo por fim resolvidos. Desse modo, um dos problemas da sociedade foi à transformação do público em apáticos espectadores pela ação de governantes e da mídia. O grande desafio então é reconquistar o espaço público como lugar da participação ativa.

Gomes (2006, p. 162) considera que “fisicamente, o espaço público é, antes de tudo, o lugar, praça, rua, *shopping*, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. Para o autor, esta é uma regra que deve ser seguida, apesar das divergências dos grupos sociais que convivem sob o mesmo espaço. Nesta perspectiva, essa acessibilidade deve estar sujeita apenas às normas que regulam as condutas nas áreas comuns. Uma investigação dessa temática pelos autores permite-nos dizer que os espaços públicos compreendem hoje um desafio nos projetos urbanos na medida em que deve atender a diferentes usos e públicos.

Silva (2009) traz-nos outro ponto de vista do assunto, a partir de uma ressignificação do espaço público na realidade brasileira, segundo ele, por intermédio da ausência do Estado e de uma sociedade desigual emerge-se a cultura do medo, expressada principalmente na privatização da vida urbana.

Este processo é nítido quando se nota a reprodução de espaços privados como *shopping centers* e condomínios fechados que em seus projetos arquitetônicos, procuram recriar ambientes com características de espaços coletivos. O resultado disso é uma “valorização negativa” dos espaços públicos na cidade contemporânea, na medida em que, passam a ser associado como locais de perigo e ameaça por parte da população.

Para Silva (2009) este desgaste do espaço público pode ser entendido como uma banalização da noção daquilo que é público, referente à vida coletiva. Segundo o autor:

Revertendo a lógica segundo a qual o espaço público, a princípio (ou seja, por ser público e não o seu oposto: privado, restrito) é uma espacialidade urbana aberta e, desta forma, revestida de uma valoração positiva com um potencial para proposição e criação de novas possibilidades, nas cidades brasileiras contemporâneas ele é, ao contrário, sob o imperativo do medo, uma ameaça em potencial. Em detrimento da sociabilidade e solidariedade, opta-se pela cerca metálica (SILVA, 2009, p. 16).

Em meio às diversas ênfases que os debates sobre os espaços públicos vêm ganhando, chama a atenção à abordagem, sobretudo, pela mídia e de maneira rasa, do aumento da insegurança nos centros urbanos. Esse processo de ressignificação do espaço público é também resultado da síndrome de agorafobia da população das cidades,

[...] cujos sintomas são a reclusão e o enclausuramento em espaços privados, protegido das ameaças externas. Para atender a um desejo por sociabilidade urbana [...], este indivíduo busca, [...] espaços de uso e acesso coletivo, mas com características de segmentação e homogeneização social, onde apenas os semelhantes se encontram [...] (SILVA, 2009, p. 17).

Conforme o autor vive-se uma aversão a tudo que é de domínio público na vida urbana contemporânea. Na visão de Narciso (2009), as transformações ocorridas nos espaços públicos estão relacionadas a estratégias políticas urbanas, na medida em que servem aos interesses do capital, incentivando a proliferação e o consumo de espaços privados. Para a autora:

[...] o caso dos projectos de renovação urbana em que se dá grande ênfase ao espaço público, não é mais do que uma estratégia de acumulação de capital e um modo da reprodução capitalista contemporâneo subjacente às ações do poder público e da iniciativa privada,

instituindo-se através da produção-consumo (NARCISO, 2009, p.268).

Dessa maneira, essas ações implicam em modificações na funcionalidade e acessibilidade dos espaços públicos. Simultaneamente, cresce os investimentos em espaços públicos de maior visibilidade, especialmente locais turísticos e centrais das cidades, viabilizado por meio da articulação do poder público com a iniciativa privada (SERPA, 2011).

Para Castro (2002), a dicotomia público/privado foi sustentada pela sociedade contemporânea a partir da valorização da propriedade privada, e esta divisão, cumpre uma função cultural ao regular os comportamentos e usos legítimos. Os usuários dos espaços públicos também colaboram neste processo de expansão do mercado privado, a partir do momento em que determinados grupos, ao se apropriar do espaço, criam obstáculos simbólicos, muitas vezes imperceptíveis, gerando uma “territorialização do espaço”. Como afirma Serpa (2011):

O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Conseqüentemente, acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar “o outro” em um espaço que é acessível a todos (SERPA, 2011, p. 36).

Para Serpa, essas práticas dificultam a apropriação social dos espaços públicos nas cidades. É nesse sentido, que Castro (2002) ao discutir o processo de coexistência socioespacial comenta que “o espaço público pode tornar-se, para certas categorias da população e em certos momentos, um espaço de poder quando determinados grupos põem em prática estratégias de ocupação e comportamentos que visam à exclusividade” (CASTRO, 2002, p. 59).

De todo modo, como afirma Silva (2009, p. 26), o espaço público não é sinônimo de uma sociedade aberta, para ele, “o espaço, em sua própria materialidade, está sujeito a dispositivo de poder tanto na definição de seus limites propriamente físicos, quanto às formas simbólicas de acesso e apropriação”. Ou seja, a condição pública de um espaço da cidade não é necessariamente sinônimo de liberdade política ou de democracia.

Na visão de Bortolo (2013), a produção dos espaços públicos origina uma demarcação física e simbólica nas cidades, e estas delimitações definem usos e funções. Dessa forma, é evidenciado o potencial existente nestes locais enquanto áreas de socialização e integração. Conforme o autor:

Considerado em diferentes dimensões e em diversos centros urbanos, o espaço público além de proporcionar lazer, na maioria das vezes, busca garantir a inclusão dos seus diferentes usuários a partir de suas inúmeras funções desempenhadas e seus distintos papéis no espaço da cidade. Tais espaços possuem grande importância no contexto das cidades na sociedade contemporânea, sendo estes, espaços de integração, como também, nos apresenta diferentes manifestações no decorrer de sua produção e seus usos (BORTOLO, 2013, p. 52).

Nessa perspectiva, o espaço público é caracterizado como área na qual os diferentes grupos sociais compartilham o mesmo território no espaço urbano. Nesse sentido, Sobarzo (2004, p. 22) considera que “o espaço público é analisado como um produto e um possibilitador das relações sociais”.

As discussões trazidas acerca do significado de espaço público reafirmam a complexidade que abrange sua definição, a expansão dos centros urbanos e sua dinâmica de funcionamento, resultam no surgimento de novos processos de transformação no espaço, acompanhado de novas demandas sociais e consequentemente novas interpretações do espaço público. Nesse sentido, entende-se que “a evolução do conceito de espaço público que tem ganhado cada vez mais novas abordagens,

moldadas por meio da evolução na produção do espaço urbano, marca inicialmente uma virada na concepção da forma dos espaços” (NARCISO, 2009, p. 275).

O lazer na sociedade contemporânea: apontamentos teóricos e conceituais

Na sociedade contemporânea, o lazer funciona como uma das razões das transformações urbanas. O sociólogo francês Joffre Dumazedier (1974) considera a função cultural da cidade expressada nas amplas opções de lazeres. A ideia de função cultural ganhou tanta importância que passou a ser um meio de atração nos centros urbanos. Desse modo, para simbolizar a ideia de desenvolvimento, as cidades devem ser centros de lazeres capazes de atender às necessidades culturais dos diversos tipos de profissionais e atendendo às diferentes idades. É nesse sentido, que o autor destaca a progressiva influência do lazer no planejamento urbano.

O lazer pode ser classificado de diversas formas, sobretudo, as formas de se experimentar o lazer, embora esse debate normalmente esteja condicionado por valores de trabalho. Uma maneira de buscar esse esclarecimento é o modo como os sujeitos definem o lazer na prática. Dumazedier (1976) define lazer como sendo:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p. 34).

Em sua obra “Sociologia Empírica do Lazer” Dumazedier (1974) comenta que desde o início da sociedade industrial os pensadores sociais do século XIX previam a necessidade do lazer,

contudo, não conseguiram entender a dinâmica e as propriedades deste fenômeno. Teóricos como Auguste Comte, Pierre Joseph Proudhon e Karl Marx divergem sobre a concepção da sociedade futura, porém todos atribuíram a mesma relevância à conquista do lazer pelo progresso técnico e pela emancipação social. Todos associaram o desenvolvimento do lazer ao progresso da cultura intelectual dos trabalhadores e ao aumento de sua participação nos negócios da cidade, conforme afirma Dumazedier (1974).

Para Camargo (2003), no cotidiano dos indivíduos, o lazer está sujeito a fatores culturais, políticos, econômicos e sociais, neste sentido o lazer deixa de ser uma ação de livre escolha. O autor faz ainda outras considerações sobre as práticas de lazer, na qual, segundo ele, o prazer é sempre um objetivo nestas práticas, mas que nem sempre é alcançado, todavia, envolve o caráter liberatório das obrigações, na medida em que os indivíduos procuram no lazer uma compensação pelo empenho realizado no trabalho. Ao citar os espaços urbanos onde se pode realizar o lazer, o autor comenta uma pesquisa realizada em 1973 na cidade do Rio de Janeiro, que mostrou que “80% do tempo livre da população são consumidos dentro de casa. Outra pesquisa, [...] mostrou que a maioria da população carioca não sai de casa nos fins de semana” (CAMARGO, 2003, p. 61). Outros lugares considerados como espaços urbanos de lazer para o autor são as ruas e bares, os centros culturais e até os locais de trabalho que, em alguns casos, investem no lazer dos empregados.

Para Dumazedier (1974), o espaço de lazer é um espaço social onde se dispõe relações específicas entre seres, grupos e classes e compreende tanto equipamentos privados quanto os equipamentos públicos. De todo modo, nota-se que não há uma definição precisa do que é o lazer. Em sua análise caracteriza o lazer como qualquer atividade que apresente quatro propriedades, definidas pela relação às obrigações impostas por instituições e pelas relações às necessidades do indivíduo. São elas:

a) **Caráter liberatório:** a primeira propriedade caracterizada por Dumazedier (1974) está relacionada a uma prática de livre escolha, é importante salientar que o lazer não necessariamente

implica em liberdade ou em excluir todas as obrigações. Como relembra o autor, “o lazer é liberação de certo gênero de obrigações”. Essas obrigações institucionais são impostas por organismos constitutivos da própria sociedade: instituições profissionais, familiares, socioespirituais sócio-políticas (DUMAZEDIER, 1974, p. 94). As obrigações interpessoais, de origem dos organismos de lazer são, na visão do autor, consideradas secundárias do ponto de vista da sociedade. Desse modo, o lazer é fundamentalmente a liberação das obrigações primárias impostas por organismos como o trabalho profissional, a instituição familiar, a instituições sócio-políticas e associações espirituais.

b) **Caráter desinteressado.** Na visão do autor, a propriedade citada anteriormente tem como consequência esta segunda, ou seja, o lazer não está vinculado a fins lucrativos de nenhuma ordem, seja do trabalho profissional ou a fins utilitários, como das obrigações domésticas ou fins ideológicos, políticos e espirituais. O lazer então, em qualquer que seja sua forma: de jogo, artística, física ou intelectual não atende a nenhum serviço de fim social ou material. Desse modo, se o lazer cumpre a algum fim lucrativo ou utilitário, ele se transforma em obrigação, sendo assim, não mais considerado lazer.

c) **Caráter hedonístico.** Esta propriedade está relacionada com a satisfação pelo indivíduo na prática do lazer. Conforme a classificação de Dumazedier (1974), a busca pelo prazer e da felicidade é um dos elementos fundamentais do lazer da sociedade moderna. Assim, diferente de outras obrigações do indivíduo, a prática do lazer não vem de uma necessidade material, moral ou jurídica. O lazer envolve então o caráter libertador e a procura pelo estado de satisfação é uma condição para sua realização.

d) **Caráter pessoal.** Esta última propriedade citada pelo autor pode ser entendida como a manifestação das necessidades do indivíduo, frente às obrigações institucionais que a sociedade impõe. Nesse sentido, estão ligadas às práticas com o propósito

da libertação o sujeito em relação à fadiga física e mental e do tédio, resultado da execução de tarefas no cotidiano.

A partir destas ideias, podemos observar que o significado do lazer pode envolver diversas particularidades. Para Pimentel (2010), o conceito ainda é associado à função da diversão, à liberação do tédio, recuperação do estresse e à expressão do poder criativo. Dumazedier (1974) aponta para a necessidade de elaborar estudos para viabilizar soluções para um desenvolvimento cultural harmonioso das coletividades urbanas. O problema das condições do “livre acesso do maior número de pessoas aos níveis mais elevados da cultura do corpo e do espírito deveria ser objeto de uma tomada de consciência coletiva, de uma deliberação de todos os organismos interessados [...]” (DUMAZEDIER, 1974, p.167).

Para Marcellino (1996), o lazer do trabalhador, experimentado no pequeno tempo livre fora da jornada de trabalho, não pode ser entendido pelo modelo da Antiguidade, quando era um considerado um privilégio de poucos e sustentado pela exploração da população. Diferente disso, é “fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam” (MARCELLINO, 1996, p. 4).

Na visão de Ansarah (1990, p. 93), o tempo livre conquistado junto ao tempo de trabalho contribui para o desenvolvimento do indivíduo por meio de atividades de entretenimento. Para a autora, “as atividades de lazer que mobilizam o tempo livre podem ser, acima de tudo, uma forma de afirmação de si próprio, do sujeito social em face do trabalho e a outras instituições de base da cidade”. Camargo (2003, p. 71) também contribui neste debate quando coloca o lazer como um “modelo cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos”. Esta é a chamada educação informal numa sociedade que, não apenas por meio da escola ou da família, mas que possuem pontos de encontro e informações como a TV, jornais, *outdoors*, cinema, bate-papos que se converte numa sociedade educativa.

Para Ansarah (1990), tanto o trabalho quanto a escola são formas obrigatórias de inserção dos indivíduos na sociedade, entretanto, na tentativa de um equilíbrio maior entre as obrigações profissionais e escolares, deve-se buscar uma reformulação destes modelos de organização, como o estabelecimento de horários de trabalho mais flexíveis e reestruturação de critérios disciplinares e de currículos escolares.

A problemática conceitual que abrange o lazer envolve o papel dos poderes públicos em relação à formulação de políticas de lazer e pode ser entendida como uma forma de emancipação do indivíduo. Para Marcellino (1996):

É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendo por participação cultural a atividade não-conformista, mais crítica e criativa, de sujeitos historicamente situados. Entendo, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura da sociedade, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura (MARCELLINO, 1996, p. 27).

Dumazedier (1974) também evidenciou a importância de políticas de desenvolvimento cultural no urbanismo, para produzir, no lazer das massas urbanas, “um equilíbrio entre os valores do repouso, do divertimento, e do aperfeiçoamento permanente das capacidades e dos conhecimentos [...], também, um equilíbrio entre os valores de lazer e os do trabalho, ou os das obrigações familiares, sociais, cívicas, políticas” (DUMAZEDIER, 1974, p. 167). Segundo ele, a cidade se tornaria um centro de popularização de valores culturais e sociais.

Nessa mesma direção, Marcellino (1996) cita o aumento dos debates acerca do lazer nas últimas décadas, principalmente ligado à qualidade de vida nas cidades. Entretanto, essas discussões não têm sido seguidas por ações do poder público. Para o autor, o que vem acontecendo é uma má utilização de recursos no setor, justamente pela ausência do entendimento em relação ao termo o que limita as políticas de atuação. Ele relembra

que a introdução do termo “lazer” ao vocabulário é relativamente recente e carregada por divergências quanto a seu significado. Em suas palavras:

O que se verifica, com maior frequência, é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes implica na redução do conceito a visões parciais, restritivas aos conteúdos de determinadas atividades. Essa tendência restritiva, que pode ser constatada na linguagem popular, [...] é alimentada pelos meios de comunicação de massas, na veiculação da programação de atividades; via de regra ligadas ao esporte e à arte [...] Nem mesmo na denominação de órgãos públicos a definição do campo abrangido pelo lazer fica evidenciada. A partir da década de 70, incorporou-se o tema para denominar repartições de prestação de serviços públicos, geralmente associando-o, restritivamente, a setores culturais específicos. [...] Secretaria e Divisões de “Esportes e Lazer”, “Recreação e Lazer”, “Cultura e Lazer” [...] (MARCELLINO, 1987, p. 21).

Nota-se uma limitação conceitual acerca do lazer, o que, para o autor, dificulta o planejamento de ações específicas. Sendo muitas vezes reduzidas pelos órgãos públicos em “calendários de eventos”. Na Constituição Federal de 1988, o lazer inclui-se no Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como direito social, no entanto, o termo só é tratado quanto à formulação de ações.

Marcellino (1996), ao analisar o texto, interpreta que o lazer é restritivamente vinculado ao conteúdo do esporte, o que dificulta a compreensão do lazer enquanto objeto de estudo e como campo de atuação do poder público. A isso se soma, a irrelevância dado à problemática do lazer, diante de temas considerados “sérios” pelo setor público, principalmente em relação à liberação de recursos.

Assim, Marcellino (1996) propõe uma discussão que circunde o amplo entendimento do lazer, dos seus conteúdos, ou seja, seus diferentes significados; que compreenda o lazer pelo seu aspecto educativo, para além do descanso e do divertimento.

O autor também destaca a necessidade de frisar as possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural. Esse debate envolveria Administração Pública Municipal, na perspectiva de estabelecer prioridades e analisar equipamentos específicos disponíveis no espaço urbano.

[...] é preciso considerar que a questão do lazer não pode ser enfrentada de modo isolado da questão sociocultural [...] é preciso também considerar as possibilidades de ações específicas, na área, que considerem o lazer na totalidade das relações sociais e os limites e possibilidades de políticas públicas setoriais (MARCELLINO, 1996, p. 20).

É evidente que a problemática do lazer se apresenta com diversas dúvidas e polêmicas entre os estudiosos do tema, o que exige refletir sobre o contexto e o momento histórico na qual ele está sendo observado, assim como pensar sobre os valores e o modo de vida de seu período.

O parque urbano: apontamentos teóricos e conceituais

Afinal o que é um parque urbano? Como os autores os conceituam? Quais são as funções de um parque urbano? Qual a relação do parque urbano com o lazer? Esses são apenas alguns questionamentos que buscamos responder.

Diante desses questionamentos esse item inicia-se tendo por base o pensamento de Anne Whiston Spirn (1995, p. 45) que, “por mais insensíveis que possam ter sido aos processos da natureza, os habitantes da cidade têm cultivado elementos naturais isolados, procurando incorporá-los ao seu ambiente físico”. A autora destaca que a natureza tem sido evidenciada pela humanidade por meio de jardins, parques e alamedas, subúrbios e propostas de cidades jardins.

No decorrer da Idade Média, os moradores das cidades europeias cuidavam de inúmeros jardins dentro dos muros das

idades. Neste período, principalmente na Inglaterra, os jardins serviam de moldura para as mansões da aristocracia, onde a beleza da natureza era a maior atração. Os parques passaram a ter a função de áreas onde a natureza seria preservada e se tornaram local de ócio, do lazer simplista da população, do encontro e do desencontro da massa humana.

Já no século XIX, as cidades reservaram grandes porções de bosques e parques para a educação, saúde e recreação de seus habitantes, devido à preocupação com o estado ambiental das cidades industriais. Na Inglaterra, parques pertencentes à família real ou a famílias de melhor poder aquisitivo foram abertos ao público, na tentativa de amenizar os problemas sofridos pelo operariado inglês. Também houve interesse de empreendedores em investir na cidade com objetivo de futuros lucros, pois os parques urbanos valorizavam as áreas que foram transformadas em parques públicos. Em 1840 Londres apresentava vários parques urbanos, dentre eles o Hyde Park, o Regent`Park, o Saint James Park e o Green Park.

No transcorrer da segunda metade do século XIX ocorre a implantação de parques urbanos em Paris por meio da reformulação urbana de Haussmam. Essa reformulação teve como objetivo limpar e clarear a cidade, estabelecer conexões entre o centro urbano e os terminais ferroviários e bulevares e criar avenidas e ruas principais nos distritos suburbanos. Neste contexto, a ideia era criar um sistema interligando parques e residências, por meio de bulevares e corredores verdes usados como conexão. Toda essa preocupação resume-se na situação caótica em que se encontrava Paris em 1849. Com o planejamento e hierarquização desses espaços Haussmam cria um sistema de espaços verdes planejados com vias arborizadas e parques públicos.

Diante das ideias apresentadas ressaltamos que os responsáveis pela criação dos parques urbanos puderam não só proporcionar melhores condições sanitárias às cidades, mas também espaços de convívio social, além de agir como influentes agentes de melhoramento moral dos indivíduos que habitam as

áreas urbanas. No decorrer do século XX a ideia de criar sistemas de parques urbanos, iniciada no século XIX, ganhou impulso e uma série de propostas urbanas foram levadas em conta. Segundo essas propostas, nas cidades do futuro os espaços livres públicos não seriam só para o lazer da população, mas para a criação de cidades urbanizadas e saudáveis.

As propostas de cidades ideais, publicada na Carta de Atenas de 1933, a qual fala dos ideais de cidade e de seus espaços livres:

As superfícies livres são, em geral, insuficientes. Existem, ainda, superfícies livres no interior de algumas cidades. Elas são a sobrevivência, miraculosa em nossa época, de reservas constituídas no passado: parques rodeados de residências principescas, jardins adjacentes a casas burguesas, passeios sombreados ocupando a área de uma muralha militar derrubada.

Os dois últimos séculos consumiram com voracidade essas reservas, autênticos pulmões da cidade, cobrindo-os de imóveis, colocando alvenaria no lugar da relva e das árvores. Outrora os espaços livres não tinham outra razão de ser o deleite de alguns privilegiados. Não interviera ainda o ponto de vista social, que dá hoje um sentido novo a sua destinação.

Eles podem ser prolongamentos diretos ou indiretos da moradia; diretos, se cercam a própria habitação, indiretos, se estão concentrados em algumas grandes superfícies, não tão próximas. Em ambos os casos, sua destinação será a mesma: acolher a atividade coletiva da juventude, 74 propiciar espaço favorável às distrações, aos passeios ou aos jogos das horas de lazer. (CORBUSIER. 1993, p. 27).

É importante destacar que no século XX os parques urbanos se tornam reconhecidos em várias sociedades e culturas e o lazer passa a ser uma conquista da cidadania nas sociedades democráticas. A ciência passa a considerar a importância dos parques urbanos, o lazer torna-se uma necessidade social do indivíduo e os parques urbanos desempenham importante função

nessa nova mentalidade. Desde o seu surgimento nas cidades, o parque tem assumido diferentes configurações e significados e se constituem como um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas em seu entorno.

Após essa breve contextualização a respeito dos parques urbanos vamos buscar entender como alguns autores os conceituam. Para Kliass (1993, p.19), “Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”. De acordo com a autora, o acelerado crescimento da urbanização, a artificialidade do meio urbano e os problemas ambientais têm influenciado a vida urbana. Surge então a necessidade de criar espaços livres no interior das cidades. Esses espaços são conhecidos como “refúgios verdes”, que são os parques, praças e jardins.

Carneiro e Mesquita (2000, p.20), definem os parques urbanos como espaços livres públicos com a função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior a uma quadra típica urbana e em geral apresentando componentes da paisagem natural, vegetação, topografia, elemento aquático, como também edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

Para Lima (1994 p. 27), parque urbano “é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos”. É neste contexto que os espaços livres desempenham funções importantes em uma cidade, como, a função estética, a social e a ecológica.

Quanto às funções ecológicas à medida que compõem esses espaços com os elementos naturais contribuem para minimizam os impactos decorrentes do processo de urbanização e industrialização. Sendo assim, a vegetação exerce influência positiva sobre o clima urbano, contribuindo para a purificação e refrigeração do ar. Ademais, abriga a fauna e favorece o reconhecimento de novos habitats para a maior variedade de

espécies animais, a manter as propriedades de permeabilidade e fertilidade do solo, a amortecer ruídos, etc.

Já à função estética dos espaços livres se integram com os espaços construídos e os destinados à circulação e concorrem para a diversificação dos elementos que compõem a paisagem urbana.

Quanto à função social, eles se constituem em espaços destinados o lazer da população. É neste contexto que os espaços livres de uso público merecem especial atenção, pois possibilitam o acesso sem restrições a qualquer pessoa. Desta forma a garantia do uso e conservação dessas áreas é dever do poder público e da coletividade.

Para Macedo e Sakata (2010), a definição de parque nem sempre é clara, alguns consideram o parque qualquer espaço público de lazer ou de conservação com presença de vegetação. Para os autores, o parque é caracterizado pela disponibilidade de estruturas de lazer, podendo ser conceituado como:

[...] espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO; SAKATA, 2010, p.14).

É neste contexto que Macedo e Sakata (2010, p.13) consideram o parque urbano “um elemento típico da grande cidade moderna, estando em constante processo de modificação”.

No Brasil, Macedo e Sakata (2010) afirmam que os parques urbanos datam do final do século XVIII e início do século XIX, porém são mais difundidos a partir do século XX com a consolidação das redes urbanas. Esses parques eram diferentes dos Europeus em que foram projetados para atender a demanda por lazer, aqui esses parques foram construídos para o descanso das elites locais, que naquele momento controlavam a nova nação e buscavam recriar um ambiente compatível com os padrões

européus, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre.

Segundo Bovo (2009), os parques urbanos no Brasil se modificaram a partir da segunda metade do século XX, destacando-se em relação às diferentes funções sociais, passando a ser utilizados como meio de socialização, lazer e recreação, além de áreas de preservação e conservação da natureza. Para o autor os espaços livres como parques “cresce à medida que aumenta a densidade demográfica resultante do crescimento populacional. Os grandes centros urbanos e as áreas mais densamente povoadas necessitam dos benefícios proporcionados pelas áreas verdes” (BOVO, 2009, p.46).

No Brasil, a partir da década de 1920, observou-se um interesse político pela implantação e formação de parques, processo influenciado pela crescente urbanização no país (MACEDO; SAKATA, 2010).

Os primeiros parques surgem em 1950 e 1960, devido à ausência de espaços de lazer de massa, no entanto ficam limitados a algumas cidades e grupos de pessoas. Para os autores foi na primeira metade do século XX que os “[...] parques são construídos em pequeno número, concentrando-se em algumas das grandes cidades – capitais ou não – e estâncias de veraneio, ficando restritos praticamente a áreas centrais e a bairros de elite” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 34).

Macedo e Sakata (2010) destacam que, embora ainda limitados, com o aumento populacional nas cidades, os parques se tornam um espaço de lazer desejado por milhares de pessoas. Entende-se também que no contexto da sociedade capitalista o parque público pode servir à valorização fundiária. Nesse sentido, Serpa (2005) afirma que:

[...] o parque público concretiza-se, em geral, no contexto de um grande programa imobiliário. Os discursos oficiais colocam sempre em primeiro plano as virtudes encarnadas por esse tipo de equipamento sem, no entanto, excluir seu valor econômico, menos sedutor do ponto de vista ideológico, mas determinante para a realização desse tipo

de operação urbana. Note-se que essas operações são acompanhadas de novos processos de especulação imobiliária nas cidades analisadas (SERPA, 2005, p. 112).

O autor formula a hipótese de que estes processos trazem consigo transformações do perfil populacional e da funcionalidade das áreas envolvidas. Para ele, “os parques públicos são elementos de valorização do espaço urbano [...]” (SERPA, 2005, p. 113). Deste modo, por meio de padrões estéticos e de discursos oficiais, reforça-se a ideia de que o parque público é um meio de integração social nos espaços urbanos. Serpa (2005, p.116), destaca que “o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias [...] que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas”.

Para o autor, o processo de valorização de áreas próximas a parques urbanos serve ainda como um meio de segregação social na medida em que se restringe o uso a certos grupos. Em seu estudo de caso, Serpa (2005) analisou as aglomerações dos espaços verdes de Paris e concluiu que nos anos de 1977, 1980 e 1981 existiu um predomínio de profissionais liberais, bem como de trabalhadores qualificados, em contrapartida, foi constatado um número duas vezes menor de operários e empregados com baixo nível de escolaridade.

O parque urbano além de ser um espaço público na maioria das vezes também se configura como um espaço de lazer, porém podem desempenhar outras funções como ficou evidente no texto.

Considerações finais

Diante das ideias que expomos neste capítulo podemos afirmar que o espaço público tem se tornado objeto de investigação de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a Filosofia, Sociologia, Psicologia, História, Arquitetura e mais recentemente da Geografia. No viés geográfico, o espaço público é visto como conjunto indissociável das formas com as práticas

sociais, ou seja, deve ser visto analisado e compreendido a partir do olhar geográfico. Também pode ser entendido como espaço da ação política, ou ainda como espaço simbólico na qual se manifestam diferentes ideias de culturas e de sujeitos.

As considerações apresentadas acerca do significado de espaço público expressam a complexidade que abrange os aspectos teóricos e conceituais, pois as transformações ocorridas e a expansão dos centros urbanos e também a dinâmica de funcionamento, resultaram no surgimento de novos processos de transformação no espaço, acompanhado de novas demandas sociais e consequentemente de novas interpretações do espaço público.

Diante disso a evolução do conceito de espaço público tem ganhado cada vez mais novas abordagens, moldadas por meio da evolução na produção do espaço urbano, marca inicialmente um repensar por parte dos pesquisadores sobre a concepção da forma dos espaços públicos na contemporaneidade.

Os apontamentos teóricos e conceituais do lazer é algo complexo, sendo ainda apresentada por vários autores como uma problemática a sua própria definição, pois há autores que associam o lazer como um espaço social, onde dispõem relações entre seres, grupos, classes e equipamentos públicos ou privados, como é o caso de Dumazedier (1974). Já Camargo (2003), pontua que o lazer está sujeito a fatores culturais, políticos, econômicos e sociais, deixando dessa forma uma ação de livre escolha pelo indivíduo. Na concepção de Ansarah (1990) e o tempo livre conquistado junto ao tempo do trabalho que contribui para o desenvolvimento do indivíduo por meio de atividades de entretenimento.

Quanto aos parques urbanos, podemos concluir que passaram por várias transformações no tempo e no espaço desde o século XIX até a atualidade. Eles sofreram várias mudanças urbanísticas, sendo assim um testemunho dos valores sociais e culturais das populações urbanas. Neste sentido, os parques contemporâneos são caracterizados por novos papéis e

assumiram usos e funções cada vez mais importantes para as cidades, tais como social, estética, ecológica/ambiental.

Desta forma, para não concluir gostaria de deixar a seguintes reflexões: O parque urbano é público ou privado? O que é público na sociedade contemporânea? O que é lazer? Como podemos resolver a problemática do lazer na sociedade dos desiguais?

Referências

ANSARAH, M. G. dos R. Tempo e atividades de lazer. **Revista Turismo em Análise**, ECA-USP, v. 1, n.2, p. 01-98, 1990. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/778/551>>. Acesso em: 15 de jun. 2015.

BORTOLO, C. A. de. O espaço público do parque do povo – Presidente Prudente - SP: reflexões geográficas. **Revista Geografia em Atos**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v.1, p. 50-65, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/2306>>. Acesso em: 15 de jul. 2015.

BOVO, M. C.; AMORIM, M. C. de C. T. Análise e diagnóstico dos parques urbanos em Maringá (PR), Brasil. **Geo UERJ**, v. 2, n. 22, p. 323-349, 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/2466/1737>>. Acesso em: 15 de jun., 2015.

BOVO, M. C. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR**. 334f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BRUM, C. M. *et al.*; Caracterização dos Espaços Públicos de Lazer e a Satisfação dos Usuários na área central de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 10, nº 10, p. 2130-2139, Jan-Abr., 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reget/article/view/7639>>. Acesso em: 21 de jul. 2015.

- CAMARGO, L. O. de L. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. B. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade de Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- CASTRO, A. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. **Revista Cidades–Comunidades e Territórios**. nº 05, p. 53-67, Dez. 2002. Disponível em: <<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/184>>. Acesso em: 20 abr. de 2015.
- CORBUSIER, Le; Giraudoux Jean. **A carta de Atenas**. Hucitec, 1993.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FERREIRA, V. M. Cidade e Democracia. Ambiente, Patrimônio e Espaço Público. **Revista Cidades - Comunidades e Territórios**. nº1, Lisboa, CET/ISCTE, p. 9-35. 2000. Disponível em: <<http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/230>>. Acesso em: 20 de abr. 2015.
- GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- KLIASS, R. G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.
- LIMA, A. E. F.; ROCHA, N. M. M.. Dinâmica dos Parques Urbanos de Fortaleza – CE: considerações sobre o Parque Rio Branco. **Revista Conexões – Ciência e Tecnologia**. Vol.3, nº 1, p. 53-61, 2009. Disponível em: <<http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/128>>. Acesso em: 30 de abr. de 2015.
- LIMA, A. M. L. P. *et al.* Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso

Brasileiro de Arborização Urbana, 2. São Luís. **Anais...** São Luís: Imprensa Emater/MA, 1994.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil** Brazilian urban parks. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas. Papirus, 1987.

MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MASCARENHAS, F. **Lazer e Grupos Sociais: Concepções e método**. 2000. 115f. (Dissertação Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, 2000.

NARCISO, C. A. F. Espaço público: acção política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Revista Estudos e pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 9, n.2, p. 265-291, 2º semestre de 2009. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/>> Acesso em: 20 de abr. 2015.

NUNES JUNIOR, P. C. O Parque do Ibirapuera e o lazer na cidade de São Paulo: da descrição à apropriação. **Revista Rua**, nº 17. Volume 2. 2011. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em: 20 de jul. 2014.

PIMENTEL, G. G. de A. (org.) **Teorias do lazer**. Maringá: Eduem. 2010.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, A. Parque Público: Um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? **Revista Cidades**. Vol. 1, nº 1, p.111-141, v.2, nº3. Presidente Prudente, 2005.

SILVA, C. H. M. **Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju**. 2009. 314f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, 2009.

SPIRN, A. W.. **O Jardim de granito a natureza no desenho da cidade**. São Paulo: Edusp, 1995.

SOBARZO MIÑO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2005. 221 f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

Capítulo 7

As relações entre o sagrado e o profano nos espaços públicos da cidade contemporânea

**Carlos Roberto Loboda
Daniel de Araujo Silva**

Notas Introdutórias

Neste trabalho propomos uma reflexão acerca dos espaços públicos no contexto da cidade contemporânea¹³. De forma específica, tratamos de duas cidades médias brasileiras: Guarapuava, no Paraná, e Ituiutaba, no estado de Minas Gerais. Nosso objetivo foi enfatizar determinadas práticas religiosas como formas de apropriação e uso de algumas parcelas do espaço urbano, conferindo-lhes caráter de locais multifuncionais, de

¹³ Esse trabalho é resultado das discussões estabelecidas no Grupo de Pesquisa Observatório das Cidades do curso de Geografia da FACIP-UFU, sobretudo no Projeto de Pesquisa de Demanda Universal financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Produção do espaço público: formas usos e funções no contexto da cidade contemporânea.

sociabilidade urbana. O trabalho foi desenvolvido a partir de atividades realizadas em Grupo de Trabalho durante o Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Porto Alegre, no ano de 2010, além das discussões realizadas no grupo de pesquisa Observatório das Cidades do Curso de Geografia da FACIP-UFU.

Nossa abordagem está calcada na análise das práticas que se estabelecem diretamente nos espaços públicos – como, por exemplo, praças, ruas e parques, além de outros lugares que assumem função específica (santuários, capelas e grutas).

Essa análise é relevante por dois motivos principais. A princípio, pelo fato de que são constantes as práticas religiosas nos espaços públicos das cidades estudadas. Em segundo lugar, tais espaços públicos foram citados em enquete de opinião pela população, quando questionada sobre as formas de utilização dos espaços públicos, revelando uma estreita relação entre a população e os lugares enquanto representação dos hábitos e costumes locais, práticas socioespaciais como elementos representativos de elementos culturais.

É incontestável a forte presença e influência dos aspectos religiosos na paisagem urbana. Trata-se de um fato característico em nossas cidades. Uma realidade que trazemos conosco como representação do poder da Igreja Católica em sua estreita relação com o Estado e, principalmente, da influência dessa relação na dinâmica da estruturação da cidade. Não raro, observamos sempre nas áreas centrais das cidades, locais destinados para as catedrais, geralmente entrepostas em amplos espaços públicos. Essa é uma característica que traz consigo os traços e os reflexos de um Brasil colônia e que se reproduz até mesmo nas cidades mais recentes (MARX, 2003; REIS FILHO, 1968).

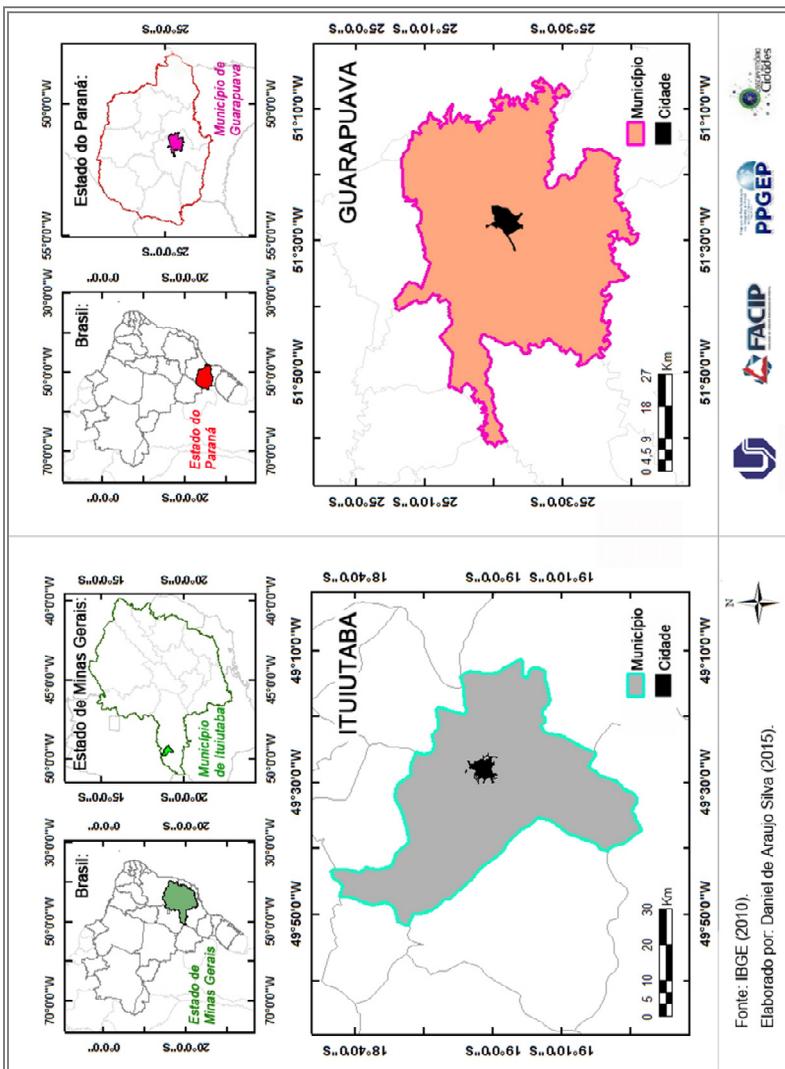
Mesmo com as transformações eminentes auferidas pelo processo de secularização, os símbolos da religiosidade representados pelos santuários, capelas, grutas, imagens sacras, oratórios estão muito presentes na paisagem urbana de Guarapuava. Isso corrobora o pensamento de Rosendahl (2005), de que a religiosidade é um sistema de símbolos sagrados e seus

respectivos valores envolvendo a produção, o consumo, o poder, as localizações e fluxos, além dos agentes sociais em suas dimensões, econômica, política e de lugar. Assim também o é com os símbolos de representação do Estado e sua monumentalidade; os clubes, a exemplo do Lions Club, Rotary Club etc., ou mesmo sociedade secretas como a Maçonaria. Enfim, uma série de grupos e suas formas simbólicas de atuação e representação no espaço urbano. É nesse sentido que pretendemos enfatizar em nosso trabalho que o espaço público assume uma função primordial, sobretudo quando tratamos diretamente das atuações práticas e simbólicas dessas instituições.

A opção pelo estudo das cidades de Guarapuava e Ituiutaba (Figura 1) está fundamentada no grau de importância que as mesmas possuem como cidades polos em seu cenário regional, considerando o fato de que desempenham diferentes papéis urbanos e regionais. Sendo assim, são cidades intermediárias entre as cidades menores e cidades maiores. O município de Guarapuava, localizado na Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense, possui uma população de 178.126 habitantes, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), sendo que mais de 90% dessa população está concentrada na área urbana. Já para o município de Ituiutaba, localizado na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro, a estimativa do IBGE (2015) é de 103.333 habitantes, sendo que, desse total, mais de 95% está concentrada na área urbana.

Para além desses aspectos de ordem geral nossa preocupação está centrada na perspectiva de que as cidades, de forma geral, são apropriadas por uma multiplicidade de segmentos da sociedade, assim sendo, interessa-nos, identificar como se estabelecem as relações entre o sagrado e o profano, considerando os diferentes tipos sociais que se utilizam delas e/ou parte das mesmas e, de forma peculiar, de seus espaços públicos; quais são os usos e as funções deles no sentido de garantir as necessidades de lazer e, sobretudo, simbólica, por meio das crenças religiosas.

Figura 1: Localização de Ituiutaba (MG) e Guarapuava (PR)



Fonte: IBGE (2010).
Elaborado por: Daniel de Araujo Silva (2015).

Autor: SILVA (2015).

No que tange aos procedimentos metodológicos adotados, subdividimos nossos referenciais empíricos, que assumem aqui função principal, em três dimensões distintas, a saber: (i) opinião da população sobre os espaços públicos; (ii) levantamento de informações em jornais locais, observação direta nos espaços públicos com anotações e registros iconográficos; (iii) levantamento e sistematização das práticas cotidianas que representam as relações entre o sagrado e o profano nos espaços públicos das cidades trabalhadas.

Assim sendo, nossa análise se pauta aqui em dois níveis de abordagem que estão atrelados diretamente ao processo de estruturação das cidades e seus respectivos espaços públicos, além das práticas socioespaciais que neles se estabelecem, considerando aqui, as relações entre sagrado e profano.

Apoiando-nos de forma mais específica em referenciais, trabalhamos com essa relação por meio das práticas socioespaciais cotidianas, enfatizando a rotina das pessoas na cidade, sobretudo, nos momentos em que os espaços públicos exercem as funções de “lugares” das práticas religiosas, dos “espaços de representação”, do “simbólico”.

Sagrado e Profano: alguns apontamentos

Do ponto de vista teórico e conceitual, fundamentamo-nos nas abordagens de autores como Rosendahl (2005), Pallamin (2005), Marx (2003), Serpa (2007) e Da Matta (1997), dentre outros, com o intuito de apresentar uma reflexão por meio da relação entre “o sagrado e o profano” como níveis analíticos necessários para compreensão das formas de uso e apropriação dos espaços públicos. É conveniente esclarecemos que a relação entre “sagrado e profano” em nossa abordagem não vai além da relação das práticas de cunho religioso ou espiritual com ligação direta ao primeiro termo, de outras atividades que ocorrem efetivamente nos espaços públicos da cidade.

Nesse sentido, consideramos a diferenciação entre o sagrado e profano utilizada por Rosendahl (2005, p. 193), para

quem essa análise deve partir do pressuposto de que o território é dividido em lugares do *cosmo* (que estão profundamente comprometidos com o domínio do sagrado) e, como tal, marcado por signos e significados; e, em lugares do *caos* (aqueles que designam uma realidade não divina). Para essa autora, o cosmo qualifica-se como território sagrado, enquanto o caos representa ausência de consagração, sendo um território profano, não religioso.

A relação entre o sagrado e profano (ROSENDAHL, 2005 e MARX, 1991) está nitidamente expressa nos usos recorrentes dos espaços públicos da cidade e na sua diversidade de usos. Tais práticas foram, por nós, constatadas por meio dos usos diferenciados dos espaços públicos da cidade pela população. Essa concepção foi corroborada pelas informações obtidas em nossa enquête de opinião e ratificada quando entramos em contato com tais práticas nos levantamentos de campo *in loco*.

Por outro lado, considerando a perspectiva de Serpa (2007), constatamos que, por meio das práticas socioespaciais recentes, dos usos e apropriação diferenciados, os espaços públicos urbanos passam por um processo de territorialização do espaço. Transformam-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos que fragmentam o espaço público por meio dos diferentes usos. Tais pressupostos são importantes no sentido de caracterizar as multifuncionalidades do espaço público na cidade contemporânea. Como enfatiza Pallamin (2005), as práticas sociais contemporâneas têm promovido à ampliação dos modos de presença cultural e política no espaço público, configurando uma multiplicidade de arenas de ação cujos horizontes de valores nem sempre são mutuamente compatíveis.

Essa perspectiva é importante no sentido de caracterizar a multifuncionalidade do espaço público na cidade contemporânea. Ressaltamos, nesse sentido, que estamos tratando da diversidade de formas de usos e apropriação e não o contrário – daquele espaço público relegado ao esquecimento, ou ao abandono, assumindo, muitas vezes funções que não aquelas a que se

destina. Enfatizamos, nesse sentido, as perspectivas de Sobarzo (2007) e Loboda (2008), para os quais o espaço público deve ser visto como um possibilitador dos encontros impessoais e anônimos, um espaço compartilhado sem a compulsão de conhecê-los profundamente; o lugar da diversidade e de uma multiplicidade de usos, ou seja, um espaço em redefinição.

No entanto, não queremos, com isso, reforçar a ideia recorrente da diferenciação socioespacial e do espaço público como resíduo ou, então, como fragmento da vida pública na cidade. Buscamos ressaltar a multiplicidade dos seus usos e apropriação, da sua pluralidade, como enfatiza Jovchelovitch (2000), fundamentada no pensamento arendtiano da pluralidade como elemento essencial da vida pública – ensejada pelas relações entre o sagrado e profano, entre o público e o privado no espaço público, ou mesmo no espaço coletivo, refletindo diretamente no uso do espaço público concreto. Essa perspectiva foi por nós evidenciada durante todo processo de pesquisa, quando, concomitantemente, deparamo-nos com práticas cotidianas nas praças da cidade: grupos de pessoas rezando o terço, jovens que estavam ali reunidos para passar o tempo e também para o consumo de bebidas, além dos que praticavam algum tipo de esporte e transeuntes.

Entre o Sagrado e o Profano: funções e usos dos espaços públicos

Por meio da análise das formas de uso e apropriação dos espaços públicos na cidade contemporânea queremos enfatizar que determinadas parcelas do espaço urbano assumem a função de lugares caracterizados pelos usos diversos ensejados pelas práticas socioespaciais cotidianas - desde o local da sobrevivência, perpassando o lúdico e a festa, o ambiente para as manifestações políticas, comemorativas, cívicas e culturais, bem como, o espaço do protesto e da reivindicação. Enfim, práticas e relações sociais que fazem com que o espaço público continue sendo lugar de

sociabilidade e reunião dos diferentes segmentos sociais na cidade.

Num período em que as práticas socioespaciais na cidade são caracterizadas por ações individualizadas, as pessoas estão cada vez mais fechadas dentro de suas residências, presas a uma televisão, compartilhando o desejo de estar entre os iguais, corroborando para uma urbanidade que nega o outro; certamente, atividades múltiplas que norteiam o processo de utilização do espaço público na cidade contemporânea, mostram-nos um horizonte diferenciado. São aspectos importantes, pelo fato de buscar ultrapassar as fronteiras impostas da cultura de massa representada pela televisão. Tratam-se, na verdade, de diferentes formas de se relacionar, de representar num mesmo espaço o diferente, ou seja, o outro.

Como ressalta Jovchelovitch (2000), a diferença não é um simples sinônimo de isolamento ou da fragmentação. Pelo contrário, é comunidade própria da esfera pública que permite à diferença ser expressa. Assim, o é, com o espaço público. Não um espaço banal, mas um lugar que se expressa por meio das práticas socioespaciais que nele se desenvolvem.

É considerando essa perspectiva, do espaço público enquanto lugar do possível, que estaremos tratando das práticas que nele ocorrem, notadamente entre o sagrado e o profano. Dessa forma, abordaremos, na sequência, determinadas práticas socioespaciais - ora na cidade paranaense, ora na cidade mineira-, embora, determinadas práticas possam ser similares em ambas às cidades.

A princípio, chamamos atenção para uma prática que ocorre cotidianamente nas praças, parques e outros espaços públicos da cidade de Guarapuava: a oração do terço nos espaços públicos.

De forma paralela e articuladamente às atividades desenvolvidas pela Igreja Católica, tornou-se uma prática cotidiana a oração do terço nos diversos espaços públicos da cidade por parte da população. Todos os dias, às dezoito horas, os fiéis têm encontro marcado nas praças, parques e outros

espaços públicos para a prática da reza do terço, como por exemplo, na Praça da Saudade (Figura 2).

Figura 2: Guarapuava-PR: Praça da saudade



Autor: LOBODA (2008).

Considerando determinados espaços públicos da cidade, essa prática ganha notoriedade, como é caso da Praça Juscelino Kubitschek de Oliveira, situada em frente à Universidade Estadual do Centro-Oeste. Por exemplo, pudemos evidenciar na afirmação de uma senhora de 56 anos residente no Bairro Santa Cruz: “já conseguimos reunir mais de sessenta pessoas na Praça JK para rezar o terço”.

Para Passos; Guerriero (2004, p. 122), essa “relação entre o sagrado e profano adquire configurações próprias, que transcendem qualquer delimitação, fixação e homogeneidade de sentidos presentes em lugares”. Nessa perspectiva, analisando, do ponto de vista da diversidade de usos, presenciamos tanto na Praça da Saudade quanto nas Praças Padre Paulo Tschorn e Juscelino Kubitschek de Oliveira, concomitantemente, a oração do terço e os grupos de jovens que se reuniam para o consumo de bebidas e para passar o tempo, bem como transeuntes, além daqueles que jogavam futebol na quadra esportiva da Praça Juscelino Kubitschek.

Em Ituiutaba, a Igreja de São Benedito, localizada na Praça 13 de Maio, apresenta características interessantes na perspectiva de tratarmos das relações entre o sagrado e profano. A praça acolhe a igreja em uma de suas faces e a outra face é utilizada por bares, que dispõem suas mesas e cadeiras na calçada e mesmo no interior da praça.

No entanto, o sagrado e o profano entram em comum acordo: em dias de missa, os principais bares que utilizam o mesmo espaço da igreja (a praça) não funcionam. Além disso, a praça também é palco da tradicional Congada (Figura 3), aspecto relevante do ponto de vista da vida cultural local. A festa que reúne vários ternos de Congo e de Moçambique de várias cidades da região, que se concentram na igreja para realizar as apresentações e celebrações de missas no dia do festejo. Em meio aos aspectos inerentes à religiosidade é montado um aparato comercial, com tendas e barracas para a mercancia de comidas e bebidas, como destaca Rosendahl (2012, p. 78): “sendo possível identificar o espaço profano diretamente vinculado (ao sagrado) com serviços destinados aos peregrinos”.

Figura 3: Ituiutaba (MG): Festa de Congada 2015



Autora: SCARABELLI (2015).

Org.: SILVA (2015).

Na mesma linha, chamamos atenção para outro espaço público, embora com as prerrogativas de ser um local destinado à expressão religiosa: a mística Capela do Degolado (Figura 4) localizada na cidade de Guarapuava. Situada à Rua General Rondon, Bairro Dos Estados, esse espaço é mais uma representação da relação entre o sagrado e o profano na cidade, considerado até mesmo como uma atração turística, ainda que, para outros, seja um lugar para a oração e contemplação – uma espécie de Santuário.

A pequena capela à qual se tem acesso por meio de escadarias é mais um espaço que representa as crenças populares em meio à dessacralização dos espaços religiosos na cidade moderna. Trata-se de um local em que convivem aqueles que o visitam para fazer suas orações, pedidos, devoções etc.; também, grupos utilizam o local como ponto de encontro para o consumo de bebidas e até entorpecentes, caracterizando as diferentes formas de usos desse espaço, ensejadas pela relação entre o sagrado e profano.

Figura 4: Guarapuava-PR: Capela do degolado



Autor: LOBODA (2008).

Outro exemplo característico das práticas religiosas em espaços públicos em Guarapuava é a Praça da Fé, uma praça pública que assume um papel peculiar no contexto da cidade. O projeto inicial, traçado pelo poder público em conjunto com lideranças da igreja católica e de demais outras, foi criar um espaço destinado a sediar eventos religiosos, além de integrar diferentes igrejas por meio de um espaço ecumênico.

No entanto, é com as programações da Semana Santa promovida pela Igreja Católica que a praça ganha notoriedade, com a encenação da “Vida, Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo”, além da comemoração do *Corpus Christi*. Eventos, antes realizados nas paróquias, hoje se concentram na praça. Nos últimos anos, o evento da Paixão de Cristo vem ganhando notoriedade, não somente em nível local, mas também regional, notoriedade ratificada pela iniciativa do Poder Público Municipal demandando a integração do evento no calendário de festas religiosas do Estado do Paraná.

Organizado pelo poder público municipal e a diocese de Guarapuava, o evento caracteriza-se como um dos maiores acontecimentos cênicos a céu aberto do Estado do Paraná (Figura 5). No entanto, por trás dessa organização está um conjunto de pessoas que representam as dez paróquias locais. Acompanhadas pela companhia Arte de Manha (grupo de teatro local), atuam na representação do acontecimento cristão, interpretando os personagens bíblicos.

A encenação constitui um momento que se transformou em um “ritual” para a comunidade católica guarapuavana. Isso corrobora com a ideia de Da Matta (1997, p. 37), quando enfatiza que “uma ação que no mundo diário é banal e trivial pode adquirir alto significado (a assim “virar” rito), quando destacado num certo ambiente e por uma repetição de vezes”. Segundo reportagens do Diário de Guarapuava nos anos de 2004 e 2005, o evento reuniu aproximadamente 500 pessoas (entre atores amadores e bastidores) e atraiu um público superior a quarenta e cinco mil pessoas para a Praça da Fé. Já segundo informações do

ano de 2008, o evento contou com cerca de 650 atores amadores, em sua maioria jovens, oriundos de paróquias locais.

Figura 5: Guarapuava (PR): Praça da Fé



Autor: LOBODA (2008).

Além desse evento principal, que ocorre regularmente, acontece também na praça o encerramento da celebração de *Corpus Christi*. Esse evento religioso assume outro caráter no contexto da cidade, tendo em vista que a manifestação religiosa inicia-se no centro da cidade, em frente à Catedral Nossa Senhora do Belém (com as ruas enfeitadas com tapetes coloridos) e percorre em procissão pelas ruas até a Praça da Fé, como mostra a Figura 6.

Para Da Matta (1997, p. 65), a procissão tem um sentido conciliador, formado por um núcleo de pessoas que carregam o santo (nesse caso o corpo de cristo, representado pela Hóstia consagrada, conduzida em um ostensório), geralmente rigidamente hierarquizadas, autoridades eclesíásticas, civis e militares. No entanto, segundo esse autor, “o núcleo é formado e seguido por um conjunto desordenado de todos os tipos sociais: penitentes que pagam promessas, aleijados e doentes que buscam

alívio para seus males, pessoas comuns que apenas demonstram devoção”.

Figura 6: Guarapuava: Procissão *Corpus Christi* (Ruas e Praça da Fé)



Autor: LOBODA (2008).

A perspectiva de abordagem de Da Matta (1997) é importante do ponto de vista simbólico que o rito proporciona, ou seja, o santo está entre o povo, na rua, fato que difere, por exemplo, de um desfile realizado como parada militar, em Sete de Setembro, em que as autoridades estão fixas, em seus palanques, como o povo que a ela assiste.

Considerando as informações do Diário de Guarapuava, verificamos que a procissão leva milhares de fiéis a percorrer as ruas da cidade todos os anos, repetindo um ato de fé já tradicional. Momento que, para Da Matta (1997) são “[...] momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores considerados altamente positivos. A rotina da vida diária é que é vista como negativa. Daí, o cotidiano ser designado pela expressão **dia a dia** ou, mais significativamente, **vida** ou **dura realidade da vida**”. (DA MATTA, 1997, p. 52, grifos do autor).

Como podemos observar na cidade de Ituiutaba, as procissões também são recorrentes, a exemplo da procissão

realizada pela igreja católica em comemoração à visita da imagem peregrina de Nossa Senhora Aparecida (Padroeira do Brasil), a qual percorreu todas as paróquias brasileiras. A procissão ocorreu nas principais ruas e avenidas da cidade com a imagem sendo carregada pelo pároco da Catedral São José, acompanhada pelos fiéis (Figura 7).

Figura 7: Ituiutaba (MG): Procissão com a Imagem de Nossa Senhora Aparecida (Ruas e Calçadão)



Autor: LOBODA (2015).

Seguindo, nessa mesma linha, não podemos deixar de fazer menção aos santuários existentes nas cidades. Embora caracterizados por espaços que assumem objetivos precípuos, aqueles dedicados à oração, obras de caridade, à concentração espiritual, são também locais utilizados para a contemplação, para a realização das festas religiosas comemorativas e, até mesmo, para fins turísticos e/ou do “turismo religioso”. Não raro, os encartes elaborados pela Secretaria Municipal de Turismo apresentam tais locais entre os principais pontos turísticos da cidade de Guarapuava, notadamente o Santuário da Divina Ternura, o Santuário de Schoenstatt e a Praça da fé.

Em Ituiutaba, o Santuário de Nossa Senhora da Abadia recebe milhares de fiéis e peregrinos de toda região, principalmente na semana em que se comemora o dia de sua festa, 15 de Agosto. Além dos festivos religiosos, acontecem também os festivos sociais, as tradicionais barraquinhas no salão paroquial, nas quais as pessoas da comunidade em geral, juntamente com pessoas ligadas diretamente à igreja (como o próprio padre) festejam ao som de música sertaneja, comidas e bebidas.

Considerando Ituiutaba, um espaço importante da cidade é a Praça Cônego Ângelo (praça da prefeitura, ver Figura 8). Não podemos deixar de destacar a sede do poder religioso da cidade, Igreja Matriz de São José (Figura 8A), localizada defronte à praça. Esse espaço público se destaca por uma multiplicidade de usos e funções, um estatuto de espaço público que corrobora de forma significativa para intensas relações entre o sagrado e o profano. Em horário de celebração de missas, o nível do som dos eventos que estão sendo realizados na praça é controlado para não interferir e atrapalhar as celebrações na igreja. Caso curioso ocorrido no local foi um evento de Rock n' Roll (Figura 8C), com início dos *shows* ao término da missa, com bandas temáticas representando aspectos do profano.

Destacamos também que durante as manifestações de Julho de 2013 em todo país, em Ituiutaba a praça foi o local de encontro e discussões sobre os problemas nacionais elencados, assim como embates locais (Figura 8B), inclusive com a ocupação da prefeitura por parte dos manifestantes. Portanto, em um mesmo espaço, sagrado e profano se fazem presentes, e cada representação da sociedade pode manifestar suas particularidades em um mesmo espaço público, o que nos remete ao princípio do espaço público.

Figura 8: Ituiutaba (MG): Praça Conego Ângelo
Igreja, manifestações e rock n' roll



Org.: SILVA (2015).

Além de ser um espaço de passagem - no caso dos transeuntes que circulam pelo mesmo cotidianamente -, a praça também é local de lazer para crianças brincarem ou andarem de bicicletas. Idosos “jogam conversa fora” ou jogam damas com seus pares, além de se ter as barracas de comidas tradicionais, uma característica do local que atrai diversas pessoas para apropriarem-se da praça tendo em vista esses fins - não esquecendo, ainda, das tribos urbanas, que fazem uso do piso para prática de *skateboarding*, *street dance* e capoeira, além de utilizarem os bancos para se reunirem ouvindo ou tocando músicas com consumo de bebidas.

Na verdade, há sempre uma associação importante e característica, dos espaços públicos com práticas religiosas ou, então, de associações que norteiam a relação entre o público e o privado e, sobretudo, entre o sagrado e o profano, aglutinando a comunidade (ou, ao menos, parte) nesses centros aglutinadores de pessoas na cidade, considerando que a sociedade é composta

por vários credos, o que também limita certas relações de convivência entre os sujeitos. No entanto, o que queremos destacar é que, mesmo tratando-se de experiências comuns, elas ocorrem em espaços mais ou menos homogêneos, como o caso das paróquias, das igrejas e dos salões comunitários. Estas se transformam nos únicos locais para momentos de encontro e de sociabilidade, momentos festivos e de lazer.

Para sermos mais claros, a título de exemplo, destacamos algumas das atividades que são desenvolvidas cotidianamente no Santuário Nossa Senhora Aparecida em Guarapuava. Fundamentadas no princípio básico da religiosidade, tais atividades desmembram-se em vários tipos de pastorais, movimentos, serviços e ações como catequese de adultos, grupos de reflexão e vivência, clubes de mães, cozinha comunitária, grupo de terceira idade, comitê contra a miséria e a fome, teatro, lazer, dentre outros (Figura 9). Para citar um exemplo que, de certa forma, está diretamente associado ao espaço público, não raro, as ruas em frente ao Santuário são transformadas pelos jovens na “rua do lazer”.

Figura 9: Guarapuava: Projeto comunidade cultural nos bairros



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Guarapuava (2008).

A rua, enquanto o meio de circulação e acesso rápido por meio do automóvel, passa a dar lugar ao tempo em detrimento do espaço, o “tempo para a apropriação”. O tradicional futebol, o voleibol, tênis de mesa, dentre outras atividades, são atrações de quem faz da rua um espaço de encontro e de convivência.

Enfim, verificamos que, na falta de outra estrutura para o lazer nos bairros, os espaços comunitários das igrejas assumem a função do espaço público coletivo para a realização de práticas socioespaciais atinentes à própria vida urbana, ou seja, estamos tratando da cidade enquanto produto da ação dos diferentes sujeitos sociais. Sujeitos que são os protagonistas da sua própria história, construtores da cidade e não somente consumidores de tudo aquilo que ela tem para oferecer.

Falamos de sujeitos sociais históricos, mesmo que vistos a partir do olhar do pesquisador, considerando que a relação entre o sagrado e o profano ainda não é percebida no sentido de embasar uma reflexão sobre as diferentes formas de apropriação socioespacial urbana por meio dos espaços públicos enquanto dimensão do processo de produção e estruturação da cidade contemporânea.

Breves Considerações

Por meio da reflexão aqui estabelecida, o que queremos ressaltar, é que, entre os desejos e as necessidades básicas, sagrado e profano, público e privado, casa e rua, isotopias e heterotopias, lugares abertos e fechados, diferença e diversidade... devemos priorizar a convivência entre as diferenças, como base para síntese contraditórias, como elemento fundamental no espaço público na cidade contemporânea.

Considerando as diferentes práticas socioespaciais enquanto resultantes de um movimento em que o sagrado e profano se relacionam - num processo em que ora opõem-se, ora se interpenetram -, revelam-se, nos interstícios do cotidiano da cidade, as possibilidades de constituição dos diferentes lugares e seus sujeitos sociais. Dão-se, então, condições favoráveis a

diferentes formas de organização dos sujeitos enquanto construtores de suas próprias histórias, produtores da cidade como reprodução da vida, das relações sociais por meio da identificação entre “habitante e lugar”.

Referências

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA (Jornal Diário). Levantamento de matérias sobre a cidade e os espaços públicos referentes ao período de 1998 até o ano de 2006.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOBODA, C. R. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava - PR**. 2008. 337f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

MARX, M. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

PALLAMIN, V. M. Espaço público e as lutas por reconhecimento. In: Espaço Público: o conceito e o político. **Espaço e Debates** - Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 55-61, jan./jul., 2005.

PASSOS, J. D.; GUERRIERO, Silas. Metamorfoses religiosas no centro antigo de São Paulo: variações sobre a paisagem e o espaço. **Ciencias Socialis y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 6, n. 6, p. 117-133, out. 2004.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500 - 1720)**. São Paulo: EDUSP, 1968.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. p. 191-226.

ROSENDAHL, Z. O sagrado e sua dimensão espacial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 73-99.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOBARZO, Oscar. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para a análise do espaço público em cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 157-172.

Capítulo 8

A mudança estrutural da esfera pública em Habermas

Dean Fábio Gomes Veiga

Introdução

Jürgen Habermas é considerado um dos mais proeminentes filósofos vivos da atualidade. Suas discussões abarcam temas diversos com uma forte ligação com diversos temas das ciências humanas. Em 1962, a obra *Mudança estrutural da esfera pública*, surge na Alemanha como publicação de um trabalho anterior do autor para a livre docência na universidade de Berlim.

Habermas abre uma discussão vigorosa sobre o espaço público, o qual transformará a obra em um clássico para a discussão posterior do tema; leitura obrigatória para compreendermos mais do que o conceito de espaço público, sobretudo, sua importância e pertinência na formação da sociedade moderna e os reflexos na contemporaneidade.

Para Habermas 2007 (1962), a esfera pública é o lugar de debate dos assuntos públicos por pessoas privadas. Sendo ela responsável por intervir nos conflitos, tanto do campo privado, quanto do público e, por meio do debate, encontrar consensos que pressionem e sensibilizem o poder estatal às demandas da sociedade.

Objetiva-se neste capítulo reconstruir teoricamente as principais ideias de Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública*, obra clássica da discussão sobre o espaço público nas diferentes áreas do conhecimento, a fim de elaborar uma síntese da importância atual da retomada da discussão sobre o espaço público dentro da cidade contemporânea.

Na primeira seção, sinalizamos um esboço sobre as categorias do público e do privado em Habermas, na sequência o que compreende a segunda seção apresentamos os elementos centrais de *Mudança estrutural da esfera pública* no que diz respeito a gênese teórica do espaço público burguês.

Em seguida, apresentaremos a discussão de Habermas acerca do esvaziamento e dissolução do princípio de esfera pública. Por fim, em uma espécie de síntese, evidenciaremos a pertinência do estudo do espaço público, como contributo para as diversas áreas do conhecimento.

Público e privado em Habermas: uma definição de conceitos

Os termos público e privado estão presentes na gênese e desenvolvimento da sociedade moderna. A investigação de Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública*, parte de uma análise linguística conceitual dos termos público e privado que passaram a ganhar um novo sentido, em especial no feudalismo na Idade Média alta e com o surgimento posterior do Estado moderno¹⁴. Estes termos dão origem a conceitos subsequentes

¹⁴ Entendemos seguindo a leitura de Habermas que o surgimento do Estado Moderno está ligado a intensas mudanças dentro do âmbito do público e do privado. Uma delas em especial diz respeito à delimitação

como esfera pública, espaço público, espaço privado, publicidade etc.

Para compreendermos a natureza da esfera pública sistematizada por Habermas, torna-se necessário examinarmos com mais acuidade a importância destes conceitos (público e privado) e seus derivados, dentro do âmbito das discussões da *Mudança estrutural da esfera pública* de Habermas.

A mudança estrutural da esfera pública evidenciada por Habermas, na obra de mesmo nome, principia-se numa análise linguístico-pragmático dos conceitos de público e de privado. Habermas adverte que recebemos como “herança” o conceito de esfera pública eminentemente ligado às tradições gregas e romanas. Para Habermas (2007), os conceitos de público e correlacionados (espaço público, por exemplo):

Tratam-se de categorias de origem grega que nos foram transmitidas com uma marca romana. Na cidade grega plenamente formada, a esfera da *polis*, aquela que é comum aos cidadãos livres (*koiné*) era separada estritamente da esfera do *oikos* que é própria de cada indivíduo. (HABERMAS, 2007, p.96).

Essas categorias que foram incorporadas na sociologia política em geral permitem-nos compreender e aprofundar a natureza da esfera pública e como esta se postula no entender de Habermas como uma categoria central de nossas sociedades.

A esfera pública para Habermas é entendida como um espaço de oposição. Trata-se de um caminho metodológico ímpar para compreendermos os conceitos do público e do privado.

Habermas entende o público em diferentes conotações: “Denominamos ‘públicos’ aqueles eventos que, em oposição às

mais clara do âmbito do privado, ligado à família, e o âmbito do público ligado as atividades políticas, dentre outras. Teremos oportunidade de discutir na seção quatro de nosso capítulo, as consequências do surgimento do Estado moderno e sua relação com a esfera pública e o âmbito do privado.

sociedades fechadas, são acessíveis a todos, do mesmo modo que falamos de praças públicas, ou casas públicas.” (HABERMAS, 2007, p.94).

Enquanto o privado expresso pela esfera privada, entende-se como um “espaço que se contrapõe ao público”, no qual o acesso é determinado por fatores específicos subjetivos de um grupo particular.

Essas definições iniciais de público e privado são decisivas para a análise extensiva de Habermas ao tratar da esfera pública. É na esfera pública, lugar do debate e da participação dos cidadãos, especialmente nas decisões políticas que se tornam evidente as diferenças entre as esferas pública e privada. Público e privado em Habermas resultam de uma síndrome de significados que se desenvolveram ao longo de séculos.

Conforme preconiza o filósofo, na Alemanha apenas se ouviu falar de forma sistemática do conceito de público, em alemão *Öffentlich*, a partir do séc. XVIII, embora o termo tenha se substanciado muito antes e empregando na cultura francesa e americana.

O Direito romano, no auge da Idade Média, fora segundo Habermas, um dos responsáveis pelas alterações das noções acerca do público e do privado. Esta configura a marca na esfera pública como sendo uma: *res pública*. A despeito disso, Habermas manifesta-se do seguinte modo:

De início, ao longo de toda a Idade Média, as categorias do público e do privado foram transmitidas segundo as definições do direito romano e a esfera pública foi traduzida como uma *res pública*. No entanto, estas categorias, voltam a ter uma aplicação técnico-jurídica, com o surgimento do Estado Moderno e daquela esfera constituída pela sociedade civil separada dele. (HABERMAS, 2007, p.98)

A fundação do Estado Moderno, de acordo com Habermas, é o evento que enfatiza a demarcação nítida entre o público e o privado. O público e privado passam, portanto a

serem institucionalizados em esferas distintas. De um lado permanece o privado, que pode ser expresso pela categoria de família, de outro, a política, expressão da participação do homem privado na vida pública.

A categoria de família, como mencionamos anteriormente, trata-se de uma categoria exemplar para conceituarmos o privado. Na esfera privada reside a intimidade, o segredo, o acesso particular a uma pequena comunidade de membros.

O regime patriarcal coloca na condução dos assuntos da família e do governo da casa, o homem, que também, no âmbito econômico é o senhor feudal, o qual possui propriedade, gera empregos e é responsável pelo desenvolvimento da economia local de sua cidade.

Oposto ao privado, está o público expressão da opinião pública que deve ser transmitida por meio da publicidade.

Assim, torna-se evidente na obra de Habermas uma forte tendência de evidenciar seu exame do conceito de público, a partir da ideia de opinião pública consagrada na história do pensamento alemão no auge do iluminismo com Kant.

Para Habermas (2007, p. 94), “O sujeito dessa esfera pública é o público como portador da opinião pública, a publicidade está ligada a crítica deste como por exemplo, nas esferas nas audiências e nos tribunais”.

Estas considerações preliminares tiveram como objetivo nos situarmos dentro do cerne da discussão de Habermas sobre a esfera pública. Pretendeu-se evidenciar o caráter forte de oposição entre público e privado, que perpassara toda a obra *Mudança estrutural da esfera pública*, como veremos detalhadamente a seguir.

A gênese da esfera pública burguesa

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, o exame crítico do qual se pretende Habermas é investigar a natureza, consolidação e decadência da esfera pública burguesa, aquela gestada a partir do séc. XVII na Europa, proveniente de diversas mudanças sociais e

econômicas, sobretudo na pujança da circulação de mercadorias entre localidades distintas.

A preocupação de Habermas é entender as motivações para o surgimento de uma esfera liberal, gestada a partir da ideia de esclarecimento prefigurada na filosofia prática de Kant, até a dissolução da esfera pública observada, sobretudo no século XX, com o surgimento do marketing político e outras técnicas midiáticas que passam a formar a opinião pública.

A esfera pública é o lugar do debate de ideias sustentado pelo médio da razão. O fruto proveniente destes debates é o conceito de opinião pública, oposto ao conceito de *publicidade*, tal como entendemos hoje que na perspectiva de Habermas trata-se de uma deformidade da opinião pública manipulada pelo poder econômico e político.

A análise de Habermas parte de casos específicos como a Inglaterra, a França e a Alemanha. A esfera pública é em primeiro momento entendida por Habermas como uma construção social dos indivíduos de funcionar como uma “ouvidoria” pública, tendo como objetivo expressar pela opinião pública ao Estado os desejos e anseios do povo.

A Esfera pública é, portanto, independente do Estado e não submissa a este, sendo uma força alternativa de pressão para que o poder administrativo esteja atento às demandas da sociedade civil organizada na Esfera pública.

A esfera pública é um processo da linguagem comunicativa dos indivíduos alimentada pelo discurso esclarecido e racional. Os parâmetros para discutir e debater assuntos na esfera pública obedece aos ditames da razão esclarecida no sentido kantiano que lhe é próprio do termo.

O homem, como ser racional, utiliza-se da esfera pública para manifestar suas ideias e produzir também críticas, seja ao modelo político vigente, aos costumes da sociedade etc.

Essa construção da natureza da esfera pública, como lugar do debate de ideias e expressão do uso público da razão, é motivado fortemente pela filosofia kantiana. São inúmeras as imbricações da teoria de Habermas como a filosofia prática de

Kant. Ademais, podemos aferir sem dúvida que a filosofia de Kant encontra nas discussões de Habermas uma nova configuração.

Kant sem dúvida é uma referência indispensável para os que se aventuram na leitura da obra de Habermas. A referência do autor de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* para Kant são inúmeras, desde seus primeiros textos e, sobretudo sua obra recente¹⁵

A ideia de uso público da razão princípio motriz da esfera pública é gestada por Kant no bojo das discussões do iluminismo alemão. Kant valoriza o tema da razão ao longo de todos seus textos especialmente na obra magnânima da *Crítica da razão pura*¹⁶.

Contudo, é no centro de suas investigações alojadas no campo prático no qual estão dispostas as discussões acerca da política e da moral que se encontra o conceito de uso público da razão, ideia absorvida por Habermas em sua discussão sobre a esfera pública.

Em 1791, Kant escreve um pequeno fascículo denominado *Pergunta a resposta O que é o esclarecimento?* Neste pequeno texto de densa reflexão Kant caracteriza o fenômeno histórico do iluminismo como a expressão do uso público da razão. É decerto

¹⁵Habermas é um dos autores com a mais profícua obra acadêmica. Ao falarmos de obra recente compreendemos, sobretudo os escritos produzidos a partir da década de 90 e nos anos 2000, duas décadas aonde a filosofia kantiana ganhou ainda mais espaço na obra de Habermas, seja discutindo temas como a razão em seu sentido especulativo, seja na discussão sobre os direitos humanos.

¹⁶A crítica da razão pura de Kant é um marco para a história da filosofia. Nela o filósofo reinterpreta o conceito de razão através de um exame minucioso das faculdades da razão humana. Pergunta-se entre outras coisas o filósofo acerca das possibilidades, limites e alcances do conhecimento humano. A noção introduzida por Kant de sujeito transcendental executa no seio da teoria do conhecimento uma resposta quase que definitiva acerca da operação da razão humana, através da conhecida revolução copernicana do conhecimento. Não é mais o sujeito que deixa-se conduzir para a experiência sensível(intuição pura) mas o objeto que apresenta-se ao sujeito.

uma constatação do declínio das práticas sociais, morais e religiosas do antigo regime, gestada pela obediência “cega” irreflexiva ao poder político e religioso.

A *Resposta à pergunta o que é o esclarecimento* é um texto eminentemente político, objetivado a “formação” intelectual da nova cultura propagada pelo iluminismo. Kant entende o iluminismo do seguinte modo:

O Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a falta dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapereaudel!* Tem coragem de fazer uso do teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (KANT, 1985, p. 100).

A menoridade é entendida por Kant como a incapacidade do homem fazer uso por si mesmo de sua razão. A dependência intelectual de outrem indica este estágio, que na perspectiva da emancipação e evolução do gênero humano exposto na filosofia da história de Kant, precisa ser superado. É cômodo dirá adiante do texto ser menor.

A permanência do homem na menoridade seja por covardia ou por preguiça, são empecilhos para que este faça uso de sua razão. Segundo o filósofo: “O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a falta dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo” (KANT, 1985, p.100).

O *Sapereaudel!* Expressão latina evocada por Kant é em síntese o lema do iluminismo e para Kant é a expressão da necessidade do homem “servir-se” de sua própria razão e ser guiado pelo entendimento.

O uso público da razão, assim como vimos em Habermas, é uma oposição ao conceito de privado. Para Kant, a liberdade

adjetivo comum de todo ser racional deve ser o princípio salvaguardado de toda sociedade civil.

Nestes termos Kant nos diz:

Por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto letrado (Gelehrter), dela faz perante o grande público do mundo letrado. Chamo uso privado àquele que alguém pode fazer da sua razão num certo cargo público ou função a ele confiado (KANT, 1985, p.104).

A liberdade é o bem primaz da sociedade civil que deve ser garantida a todos. É por intermédio desta liberdade que o indivíduo é convocado a fazer uso público de sua razão. Para Kant, o indivíduo letrado (instruído) tem o dever de fazer uso público da razão, enquanto, aqueles que ocupam uma posição de submissão, ou seja, relegada ao campo privado.

Kant demarca os limites do uso da razão em público e privado. Aqui nasce por decerto a categoria “burguesa” de esfera pública. Apenas tem a possibilidade de fazer o uso público da razão, o letrado, instruído, aquele que detém a propriedade e tempo disponível para tomar parte nas discussões da esfera pública.

O letrado tem a missão de participar das atividades públicas. Ele é o homem público por excelência, o animal político se quisermos lembrarmos da filosofia clássica política de Aristóteles:

[...] como letrado, tem plena liberdade e até missão de participar ao público todos os seus pensamentos cuidadosamente examinados e bem-intencionados sobre o que de errôneo há naquela premissa, e as propostas para uma melhor regulamentação das matérias [...]. Nada aqui existe que possa constituir um peso na consciência (KANT, 1985, p.106).

Essa esfera pública recebera diversas críticas ao longo da história. Todavia, novo objetivo nessa discussão permeia-se em apenas apresentar as influências teóricas da análise de Habermas, na qual Kant ocupa um espaço privilegiado.

A esfera pública de Habermas que tem suas origens na ideia de uso da razão pública de Kant trata-se de uma esfera eminentemente política. A origem desta esfera remonta-nos ao surgimento dos cafés literários na Europa, onde os burgueses discutiam a literatura e a cultura local.

A crítica literária afigura-se neste momento como uma expressão do desejo dos entes privados em constituírem um público para debater e emitir juízos estéticos sobre a arte que na Europa se expandia consideravelmente. Os surgimentos dos jornais dão este tom a esfera literária. A publicidade dos jornais consistia em divulgar, propagar a ideia de grupos específicos da literatura, ou seja, tornar pública ideias privadas.

A circulação de notícias incentivada especialmente pela crítica literária expressa a formação a gênese da esfera pública burguesa como nos aponta Habermas:

O novo domínio de comunicação, com a instituição de circulações de notícias, insere-se sem dificuldade nas formas existentes de comunicação: visto que falta o momento decisivo a publicidade. (HABERMAS, 2007, p.117).

Este substrato da esfera pública literária sofre ao longo dos anos uma metamorfose que o transforma pouco a pouco em um outro nível de esfera uma esfera eminentemente política.

Há o fenômeno da politização da cultura e da arte. As bases da esfera pública literária se consolidaram de tal modo que já se pode utilizá-las para discutir assuntos da atividade política da sociedade civil. É esta esfera pública política o grande objeto de análise de Habermas.

A ampliação considerável dos jornais que impulsionam o processo de “publicitação das ideias” é considerada por Habermas como uma espécie de faca de dois gumes. Ao mesmo

tempo em que a publicidade se expande por meio do surgimento de revistas e jornais, fator essencial para os debates da Esfera pública, a dominação por parte de grupos hegemônicos e a “marketização” da política torna-se um problema.

O surgimento da esfera pública política oriunda do modelo de esfera pública literária, tem como natureza epistêmica a prerrogativa de ser uma instância (não institucionalizada) de mediação entre o Estado (poder burocrático, institucional) e as demandas da sociedade organizada. A Esfera pública por sua natureza é uma crítica a burocracia estatal e a atividade política. Tem como princípio a premissa de que o poder atribuído ao Estado (pelo voto) democrático deve ser compartilhado entre todos os cidadãos.

Na concepção de esfera pública em Habermas estão garantidos os direitos de resistência e até mesmo a permissão de desobediência civil em certos casos, cujo poder legitimado pelo voto democrático queira impor-se como totalitário. A Esfera pública é sustentada pela opinião pública que produz a crítica, que está direcionada ao poder político.

A esfera pública burguesa utiliza-se da opinião pública a fim de pressionar o poder político para as demandas da sociedade. Uma mudança apontada por Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* é a tentativa de associação da esfera pública com governos burgueses que surgem a partir do Século XVIII.

Para Habermas esta tendência manifesta parte de um processo de institucionalização que pretende legitimar o estado democrático de direito, sendo o princípio da opinião pública oriundo dos debates realizados na Esfera pública um pressuposto normativo. A Esfera pública torna-se neste momento, uma esfera política à medida que seu caráter normativo regula os demais poderes do Estado (econômico, educacional, etc.).

Esvaziamento da esfera pública

Entre as mudanças e transformações da esfera pública uma merece especial atenção, a tendência da esfera pública burguesa em utilizar-se do poder midiático para espalhar suas ideias. Neste sentido, o princípio do uso público da razão e da publicidade kantiana parece atingir seus propósitos.

No entanto, o desenvolvimento da imprensa parece evidenciar um problema que pode levar a “morte” ou a debilidade da esfera pública: a manipulação da opinião pública. Trata-se certamente de uma “mudança estrutural” da esfera pública política, mudança esta que possibilita que os interesses privados se infiltrem nos interesses públicos. A partir dessa mudança (surgimento da imprensa comercial) a esfera pública começa a fragmentar-se.

O princípio de uso público da razão que constrói a opinião pública por meio do debate parece atrofiar. Há neste sentido, indícios claros de uma despolitização da esfera pública. Surge uma dissonância entre os interesses públicos (dos cidadãos reunidos na Esfera pública) e os interesses de grupos privados (proprietários da imprensa comercial), ocasionando mudanças nas estruturas da Esfera pública.

Aliado ao surgimento dos grupos de mídia comercial que “manipulam” a opinião pública, as novas relações de trabalho oriundas do fim do século XVIII também produzem interferências ocasionando mudanças na esfera pública. Esta por sua vez, passa a ser dominada pelos burgueses comerciantes que são os únicos habilitados ao voto e que formam a opinião pública pelo alcance massivo de suas mídias.

Para Habermas (2007, p. 327) a esfera pública burguesa “[...] desdobra-se num campo de tensão entre o Estado e a Sociedade. Esta tensão aprofunda-se à medida que acontecem alterações na estrutura e na função do Estado com o avanço do capitalismo”.

Habermas continua sua argumentação afirmando que há, sobretudo na Europa, uma tendência de delegar a esfera pública o

direito de ser o órgão do poder estatal, o que resulta na perda de seu princípio motriz da publicidade, da manifestação livre e independente dos sujeitos e da formação de uma opinião pública não ideologizada.

As reformas eleitorais ocorridas entre 1867 e 1883, na França e na Inglaterra, alteram o cenário da Esfera pública. Para Habermas o surgimento dos sindicatos trabalhistas demonstra o enfraquecimento da Esfera pública como princípio ordenador da sociedade. Para Habermas medir este problema de forma quantitativa é impossível.

No entanto, pode-se mensurá-lo qualitativamente analisando as intervenções do Estado na esfera privada que “[...] amplia suas atividades e ganha uma serie de novas funções” (HABERMAS, 2007, p. 336).

O resultado desta interferência do Estado na Esfera privada afeta de forma imediata a Esfera pública ocasionando mudanças em sua estrutura social e política. Segundo Habermas esta interferência se acentua de uma forma particular ao analisarmos a história do desenvolvimento da Esfera pública até então:

Ao lado das tradicionais funções de manutenção de ordem que na era liberal o Estado já assumia, no âmbito interno, por meio da polícia e da justiça, além de uma política fiscal cautelosa, e no âmbito externo, por meio de uma política firmada nas forças armada, surgem agora as funções de configuração (HABERMAS, 2007, p. 336).

O Estado como poder político torna-se ainda mais centralizado, assumindo as tarefas atribuídas a esfera pública. Há decerto um “roubo” intencional das prerrogativas da Esfera pública. Além dos serviços competentes ao poder estatal de administração, assume intencionalmente a função específica de prestação de serviços, atividades estas atribuídas ao poder privado.

Neste processo de transformações do Estado que tem como objetivo sufocar a ideia de uma esfera pública deliberativa,

a regulamentação do comércio e da circulação de mercadorias afeta diretamente a esfera privada inviabilizando-a.

Uma das consequências destas mudanças econômicas e sociais é a criação de esferas independentes que não são enquadradas nem como esferas privadas e nem esferas públicas. Este surgimento de esferas “alternativas” de associações e ligas de discussão é uma resposta a política centralizadora da Europa.

No entanto, é comum haver uma aproximação sutil entre estas “esferas independentes” e a esfera pública, uma vez que a alternativa destes grupos é em suma a prerrogativa da tendência da Esfera pública pós modelo liberal de ‘repolitizar’ pelo debate a sociedade civil.

O resultado imediato desta intervenção crescente do Estado na esfera privada e o esvaziamento da esfera pública, como expressa Habermas: “Essa esfera não pode ser entendida como plenamente privada nem como uma esfera genuinamente pública e não pode ser univocamente classificada no domínio do direito privado ou público” (HABERMAS, 2007, p. 345).

Esta mudança na esfera pública provocará uma nova mutação no quadro político e democrático. Trata-se da polarização entre a esfera social e a esfera da intimidade.

A ampliação do “poder” regulador do Estado e uma indefinição entre uma esfera pública e uma esfera privada. Isso ocasiona uma nova tensão: a separação entre a esfera social e a esfera da intimidade familiar. Segundo Habermas:

Se essas duas esferas naquela época estruturadas com o mesmo sentido, desenvolvem-se agora em direções opostas, onde certamente pode-se dizer que a família se torna cada vez mais privada, e o mundo do trabalho e da organização, cada vez mais público (HABERMAS, 2007, p. 345).

A família neste íterim de mudanças é vista por Habermas como um “resíduo” da esfera privada que se fragmenta, em vista das garantias oferecidas pelo Estado de bem-estar social, que lhe

garante assistência, ou melhor, subsistência em períodos de dificuldade (que neste tempo histórico, não eram poucos).

Há neste sentido um alargamento da esfera privada do núcleo íntimo da família:

Por causa disso, surge a aparência de uma intensificação da privacidade em uma esfera íntima reduzida ao âmbito da comunidade de consumo da família conjugal. Por sua vez, ambos os aspectos afirmam seu direito: uma série de funções da posse privada é substituída por garantias públicas de status (HABERMAS, 2007, p. 352).

Este alargamento do espaço privado em vista dos benefícios do Estado de bem-estar social é na perspectiva de Habermas um alívio para o núcleo familiar, uma vez que este poderá assim participar do “[...] consumo de oportunidades dadas com o rendimento, as assistências e o tempo livre” (HABERMAS, 2007, p. 352).

As consequências destas mutações são intensas, segundo Habermas. Há a perda da internalização, a decadência da autoridade paterna, que segundo Habermas (2007, p. 253) é uma característica notável em sociedades industriais, a socialização e cultura que antes estavam arraigadas no seio da família, são deslocadas a instituições externas, e uma das consequências mais perceptíveis na sociedade burguesa capitalista, a perda de suas tarefas econômicas e “a perda de suas funções de proteção” (HABERMAS, 2007, p. 354).

Habermas chama estes processos de mudança da esfera familiar de um “esvaziamento” que pode ser empiricamente perceptível: “[...] no isolamento de casas privadas, acentuado claramente na parte externa pelos jardins frontais e pela divisão dos múltiplos espaços” (HABERMAS, 2007, p. 354).

Para Habermas este processo de modificação na estrutura familiar perceptível até mesmo na arquitetura, perdura até os dias de hoje, observado sobretudo nas grandes cidades e no contraste entre o centro e o subúrbio. (HABERMAS, 2007, p. 355).

Até o processo de urbanização é visto pelo filósofo como um meio de “confundir” esta separação importante e sistemática entre as esferas do público e do privado. Um dos pontos cruciais que nos encaminham para a tese final de Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* do enfraquecimento relaciona-se a mudança executada pelo capitalismo no seio da cultura.

Para os postulados de Habermas cabe a psicologia social, surgida no século XVIII, dar os traços característicos responsáveis tanto pelo auge quanto pelo declínio da Esfera pública.

Esta “confusão” de demarcação de território provocada sobretudo pelas políticas conservadoras do auge do capitalismo e a indefinição do público e do privado, como nitidamente são as responsáveis pelo diagnóstico derradeiro de Habermas sobre a despolitização da Esfera pública política.

Para Habermas, todo percurso histórico realizado até agora, com a delimitação da categoria da Esfera pública, seu auge no ínterim do iluminismo e agora a sua fragmentação se deve a refundalização e reestruturação da esfera pública, a partir da perspectiva do surgimento da imprensa comercial.

A consequência do avanço da imprensa e sua expansão ligada ao desenvolvimento do comércio, no bojo das transformações capitalistas que sacudiram a Europa no do século XIX, resulta na dificuldade sociológica de estabelecer limites justos a delimitação do público e do privado.

A opinião pública torna-se refém das mídias de massa, grupos privados com claros interesses econômicos que transformam e alteram a função originária do público, como crítico e espectador. De um público, como disse Habermas: “crítico da cultura, para consumidor da cultura” (HABERMAS, 2007, p. 112).

Os donos das mídias de massas sequestram a opinião pública a fim de torná-la um produto vendável, abrindo terreno para a criação do marketing político. Decerto, a imprensa já existia desde antes. No entanto, para Habermas está claro uma metamorfose estrutural de uma imprensa “puramente comercial”

para uma imprensa com uso político, o que resulta num casamento perfeito entre a opinião pública agora manipulável e a atividade política.

A opinião pública, fundada na razão, passa a dar lugar a uma “imprensa de convicções” particulares, que produz opiniões aliadas aos interesses de grupos políticos específicos.

Segundo Bucher (1958):

Os jornais passavam de meros dispositivos que publicavam notícias para serem também portadores e condutores da opinião pública, instrumento de luta e política partidária. Para a organização da empresa jornalística, isso tem como consequência que entre a coleta de notícias e a publicação de notícias, fosse introduzido um novo elemento: a redação. Isto significa que o jornal passou de vendedor de notícias a mercador da opinião pública. (BUCHER, 1958, p. 257).

Surge neste período a prática do financiamento de jornais por membros de partidos políticos que intensificam o “mercado da opinião pública”. O dono do jornal e o redator passam a serem vinculados a produção de uma opinião pública com interesses bem definidos. Esta alteração na formação da opinião pública é importante uma vez que atinge e esfacela gradativamente a Esfera pública.

A esfera pública entendida como espaço de discussão permanente que pauta no Estado os interesses da sociedade civil, alargando assim o conceito de democracia e de público que participa das decisões do governo, vê-se enfraquecida e sucumbida pela mercadorização da opinião pública, que é comercializada e vendida pelas mídias de massa.

Mesmo vinculada a grupos políticos e financiada muitas vezes por estes, a imprensa, sobretudo os jornais, passam a conduzir a opinião pública segundo interesses próprios e particulares que são oriundos da própria redação do jornal, hoje são os editoriais.

O crescimento das tiragens, uma baixa significativa dos preços de produtos na Europa, impulsionou a distribuição dos jornais comerciais nas diferentes áreas econômicas, o que provocou a necessidade da inclusão de novos conteúdos e linguagens para atender este “novo público”.

A invenção do telégrafo e o avanço do aparato técnico faz com que o jornal se torne um importante produto de comercialização. Para Habermas, este fator é combustível para a manipulação da opinião pública:

A história dos grandes diários na metade do século XIX mostra que a imprensa se torna manipulável à medida que se comercializa. A partir do momento que a venda da parte do que é redigido, interage com a parte dos anúncios, a imprensa, até então uma instituição de determinados participantes do público como pessoas privadas, ou seja, torna-se porta de entrada de interesses privados privilegiados na esfera pública (HABERMAS, 2007, p. 402).

A redação no jornal altera a comunicação uma vez que passa da produção literária para a produção de fatos jornalísticos. O princípio de autonomia de pensamento, de liberdade e de crítica é subsumido pela produção de notícias e entretenimento, patrocinado por grupos privados.

Observando de perto estas mudanças, o poder político eleito figurado no Estado começa a buscar meios de publicidade ou resistência as críticas a eles dirigidas pelos grupos opositores que dominavam a imprensa. A primeira medida é semiestatizar as agências de notícias para de certa forma controlar a produção da opinião pública. A Reuters inglesa que surge nesse período é uma tentativa disso.

Neste ínterim uma das mudanças definitivas da esfera pública é a inversão em relação a formação da opinião pública. Se antes estavam reunidos na Esfera pública para discutir mediante razões para formar uma opinião pública, agora a imprensa advoga essa prerrogativa formando ela a opinião pública.

Acentua-se, segundo Habermas (2007, p. 408), a divisão entre público e privado, que usam a imprensa para divulgar suas ideias. A intensificação da propaganda comercial, que se difere do princípio da publicidade gestada na esfera pública, cresce de forma significativa.

A esfera pública deteriorada transforma-se em um terreno marcado pela marketização da atividade política. A política passa a ser comercializada, a propaganda projetada e impulsiona as ideias de grupos privados.

Para Habermas a propaganda “viola” o cultivo da opinião pública, distingue da publicidade (tal como pensada por Kant). A manipulação da opinião pública realiza-se de forma bem-intencionada, na qual o emissor esconde suas intenções comerciais no papel de algum interesse para os grupos privados:

Em termos gerais, a propaganda limitava-se ao expediente de anúncios, em contrapartida, o cultivo da opinião, com *apromotion* e a *exploitation*, vai além do mero reclame: Ele interfere no processo da “opinião pública”, produzindo novidades de modo planejado ou aproveitando ocasiões que despertam a atenção (HABERMAS, 2007, p. 416).

Se outrora o princípio da publicidade era o de desnudar a dominação política perante a discussão pública, mediante razões, na propaganda o “segredo” e a manipulação da opinião pública é o fundamento motriz da imprensa comercial.

Neste bojo das transformações, a propaganda também passou a sofrer modificações. Se até então o interesse de transmitir as ideias de um grupo era privado, agora a propaganda passa por mudanças com o objetivo de captar o “público”.

A intenção de criar consentimento entre os indivíduos é um ponto criticado por Habermas porque é um objetivo tacanho e manipulador da opinião pública. Os consensos produzidos na esfera pública passam pelo crivo da razão e do entendimento. Já o consenso da propaganda é “puramente ideológico”, serve apenas para atender o interesse dos grupos econômicos e políticos que passam a dominar e manipular a “opinião pública”.

Interesses que são expressos por Habermas como sendo resultado de um “ativismo jornalístico” no qual, para satisfazer os interesses dos jornalistas, agora transformada numa classe comercial com interesse na difusão de ideologias para manipular a opinião pública segundo as motivações dos donos dos meios de comunicação.

Outra importante alteração ocorrida entre o Estado e a opinião pública, agora formada pela imprensa modificada, é que as relações entre o Estado e a imprensa se modificaram, se tornam mais íntimas, cada um servindo ao outro de linha acessória de poder.

Tal fato ocasiona ainda mais a diminuição do papel da Esfera pública como mediadora entre o Estado e a sociedade civil. O Estado passa a fazer propaganda de “si mesmo”, divulgando seus feitos e tenta dialogar com o público sempre em um caráter de manipulação. O Estado divulga a si mesmo a fim de “manter enfraquecida” a esfera pública que o pressionará.

Agora a divulgação de feitos, a tentativa de mostrar um Estado pujante, prodigioso e bem-sucedido tem na imprensa a possibilidade de frear as vozes inquietantes da esfera pública. A intenção não é de eliminar por completo a esfera pública, uma vez que inquestionavelmente é comprovada a capacidade de organização e de alinhamento social desta. Trata-se de torná-la passiva e inerte, apenas consumidora da opinião pública (aprisionada pelos meios de comunicação de massa).

Segundo Habermas (2007, p. 429): “A esfera pública se converte numa corte e diante dela o público de prestígio se expressa em vez da crítica nela se formar”. Neste sentido, a esfera pública torna-se um elemento apenas figurativo, simbólico. Este é o golpe derradeiro contra todos os princípios normativos da Esfera pública.

A mudança do papel da publicidade que antes estava ligada ao princípio kantiano de uso público da razão é denunciada por Habermas nestes termos:

Outrora a publicidade teve de se impor contra a política arcana dos monarcas: procurava submeter pessoas ou causa a discussão pública mediante razões e fazia com que as decisões políticas pudessem ser revistas sob a instância da opinião pública. Hoje, ao contrário, a publicidade é imposta com base na política arcana dos interesses: ela propicia prestígio público a uma pessoa ou causa e a torna apta à aclamação em uma atmosfera de opinião (HABERMAS, 2007, p. 429).

Há decerto uma fabricação da esfera pública, sua identidade agora é de mera receptora da opinião pública, sem a produção da crítica. O que no passado era atributo exclusivo da Esfera pública, agora passa por uma modificação a medida que pressiona o Estado a fim de atender as suas demandas. Sobre isso Habermas afirma:

O efeito imediato da publicidade não se esgota no efeito de propaganda descomercializada. Agora essa publicidade serve, para além de uma influência sobre a decisão dos consumidores, a uma pressão política, pois mobiliza um potencial de disposição inarticulada ao consentimento que, caso necessário, pode ser traduzida em uma aclamação definida plebiscitariamente (HABERMAS, 2007, p. 429).

É principalmente os partidos políticos os responsáveis por raptarem a esfera pública. O vínculo com o núcleo duro do capitalismo, formado pelos burgueses e comerciantes, é o responsável pelo sucesso desta “nova opinião pública”. Se no passado a esfera pública era a responsável por organizar e pautar a sociedade, a partir de agora os partidos políticos utilizando-se das novas mídias para exercer esta função.

Trata-se de um poder centralizador. Os cafés, ligas e associações profissionais são tomadas pelos partidos que ali difundem suas ideias. Esta invasão de grupos partidários conceitualmente privados produz aquilo que Habermas chama de perda da localização da Esfera pública. Ou seja, a esfera pública

perdeu a sua localização enquanto espaço claramente delimitado em relação a esfera privada (HABERMAS, 2007, p. 433).

Antes a publicidade produzia a crítica por meio do debate e do diálogo. Agora a propaganda transforma a opinião pública no resultado de um evento “show”. O critério para a aceitação de um resultado ou de uma ideia não é mais racional, mas puramente subjetivo: este é melhor do que aquele se porta melhor, detém mais poder econômico e assim por diante. É uma esfera pública de aparência.

Além disso, a esfera pública crítica e, de certa forma, institui padrões culturais e até mesmo comportamentais.

A partir dos últimos parágrafos do livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública* fica nítido o principal motivo da decadência da Esfera pública e as consequências para a consolidação da democracia. A invasão dos partidos políticos na formação da opinião pública e a utilização da imprensa arrefece o princípio da esfera pública: a publicidade e a difusão de ideias gestadas pelo debate e a produção da crítica.

Habermas aponta para a impossibilidade de retornar para este contexto de formação e publicidade de ideias. “Para o autor ‘as opiniões’ de publicidade, não evoluem naturalmente, até se tornar opinião pública, se não houver o fluxo de comunicação de um público que discute mediante razões”. Neste sentido, sendo impossível a produção desse fluxo comunicacional a ideia de uma esfera pública política, torna-se nula.

Para Habermas a captura da esfera pública realizada pelos partidos políticos é o sinal evidente da decaída da própria esfera pública:

Pode-se medir o quanto a esfera pública política decaiu, como esfera de participação continua mediante razões voltada para o poder público, pelo grau em que se tornou a tarefa publicista própria dos partidos em produzir periodicamente algo como uma esfera pública em geral (HABERMAS, 2007, p. 447).

A decorrência disso é uma mudança no comportamento eleitoral da população. Não é mais a esfera pública o centro do debate político, mas sim, os meios de comunicação. Mesmo a camada social mais pobre é cooptada pelos partidos políticos, através da “boca a boca”.

A propaganda política passa a pautar e direcionar o debate eleitoral, que em contraponto com a esfera pública, não é mais mediante razões, mas sim através da melhor “publicidade” a mais sagaz e eloquente.

O surgimento do marketing político torna refém a esfera pública. As pesquisas eleitorais começam a medir os ânimos da população e a interferir no discurso político. Dessa forma, a esfera pública é fabricada e pautada pelos meios de comunicação com fins eleitorais. Assim, parece que mesmo que ainda exista uma estrutura social, ela estaria irremediavelmente fadada ao fracasso.

Há uma utilização do marketing político da esfera pública com o único objetivo de manipular a opinião pública. Nesta esfera prevalece “a produção da opinião” e não a verdade. O convencimento psicológico e as técnicas marqueteiras avançam a todo custo com fins eleitorais. A opinião pública torna-se cada vez mais manipulada. As pesquisas eleitorais passam a ser o medidor, o termômetro da opinião pública para saber em que medida o político consegue atender os desejos ou controlar as massas.

Habermas critica essa tendência por ser um contrassenso em relação a atividade política. A atividade política perde seus princípios e torna-se refém da “opinião pública manipulável”, do marketing político que passa a ditar as regras para o sistema político. Desta forma, a política passaria a ser refém de grupos partidários que se utilizam das mídias para difundir as suas ideias.

Se em Kant a opinião pública é formada pelo entendimento e pela razão, ideia essa aderida por Habermas, neste momento a esfera pública vê-se comprimida por esta tendência de manipulação. A esfera pública idealizada por Habermas encontra fortes barreiras e tende ao declínio.

Porém, no entender de Habermas a esfera pública possui uma conexão direta com o conceito de democracia. Assim, a partir do momento em que a esfera pública é ameaçada de entrar em declínio pelo surgimento das oligarquias midiáticas controladoras e manipuladoras da opinião pública, o próprio conceito de democracia também é ameaçado.

Habermas (2003) acredita que por meio do agir comunicativo é possível que os indivíduos obtenham acesso a esfera pública, escapando das formas de dominação dos meios políticos e comerciais presentes na opinião pública.

Há, contudo, uma subversão e deterioração da publicidade essencial para a esfera pública que acarreta a sua despolitização. Salientamos neste ponto que há uma diferença conceitual entre a politização da esfera pública proposta por Habermas e a “política” praticada pelas mídias de massa.

Para Habermas, o debate na esfera pública é responsável pela politização desta, enquanto os meios de comunicação apenas “vendem ideias” políticas propostas pelos grupos especulativos.

A mudança estrutural da esfera pública resulta de uma inversão de sentido. A esfera pública inverte o seu sentido quando deixa de ser um espaço crítico para ser um espaço de manipulação. O sequestro executado pelos meios de comunicação do “público” impedem a emancipação política das sociedades e o fortalecimento da democracia.

A esfera pública idealizada por Habermas possui uma função efetivamente política e tem como objetivo estabelecer um modelo de sistema político. A partir do modelo existente de Esfera pública literária, Habermas solidificou seu conceito de esfera pública política.

É necessário lembrar que a crítica feita por Habermas aos meios de comunicação refere-se a mudança estrutural ocorrida na esfera pública. Ou seja, anteriormente, na constituição da esfera pública política, os jornais cumpriam o papel de divulgar as ideias gestadas no debate comunicativo.

A mudança estrutural ocorre a partir do momento em que a mídia é sequestrada pelo poder econômico. A partir deste

sequestro, ao invés de informar a mídia começa a fazer publicidade de ideias.

A esfera pública, como espaço de mediação entre o Estado e a sociedade civil, deve denunciar as desigualdades e descasos do poder público. Se a opinião pública for manipulada esta função, ou princípio divulgador deixa de existir.

A ampliação dos direitos políticos ocorrido a partir do século XIX provocaram efeitos que redundaram no declínio da esfera pública. A afirmação dos direitos fundamentais e a transformação do Estado moderno em Estado liberal são apontados como elementos provocadores da fragmentação da Esfera pública.

O avanço da ideia de um Estado de direito, organizado e gerido como idealizado por Hegel, impõe a Esfera pública política tal como pensada por Habermas um papel secundário. O Estado passa a ser o responsável direto para dialogar com sociedade, graças aos serviços e garantias que oferece transformando-se num Estado de bem-estar social.

A propaganda e o marketing político agora vendem esta ideia de um estado de bem-estar social, que segundo Habermas na prática é inexistente. Se o Estado, como poder constituído, é capaz de solucionar, de gerir e de atender os anseios da população, qual será o motivo para uma esfera pública?

O ponto central da crítica habermasiana acontece no último parágrafo de *Mudança estrutural* aonde o autor descreve e analisa o conceito de opinião pública, como elemento fictício do Estado de direito.

Segundo Habermas uma multiplicidade de significados são atribuídos a opinião pública. A preocupação constante dos diversos grupos em manipular, formular e disseminar suas ideias na opinião pública ocorre em função do alcance e da força da opinião pública.

Esta importância da opinião pública é tal que Habermas, ao concluir a análise das mudanças estruturais da esfera pública, aponta para a necessidade de diferenciar claramente as funções da opinião pública e seu caráter manipulador a fim de suprimi-lo. A

opinião pública torna-se manipulável a medida que se utiliza da psicologia social para pautar a difusão de suas ideias através de sentimentos subjetivos.

O apelo ao gosto, ao sentimento e a convicção deixam de lado a discussão mediante razões:

Por outro lado, surge o fato de que “no lugar da opinião pública” surge uma adesão sentimental em si mesma indeterminada fluida, guiada por esta ou aquela determinada medida e acontecimento. Esta inclinação sentimental funciona como uma carga móvel de um navio em alto mar (HABERMAS, 2007, p. 489).

Esta formação subjetiva da opinião pública, denunciada por Habermas, também responde o conceito de mídia de massas, de basear a formação da opinião segundo critérios psicológicos de pesquisas. Na esfera pública, idealizada por Habermas, o gosto e a subjetividade do particular são suprimidos pelo público e pelo universal.

Nossa investigação aqui exposta centrou-se em reconstruir a principal causa do enfraquecimento da esfera pública. Buscamos seguir os argumentos de Habermas apresentados no livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.

No entanto, as conclusões provisórias estão apoiadas nas análises produzidas por Habermas nos anos 1990, publicadas no livro *Direito e Democracia: entre facilidade e validade*.

Nota-se que a categoria da esfera pública se trata de um conceito articulador dentro da filosofia de Habermas. Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* ela aparece com uma forte conotação política, que pouco a pouco também é agregada a outros temas como a religião, a educação e a cultura, sempre possuindo uma conexão interdisciplinar entre as discussões.

A análise sociológica que aponta para o declínio da esfera pública é ao mesmo tempo o fator impulsionador para Habermas justificar a necessidade de “retomar” e reconstruir a esfera pública, argumento nuclear da nossa dissertação.

Vale salientar ainda que a visão negativa de Habermas sobre o papel da imprensa será retomada a partir das mudanças propostas pelo autor nos anos 90.

Atualidade da ideia de espaço público em Habermas

Nas ciências humanas, a noção de espaço público afigura-se como uma das discussões mais vigorosas. Na atualidade, os diversos ramos das ciências exatas também se apropriaram das discussões por considerarem a importância de discutir o espaço público, sobretudo, nas cidades contemporâneas.

Para Castro (2002) há um retorno dos estudos do espaço público na contemporaneidade, influenciado pelos processos de urbanização moderna crescente, principalmente, nas grandes cidades em especial, as metrópoles brasileiras.

De acordo com essa noção, Castro (2002) ainda nos afirma que falar do espaço público, é falar do centro de todo projeto urbano. Habermas (2007) já discutira em mudança estrutural a importância de se pensar a construção da cidade em termos urbanísticos como espaços que propiciem o debate e o diálogo entre os cidadãos.

Tratam-se de espaços que permitam o fluxo de pessoas, uma simetria social, projeto esta ideia motriz da noção de geografia urbana como vemos na atualidade. Neste sentido o espaço público necessariamente precisa ser um espaço de interação, cultural social e políticas dentro da cidade.

Segundo Carlos (2001) essa ideia de um espaço urbano (público) voltando para as necessidades dos cidadãos contrasta com o poder econômico e político vigente. A especulação imobiliária e as tramas do capitalismo nem sempre propiciam esta transformação dos espaços urbanos em espaços públicos acessíveis a todos.

Vale lembrarmos atrelada a essas ideias, que, para Habermas (2007) uma das características do espaço público é a acessibilidade. Como lugar das vozes plurais que constroem o debate, o espaço público deve ser o lugar de “todos”, acessível a

todos, onde possam com igualdade de oportunidades (visão assimétrica) debaterem suas proposições na construção da sociedade civil.

Contudo, diante destas constatações tanto de Carlos (2001) e Habermas (2007) emerge o seguinte questionamento: em que termos encontra-se o espaço público nas cidades contemporâneas? E ainda como é possível pensarmos um espaço público plural e assimétrico na contemporaneidade?

No que diz respeito a acessibilidade lembramo-nos da discussão de Serpa (2004) sobre a acessibilidade, cujo autor caracteriza o conceito como sendo “o coração” de qualquer discussão acerca do espaço público na contemporaneidade.

Nesse sentido, o princípio de um espaço público acessível a todos, ligado a ideia de Habermas de acessibilidade compreende-se como um espaço que permita um “fluxo contínuo de pessoas com liberdade” (SERPA, 2004, p.108)

Em nosso entender os olhares das diversas áreas do conhecimento contribuem para uma visão multidimensional que em muito ajuda a compreensão do conceito de espaço público e uma aplicação prática nas cidades como a criação de políticas públicas que pensem o “público” e também em atuações da sociedade civil em transformar, criar e reinventar espaços públicos sem vinculações com o poder estatal, idealização de Habermas em sua discussão sobre o espaço público.

Neste sentido Borja nos diz que:

O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que às vezes se confundem erradamente com espaços verdes, equipamentos ou sistema viário, mas que também é utilizado na filosofia política como lugar de representação e expressão coletiva na sociedade. (BORJA, 2003, p.11)

Esta visão multidimensional do espaço público, especialmente como nos lembra Borja (2003), como sendo um espaço de representação coletiva da sociedade, está em

consonância com a ideia de espaço público como pensa Lefebvre (1973) que aplica o conceito de poder ao espaço público.

Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, como vimos já caracterizava nesta perspectiva atual de Lefebvre o espaço público como um espaço de poder, de disputas e de conflitos. Contudo esta perspectiva de conflitos não possui apenas um viés negativo do tema, mas pelo contrário trata-se de um convite para a sociedade civil a “ocupar” e “construir” novos espaços públicos.

Uma das características fundamentais do espaço público na cidade contemporânea é como espaço do homem. É o homem que constrói com suas diversas intenções o espaço público. Esta conceituação do espaço público como construção humana, vai além de uma simples atribuição, mas de certo modo é uma missão irrecusável.

Milton Santos em suas obras de ciência geográfica nos diz que:

É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhe um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente. Tudo o que não retira sua significação desse comércio com o homem é incapaz de um movimento próprio, não pode participar de nenhum movimento contraditório, de nenhuma dialética (SANTOS, 1996, p.88).

Esta missão irrecusável do homem em modificar as “formas espaciais” e construir espaços públicos, torna-se um fenômeno observado e comprovado sobretudo a partir da década de 90 no Brasil, que no principiar de mudanças estruturais econômicas e políticas começa a repensar a importância da participação popular na construção de políticas públicas que resultam também na construção de “novos espaços” de discussão política, lazer e sustentabilidade.

As pesquisas de Abrão (2008) são um constructo importante neste sentido. Em sua análise sobre a construção de

novos espaços públicos na cidade de São Paulo, denota as mudanças ocorridas na metrópole a partir do governo de Luiza Erundina da Silva (PT) primeira mulher prefeita da Cidade no início dos anos 1990, que começa a alterar as formas de apropriação de espaços públicos em locais até então gestados estrategicamente nos planos dos governos da ditadura.

Caso empírico semelhante a esse do surgimento de um protagonismo maior da sociedade civil na construção de espaços públicos sejam físicos como praças, locais de lazer, seja simbólico como assembleias de participação popular, é o caso do Orçamento participativo de Porto Alegre nos anos 1990-2000, que se tornaram um caso bem-sucedido de política de distribuição de recursos com a participação ativa da sociedade organizada.

Estes dois exemplos, dentre muitos, demonstram a vivacidade do espaço público no centro da cidade e sobretudo a pertinência da discussão dos temas.

Habermas (2007) tinha apontado um enfraquecimento do espaço público no auge do capitalismo, que ocasionava uma opacidade da participação popular nas decisões políticas da sociedade. Esta visão de Habermas começa a ser modificada, a partir dos anos 1990, mesmo eixo histórico das transformações do espaço público no Brasil, com a publicação *Direito e Democracia: entre facilidade e validade*, no qual o autor retoma as considerações sobre o espaço público.

Em *Direito e Democracia: entre facilidade e validade*. Obra em que Habermas enaltece a importância da sociedade civil na construção de espaços públicos democráticos. O espaço público neste sentido é visto como uma forma de “pressão” ao poder político constituído:

A esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores especializados, porém sensíveis ao âmbito de toda a sociedade. Na perspectiva de uma teoria de democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e modificá-los, devendo, além disso,

problematizá-los e dramatizá-los, de modo convincente e eficaz de modo a serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar. (HABERMAS, 2003, p.91)

A esfera pública funcionar como um sensor significa entre outras coisas em ser a instância “sensível” as demandas da sociedade, que quase sempre passam “desapercebidas” pelo poder estatal. Causas como moradia, sustentabilidade, acessibilidade (em todos os níveis) e questões de gênero, atenção as minorias são as grandes pautas do espaço público na atualidade.

Mesmo passado décadas, a temática do espaço público reaparece na obra de Habermas, não apenas com o objetivo de responder críticas ao seu trabalho inicial de *Mudança estrutural*, mas sim porque o filósofo compreende, como defendemos nesta seção final de nosso trabalho argumentativo, que o espaço público foi e continua sendo uma categoria central da cidade contemporânea.

Ao chegarmos as argumentações finais de nossa discussão, pretendemos salientar que o espaço público, tal como idealizado por Habermas, volta em tempos de crise política e ética, que atravessamos sobretudo nos últimos anos, a ser uma esfera imprescindível de participação popular, tendo em vista a criação de alternativas para enfrentarmos estas “crises sistêmicas” e saímos delas.

Daí, advém a necessidade teórica de retomarmos a investigação do espaço público através do conceito de interdisciplinaridade, ou seja, uma parceria ativa entre as diversas áreas do conhecimento com o objetivo de mantermos viva a importância teórica do espaço público como categoria central de nossa sociedade.

A participação da sociedade civil na construção de espaços públicos seja reflexiva simbólicos de debate e diálogo, seja espaço de apropriação artística e cultural, é uma necessidade vital das cidades contemporâneas.

Movimentos sociais, de entidades e de classes representam os exemplos bem-sucedidos da esfera pública pujante.

Nossa exposição se restringiu em apresentar as ideias principais da noção de espaço público em Habermas a fim de sistematizá-las pois, tratando-se de uma obra de tamanha dimensão, não faltam pontos ainda a serem discutidos e re debatidos.

Pretendemos por meio desta releitura de *Mudança estrutural*, instigar e mover o debate acerca do espaço público na atualidade.

Considerações finais

Numa perspectiva analítica podemos concluir que os aspectos aqui abordados sobre o espaço público o caracterizam como uma categoria central da formação, consolidação e desenvolvimento da cidade contemporânea, tratando-se assim de uma categoria insuperável para pleitearmos uma cidade desenvolvida em seus aspectos sociais, políticos e econômicos.

Considerando, a exposição de Habermas, discutida ao longo das primeiras seções de nosso trabalho, compreendemos que a categoria de Espaço público ainda continua sendo um tema aberto a diversas costuras e debates das diversas áreas do conhecimento.

A partir da reflexão aqui apresentada, almejamos contribuir para que o tema do espaço público possa ser debatido por intermédio de uma perspectiva interdisciplinar, não sendo objeto de propriedade “intelectual” o debate de nenhuma área, mas sim, um diálogo constante das múltiplas ciências a fim de colaborar para que o espaço público seja repensado, e ocupe sua posição central na cidade contemporânea.

O que evidenciamos neste texto e o que queremos enfatizar, é que a obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* de Habermas, além de tornar-se um manual obrigatório para a discussão do espaço público, fomentou e continua fomentando discussões entre a filosofia e a sociologia e outras áreas, tornando-se necessário aperfeiçoarmos cada vez mais o debate do

tema, que ocasionara um grande ganho para as ciências e para a sociedade.

Por fim, pretendemos que a publicação instigue pesquisadores, alunos e membros da sociedade civil a repensar o espaço público como lugar do debate, do lazer, da luta social e do convívio que fomenta a solidariedade e contribui para a criação de uma cidade melhor para vivermos.

Referências

ABRÃO, Sérgio Luiz. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Anablume, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

CASTRO, Antônio Carlos. **Espaços públicos, coexistência social e contributos**. São Paulo, HUCITEC, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo, Unesp, 2007.

_____. **Direito e Democracia: entre facilidade e validade**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto/EDUFBA, 2007.

Capítulo 9

A violência no espaço urbano: mapeamento dos homicídios

Ezequiel de Oliveira Andrade

Fábio Rodrigues da Costa

Introdução

O interesse por parte dos geógrafos em estudar a violência no espaço urbano vem aumentando significativamente nos últimos anos. No caso brasileiro, o acelerado e desordenado processo de urbanização desencadeado a partir da década de 1960 contribuiu para a concentração de população no espaço urbano sem as condições adequadas de infraestrutura. Tal fato estabeleceu profundas contradições e assimetrias que estimularam o aumento da violência.

A violência urbana tem algumas características próprias que a diferenciam de outros tipos de violência e se desencadeia, especialmente, em consequência dos inúmeros problemas existentes decorrentes do convívio no espaço urbano.

A violência está presente nas diversas classes da sociedade e ocorre em todas as faixas etárias. No entanto, atinge com maior proporção os jovens que possuem menor condição socioeconômica. Isso, em parte, está relacionado aos intensos problemas sociais e econômicos existente no país, que acabam impedindo que uma parcela dos jovens tenham condições dignas de sobrevivência. Outro fator que tem influenciado consideravelmente no aumento da violência é o uso e o tráfico de drogas ilegais.

O foco do estudo está no mapeamento dos homicídios qualificados ocorridos no espaço urbano de Campo Mourão. Para a sua elaboração utilizamos o seguinte procedimento metodológico dividido em três momentos. No primeiro momento, ou seja, o ponto de partida consistiu em leituras específicas a fim de criar um arcabouço teórico embasado na discussão da temática violência urbana. No segundo momento buscamos informações sobre a questão atual dos homicídios no Brasil. O terceiro e último momento consistiu na sistematização dos dados e das informações coletadas nas pesquisas realizadas em campo, bem como a tabulação de dados, elaboração de gráficos, tabelas, figuras e análise dos resultados obtidos.

A violência no espaço urbano

Atualmente vivemos em uma sociedade na qual a violência está crescendo nas pequenas, médias e grandes cidades do Brasil. Problemas que eram característicos de metrópoles - São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, entre outras capitais - já podem ser visto até nas pequenas cidades do interior. A contenção da expansão da violência é um dos grandes desafios para a sociedade brasileira.

A violência não é um tema recente, visto que são conhecidas diversas práticas violentas desde a Antiguidade. Porém, as discussões se intensificaram apenas a partir do século XIX. “[...] a violência passou a ser caracterizada como um fenômeno social e despertou a preocupação do poder público e

também de estudiosos de diversas áreas [...]”. (HAYECK, 2009, p. 01).

Os debates se tornaram mais frequentes após a década de 1980, quando se percebeu a grande dimensão que a violência estava alcançando. Quando buscamos uma definição para a palavra violência nos deparamos com diversos conceitos, pois tal palavra pode apresentar vários sentidos. No dicionário Aurélio a palavra violência significa: qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força; coação. (FERREIRA, 2009).

Zequin e Carvalho (2005) destacam que violência é um vocábulo proveniente do latim *violentia*, que remete a *vis*, força, vigor, emprego da força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital. Esta força, segundo Zaluar (2000, p. 08), “torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica”. Silva (2004) define a violência urbana como sendo:

[...] uma construção simbólica que destaca e recorta aspectos das relações sociais que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constrói o sentido e orientam suas ações. Desta perspectiva possui um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representa, de maneira percebida como objetivamente adequada a determinadas situações, regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nestes contextos. Mas, como toda representação, a violência urbana é mais do que uma simples descrição neutra. No mesmo movimento em que identifica relações de fato, aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, uma dimensão prático-normativa institucionalizada que deve ser considerada. (SILVA, 2004, p. 6).

Referindo-se à questão, Dutra (2005) define violência como sendo a expressão que designa o fenômeno social de comportamento deliberadamente transgressor e agressivo

ocorrido em função do convívio urbano. A violência pode ser classificada como um dos maiores problemas urbanos, atingindo em alguns locais índices elevados e estando presente tanto no âmbito local quanto global. Adorno (2002) apontou quatro tendências ligadas a violência urbana no Brasil:

a) o crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante sequestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais. (ADORNO, 2002, p. 88).

Na cidade a violência tem aumentado principalmente entre os jovens. Além dos problemas sociais e econômicos, outro fator que tem influenciado consideravelmente no aumento da violência é o uso e o tráfico de drogas e entorpecentes. O tráfico de drogas é um dos principais responsáveis pela violência urbana, seja através dos latrocínios e principalmente dos homicídios. Muitas das mortes são justificadas pelos chamados “acertos de contas” entre traficantes e usuários.

Kawamoto (2010) avaliou que a violência urbana é o resultante dos atos de força contrários ao direito, ocorrendo na maioria das vezes nos centros urbanos em razão das peculiaridades deste espaço. Para o autor o que chama a atenção, desde a década de 1980, são os altos índices da violência interpessoal, estando estes entre os mais elevados da comunidade internacional. Nas expressões dessa violência, incluem-se homicídios, latrocínios e acidentes de trânsito.

Para Adorno (2002, p. 92), no Brasil “o alvo preferencial dessas mortes compreende adolescentes e jovens adultos masculinos, em especial procedentes das chamadas classes populares urbanas.”

Conforme aponta o portal De Olho no Estatuto do Desarmamento (2014), no Brasil o risco do homem jovem de 20 a 29 anos morrer vítima de arma de fogo é sete vezes superior ao restante da população e quatro vezes superior ao restante da população masculina. O risco de morte para esses jovens homens é 38 vezes maior que o da população feminina e 20 vezes superior quando comparado com a população feminina da mesma faixa etária.

A falta de perspectivas de realização pessoal, profissional e social geram a sensação de impotência e baixa autoestima, principalmente entre os homens jovens, o que pode levar a manifestação da violência armada como forma de expressão. Se houvesse uma possibilidade de se medir o fator “valorização da vida”, certamente no Brasil este estaria inversamente relacionado com as taxas de morte por arma de fogo. (PHEBO, 2005).

De acordo com Cerqueira (2014), os homicídios podem ser causados por diversos fatores presentes em diferentes instâncias. No plano individual, várias disfunções psíquicas, ou biológicas podem estar associadas a um histórico de vida familiar para motivar o indivíduo a cometer assassinatos. Por outro lado, as associações e relações pessoais podem explicar determinados incidentes com vítimas fatais, que não ocorreriam em outros contextos. Ainda, os conflitos interpessoais e o uso da violência letal podem ser largamente influenciados pela presença de fatores criminógenos como armas e drogas psicotrópicas.

O Portal de Olho no Estatuto do Desarmamento (2014) destaca que a maioria dos homicídios com jovens ocorrem por armas de fogo. Apesar das mulheres corresponderem a uma baixa taxa de mortalidade por Porte de Arma de Fogo – PAF, em comparação com os homens, o percentual de utilização de arma de fogo nos homicídios cometidos contra mulheres é de 42,4%. Além disso, se por um lado a arma de fogo é apontada e usada

para e por homens, as mulheres também sofrem – ficam viúvas, órfãs e sem irmãos ou filhos. O medo, a insegurança, o ressentimento, as dificuldades financeiras fazem parte da herança deixada por estas mortes e ou incapacidades (FERNANDES *et al*, 2005).

Em se tratando de nível nacional, o portal de Olho no Estatuto do Desarmamento (2014) destaca que do total das pessoas que se hospitalizaram devido a lesões por PAF em 2002, 42% foram jovens da faixa etária de 15 a 24 anos. Neste grupo, as agressões estavam envolvidas em 63% dos casos. Os acidentes, entretanto, foram às principais causas de internação de crianças e adolescentes jovens (de 0 a 14 anos) com lesões por arma de fogo. As agressões lideram nos demais grupos etários. Ao versar sobre essa temática FERNANDES *et al* (2005 p. 28), enfatiza que:

Não existe bactéria, vírus ou veículo a motor que mate mais os jovens do Brasil do que o projétil de arma de fogo. Dos adolescentes de 15 a 19 anos que morreram em 2002, 39,1% foram vítimas de PAF. Em nove capitais brasileiras essa proporção chega a ultrapassar a metade dos óbitos. Nessas cidades, o adolescente homem morreu mais devido a lesões de arma de fogo do que por qualquer outra causa associada, seja ela doença, acidentes ou outras formas de violência. Em Vitória, por exemplo, 70% das mortes ocorridas entre esses meninos foram em consequência do uso de arma. A fase transitória de vida, entre a infância e a vida adulta, a impulsividade, a necessidade de experimentação e a sensação de invulnerabilidade, características inerentes aos jovens de maneira geral, associadas aos fatores já mencionados de baixa auto-estima e impotência, tornam a população de homens jovens a de maior risco para ser morta por arma de fogo. (FERNANDES *et al*, 2005 p. 28).

Ao discutirmos sobre os tipos de violência podemos destacar as que fazem parte dos crimes contra a vida conforme descreve o artigo 121 do Código Penal Brasileiro (2014). Os

homicídios apresentam características diferenciadas e, cada tipo de homicídio tem uma especificação e é passível de uma pena específica:

a) **Homicídio simples**

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

b) **Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

c) **Feminicídio** (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015).

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015).

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente

consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015).

I - violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015).

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015).

d) **Homicídio culposo**

§ 3º Se o homicídio é culposo: (Vide Lei nº 4.611, de 1965).

Pena - detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003.

§ 5º Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977.

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio. Incluído pela Lei nº 12.720, de 2012.

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: Artigo Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015.

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; Incluído pela Lei nº 13.104, de 2015.

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima. Esse foi incluído pela Lei nº 13.104, de 2015.

e) **Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio**

Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único - A pena é duplicada:

Aumento de pena

I - se o crime é praticado por motivo egoístico;

II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

Infanticídio

Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

Pena - detenção, de dois a seis anos.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesmo ou consentir que outrem lhe provoque:

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém à morte.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico. (CODIGO PENAL, 2014).

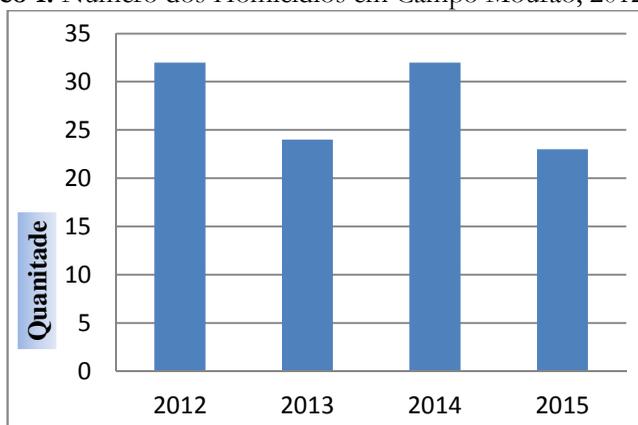
No presente estudo atentamos para os homicídios qualificados ocorridos no espaço urbano de Campo Mourão. Os dados foram obtidos com as entrevistas realizadas com o repórter especializado no assunto no Jornal Tribuna do Interior e com a escritã da Policia Civil de Campo Mourão. Nessas entrevistas foram coletadas informações sobre os homicídios ocorridos no espaço temporal entre 2012 a 2015. As principais variáveis obtidas foram a quantidade de ocorrências de homicídios, locais onde ocorreram os crimes, faixa etária e sexo das vítimas, além dos meses de ocorrência desse crime. Com tais dados foi possível realizar o mapeamento e a distribuição dos homicídios no espaço urbano de Campo Mourão.

A violência urbana em Campo Mourão: mapeamento de homicídio qualificado

A cidade de Campo Mourão encontra-se na mesorregião Centro Ocidental Paranaense, sua população estimada em 2015 de acordo com os dados apresentados pelo IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, totalizava 92.930 habitantes. O IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi de 0,757 e a taxa de urbanização de 94,84% (IBGE, 2010).

De acordo com os dados disponíveis no gráfico 1, os índices de homicídios em Campo Mourão no período de análise passou por oscilações. No ano de 2012 foram registrados trinta e três vítimas (32 no espaço urbano e 1 no espaço rural). No ano seguinte ocorreu uma pequena queda, sendo essa estancada no ano posterior no qual os números voltaram a subir. No ano de 2015 notou-se novamente uma queda no número das ocorrências. A média para o período foi de 27,7 homicídios por ano e 30,7 homicídios por grupo de 100.000 habitantes.

Gráfico 1: Número dos Homicídios em Campo Mourão, 2012 -2015.



Fonte: Jornal Tribuna do Interior, 2016.
ORG. Por: ANDRADE, Ezequiel

Com base na análise do gráfico é possível perceber que os anos de 2012 e de 2014 foram marcados por um maior número de homicídios na cidade. O elevado número de homicídios está relacionado, segundo entrevista realizada na Delegacia da cidade, com o crescimento no número de usuários de drogas. Segundo informações obtidas na entrevista em torno de 98% dos homicídios ocorridos no período estão relacionados com o tráfico de drogas, especialmente com as rixas entre grupos rivais que lutam pelo comando do tráfico na cidade. A maioria destas mortes é de jovens que se encontram na faixa etária de 20 a 29 anos.

Os homicídios são maiores no grupo do sexo masculino, conforme apontou a entrevista com a escrivã. De acordo com os dados obtidos no Jornal Tribuna do Interior, dos 111 homicídios ocorridos na escala temporal da pesquisa (2012-2015), apenas 12 (doze) foram de mulheres.

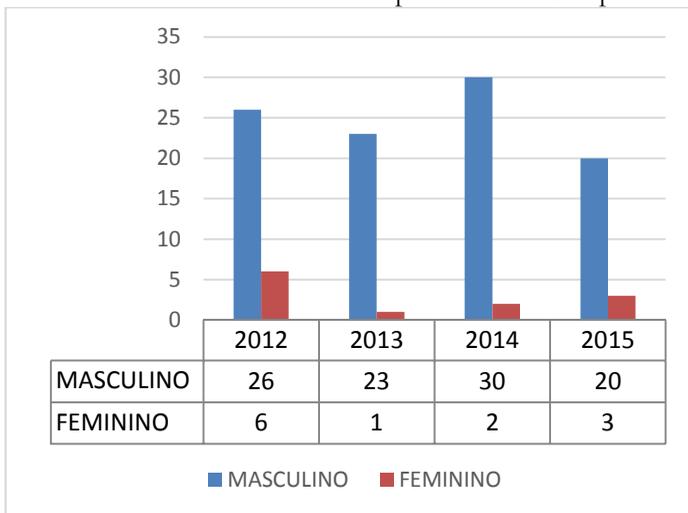
Os dados obtidos no Brasil revelaram que “Essas taxas de homicídios enormemente díspares entre ambos os sexos está originando um forte desequilíbrio demográfico na distribuição por sexo da população, principalmente a partir dos 20 anos de idade”. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2011, p.61).

Um estudo divulgado no ano de 2009 pelo Ministério da Saúde-Datasus, que leva em consideração o gênero e a idade, destacou que dos 51.434 homicídios contabilizados em 2009 no Brasil, 47.109 foram praticados contra homens, ou seja, 91,6% do total. Apenas uma pequena parte (8,3% ou 4.260 mortes) atingiu as mulheres.

Conforme os dados disponíveis no gráfico 2, o número de vítimas mulheres em Campo Mourão foi pequeno e, na maioria dos anos, não chegou a 10% do total de vítimas. O ano de 2012 foi considerado, segundo a escrivã da Polícia Civil, um ano atípico, pois dos 32 homicídios que ocorreram na área de estudo, 26 vítimas eram do sexo masculino e 6 vítimas do sexo feminino, o que representa uma taxa de quase 20% das vítimas do sexo feminino.

No presente estudo também foi possível analisar a faixa etária das vítimas de homicídios em Campo Mourão. A variável das idades observadas no estudo evidencia que a cidade está inclusa na realidade brasileira, na qual os dados comprovam que nesse tipo de violência quem mais perde a vida são os jovens.

Gráfico 2: Número dos Homicídios por Sexo em Campo Mourão



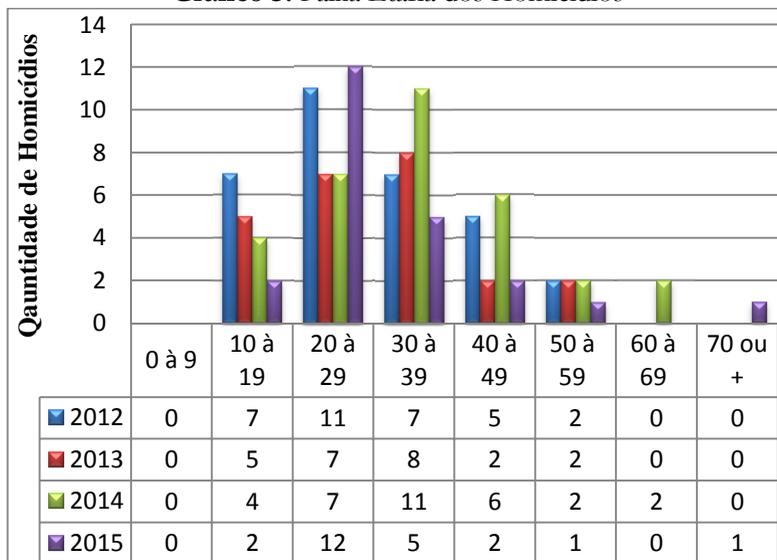
Fonte: Jornal Tribuna do Interior, 2016.
ORG. Por: ANDRADE, Ezequiel

Ainda no tocante à faixa etária, em recente estudo divulgado pelo Instituto Avante Brasil (2012), podemos perceber que o país adota um padrão internacional relacionado a fatores sociais e históricos, no qual são considerados jovens os indivíduos com idade entre 15 a 29 anos, sendo considerados “adolescentes-jovens” aqueles que têm entre 15 e 17 anos, “jovens-jovens” aqueles com idade entre 18 e 24 anos e os “jovens adultos” os que têm entre 24 e 29 anos. Dessa forma, os jovens, assim considerados pela Secretaria Nacional da Juventude, são os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos e representaram 54% do total de homicídios ocorridos em todo o território nacional.

Com o intuito de apresentar os dados referente a faixa etária das vítimas de homicídios na cidade em estudo, elaboramos o gráfico 3 que foi dividido em 8 classes de idades, de 0 a 70 anos ou mais. Com a divisão fica perceptível que apesar de Campo Mourão ser uma cidade de médio porte, os dados em nada diferem dos apresentados nas grandes cidades e, **a faixa etária**

de 20 a 29 anos designada pela Política Nacional da Juventude como “jovens adultos”, foi a mais atingida, seguida pela faixa etária de 30 a 39 anos.

Gráfico 3: Faixa Etária dos Homicídios



Fonte: Jornal Tribuna do Interior, 2016.
ORG. Por: ANDRADE, Ezequiel

Ao versarmos sobre a variação das ocorrências de homicídios de acordo com os meses do ano, ficou evidente que as ocorrências variaram de um ano para outro. Na somatória de todos os anos, os meses em que mais ocorreram homicídios foram janeiro (15 vítimas), setembro e novembro (11 vítimas). O mês com menor número foi agosto (6 vítimas). Os dados estão disponíveis na tabela 1.

Para realizar o mapeamento das informações sobre os bairros onde ocorreram os homicídios foi utilizado o *software philcarto*, isso levando em consideração os índices registrados de homicídios no recorte temporal.

Tabela 1: Número de homicídios por Mês - 2012 a 2015

Mês de ocorrência	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Janeiro	6	2	4	3	15
Fevereiro	2	1	0	6	9
Março	0	4	4	0	8
Abril	4	2	3	1	10
Maiο	1	3	1	2	7
Junho	0	0	5	4	9
Julho	2	4	2	1	9
Agosto	2	2	1	1	6
Setembro	2	3	4	2	11
Outubro	4	0	4	0	8
Novembro	5	1	2	3	11
Dezembro	4	2	2	0	8

Fonte: Jornal Tribuna do Interior (2016).

Adaptado por: ANDRADE, 2016.

Os dados do ano de 2012 evidenciam que os bairros com maior ocorrência de homicídios foram o Centro (05 vítimas) o Lar Paraná (04 vítimas) o Jardim Aeroporto e a Vila Cândida (03 vítimas), os Jardins Cidade Nova, Alvorada, Vila Guarujá e Conjunto habitacional Mendes (02 vítimas), seguidos pelos demais bairros conforme atesta a figura 1. Porém, o local dos homicídios não corresponde com o local de residência da vítima, pois, conforme relatos obtidos através de entrevistas com o repórter especializado no assunto foi verificado que muitas das vítimas foram alvejadas longe do local onde residiam.

Ao analisarmos os dados referentes ao ano de 2013, os índices de homicídios apresentaram uma ligeira queda (de 32 mortes em 2012 para 24 em 2013), o que significa uma redução de 25%. Porém, assim como em 2012, os bairros com maior

incidência de homicídios continuaram sendo o Lar Paraná (4 vítimas), o Centro (3 vítimas), o Jardim Aeroporto (2 vítimas) e o Jardim Urupês (2 vítimas) que não havia entrado nas estatísticas do ano anterior, seguido pelos demais bairros conforme a figura 2.

No ano de 2013 o Lar Paraná apresentou a mesma quantidade de homicídios do ano anterior e no Centro ocorreu uma redução de 40%. Analisando a figura 2 fica evidente a mudança de ocorrências de homicídios em alguns bairros, ou seja, a uma diversificação do local de ocorrências, pois alguns bairros em que foram registrados homicídios em 2013, não foram registrados no ano anterior.

No ano de 2014 ocorreu crescimento no número de vítimas. Os números desse ano se iguaram aos registrados em 2012, totalizando 32 vítimas. Se compararmos com o ano de 2013 houve um aumento de aproximadamente 34% no número de vítimas. Com relação à distribuição dos homicídios por bairros, conforme aponta a figura 3, observamos uma linha ascendente no Centro com o aumento de 50% de um ano para outro (2013 para 2014) com a elevação dos números das vítimas de 3 para 6. Já o Lar Paraná fez o caminho inverso e registrou queda de 25 % no mesmo período, saindo de 4 para 3 vítimas. Outros bairros que voltaram a figurar entre os mais violentos foram o Jardim Cidade Nova (3 vítimas) e o Jardim Aeroporto e Vila Carolo (2 vítimas). A novidade está no aparecimento do Parque das Acácias entre os bairros com maior ocorrência com 3 vítimas. Ao realizarmos a somatória de todos os bairros que registraram 1 vítima, verificamos que correspondem a 50% do total das ocorrências, número esse considerado preocupante em virtude da maior espacialização na ocorrência dos homicídios.

O ano de 2015 registrou o menor número de ocorrências de homicídios no período estudado totalizando 23 vítimas. No que tange a distribuição espacial por bairros de ocorrências, temos o Centro como o local mais violento (9 vítimas), o Jardim Cidade Nova (3 vítimas) e o Lar Paraná (2 vítimas) conforme visualização disponível na figura 4. Do total de homicídios ocorridos nesse ano, aproximadamente 61% deles ocorreram nesses três bairros e, a somatória dos números restante chegou a 9 vítimas, demonstrando maior concentração no lugar de ocorrência dos homicídios.

Considerações finais

A análise dos dados e o mapeamento possibilitou a espacialização dos bairros onde ocorreram os homicídios em Campo Mourão durante os anos de 2012 até 2015. Os 5 bairros mais violentos – utilizando como parâmetro os homicídios qualificados – são o Centro da cidade com um total acumulado durante o espaço temporal da pesquisa de 23 vítimas, seguido pelo Lar Paraná com 13 vítimas, Jardim Cidade Nova com 9 vítimas, Jardim Aeroporto com 7 vítimas e a Vila Cândida e a Vila Guarujá com 4 vítimas cada.

Das 111 vítimas registradas no período de realização do estudo, 99 eram do sexo masculino. O fato evidencia que a cidade segue os mesmos padrões nacionais no qual a maioria das vítimas de homicídios são homens. Outro fator relevante detectado foi a faixa etária jovem da maioria das vítimas, com destaque para a faixa entre 20 a 29 anos seguida pela faixa etária de 30 a 39 anos. As informações deixam claro que são os jovens do sexo masculino os mais expostos. São necessárias medidas urgentes para reverter o quadro instalado, o que requer a participação da população e do poder público.

A pesquisa também verificou que houve uma grande disparidade na distribuição espacial dos homicídios. Ficou nítida a existência de padrões de concentração espacial em alguns bairros (Centro e Lar Paraná) e dispersão. Outra variável

identificada na pesquisa está relacionada aos meses de maior ocorrência com destaque para janeiro, setembro e novembro, porém, fica evidente na pesquisa que houve registros de homicídios em todos os meses do ano.

Os indicativos da pesquisa levam a conclusão de que a cidade de Campo Mourão acompanha a tendência nacional nos homicídios qualificados. Apesar de ter ocorrido certa oscilação nos números dos homicídios, não se pode afirmar que as ocorrências deste crime estão diminuindo. Na pesquisa foi levado em conta apenas os homicídios, tendo sido deixado de lado as tentativas de homicídio, que conforme apontou a escritã estão causando sérios problemas.

As análises realizadas evidenciaram que os homicídios foram altamente concentrados no espaço e que possuíam uma grande associação com o tráfico e uso de drogas. O aumento da violência urbana, independente de sua tipologia, preocupa a todos, porém é necessário que toda sociedade se envolva em ações capazes de minimizar os impactos fortemente negativos. A violência deve ser combatida e não ser mitificada como algo que não pode ser vencido. Acabar com a violência é uma utopia, mas diminuir os índices é possível e deve ser uma meta a ser atingida.

Referencias

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n 8, jul-dez 2002, p. 84-135.

CERQUEIRA, D. R. C. **Causas e Consequências do Crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

CODIGO PENAL BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 28 dez. 2015.

DUTRA, V. M. **Reformas, Sociais e Econômicas Inspiradas na Ética Bíblica**. Vitória, 2005.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2009.

FERNANDES, R. C.; *et al.* **Brasil**: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7letras, 2005.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. a. I, n. 1, jul., 2009.

KAWAMOTO, M. C. R. Aspectos da violência. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2714, 6 dez., 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17976>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PHEBO, L. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, R. C.; *et al.* **Brasil**: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7letras, 2005.

PORTAL. **De olho no estatuto do desarmamento**. Disponível em: <<http://www.deolhonoestatuto.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SILVA, L. A. M. da. **Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100004>. Acesso em: 10 out. 2015.

WASELFISZ, J. J. **Os Jovens do Brasil**: mapa da violência 2011. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2011.php>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2007**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/mapa_2007.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

WASELFISZ, J. J. **Homicídios e Juventude no Brasil**: Mapa da Violência 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude>. Acesso em: 15 out. 2015.

WASELFISZ, J. J. **Os Jovens do Brasil: Mapa da Violência 2014**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php>. Acesso em: 15 set. 2015.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista da Fundação SEADE**, São Paulo, v. 13, n. 3, 2000, 3-17p.

ZEQUIN, M. A.; CARVALHO, M. S. de; **Violência em Londrina: Mapeamento Dos Homicídios Ocorridos Na Área Urbana**. 2005. Disponível em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/60.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

Capítulo 10

Uma contribuição para o debate sobre o planejamento estratégico de cidades: o caso de Maringá (PR)¹⁷

Ricardo Luiz Töws
Cesar Miranda Mendes

Introdução

O planejamento urbano vem sendo justificativa ao *marketing* urbano, ao empreendedorismo urbano ou empresariamento urbano, com uma roupagem nova denominada como planejamento estratégico de cidades, fruto do modelo neoliberal que atinge as cidades, frente ao processo de globalização econômica, que em seu cerne está a produção da cidade do espetáculo na sociedade do espetáculo (DEBORD, 2003). Na análise sobre o planejamento urbano de Maringá PR, buscamos compreender ou apreender se os grandes projetos urbanos que são pensados e executados na cidade estão vinculados ao modelo

¹⁷ Esta investigação é parte de pesquisa de doutorado com financiamento da Capes.

que já alcançou diversas cidades do mundo, ora por atração de megaeventos, ora como justificativa para ‘requalificar’, ‘reurbanizar’ ou dinamizar o desenvolvimento urbano por meio de intervenções e realização de grandes projetos urbanos. Para essa compreensão, partimos do objetivo de analisar o planejamento estratégico e a produção do espaço urbano em Maringá, para entender a lógica dos grandes projetos urbanos e, conseqüentemente, da produção da cidade para a reprodução ampliada do capital.

Portanto, selecionamos um dos grandes projetos urbanos que estão sendo pensados pelos grupos hegemônicos, denominado Projeto Eurogarden, cuja idealização e representação têm causado diversos impactos sobre a terra, no sentido de valorização, especulação e produção do espaço urbano. O texto está dividido em duas partes, sendo a primeira relacionada ao debate teórico em torno dos grandes projetos urbanos e do planejamento estratégico de cidades e a segunda, pautando a análise empírica dos principais elementos relacionados ao Projeto Eurogarden em Maringá.

Planejamento estratégico e os grandes projetos urbanos

Com o advento do neoliberalismo no início da década de 1970, economia e política transformaram-se para atender uma nova lógica pautada principalmente nas demandas mercadológicas e na privatização de serviços públicos, em detrimento do chamado *Welfare State* e dos agentes sociais presentes nas cidades (BRANDEMBURG; CHIMENEZ, 2013). Para as autoras, a reestruturação do modelo econômico mundial e sua relação com a política dos Estados proporcionou mudanças nas mais variadas esferas de atuação e, no âmbito das cidades, “deu início a uma nova fase do Urbanismo¹⁸ e a um novo modo

¹⁸ Não podemos confundir “Urbanismo” com “planejamento urbano”, ainda que as referências pareçam utilizá-las como iguais. Marcelo Lopes de Souza (2011) dá importante contribuição ao afirmar que “O Urbanismo pertence, de fato e de direito, essencialmente, à tradição do

de pensar, projetar e gerir as cidades” (BRANDEMBURG; CHIMENEZ, 2013, p. 02) que, de acordo com Ascher (2004) foi denominada de Terceira Revolução Urbana Moderna. “No interior dessa nova fase que o conceito de grandes projetos urbanos se insere” (BRANDEMBURG; CHIMENEZ, 2013, p. 02).

De acordo com Ascher, o urbanismo moderno definiu um programa de longo prazo para a cidade e estabeleceu os princípios de organização espacial (como planos diretores, por exemplo). Os planos e esquemas tinham a intenção de controlar o futuro, para reduzir a incerteza, para fazer um projeto juntos (ASCHER, 2004, tradução nossa).

Para o autor, esse novo urbanismo depende de uma gestão mais pensativa, adaptada a uma sociedade complexa e um futuro incerto. Desenvolve vários projetos de natureza variada, tenta ser uma gestão coerente. O planejamento estratégico tem como foco o projeto para implementação conjunta e leva em conta os eventos práticos que ocorrem, a evolução, mudanças à frente, revisando, se necessário, os objetivos definidos ou meios dispostos no início para completá-lo (ASCHER, 2004, tradução nossa).

Torna-se uma gestão estratégica urbana que integra a crescente dificuldade de reduzir a incerteza e a possibilidade de forma aberta, democrática e marcada pela aceleração da nova sociedade de economia. A pontuação base articula, a curto e longo prazo, a grande e a pequena escala, os interesses gerais e particulares. É tanto tempo estratégico, pragmático e oportunista (ASCHER, 2004, tradução nossa). Mas o projeto não é apenas um projeto acompanhado por um *design*. É uma ferramenta cuja produção, expressão, desenvolvimento e implementação mostra

saber arquitetônico. (...) Planejamento urbano (...), sugere, por conseguinte, um contexto mais amplo que aquele representado pelas expressões Urbanismo e Desenho Urbano” (p.56-8). Para a compreensão sobre as diferentes abordagens na Alemanha, França e no mundo anglo-saxão, sugerimos a leitura da obra Mudar a Cidade, do referido autor.

as possibilidades e as limitações impostas pela sociedade, os partidos de oposição, lugares, circunstâncias e eventos. O projeto é tanto analisador e ferramenta de negociação.

É importante lembrar que a corrente adotada neste texto refere-se ao planejamento estratégico, ainda que busquemos autores de outras correntes, pois acreditamos nas palavras de Jacques (2009), para quem:

O processo de espetacularização urbana está cada vez mais explícito e sua crítica já se tornou recorrente no meio acadêmico, mesmo que muitas vezes com outros nomes: cidade-cenário, cidade-museu, cidade genérica, cidade-parque-temático, cidade-shopping, em resumo: cidade-espetáculo. Correntes urbanas aparentemente distintas como o planejamento estratégico, o new urbanism, o urbanismo extra large ou o urbanismo corporativo, chegam a um mesmo resultado: a mercantilização espetacular das cidades, o que pode ser visto como um pensamento hegemônico, único ou consensual (JACQUES, 2009, s/p.).

Para Harvey (2014),

[...] o interesse que o capital tem na construção da cidade é semelhante à lógica de uma empresa que visa ao lucro. Isso foi um aspecto importante no surgimento do capitalismo. E continua a ser. Após Segunda Guerra, por exemplo, os Estados Unidos construíram os subúrbios de uma maneira muito rentável. O que temos visto, nos últimos 30 anos, é a reocupação da maioria dos centros urbanos com megaprojetos. Muitos desses projetos associam a urbanização ao espetáculo. E fazem um retorno à descrição de Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo. Faz todo sentido na diretriz da realização dos megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. O capital precisa que o Estado assegure essa dinâmica. Assim, pode usar esses eventos como instrumentos de investimentos e mais lucratividade (HARVEY, 2014, s/p.).

Lembramos que o planejamento estratégico é fruto desse novo significado e dessa nova reformulação do próprio planejamento urbano, em que a cidade passa a ser vista como uma empresa que deve ser administrada nos moldes do empresariamento e das *políticas urbanas competitivas*, para utilizar o conceito de Vainer (1998). Compans (2005) e Harvey (em várias de suas obras) o denominam de empreendedorismo urbano. O empreendedorismo é fruto da abertura econômica, do neoliberalismo econômico e daquilo que já elucidamos como processo de globalização. Assim, consideramos que é mais um dos capítulos das formas de acumulação e reprodução do capital. Novais (2010) confirma que o termo planejamento estratégico “permite fazer referência à internacionalização da economia – em um contexto de hegemonia do capital financeiro e do acirramento da concorrência intercapitalista – e suas consequências” (NOVAIS, 2010 p. 23).

A referência à empresa também foi fundamental na concepção e afirmação do planejamento estratégico em cidades. A óptica que assinalava a abrangência planetária da empresa contemporânea, ao ser adotada no planejamento de cidades, demandava que as unidades urbanas fossem concebidas em relação de concorrência (NOVAIS, 2010, p. 28).

Para o autor, no setor de onde foi trazido, ou seja, o setor privado, o modelo envolve ajustes organizacionais (ambiente interno) com o objetivo de enfrentar a crescente competição e a entrada de novos concorrentes (ambiente externo). No setor público mantiveram os mesmos parâmetros, nos quais se buscava identificar as forças e os agentes em condição de agir na conjuntura de instabilidade do próprio processo de globalização (NOVAIS, 2010).

Para o referido autor, há uma mudança de foco na própria forma de gestão, quando afirma que a falência do convívio entre estratos sociais (como sugerem expressões como cidade partida e

duality) não é um problema ou um ponto fraco para a formulação estratégica.

Pelo contrário, se antes apoiava-se para a necessidade de compensar desequilíbrios sociais, com as políticas competitivas, dirigidas para as camadas de maior renda, pode-se presumir que o aumento das disparidades seja desejado. Em outras palavras, o que era considerado uma situação a evitar converteu-se em objetivo a perseguir¹⁹ (NOVAIS, 2010, p. 29).

Essa postura legitima a necessidade de criação de uma imagem da cidade a partir de projetos específicos, cujo mote é mostrar uma cidade que possa competir com outras cidades como espaço empresarial. Portanto, para que isso ocorra, é necessário ignorar a existência dos problemas urbanos ou trazê-los como justificativa para se criar uma nova imagem de cidade, a partir de grandes projetos urbanos.

É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Mariana Fix (2001, 2007), que demonstra a expansão imobiliária sobre áreas específicas que, nas palavras de Maricato (2001, p. 9) “tratava-se, de fato, de expulsar os pobres para longe, mesmo se considerarmos que parte deles tinha o direito ao usucapião sobre a terra (de propriedade privada) ocupada há mais de 20 anos” e, no lugar, a construção de megaprojetos, torres de escritório, hotéis, casas de espetáculo, shopping centers e complexos de uso

¹⁹ O autor demonstra o caso de Vitória (ES), em que em seu plano é afirmado que, no melhor dos cenários possíveis a cidade será o lugar de “moradia da população de renda mais elevada da Região metropolitana” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA). Vitória do futuro: plano estratégico da cidade: 1996-2010. Vitória: José Antonio Martinuzzo, 1996, p.69; ver a respeito Lima Junior, 1999; Citado por Novais (2010, p.29). O mesmo quadro pode ser interpretado na realidade de Maringá (PR), sobretudo a partir das reflexões da tese de Rodrigues (2004), cujo título já sugere a exposição: “A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá”.

misto, que reproduzem, em escala modesta, um *skyline* que mimetiza os centros de comando, como Londres e Nova York, dentro da cidade de São Paulo, mais especificamente, na Marginal Pinheiros (FIX, 2007).

Ações desse tipo enaltecem a gestão, como propulsora e produtora de uma cidade competitiva. Através do *City marketing* (SÁNCHEZ, 1999), viabilizam um enfoque empresarial para a cidade e a colocam no circuito da competitividade. Nossas cidades, nesse modelo, passam a ser vistas como locais competitivos, de investimentos de capitais (sobretudo imobiliário) e de grande rentabilidade para o mercado.

Portanto, “a competição entre cidades e as novas regras de convivência entre o público e o privado passam a ser condições para o planejamento estratégico urbano” (MORO Jr., 2007, p.46). No entanto, como sugere o autor, a previsão de suas ações a longo prazo são inconsistentes, pois desconsidera os conflitos de classes existentes na cidade.

O próprio planejamento urbano não contempla interfaces com a totalidade dos grupos de pressão envolvidos na produção e apropriação do espaço urbano, não se aprofundando nos diferentes conflitos existentes no território urbano, sendo que as ideias apresentadas traduzem em espaço a ideologia dominante (MORO Jr., 2007, p. 47).

Em outras palavras, tal ação gera alienações sociais que são tornadas espaciais. Os projetos são apresentados como se fossem propostas de expansão empresarial, cujo objetivo é a negociação nas diversas esferas de atratividade e reprodução do capital, seja em escala local, regional, nacional ou global, com o intuito de mistificar a cidade como um aparelho de gestão eficiente que consegue atrair o desenvolvimento. De fato, existe um desenvolvimento, mas acompanhado de adjetivações como econômico, por exemplo, que desconsidera a maior parte dos indivíduos e suas classes na cidade. Uma contribuição sobre as formas de desenvolvimento são trabalhadas por Souza (2011).

Em São Paulo, por exemplo, Whitacker Ferreira (2007), traz uma contribuição significativa, ao mostrar que a produção imobiliária na Marginal Pinheiros tinha como objetivo lançar a cidade de São Paulo como cidade-global. Na verdade, a “cidade-global” vem sendo difundida – pelos governos, mídia e nas universidades – como o único modelo urbano capaz de garantir a sobrevivência das cidades no “novo” contexto da “globalização econômica”. O objetivo do autor foi desmistificar o conceito para a cidade, pelo entendimento do papel da ideologia na produção do espaço urbano. A explanação de Villaça (2007) na apresentação do referido trabalho explica o seguinte:

Tal ideologia se propõe a ocultar um processo social e real e assim facilitar a dominação, tornando-a mais palatável e aceita pelos dominados. O que, em São Paulo e no Brasil, nossa burguesia pretende ocultar, adotando (dentre outras, como a já mencionada do plano diretor) a ideologia da globalização? O empenho em promover São Paulo a cidade global está associado à ideia de esconder suas misérias e injustiças. Trata-se de destacar a Marginal Pinheiros/Berrini como meio de ocultar a São Paulo miserável, injusta e atrasada. Um dos setores que mais se empenha nessa ocultação, para tanto se utilizando do espaço urbano, é o setor imobiliário [...]. Com efeito, este é o setor da economia que maior interesse tem no espaço urbano. Por isso, é o setor que mais se empenha em promover e aproveitar-se da segregação urbana, uma vez que essa oferece a ele notáveis ganhos de aglomeração. A segregação é uma manifestação da injustiça, da desigualdade e da dominação [...]. A região da Marginal Pinheiros/Berrini, em São Paulo, se de um lado não pode ser entendida sem se entender a segregação urbana, do outro é utilizada por nossa classe dominante para promover a ideologia da globalização em São Paulo e no Brasil e, através desta, facilitar a dominação (VILLAÇA, 2007, p. 13).

Tais trabalhos mostram como a incorporação do planejamento estratégico²⁰ pelas cidades, com o objetivo de inserir grandes projetos urbanos levam em conta apenas interesses econômicos e funcionais que são revestidos de uma simbologia própria da “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 2003). Imbuída e armada de conceitos e estratégias do processo de globalização, cuja esteira de explicação está o processo neoliberal, partes da cidade são vistas como distinção para receberem investimentos do capital na produção de projetos. A elite política, para utilizar a ênfase de Deák, que tem habilidade na gestão, justifica um novo projeto como se isso fosse algo excepcional de sua competência e gestão.

Elaboram projetos com possibilidades de representação, como se fossem *stands* para vendas. Na verdade, o objetivo é exatamente esse, ou seja, o de divulgar para as grandes corporações com o intuito de firmar uma nova modalidade legal, digamos de passagem, de parceria público-privada. A dimensão da criatividade nos projetos é apresentada como uma grande força. A publicidade como outra força. A utilização dos meios de comunicação e instrumentos de massa são utilizados na perspectiva ideológica e do convencimento. Tais fatores

²⁰ Embora Ferreira (2007) aborde em sua pesquisa sobre São Paulo a discussão de planejamento estratégico e *marketing* urbano, ele aponta de forma incisiva que [comparando o planejamento estratégico adotado em Barcelona com suas possíveis variantes em São Paulo] “o significativo crescimento da Espanha no bojo da União Europeia a partir dos anos 80, faz com que sejam absolutamente impossíveis quaisquer comparações entre o modelo lá adotado e aqueles que podem vir a ser utilizados no Brasil. (...), Tratam-se de realidades sociais absolutamente diversas e, (...) como ocorre com o conceito da “cidade-global”, o problema aqui discutido não se prende tanto às formulações em si, nem às bases empíricas originais (Barcelona, para o planejamento estratégico, e Nova York, Londres e Tóquio para as cidades-globais), **mas à sua transferência para a realidade urbana de outros países**, no que acaba se tornando um instrumento ideológico de difusão de alguns preceitos urbanísticos de perfil nitidamente liberal (FERREIRA, 2007, p. 117). [Grifo do Autor].

consubstanciam em elementos de representação. Se o projeto não for incorporado ou se tiver que passar por modificações, não há problema, uma vez que a representação já se encarregou de legitimar uma área da cidade para investimentos e, logicamente, contribuir para a valorização fundiária e imobiliária.

Tal valorização geralmente tem um *plus* legitimado pelo próprio Estado, que se encarrega da expulsão de moradores indesejados (para exemplificar o trabalho de Fix, 2001) ou dotar áreas em pousio social de infraestrutura e aportes legais. Em outras palavras, preparar o local para investimentos do mercado imobiliário.

É necessário resgatar que o planejamento estratégico surgiu nos Estados Unidos. “Harvard foi o lugar onde a sistematização da abordagem estratégica – para a empresa e para o setor público – alcançou maior reconhecimento” (NOVAIS, 2010, p.50). De acordo com o autor, as ideias advindas de Harvard resultaram no primeiro plano estratégico de cidades, o de São Francisco. O autor explica que o termo estratégia advém da ideia de gestão da guerra e entra nos negócios a partir do acirramento da concorrência comercial. Novais (2010) coloca que o acirramento da concorrência comercial,

resultante da maior participação de países recentemente industrializados no mercado internacional, conjugado ao agigantamento das grandes companhias, constituem alguns aspectos que configuraram a conjuntura na qual foi ampliado o alcance do conceito de *estratégia* e seu uso nos negócios. A autonomia do termo em relação ao seu emprego original foi facilitada por elementos de correspondência entre a atividade bélica e industrial. Como aquela, esta demanda um amplo espectro de técnicas, métodos, enfim, de táticas relacionadas à produção e à distribuição (NOVAIS, 2010, p. 55).

O conceito ganha grande importância no mundo empresarial naquele país a partir da consolidação da ideia de “estratégia nos negócios” (NOVAIS, 2010). Para o autor, o

conceito prosperou no dinâmico mercado de ideias em administração de empresas que foi incorporado no meio intelectual. Com a evolução conceitual na área²¹, o planejamento estratégico passou para o setor público, no entanto, encobrindo as diferenças significativas entre os dois setores. Resumindo, para Moulaert *et al.* (2002) essa passagem para o poder público advém da nova forma de atuação do Estado que se dá muitas vezes pela consecução de grandes projetos de desenvolvimento urbano – GPDU's associado à iniciativa privada via inovações políticas, administrativas, financeiras, jurídicas e espaciais.

“A argumentação a favor da estratégia em organizações do setor público apresenta dificuldades cuja superação exige recursos lógicos variados, em geral imediatos” (NOVAIS, 2010, p.69). Tais recursos geralmente são projetos dotados de grande tecnologia para facilitar a representação com elementos de criatividade; “na transposição da estratégia para a cidade, [...] os meios tendem a ser mais sofisticados” (NOVAIS, 2010, p.69). Ou seja, além da representação, que é tornada elemento para fomentar a ideologia e o convencimento, na prática, os elementos transfigurados na paisagem denotam para materiais inovadores para justificar a intervenção.

Esses elementos são definidos como grandes projetos urbanos (GPUs) ou grandes projetos de desenvolvimento urbano (GPDU's) (MOULAERT *et al.*, 2002), ou ainda megaprojetos urbanos. Zaitter e Ultramari (2010) realizam um levantamento dos trabalhos publicados nos anais dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). O conceito de grandes projetos urbanos (GPUs), a partir dos levantamentos dos autores, denota para as seguintes características:

- “*Arquitetura Simbólica*: grandes projetos urbanos procuram, na maioria das vezes, adotar projetos arquitetônicos e urbanísticos que se deslínguam na paisagem e que sejam capazes de agregar visibilidade ao conjunto de ideias da revitalização” (ZAITTER &

²¹ Sugerimos a leitura do trabalho de Novais (2010)

ULTRAMARI, 2010, s/p.). Essas características já foram evidenciadas quando explicamos sobre os materiais inovadores. Para os autores,

a obra arquitetônica reveste-se de uma iconografia garantida por projeto eventualmente assinado por escritórios famosos e que contribuem por meio da propaganda do projeto de intervenção, para atrair investimentos privados e turistas para a cidade. Em determinados casos, servem-se da ousadia arquitetônica, consubstanciada em volumetrias, tecnologias e materiais construtivos inovadores como mais um instrumento de venda não apenas do projeto de intervenção urbana, mas de toda a imagem da cidade em que se insere (ZAITTER; ULTRAMARI, 2010, s/p.).

Os autores ainda trazem outras especificidades dos grandes projetos explanados nas produções levantadas junto à ANPUR que trataram o tema, como por exemplo, as características de ‘nova dinâmica econômica’, ‘impactos ambientais’, ‘preocupação com a população original’, ‘parceria público/privado’, ‘*city marketing*’, ‘integração com o planejamento municipal’, ‘espaços multifuncionais’, ‘revitalização espacial e participação comunitária’ (ZAITTER; ULTRAMARI, 2010), que são utilizadas nas explicações sobre os grandes projetos urbanos nas cidades brasileiras, ora de um ponto de vista crítico, ora de uma constatação.

Já Moulaert *et al.* (2002) utiliza o conceito de grandes projetos de desenvolvimento urbano (GPDUs) ou projetos de desenvolvimento urbano de larga escala, cuja conotação é idêntica e se refere aos mesmos projetos elencados pelos autores brasileiros, ainda que sua análise sugere que esses projetos visam o reposicionamento das cidades no mapa de metrópoles globalmente competitivas, conforme cita:

Changes in the urban polycy arena have paved the path for competitive redevelopment by means of a variety revitalization strategies (MOULAERT *et al.* 2000). In the

1990s, urban revitalization strategies, aimed at repositioning cities on the map of globally competitive metrópoles, strongly relied on the planning and implementation of large-scale urban Development Projects (UDPs) to lead economic regeneratins. These emblematic projects are non present all over the urban and regional landscape and are the material expression of a developmental logic that views them as major leverages for generating future growth and attracting investment capital and consumers²² (MOULAERT *et al.* 2002, p. 29-30).

Acreditamos que tais projetos são expandidos para outras escalas urbanas que estão sincronizadas ao processo de globalização e que visam o planejamento estratégico em seus espaços urbanos. Tal referencial permeia na hipótese de demonstrar que os projetos elaborados na cidade e que um deles é nosso objeto de estudo selecionado, possuem algumas das características acima arroladas. Um terceiro conceito que se funde aos mencionados, diz respeito ao conceito de megaprojetos. Para Fix (2007), os megaprojetos são:

torres ou conjuntos de edifícios de grande porte, de alto padrão, com acabamentos sofisticados e tecnologia de construção dita “avançada”, destinados a uso corporativo ou a mais de um tipo de uso (conjugando atividades de

²² Alterações na arena da política urbana abriram o caminho para a reconstrução competitiva por meio de uma variedade de estratégias de revitalização (Moulaert *et al.* 2000). Na década de 1990, as estratégias de revitalização urbana, visando o reposicionamento cidades no mapa de Metrôpoles globalmente competitivas, dependia fortemente do planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento urbano de larga escala (PDUs) para levar à regeneração econômica. Estes projetos não são emblemáticos presentes em todo o cenário urbano e regional, mas são a expressão material de uma lógica de desenvolvimento vista como as principais alavancas para a geração de crescimento futuro e atraindo investimentos de capital e consumidores [Tradução nossa].

escritórios, serviços, flats, hotéis, moradia, espetáculo, consumo, lazer etc.), com tendência à autossuficiência em relação à cidade e a seus espaços públicos (FIX, 2007, p. 13).

Este conceito incorpora os conceitos acima mencionados com suas características. Portanto, para a sequência da reflexão, utilizaremos os conceitos como sinônimos, na perspectiva do entendimento dessa nova modalidade e, digamos, dimensão ou tendência do planejamento urbano, denominado planejamento estratégico de cidades.

Ao apreendermos que os conceitos são utilizados pela academia na perspectiva de elucidar o planejamento estratégico nas cidades, verificamos que, a partir de Harvard, a primeira cidade que recebeu essa modalidade de planejamento, conforme mencionada Novais (2010), foi São Francisco, nos Estados Unidos (EUA).

O primeiro é um modelo mais formal que deriva da metodologia de planejamento estratégico concebido pela Harvard Business School, o modelo SWOT (*Strength, Weakness, Opportunities, Threats*), que MINTZBERG [1994] designa por '*design school*', tendo sido aplicado pela primeira vez à cidade de São Francisco, na Califórnia, em 1981. A experiência foi depois difundida e alargada a outras cidades americanas. Este modelo, muito identificado com os princípios fundadores que herdou da gestão empresarial, define um ciclo estratégico incorporando, como fases importantes, a implementação e os procedimentos de controlo e avaliação que realimentam o exercício de reflexão estratégica (ALEXANDRE, 2003, p 62).

Os novos espaços urbanos promovidos internacionalmente como roteiros globais são cada vez mais comuns e produzidos através de um discurso único: promessas aos cidadãos da recuperação de uma suposta vida local, dotando os espaços públicos de melhorias da infraestrutura, por intermédio de

projetos envolvendo alta tecnologia (TEOBALDO, 2010). Tais espaços são produzidos “por uma arquitetura espetacular e um urbanismo integrado aos padrões éticos e estéticos da mundialização” (SÁNCHEZ, 1999 apud TEOBALDO, 2010). Segundo Harvey (1992), há a substituição pós-moderna do espetáculo como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social. Nasce uma arquitetura do espetáculo para encenar lugares públicos, uma teatralização da vida pública (HARVEY, 1992), “característica trabalhada por Goffman, que considera que a análise dos indivíduos e suas relações sociais estão envolvidas pelo cotidiano, sendo o espaço a base que possibilita a conexão entre os diversos elementos” (TEOBALDO, 2010, p.139). Entretanto, essa nova arquitetura, na verdade, “exclui a primitiva população destes espaços regidos pelo poder político e pelos interesses corporativos, que se transformam em espaços semi-públicos, uma vez que o público deve pagar pelos serviços dos quais usufrui” (LIMA, 2004 apud TEOBALDO, 2010, p.139).

A exclusão se dá em troca da valorização do solo, através da arquitetura cenográfica utilizada como estratégia para atrair investimentos internacionais para o local que sofre a transformação cênica. Nesses locais, os espaços são apropriados através de novas atividades desconsiderando o antigo habitante, através de uma aparente recuperação de identidade local, ligada a elementos que alegoricamente fazem referência a alguma questão daquele espaço e que são sempre justificadas através de um ‘diálogo com a cidade’. O resultado alcançado traduz-se em paisagens urbanas repetitivas que podem ser encontradas em diversos locais espalhados pelo mundo, na América do Sul ou na Europa, ou mais especificamente, no Brasil ou em Portugal (TEOBALDO, 2010, p.139).

A autora ainda faz alusão à repetitividade e semelhança de planos com conteúdo e objetivos similares:

como exemplo, pode ser citada a proposta de revitalização do centro histórico do Porto, com aspectos tão semelhantes à intervenção realizada no Pelourinho em Salvador. Também podem ser citados os cais da cidade de São Francisco, na Califórnia, do Harbor Place em Baltimore, do South Street Seaport em Nova Iorque, ou Maremagnum em Barcelona ou Puerto Madero, na cidade de Buenos Aires. São esses os elementos disseminadores do plano estratégico: tecidos urbanos que se encontram, ou são denominados, como espaços degradados, sejam eles áreas portuárias, áreas industriais, ou áreas centrais abandonadas, porém com grande potencial de valorização. Tais áreas tornam-se refuncionalizados e “revitalizados” formando novos complexos de consumo e, conseqüentemente, ‘revitalizando’ também o mercado imobiliário desses mesmos locais (TEOBALDO, 2010, p.140).

Nesse cenário, os planos e projetos geralmente são justificados por algum evento, como ocorreu em Barcelona, a partir dos Jogos Olímpicos de 1992, que acabou se tornando modelo e a própria influência de um grupo de barcelonenses que acabaram sendo denominados como agentes na importação da abordagem estratégica para o Rio de Janeiro.

Atualmente, os megaeventos esportivos são utilizados como justificativas para a importação desse modelo de planejamento por diversas cidades brasileiras, como por exemplo, o planejamento estratégico em Recife, ilustrado por Nascimento (2013).

Já o que estamos chamando de planejamento estratégico para a cidade de Maringá, é resultado da intervenção do Estado, no nível municipal, bem como dos agentes vinculados a diversas entidades que elaboram planos de futuros que contemplam grandes projetos urbanos, como o Projeto Ágora, que foi totalmente alterado para a produção do espaço urbano no Novo Centro, o Projeto da Zona 10, o Eurogarden e o Parque Industrial, denominado de Cidade Industrial, dentre outros. Tais intervenções planejadas são implementadas a partir de uma

esteira ideológica, uma vez que as ações são realizadas pela gestão e pela classe dominante em nome do planejamento urbano e da imagem da cidade.

Como a reflexão é feita sob um olhar geográfico, então é necessário compreender como acontece o planejamento estratégico em Maringá e, para isso, selecionamos o projeto Eurogarden como objeto de investigação e análise.

Projeto Eurogarden como estratégia

A grande possibilidade da confirmação dos argumentos propostos no referencial teórico da pesquisa ocorre mediante a análise profícua de um projeto para a cidade de Maringá, que é uma proposta estratégica de planejamento, cuja atuação do Estado pode ser apreendida e suas ações verificadas e confirmadas, porém o projeto, do ponto de vista da construção civil e dos agentes envolvidos, não saiu do papel.

A área em evidência para a execução do projeto Eurogarden passou a ser objeto de especulação imobiliária a partir da desativação do Aeroporto Gastão Vidigal, à Leste do Centro Tradicional de Maringá, no ano de 2001. A desativação ocorreu devido à inauguração de um novo aeroporto, Silvio Name, no extremo Oeste do perímetro urbano.

Em um dos documentos elaborados para ser o Plano Diretor, que só foi aprovado, de fato, em 2006, há a seguinte observação:

Digno de comentário é o caso do Aeroporto Gastão Vidigal, que tornou-se subdimensionado quando o transporte aéreo regional começou a operar com aviões a jato, demandando terminais de passageiros maiores e pistas mais extensas. A urbanização ocorrida no entorno do mesmo, todavia, inviabilizou sua ampliação, fazendo com que, durante muitos anos, o transporte aéreo em Maringá ficasse restrito a aviões turbo-hélices de pequeno porte. Como tal limitação representava um entrave ao desenvolvimento da cidade, a Prefeitura e os governos do

Estado e da União decidiram construir um novo aeroporto, tendo escolhido, para esse fim, uma área de 70 alqueires situada à direita da saída para Campo Mourão (PR-317), a 9,0km do centro da cidade. Em 1993, após a aquisição da gleba pelo Município, iniciaram-se as obras da pista de pouso, *taxiways* e pátio de aeronaves, as quais foram concluídas em 1996, enquanto o terminal de passageiros, o terminal de cargas, o edifício do serviço contra incêndios, o pátio de aviação geral, o sítio de hangares e os respectivos acessos, foram concluídos no ano 2000. Com isso, o antigo Aeroporto Gastão Vidigal foi desativado, o que levou a Prefeitura Municipal a entabular negociações com a CMNP visando a sua urbanização, com o objetivo de eliminar a barreira representada pela sua pista de pouso nas ligações do centro com os loteamentos situados a leste do mesmo e com o setor sul da cidade de Sarandi, as quais ainda se encontram em andamento (MARINGÁ, 2002, p. 200).

De acordo com reportagem publicada no veículo de comunicação regional, o Jornal O Diário do Norte do Paraná, no dia 18/02/2011, há 10 anos da desativação da área, foi sinalizada uma possibilidade de ocupação da área:

Uma área de 54,3 alqueires - ou 1,314 milhão de metros quadrados – encravada na zona urbana de Maringá, avaliada entre R\$ 700 milhões e R\$ 1,1 bilhão, sem poder ser ocupada. Essa é a situação atual do terreno do antigo Aeroporto Gastão Vidigal, desativado há exatos 10 anos. A ideia original era transformar a área em um bairro residencial e abrir ruas e avenidas ligando as zonas 8 e 38, mas uma disputa judicial impede a ocupação desse vazio urbano. O Gastão Vidigal, que durante 50 anos serviu Maringá e região, foi fechado em 2001, porque estrangulava o desenvolvimento da cidade na região leste e não tinha como ser ampliado. Desde então, uma disputa envolvendo prefeitura, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e Ministério da Aeronáutica,

determinou que parte da área pertence à União e não pode ser loteada (PACHECO, 2011, p.01).

Antes da referida publicação, em pesquisa anterior (TÖWS, 2010), por meio de entrevista, identificamos que fazia parte do gabinete do planejamento, um projeto de ocupação da área. Naquele momento, quando o Secretário do Planejamento era Boeira, foi concedida uma entrevista que mostrou que as intenções estavam balizadas na produção de um Centro Cívico para a cidade, ao instalar, paralelamente à Avenida Gastão Vidigal, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em grandes lotes separados. A justificativa era de que havia a necessidade de "desafogar" o centro da cidade, sobretudo em termos de trânsito, uma vez que estavam detectados crescentes problemas relacionados ao congestionamento.

É sabido que uma estratégia deste porte é carregada de outros interesses, inclusive de valorização imobiliária, das áreas adjacentes ao projeto, bem como dos edifícios que seriam desocupados pelo poder público, que se localizam em áreas estratégicas. Tanto que a reportagem de Pacheco (2011) chama a atenção:

O que mais chama a atenção é o valor que poderia ser obtido se a área fosse loteada. Segundo imobiliáristas consultados pela reportagem, um terreno de 300 metros quadrados naquela região da cidade poderia ser comercializado entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil. "Num condomínio fechado, por exemplo, o valor se multiplica pela segurança e estrutura. Pode chegar a R\$ 500 mil. Até mais", explica o corretor André Gonçalves Santos. Outro profissional do ramo, Mario Becchi, preferiu não opinar sobre o valor. "Mas é fácil descobrir, basta consultar os sites das imobiliárias e ver a quanto estão sendo vendidos os terrenos naquela região", recomendou. Um cálculo pela média, sem considerar o arruamento e as áreas públicas (que segundo a legislação deve ter reserva de 35% do total), mostra que seria possível cortar o terreno em 4.380 lotes de 300 metros quadrados, o que renderia mais de R\$

1,1 bilhão. Descontadas as áreas públicas, um loteamento no local do antigo aeroporto teria 2.847 lotes, que vendidos pelo preço médio de R\$ 250 mil, renderia R\$ 711 milhões.

Enfim, naquele momento, tal perspectiva de projeto acabou, em parte, saindo do papel, uma vez que foi detectado, em trabalhos de campo, a construção de equipamentos urbanos do Poder Judiciário, como por exemplo, o Tribunal Regional do Trabalho, bem como, do Poder Executivo, daí aproveitando a estrutura do antigo aeroporto, da Secretaria de Transportes. No entanto, tais equipamentos ocuparam uma pequena área, considerando o tamanho da área passível de ser ocupada. Naquele momento, levantamos o questionamento sobre os impasses, conflitos, legislações e interesses que impediam um avanço, tanto em termos de estratégias, por parte do Estado, quando em termos de intervenção, por parte da iniciativa privada. Uma das justificativas, também expressadas pelo jornalista, é a de que, até 2011,

apesar do valor bilionário, a área não pode ser negociada, nem loteada. Uma sentença da Justiça Federal, em ação iniciada pela Organização Não Governamental (ONG) Associação de Estudos e Defesa do Contribuinte (Aedec), determinou a divisão do terreno em duas áreas: uma de 20 alqueires, na parte nordeste do antigo aeroporto, onde está instalado o antigo depósito do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e algumas chácaras, que já foram devolvidos à CMNP; e outra de 34,3 alqueires, destinados à União. Segundo o advogado Eli Pereira Diniz, representante da ONG, a área da companhia já foi negociada e atualmente pertence a uma empresa privada de Maringá, ligada a uma rede de supermercados. Esta parte está livre para ser loteada."O problema é que um loteamento ali não terá a valorização esperada porque a área da União não pode ser cortada. Seria como fazer uma ampliação do Jardim Bertioxa, do outro lado, que vale menos da metade", explica outro corretor, que preferiu não identificar, para

evitar polêmicas. "O terreno pertence a uma empresa poderosa. É melhor não aparecer, mas o problema lá é esse", concluiu.

Evidenciamos que, para além do processo judicial, haviam interesses expressos apenas no valor da renda da terra que poderia ser auferida a partir de uma intervenção privada. Uma vez que parte da área pode ser utilizada apenas pelo poder do Estado, deveria ser apropriada para a produção de equipamentos de consumo coletivo, institucionais e/ou, apenas equipamentos urbanos. Pela dimensão, localização e expressividade da área, poderia ser um cenário de implantação de grandes instituições de ensino públicas ou ainda, a produção de um centro cívico, em que encamparia a maioria dos equipamentos públicos da cidade. Tanto que, nos projetos de Boeira, mesmo ocupando uma área mínima frente ao grande espaço, bem como, estando imbricado no projeto intenções de valorização, havia a constante intenção de direcionamento para produção do respectivo centro cívico. Pacheco (2011) explica os conflitos:

De acordo com a decisão judicial, a área pertencente à União pode ser utilizada pelo município, mas apenas para a construção bens públicos. "Ali pode ser construído fórum, prefeitura, câmara de vereadores, praças. Não pode ser loteado nem vendido para a iniciativa privada. A área é da União, mas pode ser utilizada pelo município, desde que seja para próprios públicos", explica Diniz. Toda essa disputa judicial foi gerada por uma cláusula que a CMNP incluiu no contrato de doação da área, para o Ministério da Aeronáutica, em 1957. Pela cláusula – que fez parte de todos os contratos de doação da Melhoramentos – o terreno só poderia ser utilizado "para fins aeroportuários" e, caso mudasse a função, a área seria devolvida à companhia. **A cláusula frustrou a ideia original da prefeitura, de lotear a área, abrindo ruas e avenidas que ligassem as zonas 8 e 38.** "Essa região aqui seria muito valorizada se a área fosse loteada. Quando comprei aqui, diziam que ia virar centro. Ia ter

uma avenida bem aqui, cotando o antigo aeroporto", conta o mestre de obras José Candido da Silva, que mora no Jardim Bertioiga [Grifo Nosso].

Ainda que a reportagem carrega a ideologia de que o Estado tinha "boas intenções", quando demonstra a vontade de lotear para os moradores, em nenhum momento, nas entrevistas realizadas com o poder público, tais elementos foram levantados. Pelo contrário, ficou evidente o interesse de ocupar uma área que gerasse desenvolvimento para aquela parte da cidade, bem como, de alguma forma, gerasse mais-valia superior àquela que poderia ser gerada pelo loteamento.

Portanto, questionamentos como "quais interesses moveriam a vontade e persistência do poder público de apropriar-se da área?" ou ainda, a partir do projeto apresentado, "quais as justificativas que podem ser apresentadas para auferir uma área muito maior do que a apresentada no projeto?" Foram perguntas que, até aquele momento (2010) ficaram sem respostas, uma vez que não era possível identificar, sequer, o proprietário da "outra parte". Como foi arrolado anteriormente, "o terreno é de uma empresa poderosa que não podia ser identificada para evitar polêmicas".

Tal fato aflorou, em 2012, tendo em vista que a administração estava chegando ao fim e, no caso de uma alteração no governo, as intenções que ainda não haviam sido trazidas à tona, poderiam minar ou ter suas estratégias modificadas. No mesmo ano, ao realizar entrevistas com o Secretário do Planejamento, Walter José Progiante, bem como com o diretor de planejamento, José Alves do Socorro, foi evidenciado que haviam dois "donos", ou seja, cada um tinha uma parte da grande área. Um, pertencente à uma rede de supermercados da cidade e região e o outro, o Estado, com as devidas articulações sendo realizadas entre os níveis Federal e Municipal. Pacheco (2011) - anteriormente às entrevistas - ainda abordou que

O secretário de Controle Urbano e Obras Públicas (Seurb) de Maringá, Walter Progiante, informou que a prefeitura

está tentando fechar uma parceria com a União e a empresa proprietária da área remanescente para desenvolver um projeto em conjunto." A intenção é construir ali o centro cívico, reunindo Paço, Câmara Municipal, Fórum, etc. já que área só pode ser destinada para próprios públicos". Progiante não definiu um prazo para o início das obras e frisou que "ainda nem há um projeto".

No entanto, atualmente, há um projeto. E é projeto do "proprietário privado", que, até então, não havia sido identificado. De fato, assumido pelo poder público como Parceria Público-Privada (PPP) - ainda que nos documentos e na legislação aprovada a proposta não é identificada como tal e sim como "reforma do Plano Diretor no que diz respeito ao zoneamento de alguns locais, do parcelamento e uso do solo na região do futuro Centro Cívico e aplicação de outorga onerosa do direito de construir"- o projeto, denominado de Eurogarden, visa produzir um megaprojeto²³ (Figura 1 e Figura 2) ou grande projeto urbano que tem por características a construção de aproximadamente 90 torres de edifícios altos, além de outras construções, shopping, espaços de lazer bem como área para incorporar o Centro Cívico. De acordo com o Escritório Archi5²⁴, o programa de projeto é intitulado "Plano mestre para o novo centro cívico da cidade de Maringá, escritórios, instalações de habitação, culturais e desportivas, parque urbano". Conta com uma superfície de 200 Ha - 3.088.753 m² em construção, e tem como clientes a Incorporadora Argus Empreedimentos Imobiliários. De acordo

²³ Como megaprojetos referimos-nos a torres ou conjunto de edifícios de grande porte, de alto padrão, com acabamentos sofisticados e tecnologia de construção dita "avançada", destinados a uso corporativo ou a mais de um tipo de uso (conjugado atividades de escritórios, serviços, flats, hotéis, moradia, espetáculo, consumo, lazer etc.), com tendência à autosuficiência em relação a cidade e a seus espaços públicos (FIX, 2007, p.13).

²⁴ <http://www.archi5.fr/flash8/index.html>. Consulta em 06/2013.

com Cordovil e Rodrigues (2012), o poder público municipal encaminhou uma proposta de transferência do Centro Cívico que hoje se localiza na área central, de acordo com as diretrizes do plano inicial. O local para onde o Centro Cívico irá se deslocar é uma grande área pública onde funcionava o antigo aeroporto. É importante destacar que nenhuma das estruturas nem tampouco os prédios deste importante equipamento da cidade estão sendo preservados no projeto apresentado. E continua:

ao invés de se limitar apenas à transferência do local, o poder público vinculou a esta iniciativa a implantação de um projeto privado, denominado *Zona Especial Eurogarden*. Trata-se de um processo similar ao que se deu com o *Projeto Ágora* em que, [...] a municipalidade, por meio de uma grande reestruturação arquitetônica e urbanística, que substituiu antigas funções urbanas, viabilizou empreendimentos privados (CORDOVIL; RODRIGUES, 2012, s/p.).

Para a autora, o poder executivo enviou recentemente ao Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial, um projeto de lei que cria a “Zona Especial Vinte e Três - ZE23 – Eurogarden” regulamentando a implantação de um megaprojeto privado, anunciado para “alterar o desenvolvimento urbano de Maringá”. Constatou-se que a lei que a autora se refere é justamente aquela aprovada no dia 10 de dezembro de 2012, que incorpora, no arruamento da área do antigo aeroporto, o projeto do Eurogarden. Para Progiante e Socorro, em entrevista realizada, a “Prefeitura endossou o projeto imobiliário por acreditar que será bom para o desenvolvimento da cidade”. Assim, é evidente uma articulação precisa entre o agente imobiliário, na incessante busca de alterar o zoneamento e as leis de uso do solo da cidade, a fim de contemplar sua possibilidade de multiplicação de renda e extração de mais-valia por meio da produção de megaprojetos ou GPUs.

Figura 1: vista aérea da área do Antigo Aeroporto com a perspectiva do Projeto



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1569498>,
Consulta em 06/2013

Para Cordovil e Rodrigues (2012), o empreendedor encomendou um projeto arquitetônico e paisagístico a um respeitado escritório francês, denominado Archi 5. "O projeto integrou ao terreno particular do empreendedor, de 31 alqueires paulistas, o terreno vizinho, constituído por uma área pública de propriedade da União, com 33 alqueires, onde funcionava o antigo aeroporto de Maringá e que hoje está vazio" (CORDOVIL e RODRIGUES, 2012, s/p.).

É importante ressaltar que, por ser uma área pública, o terreno deveria ser privilegiado com obras públicas e de produção de bens de consumo coletivo. Ou ainda, prover espaços públicos e equipamentos para a população. De acordo com Cordovil e Rodrigues, a ação que está posta sequer está plenamente amparada nos termos da legislação vigente,

pois o Plano Diretor do município define que as zonas especiais são "... destinadas a abrigar padrões urbanísticos específicos em áreas onde haja a presença de atividades,

usos ou funções urbanas de caráter excepcional” (LC 888/2011). Esse empreendimento não se caracteriza como tal, pois se trata de parcelamento e ocupação residencial, comercial e de serviços de caráter privado, que não se constitui para atendimento ao bem-estar público (CORDOVIL e RODRIGUES, 2012, s/p).

Portanto, é de salutar importância questionar essa espécie de "parceria", uma vez que o poder público disponibilizará uma área pública, contribuirá com a produção de um espaço privado que gerará, tanto na área quanto no entorno, uma valorização fundiária, que, dentre outras características, contribuirá ainda mais, para fomentar a "bolha imobiliária" instalada no processo de produção do espaço urbano. De praxe, ainda permitirá, como já ocorre, que a fatia da mais-valia gerada pela produção do referido espaço, será, em grande parte, revertida para a iniciativa privada.

Figura 2: Projeto Eurogarden, elaborado pelo escritório francês Archi 5, na área do antigo aeroporto de Maringá.



Fonte: <http://www.archi5.fr/flash8/index.html;>
[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-41.htm,](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-41.htm)
Acesso em: 06/2013

Ou seja, o poder público reúne pessoas para uma conferência, realizada no último mês de mandato do Poder Executivo e Legislativo, em chamadas extraordinárias, que limitam, tanto a participação da sociedade civil, quanto o próprio acesso à informação sobre o que pretendia.

Ao buscar um entendimento profícuo sobre a área em questão, verificamos que o aludido projeto foi pensado por um grupo empresarial de Maringá ligado à rede de supermercados, cooperativas e mercado imobiliário. De acordo com Gini (2015),

a ideia original da prefeitura era o Centro Cívico, essa era a ideia da prefeitura. O Eurogarden veio depois, com um conceito bem mais amplo, bem maior e englobaria o centro cívico, ele absorve, então dentro de toda a sua estruturação ele absorveria o Centro Cívico. A prefeitura não queria, mas ela tem que ceder à ideia, ela cedeu à ideia, vai trabalhando, vai articulando para que as coisas aconteçam e obviamente nisso, a prefeitura acaba tendo dificuldades pra manter outros projetos (entrevista).

De acordo com os entrevistados Sérgio Gini e Edson Cardoso²⁵, o Eurogarden foi uma ideia desse grupo empresarial, que “conseguiu comprar as terras da Companhia por preço de banana” (Gini, 2015) e foi encabeçado por Jefferson Nogarolli. Apresentaram o projeto à prefeitura que, conforme vimos, foi encampado pelo poder público e a legislação aprovada, como Operação Urbana Consorciada, estabeleceu as diretrizes viárias para a área e aprovou os recursos que seriam destinados, na casa de 49 milhões para a realização da infraestrutura.

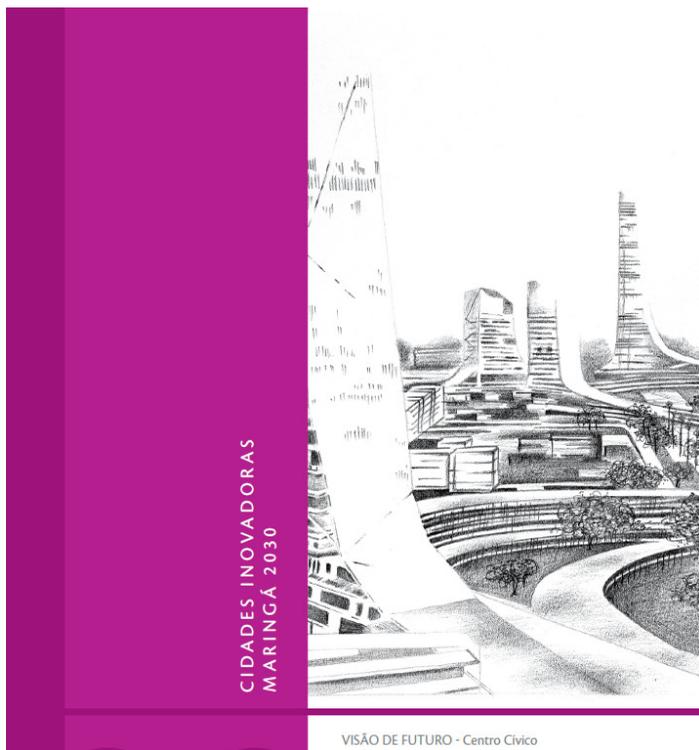
A parte do lote que pertencia à união é justificada, uma vez que o projeto absorverá o projeto anterior do centro cívico, ‘puxando’ para ele a construção dos empreendimentos, como forma de contrapartida para a terra disponibilizada.

Por ter sido um projeto articulado no âmbito do empresariado e colocado no Planejamento Estratégico *Maringá*

²⁵ Arquiteto do Eurogarden, entrevistado por Beatriz Fleury e Silva.

2030 (Figura 3), poderia ser um entrave para a aceitação do poder público. No entanto, isso não ocorreu. Houve uma combinação de fatores que culminaram na sincronização entre o grupo que fez a proposta, a Acim, o Codem e o poder público, tanto que foi facilmente aceito e aprovado na Câmara de Vereadores.

Figura 3: Ilustração do projeto Eurogarden no documento Maringá 2030



Fonte: Maringá 2030

Além desses fatores, o Termo de Referência do Masterplan, novo Plano Estratégico de Maringá, o Eurogarden é colocado como diretriz a ser alcançada, como pode ser verificado no item 2:

2. Análise do crescimento Urbanístico de Maringá, em comparação com outras cidades importantes do Estado e do Brasil.

2.1 Identificar atividades compatíveis para o desenvolvimento da cidade e região, como: Centro de Convenções e Feiras; Lazer; Centro de Referências em Saúde, Ensino Superior, Tecnologia e Inovação.

2.2 Avaliação e promoção dos grandes empreendimentos como Eurogarden; Novo Parque Industrial; Ampliação do aeroporto e a Central de Transportes Multimodal (MARINGÁ, 2014).

É importante considerar que o Grande Projeto Urbano Eurogarden foi elaborado por consultora estrangeira, no caso francesa, denominada Archi5. Na listagem das maiores empresas de arquitetura no mundo não encontramos ela listada, ainda que a mídia maringaense faz questão de enaltecê-la como ‘empresa de renome internacional’. Nas palavras do arquiteto do Eurogarden, Edson Cardoso, a ideia era submetê-lo para a Norman Foster, da Inglaterra, essa sim renomada internacionalmente entre as melhores do mundo. O problema foi o custo na elaboração do projeto, por isso, transferiram as atividades para a Archi5. Há, de fato, o interesse em fazer os mesmos procedimentos que foram realizados nas cidades que receberam o chamado “planejamento estratégico de cidades”. Empresas e escritórios de arquitetura renomados realizam projetos de grande projeção, com qualidade tecnológica e técnica de última geração, para vender uma imagem. O curioso é que, em alguns casos internacionais, os projetos são elaborados para que grandes incorporadoras concorram para a elaboração. Em Maringá esse caminho é feito de forma invertida, pois os grupos hegemônicos planejam sua atuação e, somente depois disso, há a elaboração do projeto.

O próprio site do Codem divulga o seguinte:

Continuando os trabalhos para a implantação de um Master Plan para Maringá e região, o CODEM recebeu a empresa francesa Archi 5, que realizou proposta e apresentou conceitos internacionais e sustentáveis para o desenvolvimento urbano das cidades (CODEM, 2014).

De fato, há uma necessidade de divulgar a representação como grandiosidade, o que acaba valorizando as áreas em pouso social que são eleitas para receber esses projetos. Tanto a área como seu entorno acaba tendo grande valorização imobiliária, e, por consequência, recebe investimentos de outras empresas na construção de edifícios de diversos pavimentos.

Esse movimento de valorização foi imediato, pois o projeto Eurogarden foi amplamente divulgado nas diversas mídias da cidade, nas redes sociais, nos veículos de comunicação e nas páginas institucionais, o que levou o indivíduo à uma aceitação imediata sem questionamentos.

Desse modo, retomamos a discussão sobre os elementos de valorização. Os projetos são lançados, por um grupo articulado, que divide uma hegemonia de poder com o próprio poder público, esse último articulado com o mercado imobiliário; é criada uma representação, uma imagem, que visa manter a trégua social e manter o convencimento de que a cidade continua a ser planejada, principalmente para que, ideologicamente, haja a aceitação da comunidade. A comunidade perde, pois jamais teria acesso aos bens de consumo que serão produzidos. No entanto, aceitam, pois o que importa é a imagem (Figura 4 e Figura 5), o que importa é o espetáculo criado. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003, p. 9).

O espetáculo tem por objetivo criar alienações sociais. É algo que deu certo. O Novo Centro foi prova disso. A trégua social foi mantida e os agentes produziram o espaço e ganharam dinheiro. A população enxerga a cidade reificada como algo positivo, ainda que ela não tenha acesso, devido, sobretudo, ao preço que é posto e controlado pelos mesmos agentes. Para Harvey,

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como para a própria cidade, num mundo onde o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e também a perpétua dependência em relação à economia política do espetáculo, tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano (HARVEY, 2011, p. 143).

Logo, a criação de mais um espetáculo é a derivação de uma representação. Uma representação que gera alienações, mantidas pelo discurso de um planejamento contínuo na cidade. Na verdade, a legislação aprovada para a área e a transferência de uma área federal para o projeto não é mais do que a liberação de ativos para o mercado imobiliário ou para esse grupo de poder que busca uma hegemonia na cidade.

Seu impacto é tão significativo que, mesmo que nada foi construído, ou seja, o projeto é apenas “de papel”, há uma valorização significativa do entorno, com a construção de edifícios de diversos pavimentos por outras incorporadoras da cidade.

Portanto, a aprovação da operação urbana consorciada passa a ser, mais uma vez, uma legislação para atender aos anseios de um grupo, que, construindo ou não ganhará dinheiro com a valorização significativa. Como justificativa, o Estado demonstra que a contrapartida por parte do grupo é de 30 milhões de reais para ‘pagar’ a infraestrutura, porém, existem mais elementos em jogo, como a terra urbana revertida para o mercado.

Sobre este investimento, o veículo aponte o seguinte:

As obras de infraestrutura do novo Centro Cívico de Maringá, estimadas em R\$ 30 milhões na área do antigo aeroporto, poderão ser bancadas pelo grupo empresarial responsável pela elaboração do Eurogarden, bairro vizinho à nova área. O projeto de lei que prevê a operação urbana consorciada entre o município e a iniciativa privada será votado nesta semana na Câmara Municipal (LINJARDI, 2013, em O Diário, jornal, 2013).

De acordo com Gini (2015),

O que eles discutem é a modernização da cidade, é o discurso do capitalismo, modernizar a cidade, transformar a cidade em um centro atrativo de qualidade de vida, esse é o discurso, então eles estão alinhados nesse discurso, claro que por trás do discurso tem toda a questão capitalista aí de você fazer dinheiro e você ganhar dinheiro e isso tá muito claro. Esse projeto, ele quer caminhar independente da prefeitura (GINI, 2015, entrevista).

Tais elementos sugerem que existe a prática de uma institucionalização da especulação imobiliária (Figura 6), visível com as transformações da paisagem em áreas limdeiras, enquanto uma grande área dentro da cidade, um espaço de abundância, aguarda os investimentos de um projeto de desenvolvimento.

Figura 4: Projeto Eurogarden Elaborado pela Empresa Archi5



Fonte: Construtora Argus, 2014

Figura 5: Visão Geral do Projeto Eurogarden



Fonte: Construtora Argus, 2014

Figura 6: Divisão das propriedades (Poder Público e Iniciativa Privada), denominados em Centro Cívico e Eurogarden

CENTRO CIVICO



EURO GARDEN

Fonte: Argus Empreendimentos Imobiliários, 2014

Considerações finais

A análise do Projeto Eurogarden em Maringá tem como enfoque contribuir para a discussão sobre os grandes projetos urbanos e sobre o planejamento estratégico, temas que estão sendo amplamente debatidos no âmbito da Geografia, uma vez que contribuem para o entendimento dos fenômenos que estão acontecendo em nossas cidades. Para isso, é necessário o entendimento da produção do espaço urbano, enquanto arena de atuação dos distintos agentes sociais, cuja ênfase foi deixada para outras investigações. Mas a articulação entre os agentes não passou despercebida nesta investigação.

É importante ficar claro que não é apenas uma articulação que ocorre entre os agentes do mercado imobiliário e o Estado. Concordando com Logan e Molotch, o agente estrutural se fez presente, pois ajudou, de forma velada, a alterar a legislação urbanística para atender seus interesses e viabilizar suas construções e a valorização fundiária de suas propriedades. É no âmbito do planejamento estratégico que, de fato, há uma sincronização do agente estrutural com o Estado, pois além de alterar legislações, criam novas legislações para áreas específicas, usufruindo, para isto, da política urbana aprovada em nível nacional, como a operação urbana consorciada e a outorga onerosa, principalmente, dentre outros instrumentos viabilizados pelo Estatuto das Cidades aprovado em 2001. Neste caso, o agente estrutural é mais do que o agente imobiliário. São grupos econômicos vinculados a outros setores da economia local e regional, como rede de supermercados e instituições de ensino que, também fazem parte e são atuantes dos conselhos, da associação comercial local e do próprio poder público.

Percebemos que há mais setores envolvidos no planejamento estratégico de Maringá, porém, todos eles canalizam para o setor imobiliário, que é o mais rentável, pois possibilita a reprodução ampliada do capital a partir da valorização fundiária e imobiliária. Portanto, elegemos, assim como fizera Logan e Molotch na análise das cidades americanas,

estes agentes como agentes estruturais, que possuem competência ou facilidades para alterar ou produzir legislações que favoreçam seus projetos.

Em relação aos projetos, são elaborados e divulgados de forma maciça. São produzidas imagens. Imagens que são estratégicas. Do ponto de vista geográfico, as imagens produzidas são representações, pois um novo ‘mapa’, geralmente virtual da cidade é colocado em pauta e demonstrado à sociedade. São formas espaciais e inovações espaciais. O cidadão acredita que o projeto será bom para a cidade, pois a ele é demonstrado o espetáculo. O espetáculo é produzido por novas técnicas de imagem e de geração de maquetes virtuais. Como dizia Santos (2000), “as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento no planeta [...], das sociedades que o habitam [...]. Todavia, as técnicas da informação são [...] utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares (SANTOS, 2000, p. 38-9). A técnica gera a imagem e a imagem gera o espetáculo. Como dizia Guy Debord (2003), “o espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente” (p.15). Para ele, “sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante” (p.15).

Portanto, o espetáculo cria alienações sociais, pois a informação, que traz em seu seio a ‘cidade planejada’ quase como um fetiche, incumbe a própria imagem de mostrar para o cidadão de que os projetos são bons para a cidade. Por isso dizemos que ele cria alienações sociais. A alienação social viabiliza a valorização fundiária e imobiliária. Na própria área do projeto, como ocorreu com o Novo Centro, com a construção de mais de 50 torres de edifícios bem como no projeto da Cidade Industrial, em que há a valorização imediata e a atração de novos loteamentos para a Zona Sul da cidade, ou ainda nas áreas lindeiras ao projeto, como está ocorrendo com a Zona 10 e o Projeto Eurogarden, há a evidência legítima de que os projetos

são pensados para viabilizar a valorização. A partir do movimento que é aprovada a operação urbana consorciada, como ocorre com o projeto estudado, então há a legitimação da área, que é corroborada pelo ente público, o que ocasiona a geração de mais-valias para o mercado. Na verdade há expresso na Lei que haverá contrapartida da iniciativa privada. No entanto, dado o porte da obra e a valorização fundiária que é realizada antes de sua reificação, supomos que grande parcela da mais-valia será revertida para o mercado, sobretudo no que tange à valorização.

Então, percebemos que é possível discutir a produção do espaço urbano atual em Maringá frente à essa nova modalidade de planejamento urbano, o planejamento estratégico de cidades. Resguardando as escalas e particularidades dos processos locais, ao menos esse planejamento estratégico, ainda parcialmente de papel, busca viabilizar um diálogo com as corporações internacionais, na medida em que busca escritórios de renome internacional para realizar consultorias, almejando divulgar a cidade para o mundo, de preferência, para o mundo corporativo. Então, do ponto de vista empírico, as estratégias e os esforços são compatíveis com os modelos internacionais. Realizam projetos, vendem os projetos, alteram a dinâmica urbana e preveem o futuro da cidade. Já do ponto de vista teórico-conceitual, é importante ressaltar que: se as características são condizentes com o *Marketing* de cidades, se o planejamento urbano, destinado por definição a disciplinar o espaço urbano, simplesmente perdeu seu caráter de evidência e cifra de racionalidade moderna, tornando-se o alvo predileto da ofensa liberal-conservadora se, dentro desta lógica, o objetivo é criar receitas para alavancar investimentos privados (ARANTES, 2012); se é a expressão da habilidade de jogar (NOVAIS, 2010); se é a capacidade de chegar em um consenso (BORJA e CASTELLS, 1996), então podemos considerar que tais características desta forma de planejamento urbano existem no caso estudado.

Referências

ACIM/CODEM. **Maringá 2020**. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ, 1996.

ALEXANDRE, J. A. A. **O planeamento estratégico como instrumento de desenvolvimento de cidades de média dimensão**. 2003. Dissertação (Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento) - Portugal: Universidade de Aveiro, 2003.

ARANTES, O. B. F. **Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas**. São Paulo: Annablume, 2012.

ASCHER, F. **Metápolis ou l' avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.

ASCHER, F. **Los principios del nuevo urbanismo**. Espanha: Alianza Editorial, 2004.

BRANDEMBURG, E. J.; CHIMENEZ, A. C. DE O. Grandes Projetos Urbanos (GPU) na Copa do Mundo de 2014: um conceito em construção. **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, v. 1, n. 1, 2013.

CARDOSO, E. **Entrevista com Agente do Mercado Imobiliário. Arquiteto do Projeto EuroGarden. Entrevista concedida à Prof. Beatriz Fleury e Silva**, 2014.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos, CEBRAP**, v. 45, p. 152–166, 1996.

CODEM. **Maringá 2030**. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ, , 2011.

CORDOVIL, F. C. DE S.; RODRIGUES, A. L. Segregação socioespacial a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá (PR) Brasil. **Scripta Nova**, v. XVI, n. 418, 1 nov. 2012.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**.
www.geocities.com/projetoperiferia: eBooksBrasil.com, 2003

FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço**. São Paulo: Unesp, 2007.

FIX, M. **Parceiros da Exclusão**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

FIX, M. **São Paulo cidade global: Fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

GINI, S. **Entrevista com Historiador, ex-funcionário da ACIM e atual gestor da Cooperativa SICOOB**, 2015.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

HARVEY, D. Urbanização incompleta é estratégia do capital. **Brasil de Fato**, 2014. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/>>

JACQUES, P. B. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. **Arquitextos**, Ano 10. v. 110, n. 2, jul. 2009.

LIINJARD, F. Valor dos terrenos inibe “Minha Casa, Minha Vida”. **O Diário do Norte do Paraná**, 26 jan. 2010.

LIINJARD, F. Projeto prevê que Eurogarden invista R\$ 30 milhões em obras. **O Diário do Norte do Paraná**, de maio de 2013.

LINJARDI, F. Pacote da prefeitura libera edifícios de até 33 andares. **O Diário do Norte do Paraná**, 5 jan. 2011.

LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. L. **Urban Fortunes**. California: University of California Press, 1987.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. Ermínia Maricato: Planejamento urbano é fetiche que encobre um grande negócio. **Viomundo**, 9 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/erminia-maricato-planejamento-urbano-e-fetiche-que-encobre-um-grande-negocio.html>>. Acesso em: 15 ago. 2013

MARINGÁ. **Código de Obras e Posturas**. Prefeitura do Município de Maringá, , 1959.

MARINGÁ, C. DO M. DE. **Conjunto de leis urbanísticas**. Câmara Municipal de Maringá, 2006.

MARINGÁ, P. DO M. DE. **Plano Diretor de Desenvolvimento**. P.M.M. Versão não aprovada, 2000.

MARINGÁ, P. DO M. DE. **Plano Diretor de Desenvolvimento**. P.M.M. Versão não aprovada, 2002.

MARINGÁ, P. DO M. DE. **Revista Exame destaca exemplo de Maringá em lançamento de edição especial. Site da Prefeitura do Município de Maringá. Cidades**, 2013a. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=23fa18b6b25523&id=19360>>

MARINGÁ, P. DO M. DE. **Revista Exame destaca exemplo de Maringá em lançamento de edição especial. Site da Prefeitura do Município de Maringá. Cidades**, de abril de 2013b.

MARINGÁ, P. DO M. DE. **TERMO DE REFERÊNCIA MASTERPLAN** P. M. M., 2014.

MORO JUNIOR, E. **A redenção inexistente nos planos urbanísticos municipais. O caso do Projeto Eixo Tamanduatehy.** São Paulo: Annablume, 2007.

MOULAERT, F.; RODRIGUEZ, A.; SWYNGEDOUW, E. **The globalized city: economic restructuring and social polarization in European Cities.** Oxford: Oxford University Press, 2002.

NASCIMENTO, A. S. DO. A difusão de grandes projetos de desenvolvimento urbano como inovações espaciais e seu papel no processo de acumulação e expansão geográfica do capital. **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, v. 13, n. Rio de Janeiro, 2013.

NOVAIS, P. **Uma estratégia chamada planejamento estratégico.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

PACHECO, E. Ocupação da área do antigo aeroporto segue indefinida. **O Diário do Norte do Paraná**, 18 fev. 2011.

SÁNCHEZ, F. Arquitetura e urbanismo: espaços de representação na cidade contemporânea. **Veredas**, v. 41, p. 26–29, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

SOUZA, M. L. **A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TEOBALDO, I. N. C. A cidade espetáculo: efeito da globalização. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, v. XX, p. 137–148, 2010.

TÖWS, R. L. **O processo de verticalização de Londrina e Maringá (PR) Brasil: o Estado e o capital imobiliário na produção do**

espaço. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Maringá: PGE - UEM, 2010.

VAINER, C. B. Cidades, Cidadelas e a Utopia do Reencontro - uma reflexão sobre tolerância e urbanismo. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. XII, n. 1, p. 33–46, 1998.

VAINER, C. B.; ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999b.

VILLAÇA, F. **As Ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: [s.n.].

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

ZAITTER, B. A. H.; ULTRAMARI. Grandes projetos urbanos e sua compreensão pela academia brasileira. **Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. XV, n. 883, agosto de 2010.

Os autores

Angela Maria Endlich: Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (1991), Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona (2013-2014). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá, onde atua no ensino de graduação e pós-graduação. Área de atuação: Geografia Urbana, Geografia Regional, Geografia Econômica e Planejamento. Temas principais de trabalho: pequenas cidades, rede urbana, urbanização e urbanidade.

Carlos Roberto Loboda: Docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEP) da FACIP-UFU, Minas Gerais. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe (FACIP-UFU), do Grupo de Pesquisa Observatório das Cidades (FACIP-UFU). Tutor do Grupo PET Institucional do Curso de Geografia. Laboratório de Geografia Humana e Ensino (LAGHEN). Rua 20, nº. 1.600, Bairro Tupã, CEP 38304-402, Ituiutaba- MG, Brasil. Telefone: (34) 3271-5230. E-mail: loboda@ufu.br

Cesar Miranda Mendes: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (1980), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1992) e Pós-Doutorado pela

Universidade Federal do Rio de Janeiro junto ao IPPUR. Atualmente é professor associado c da Universidade Estadual de Maringá. É Coordenado do Grupo de Estudos Urbanos (GEUR) e membro do Observatório das Metrópoles (Núcleo R.M. Maringá). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: verticalização, espaço urbano, urbanização e uso do solo.

Daniel de Araujo Silva: Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP), da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É membro do Grupo de pesquisas Observatório das Cidades. Rua 20, nº. 1.600, Bairro Tupã, CEP 38304-402, Ituiutaba- MG, Brasil. Telefone: (34) 3271-5230. E-mail: silva.d.a@live.com

Dean Fábio Gomes Veiga: Professor de Filosofia, graduado pela PUCPR. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento na Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão.

Ezequiel de Oliveira Andrade: Graduado em Geografia Licenciatura Plena (2014) e Bacharelado (2015) pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Campo Mourão. Atua principalmente nas seguintes áreas: Geografia Urbana e planejamento urbano.

Fábio Rodrigues da Costa: Possui graduação em Geografia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2002), mestrado (2005) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2013). Atualmente é professor adjunto na Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atua principalmente nos seguintes temas: produção do espaço, dinâmica da população, mobilidade

da população, desenvolvimento territorial local, municípios periféricos e uso múltiplo da água.

Lisandro Pezzi Schmidt: Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009), área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2002), Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (1999) e Licenciado em Geografia pelo Centro Universitário Franciscano (1998). É docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia / Mestrado da Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava-PR. Líder do Grupo de Pesquisa "Estudos Políticos e Análise Urbano-Regional" constituído por docentes e discentes do curso de Geografia e por pesquisadores de outras IES. Atua na área de Geografia, com ênfase na Geografia Humana, principalmente nos seguintes temas: produção do espaço urbano, políticas públicas de planejamento urbano e segregação socioespacial.

Márcio Roberto Ghizzo: Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, com graduação e mestrado em Geografia pela mesma instituição. É coordenador do Grupo de Estudos do Espaço, Sociedade e Consumo - GESC (UTFPR), integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização - NEMO (UEM/DGE) e tem experiência na área de Geografia e consumo, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: mobilidade, população, consumo, consumo de moda, mercado e urbanização. Atualmente, é professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Apucarana.

Marcos Clair Bovo: Professor adjunto do colegiado de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná- Campus de Campo Mourão. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Julio

Mesquita Filho. Atualmente é coordenador do Grupo de Estudos Urbanos da FECILCAM (GEURF) e também coordenador do PPGSeD – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento e Chefe da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação da UNESPAR- Câmpus de Campo Mourão. Atua nas linhas de pesquisa áreas verdes urbanas e formação humano, políticas públicas e produção do espaço. Desenvolve pesquisas referentes a áreas verdes urbanas, pequenas cidades, verticalização e ensino de geografia.

Pedro Henrique Bruno Martins: Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá em 2013, onde foi pesquisador por um ano junto ao núcleo Unitrabalho e também pelo programa de extensão "Universidade Sem Fronteiras" (USF/SETI). Também atuou pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) sendo bolsista (Capes) por dois anos. É especialista pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Ensino da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, e atualmente é aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. É professor do Quadro Próprio do Magistério da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Ricardo Luiz Töws: Doutor em Geografia pelo PGE-UEM - Programa de Pós-Graduação em Geografia, membro do GEUR - Grupo de Estudos Urbanos e do Observatório das Metrôpoles - Núcleo R.M.M. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR Campi Londrina/Astorga). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana/ Urbana. No ensino, atua na discussão e implementação de novas propostas pedagógicas no Instituto Federal do Paraná.

Valéria Barreiro Postali-Santana: Coursou Licenciatura, Bacharelado e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Grupo de

Estudos Urbanos (GEUR/UEM) e Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (GEURF). Professora no Curso de Geografia da Universidade Estadual do Paraná (Unespar - Campus de Campo Mourão) desde 2010. Atua nas seguintes áreas: Geografia Urbana, Planejamento Rural e Urbano e Produção do Espaço Urbano.

Virgílio Manuel Pereira Bernardino: Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (1994), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2015). Fez doutorado sanduíche na Universidade de Lisboa, em Portugal. Atualmente, trabalha como professor na Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí. É parecerista da Revista Percurso da Universidade Estadual de Maringá e membro dos grupos de estudos NEMO (Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização da Universidade Estadual de Maringá) e do GEURF (Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam). Tem experiência na área de Geografia como professor do Ensino Fundamental e Médio. Atualmente trabalha como professor do Ensino Superior, principalmente nas disciplinas de cartografia, prática de ensino em geografia, geopolítica e geografia econômica.